

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

Volume 4, Número 1, jan/jun 2017.



Realização:

NP3
CEAM | UnB

Apoio:



ANAIS DO CONGRESSO:

- Análise de redes sociais em uma loja maçônica (VIEIRA; REYES JR.; FERNANDES).
- Maçonaria e Museologia (FERNANDES).
- A gênese da maçonaria adonhiramita no Brasil (AMARILLA).
- A liberdade religiosa na berlinda (CURY).
- Os corpos dóceis maçônicos (VINHAIS).
- Ensaio maçônicos baseados no impacto da corrupção... (BOTTECHIA).
- A participação da maçonaria brasileira na defesa do ensino laico... (DA SILVA; MARQUES).
- Uma sociedade de emancipados (GUIMARÃES).
- O maçom e o trânsito (DOS SANTOS).
- "Da terra ao céu e da superfície ao centro da terra" (GALDEANO; ISMAIL).
- Motivação e evasão no trabalho voluntário (DE MORAIS; ISMAIL).
- "... e suas oficinas se espalham por todos os recantos da Terra" (FREITAS NETO).

C&M



Revista Ciência & Maçonaria

"A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria"



Democratizar a produção acadêmico-científica sobre Maçonaria e seu acesso.

Missão:

Dados Catalográficos:

ISSN 2318-0129
Janeiro a Junho de 2017
Volume 04.
Número 01.

Periodicidade:

Semestral

Conselho Editorial:

Gabriel Castelo Branco
Kennyo Ismail
Max Stabile Mendes
Nihad Faissal Bassis

Conselho Científico:

Vide in website.

Contatos:

Editor-Chefe: Kennyo Ismail
contato@cienciaemaconaria.com.br

Suporte Técnico: Nihad Bassis
nihadbassis@yahoo.com.br

Portal - www.cienciaemaconaria.com.br

Imagem da Capa:

Emblema do I Congresso Internacional de Ciência & Maçonaria.

O I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA & MAÇONARIA, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, será realizado nos dias 07, 08 e 09 de setembro de 2017, no Campus Darcy Ribeiro da UnB, localizado na Asa Norte de Brasília-DF-Brasil.

A Comissão Organizadora é formada pelos seguintes pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas "Maçonaria e Sociedade" no NP3: Carlos Marcos Batista, PhD; Marcelo Grangeiro, PhD; Max Stabile, MSc; Kennyo Ismail, MSc; e Lucas Galdeano, Esp.

Essa comissão conta com o apoio do Grande Oriente do Distrito Federal (GODF) e da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal (GLMDF) para que o Congresso ocorra da melhor forma possível.

NP3-CEAM-UnB - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Governo e Gestão do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

Aviso:

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Revista Ciência & Maçonaria. Não é necessário solicitar prévia autorização para reproduzir parte do conteúdo publicado nesta revista, desde que sejam devidamente citados o autor e a fonte.

Realização:

CRB1-079

C&M: Revista Ciência & Maçonaria / NP3-CEAM-UnB – v.4, n.1 (2017)
Brasília, DF: NP3-CEAM-UnB, 2017.

Semestral

ISSN 2318-0129

1. Maçonaria – Periódicos. I. NP3-CEAM-UnB (Brasília)

CDD: 060

CDU: 061.236.61



“A primeira revista acadêmico-científica brasileira com foco no estudo da Maçonaria”

Sumário

Palavra do Editor	5-6
Análise de redes sociais em uma loja maçônica (VIEIRA; REYES JR.; FERNANDES)	7-18
Maçonaria e Museologia (FERNANDES)	19-24
A gênese da maçonaria adonhiramita no Brasil (AMARILLA)	25-32
A liberdade religiosa na berlinda (CURY)	33-44
Os corpos dóceis maçônicos (VINHAIS)	45-55
Ensaio maçônicos baseados no impacto da corrupção... (BOTTECHIA)	57-66
A participação da maçonaria brasileira na defesa do ensino laico... (DA SILVA; MARQUES)	67-72
Uma sociedade de emancipados (GUIMARÃES)	73-82
O maçom e o trânsito (DOS SANTOS)	83-90
“Da terra ao céu e da superfície ao centro da terra” (GALDEANO; ISMAIL)	91-97
Motivação e evasão no trabalho voluntário (DE MORAIS; ISMAIL)	99-112
“... e suas oficinas se espalham por todos os recantos da Terra” (FREITAS NETO)	113-122
Sobre a Revista	123-124



Palavra do Editor

Prezados leitores,

Mantendo a tradição dos pronunciamentos das edições anteriores, a revista *Ciência & Maçonaria – C&M*, mais uma vez tem o prazer de informá-los de sua mais nova conquista: sua qualificação como B2 em Ensino pela Qualis CAPES, o sistema brasileiro de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Isso é reflexo do nosso compromisso contínuo de qualidade, fazendo constar cada vez mais a *C&M* nos mais importantes diretórios e indexadores internacionais e nacionais, com excelentes índices e qualificações.

Outro fato que não podemos nos furtar de registrar e comemorar é o índice de acessos da *C&M*, que totaliza, até o fechamento desta edição, mais de 145 mil leituras de nossos artigos! Agradecemos a cada um dos leitores pelo interesse na produção acadêmico-científica publicada na *C&M* e disponibilizada gratuitamente e sem restrições pelo formato eletrônico.

E mantendo nosso compromisso com a realização de eventos acadêmicos relacionados à Maçonaria, é com alegria que apresentamos, via NP3-CEAM-UnB, ao qual nossa revista está vinculada, os Anais do I Congresso Internacional de Ciência e Maçonaria, a ser realizado nos dias 07 a 09 de Setembro de 2017, e será o primeiro evento acadêmico-científico voltado à Maçonaria de nível internacional a ser realizado no Brasil.

Iremos, enfim, ampliar os debates realizados durante o I Congresso Brasileiro de Ciência e Maçonaria, ocorrido no segundo semestre de 2014, e que contou com pesquisadores de importantes universidades brasileiras, como USP,

UECE, UFRJ, UERJ, UNIESP, UCB e FCS. E para tanto, contaremos com a participação de nomes de peso internacional, como Robert Cooper, curador do museu e bibliotecário da Grande Loja da Escócia; o famoso José Antônio Ferrer Benimeli, professor de história da Universidade de Zaragoza e que, por anos, foi diretor do Centro de Estudos Históricos da Maçonaria Espanhola; o Doutor Guillermo de Los Reyes, professor da Universidade de Houston e PhD pela Universidade da Pensilvânia; e o Doutor Brent Morris, ex-professor da Duke University e editor-chefe da *Heredom*, periódico da Sociedade de Pesquisas do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Ainda, seguindo outro costume da *C&M*, faço aqui uma breve apresentação sobre o que vocês encontrarão nas próximas páginas desta edição, que apresenta os artigos e ensaios aprovados por nossos avaliadores para apresentação durante o I Congresso Internacional de Ciência & Maçonaria:

Os pesquisadores Vieira, Reyes Júnior e Fernandes nos presenteia com um excelente artigo sobre relações sociais desenvolvidas em loja maçônica a partir da aplicação de análise de redes sociais.

Na sequência, há o artigo de Raniel Fernandes, apresentando uma análise histórico-iconegráfica dos objetivos maçônicos que supostamente pertenceram a Dom Pedro I.

Você também terá a oportunidade de ler um artigo sobre a gênese da maçonaria adonhiramita no Brasil, do autor Miguel Amarilla.

Contamos nesse número também com uma análise sobre o processo de secularização do estado brasileiro e a participação da maçonaria

brasileira nesse processo, quando da questão religiosa. Da Silva e Marques também abordam o tema em um interessante artigo, mas pelo prisma do Ensino Laico.

Há ainda um artigo de Carlos Bruno Vinhais acerca do conceito de disciplina de Foucault e sua possível presença no Rito Escocês Antigo e Aceito

Outra colaboração nesta edição vem de Décio Bottechia, sobre corrupção e spread bancário; e de Jorge Amaral dos Santos, sobre políticas públicas voltadas ao trânsito brasileiro.

E não podemos deixar de mencionar o retorno do pesquisador Raphael Guimarães a esta revista, desta vez com um excelente ensaio analítico sobre a razão maçônica e a razão comunicativa.

Galdeano, atual Grão-Mestre do GODF, também é outro autor que retorna a estas páginas, com um excelente ensaio sobre a evolução do local de reuniões das lojas maçônicas, do período operativo até os dias de hoje. E outro Grão-Mestre, Cassiano Teixeira de Moraes, da GLMDF, estreia em nossa revista com uma interessantíssima pesquisa acerca da relação entre motivação e evasão na Grande Loja. Como se pode observar, a Maçonaria do Distrito Federal está intelectualmente muito bem servida de liderança.

Por fim, mais um pesquisador que retorna à C&M, Edgard da Costa Freitas Neto, que participou ativamente do I Congresso Brasileiro de Ciência & Maçonaria, garantiu seu espaço na versão internacional com um artigo sobre a maçonaria no âmbito das relações internacionais.

E, seguindo mais um importante costume da C&M, registramos que os artigos publicados nesta edição, tão especial para nós, não estão restritos a uma ciência apenas, apresentando abordagens relacionadas a História, Filosofia, Sociologia, Economia, Comportamento Organizacional, por exemplo. Isso está em perfeita sintonia com o compromisso institucional da revista "Ciência & Maçonaria", de publicar produção acadêmico-científica multidisciplinar de forma

ampla e gratuita.

Parabéns aos autores desses 12 trabalhos hercúleos que foram aprovados e selecionados para serem apresentados no I Congresso Internacional de Ciência & Maçonaria.

E boa leitura a todos!

Sincera e Fraternalmente,

Kennyo Ismail
Editor-Chefe

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS EM UMA LOJA MAÇÔNICA
(ANALYSIS OF SOCIAL NETWORKS IN A MAHONIC BLUE LODGE)

Daniel Pires Vieira ¹

Edgar Reyes Júnior ²

João Paulo Barbosa Fernandes ³

Resumo

A Maçonaria vem sendo estudada pela academia principalmente sob as perspectivas histórica e filosófica. O presente trabalho aborda a Ordem Maçônica sob um prisma distinto, uma vez que analisa as relações sociais desenvolvidas dentro da estrutura de uma Loja Maçônica a partir da aplicação da análise de redes sociais. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva e mapeia das relações sociais estabelecidas entre os membros de uma Loja Maçônica do Distrito Federal. Os resultados alcançados apresentam as características dos subgrupos presentes na rede da Loja e evidenciam a evolução dos relacionamentos entre seus membros estabelecidos a partir da entrada na Loja.

Palavras-chaves: Maçonaria; Redes Sociais; Relacionamento.

Abstract

The academy has been studying Freemasonry mainly under the historical and philosophical perspectives. This study addresses the Masonic Order in a different fashion. We analyzed the social relations developed within the framework of a Masonic Lodge through the application of social network analysis. This research is characterized as exploratory and descriptive and has mapped the social relations among members of a Masonic Lodge of the Federal District. The results characterize the presence of subgroups in the network and indicate the evolution of the relationships among the members of the Lodge according to their time in the Masonic Order.

Keywords Freemasonry; Social Networks; Relationships.

¹ Daniel Pires Vieira é bacharel em Relações Internacionais com Mestrado em Administração e Doutorado em Administração pela UnB. E-mail: vieira.pires@gmail.com

² Edgar Reyes Júnior é professor adjunto da UnB, sendo orientador de doutorado do PPGA-UnB. E-mail: prof.edreyes@gmail.com

³ João Paulo Barbosa Fernandes. E-mail: barbosa.jp@gmail.com

1. Introdução

A Maçonaria vem sendo estudada sob diferentes prismas teóricos ao longo do tempo. Entre as principais vertentes que vem se interessando pelo tema destacam-se a filosófica, muito estudada principalmente por aqueles iniciados na Ordem e que buscam aprofundar seus ensinamentos, e a histórica que destacadamente estuda o papel desempenhado por Maçons ou pela Ordem em diversos acontecimentos históricos nacionais e internacionais. O presente trabalho pretende abordar a Maçonaria de forma distinta das principais correntes de estudo. Pretende-se aqui analisar as relações sociais desenvolvidas dentro da estrutura de uma Loja Maçônica. Para tanto, pretende-se aplicar a análise de redes sociais para mapear os relacionamentos estabelecidos pelos membros de uma Loja Simbólica.

Observa-se que a análise de redes tem suas raízes em várias perspectivas teóricas. Muito embora os primeiros trabalhos sobre redes remontem ao início do século XX, somente a partir da metade desse século, quando a academia passou a priorizar a busca por explicações relacionais, contextuais e sistêmicas em detrimento de explicações atomistas e individualistas, que a análise de redes ganhou destaque (Mizruchi, 2006). A abordagem de redes, na medida em que considera como unidade de análise as relações entre indivíduos e não de indivíduos isolados, representa uma alternativa tanto ao determinismo cultural como ao individualismo atomizado da abordagem econômica neoclássica (Marteset al., 2006).

Pesquisas em redes são aplicadas por diferentes campos acadêmicos e demonstram que as redes sociais podem ser aplicadas em diferentes níveis de análise (perpassando desde famílias até nações) e possuem um grande poder explicativo sobre como os problemas são resolvidos, como as organizações são dirigidas e como indivíduos podem obter sucesso em seus empreendimentos (Wasserman; Faust, 1994). Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar as relações intraorganizacionais desenvolvidas dentro da estrutura de uma Loja Maçônica. De forma mais específica, pretende-se: (i) mapear a rede de relacionamentos; (ii) caracterizar os subgrupos que compõem a rede; e (iii) analisar a centralidade dos membros da rede. Para a consecução dos objetivos propostos o presente trabalho encontra-se dividido em, além dessa, outras 6 seções. Na seção seguinte é apresentado o referencial teórico sobre redes sociais que orientará as análises a serem realizadas. Na ter-

ceira seção será realizada uma breve discussão sobre a gestão de uma Loja Maçônica. Na quarta seção é apresentado o método empregado. Na penúltima seção são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, na última seção são apresentadas as conclusões da pesquisa.

2. Referencial Teórico

De uma forma bastante simples, uma rede pode ser definida como um conjunto de laços e nós (Martes et al., 2006; SANTOS; ROSSONI; MACHADO-DASILVA, 2011). Os nós representam atores, sejam organizações, empresas ou indivíduos, enquanto que os laços representam diferentes tipos de conexão entre os atores (Wasserman; Faust, 1994). De forma mais específica, Iacobucci e Salter (2012) definem rede social como uma rede na qual os elos ou ligações captam algum elemento de interação social. Mizruchi (2006) destaca que, embora diversos aspectos venham sendo tratados a partir da análise de redes sociais, três áreas que merecem atenção especial por causa de sua relevância teórica são (i) a natureza das relações entre os atores; (ii) os efeitos da centralidade do agente sobre o seu comportamento; e (iii) a identificação de subgrupos da rede.

Wasserman e Faust (1994) destacam que a natureza dos laços entre os atores de uma rede pode ser diversa, perpassando relações de amizade, parentesco, crenças ou interesses em comum, prestígio, trocas financeiras, entre outros. Iacobucci e Salter (2012) destacam que os laços relacionais em redes sociais podem refletir, entre outros, amizade, frequência de contato, comunicação, confiança, fluxos financeiros ou de informação. Para Santos, Rossoni e Machado-da-Silva (2011) uma relação pode ser instrumental, quando utilizada para se atingir a uma finalidade para o indivíduo, ou social, quando derivada dos relacionamentos sociais pré-existentes, no entanto destacam que raramente elas ocorrerão de forma pura. Para Granovetter (1973) um laço ou relação entre dois atores tem força e conteúdo. O conteúdo inclui informação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos e, tipicamente, algum nível de confiança. Já a força ressalta que nem todos os laços possuem a mesma intensidade. Observa-se que essas estruturas de ligação entre os atores em rede servem como canais em que fluem informações, conhecimentos, recursos, materiais, capitais (assim como seus riscos associados) (Kleindorfer; Wind, 2012).

A diversidade de atores e os diferentes tipos

de relacionamentos dentro de uma rede abrem espaço para discussão sobre a influência da estrutura da rede. A estrutura da rede refere-se ao padrão geral de relacionamentos estabelecidos (GULATI; NOHRIA; ZAHHEER, 2000). A estrutura de relacionamentos da rede influencia o grau de acesso de um ator aos recursos que circulam na rede assim como o seu comportamento. Thorelli (1986) argumenta que o posicionamento dentro da rede é uma questão fundamental para a estratégia. Os trabalhos de Sacomano Neto e Giuliani (2011) e de Hoffmann, Lopes e Medeiros (2014) corroboram essa perspectiva ao identificar que organizações ocupantes de diferentes posições em redes percebem diferentes níveis de acesso aos recursos relacionais. Gnyawali, He e Madhavan (2006), ao analisarem redes de empresas, argumentam que a habilidade de acessar e utilizar recursos de rede depende do posicionamento da rede e apresentam evidências de que o posicionamento das organizações influencia também os comportamentos competitivos a serem adotados.

Granoveter (1985; 2007) ressalta que os comportamentos e as instituições são constrangidos e orientados pelas relações sociais existentes. As relações pessoais e as estruturas de relacionamentos (ou redes) desempenham papel central na geração de confiança e no desencorajamento de comportamentos oportunistas (Dayasindhu, 2002). A análise da estrutura da rede interpreta o ambiente como uma estrutura de relações regulares entre as organizações e permite a análise e compreensão sobre como e quais atores ocupam determinadas posições na rede (Sacomano Neto; Truzzi, 2004). O posicionamento na rede influencia o grau de acesso a recursos, o desempenho e o comportamento dos atores de forma que os benefícios da rede não necessariamente são igualmente distribuídos entre os atores participantes. Entre as medidas mais comuns utilizadas para caracterizar as redes e encontram-se a densidade da rede e a centralidade do posicionamento dos atores.

A densidade refere-se à quantidade de ligações ou vínculos observados em relação à quantidade total de vínculos possíveis entre os atores (GNYAWALI; MADHAVAN, 2001; MACHADO-DASILVA; COSER, 2006; BAGGIO; SCOTT; COOPER, 2010; Masquieto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011), ou seja, refere-se ao grau de conectividade entre os atores da rede (Masquieto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011). Wasserman e Faust (1994) destacam que a forma de uma rede social tem influência sobre a sua utilidade

para os seus membros. Redes esparsas podem facilitar a importação de novas informações estimulando o fluxo de informações não redundantes, a geração de novas oportunidades e a inovação (Wasserman; Faust, 1994; Scott; Cooper; Baggio, 2007). Redes de relacionamentos densas encorajam a conformidade, a inclusão e fomentam a coesão (Sacomano Neto; Truzzi, 2004; Scott; Cooper; Baggio, 2007). Uma rede densa facilita o fluxo de informações (em especial conhecimentos tácitos), o compartilhamento de recursos já internalizados na rede e o desenvolvimento da confiança entre os atores (Gnyawali; Madhavan, 2001; Machado-da-Silva; Coser, 2006). Masquieto, Sacomano Neto e Giuliani (2011) ressaltam que a densidade pode ser utilizada para identificar quais setores estão menos envolvidos na rede.

A centralidade, por sua vez, é uma medida relacionada ao ator que caracteriza a sua posição na rede a partir da quantidade de conexões estabelecidas em comparação com os demais atores (Masquieto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011) e considera a extensão em que um ator tem controle sobre o acesso aos nós de uma rede (SCOTT; COOPER; BAGGIO, 2007). A análise da centralidade em redes sociais enfatiza que o poder é baseado em relações, uma vez que um indivíduo não tem poder abstrato, somente se detém poder porque se pode influir sobre os demais (Reyes Jr.; Gonçalo; Brandão, 2012).

Um ator será mais central que os demais na medida em que ele estabeleça um maior número de conexões comparado a outros atores da rede, o que significa melhor acesso a recursos da rede, informações e a uma melhor reputação na rede (PAVLOVICH, 2003; GNYAWALI; MADHAVAN, 2001). Mizurich (2006) explica que, embora diversos estudos associem a centralidade na rede a poder, essa relação é mais complexa, pois atores ligados a agentes periféricos podem apresentar maior poder do que atores centrais da rede. A centralidade está associada ao melhor acesso aos benefícios da rede, porém esses recursos podem ser redundantes de forma que organizações menos centralizadas e associadas a atores periféricos podem ter acesso a novas informações e novos recursos. Os trabalhos de Masquieto, Sacomano Neto e Giuliani (2011) e de Hoffmann, Lopes e Medeiros (2014) apresentam evidência empírica para essas perspectivas ao identificarem que organizações ocupantes de diferentes posições em redes percebem diferentes níveis de acesso aos recursos relacionais disponíveis.

A necessidade de equilíbrio entre laços fortes

e fracos torna-se bastante clara em estudos sobre redes de conhecimento. Belussi e Porcellato (2015) associam o desempenho de pesquisadores (em termos de produção científica) àqueles com ligações preponderantemente externas (com pesquisadores de fora de sua localidade), seguidos por pesquisadores com ligações preponderantemente locais, ficando o pior desempenho associado aos pesquisadores com relacionamentos internos e externos equilibrados. De forma alternativa, pesquisas sobre inovação e transferência de conhecimentos em redes aglomeradas destacam que, muito embora a confiança e a força dos laços nas relações internas sejam aspectos positivos, há a necessidade de algum grau de abertura para manutenção do fluxo de novas informações e de conhecimentos em especial para a geração de inovações (EISINGERICH; BELL; TRACEY, 2010; SODEREGGER; TAUBE, 2010; CHO; SANG-HUYN; CHA, 2013).

Wasserman e Faust (1994) destacam a existência de diferentes tipos de métricas associadas à análise de redes sociais, assim como para a avaliação da centralidade dos indivíduos em uma rede, entre os quais destaca-se: a Centralidade de Grau (Degree); a Centralidade de Intermediação (Betweenness); a Centralidade Geodésica (Eigenvector); e a Centralidade de Proximidade (Closeness). A Centralidade de Grau é medida pela quantidade de ligações que um elo tem com os demais elos da rede, sendo normalmente interpretado como a possibilidade de algo que esteja circulando na rede (p. ex. uma informação) passe por aquele elo (Wasserman; Faust, 1994). A Centralidade de Intermediação indica o potencial de um elo como intermediário para a interligação de outros membros da rede, ou seja, considera um ator como meio para alcançar outros atores (Masquietto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011). A Centralidade Geodésica permite identificar os atores mais centrais em termos de estrutura central da rede (Reyes Jr.; Gonçalves; Brandão, 2012), se tratando de uma medida de importância de um elo (Wasserman; Faust, 1994). A Centralidade de Proximidade é definida por Wasserman e Faust (1994) como a distância geodésica média entre um vértice e todos os outros nós que podem ser acessados por ele. De forma mais simples Masquietto, Sacomano Neto e Giuliani (2011) explicam que a Centralidade de Proximidade representa a possibilidade de comunicação com os diversos atores da rede com um número mínimo de intermediários.

2.1. Lojas Maçônicas

Santos, Rossoni e Machado-da-Silva (2011)

destacam a importância dos aspectos formais da organização no que tange a formação e a manutenção dos relacionamentos, sejam eles instrumentais, sejam eles sociais entre os seus membros. As Lojas Maçônicas são as oficinas de trabalho onde se agremiam os Maçons (Grande Oriente do Brasil, 2009a), se tratando da unidade administrativa básica a partir da qual se organiza a Maçonaria (ISMAIL, 2013). Campillo (2015) destaca que a Maçonaria pode ser comparada a uma escola e que os seus membros ocupam cargos hierarquicamente organizados voltados para o ensino e a instrução de seus membros, bem como para a administração da organização. Considerando que as Lojas Maçônicas possuem objetivos e estrutura organizacional para desenvolvimento e controle de suas atividades, pode-se entendê-las como uma organização institucionalizada, nos termos de Meyer e Rowan (1977).

A Maçonaria possui graus que representam o nível de formação do Maçom, sendo que em Lojas Simbólicas ocorrem 3 graus: Aprendiz (recém iniciados), Companheiro e Mestre. A partir do Grau de Mestre o Maçom é considerado apto para a instrução dos Aprendizes e Companheiros, ainda que a atribuição formal seja designada aos Vigilantes, conforme disposto no Regulamento Geral da Federação do Grande Oriente do Brasil – GOB (Grande Oriente do Brasil, 2009b). O cargo mais alto ocupado em uma Loja Maçônica é o de Venerável Mestre, no entanto há ainda Graus complementares (ou superiores) que estão acima do grau de Mestre e que variam em números conforme o Rito praticado na Loja (Campillo, 2015).

De acordo com a Constituição e o Regulamento Geral da Federação do Grande Oriente do Brasil - GOB (2009a; 2009b) a Administração de uma Loja Maçônica é composta pelos seguintes cargos: Venerável Mestre, Primeiro Vigilante, Segundo Vigilante e dos demais cargos eletivos, que determinarem o estatuto da Loja e o Rito. Além das atribuições dos três cargos citados, os referidos diplomas estabelecem as competências do Orador, do Secretário, do Tesoureiro e do Chanceler (Grande Oriente do Brasil, 2009b). Todos os cargos citados são eleitos pelos membros das Lojas (Grande Oriente do Brasil, 2009b) e, para fins do presente trabalho, esses cargos serão considerados como sendo a Administração ou a Gestão da Loja. O Quadro I apresenta os cargos e resume algumas de suas principais atribuições.

Quadro I – Atribuições da Administração da Loja

Cargo	Atribuições
Venerável Mestre	(i) Presidir os trabalhos da Loja; (ii) Representar a Loja ativa e passivamente; (iii) Convocar reuniões da Loja e das comissões instituídas; (iv) Exercer fiscalização e supervisão sobre todas as atividades da Loja.
Vigilantes	(i) Compete aos Vigilantes a direção das Colunas da Loja; (ii) Compete ao Primeiro Vigilante substituir o Venerável Mestre; (iii) Compete ao Segundo Vigilante substituir o Primeiro Vigilante; (iv) Compete aos Vigilantes instruir os Maçons sob sua responsabilidade.
Orador	(i) Observar, promover e fiscalizar o rigoroso cumprimento das Leis e dos Rituais Maçônicos; (ii) Cumprir e fazer cumprir os deveres e obrigações a que se comprometeram os Membros da Loja.
Secretário	(i) Lavrar as atas das sessões da Loja; (ii) Manter atualizados os arquivos de: atos administrativos, correspondências recebidas e expedidas, membros do quadro da Loja; (iii) Receber, distribuir e expedir a correspondência da Loja;
Tesoureiro	(i) Arrecadar a receita e pagar as despesas (ii) Realizar a administração financeira e contábil da Loja; (iii) Apresentar à Loja os balancetes trimestrais e o balanço geral do ano financeiro anterior (iv) Apresentar proposta orçamentária da Loja para o ano seguinte.
Chanceler	(i) Controlar presenças e manter atualizado o índice de frequência; (ii) Manter registros de controle da identificação e qualificação dos membros do quadro, seus cônjuges e dependentes; (iii) Informar Maçom cujas faltas excedam o limite permitido por lei.

perante a Loja, bem como perante a sociedade (ISMAIL, 2013). Muito embora possa se questionar a existência de uma dupla causalidade, uma vez que o Venerável Mestre, assim como os demais cargos da administração da Loja são eleitos entre seus membros, pode-se assumir que o Venerável Mestre, assim como os demais cargos da gestão possuem importante papel para o bom funcionamento de uma Loja maçônica e, em última instância, na participação dos membros da Loja, devendo, portanto, ocupar posições centrais na rede de relacionamentos.

Fonte: Regulamento Geral da Federação (Grande Oriente do Brasil, 2009b), Art. 115 a 126.

Como pode ser observado a partir do Quadro I, os diferentes cargos da gestão de uma Loja Maçônica dividem os trabalhos a serem realizados entre seus membros sob a orientação geral do Venerável Mestre, a quem cabe a administração geral da Loja. A principal atribuição dos Vigilantes é a orientação e a instrução dos Aprendizes e Companheiros. O Secretário e o Chanceler desempenham funções administrativas relacionadas à gestão da Loja tanto em aspectos internos quanto em aspectos relacionados à sua representação junto a instâncias superiores. O Tesoureiro é o responsável por toda a gestão financeira e contábil da Loja. O Orador, por fim, desempenha uma função fiscalizadora do cumprimento de aspectos relacionados às leis e Rituais Maçônicos em Loja. De forma geral a estrutura administrativa de uma Loja Maçônica assemelha-se à estrutura organizacional de uma empresa ou organização privada, havendo a distribuição formal de funções entre seus membros e objetivos comuns a serem buscados.

Saindo da esfera administrativa formal de uma Loja, Ismail (2013) apresenta evidências de que a liderança maçônica ética, especialmente a do Venerável Mestre, influencia positivamente a identificação dos membros com a Loja Maçônica, sua satisfação com a vida e com a consciência e voz de grupo. Para o autor, a conduta do Venerável Mestre influencia nos valores morais do maçom e em seu comportamento

3. Método

O presente estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo com a aplicação da Análise de Redes Sociais para análise dos dados. A Análise de Redes Sociais é entendida por Reyes Jr., Gonçalo e Brandão (2012) como um conjunto de técnicas de análise para o estudo formal das relações entre atores e para analisar as estruturas sociais que surgem em decorrência dessas relações ou da ocorrência de determinados eventos. Diferentemente de outras abordagens, o foco de análise da análise de redes sociais recais não recai sobre as características do indivíduo, mas sobre os relacionamentos estabelecidos (Masquietto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011).

De forma mais específica são analisados os relacionamentos estabelecidos pelos membros de uma Loja Maçônica do Distrito Federal filiada ao Grande Oriente do Brasil. Foram coletados dados primários a partir da aplicação de instrumento elaborado para a presente pesquisa. Para a coleta dos dados foi elaborado para a presente pesquisa. A validação do questionário ocorreu a partir da sua aplicação a um Maçom membro de outra Loja não participante da pesquisa. As questões e seus comandos foram verificadas de forma a evitar equívocos de compreensão e eventuais erros de digitação. O instrumento de pesquisa é composto por dois grandes blocos de perguntas. O primeiro deles dedicado à coleta de informações gerais sobre o respondente. Além do nome, foram coletadas informações sobre o ano de nasci-

mento, o ano de iniciação, o Grau e informações sobre o cargo ocupado em Loja nas gestões atual e anterior. O segundo bloco teve por objetivo mapear as relações sociais estabelecidas pelos respondentes e era composto por quatro questões em que era solicitado ao respondente que identificasse tão somente membros da Loja: (i) Você possui parentes membros dessa Loja? (ii) Na sua opinião, quem serão as pessoas dessa Loja com mais destaque no futuro (seja na própria Loja, nos Graus Superiores ou na Ordem Maçônica)? (iii) Com quais Irmãos dessa Loja você mais troca informações sobre a Maçonaria? (iv) Com quais Irmãos você mantém contato social fora de eventos Maçônicos? Não foi colocado limite para a quantidade de pessoas citadas nas respostas.

Os questionários foram aplicados entre os dias 16 de novembro e 07 de dezembro de 2015. Como forma de facilitar o acesso aos respondentes e tentar aumentar a quantidade de respostas obtidas, além da aplicação presencial, o questionário foi adaptado para envio e resposta por e-mail. Foram obtidas 45 respostas (38 aplicadas presencialmente e 7 a partir do questionário eletrônico) que perfazem uma amostra de 67,16% do total de membros da Loja. Os membros da Loja foram classificados quanto ao Grau Simbólico e quanto a participação na Gestão da Loja, adotando-se a inicial "A" para os Aprendizes, "C" para os Companheiros, "M" para os Mestres e "G" para os Mestres que fizeram parte da gestão atual e da gestão anterior da Loja.

Além dos dados primários foram coletados junto a administração da Loja dados secundários referentes à frequência da participação dos membros nas reuniões ordinárias da Loja entre os meses de setembro de 2014 e agosto de 2015. Os dados foram tabulados no software Excel e posteriormente transferidos para análise nos softwares UCINET e Statistical Package for Social Sciences - SPSS.

Para a realização das análises foram mensurados os graus de centralidade da rede da Loja resultante dos dados consolidados em que se utilizaram todos os tipos de ligações mapeados, assim como de duas redes parciais em que se utilizou

somente os dados sobre troca de informações e contato social. A partir dos graus de centralidade e dos padrões de relacionamento dos membros da Loja foram ainda mapeadas facções dentro da rede. A direcionalidade dos relacionamentos não foi considerada. As análises estatísticas incluíram estatísticas descritivas (média, variância e desvio-padrão), assim como análises de correlação de Pearson e de Speraman e Análise de Variância - ANOVA. Na seção seguinte são apresentados e discutidos os resultados.

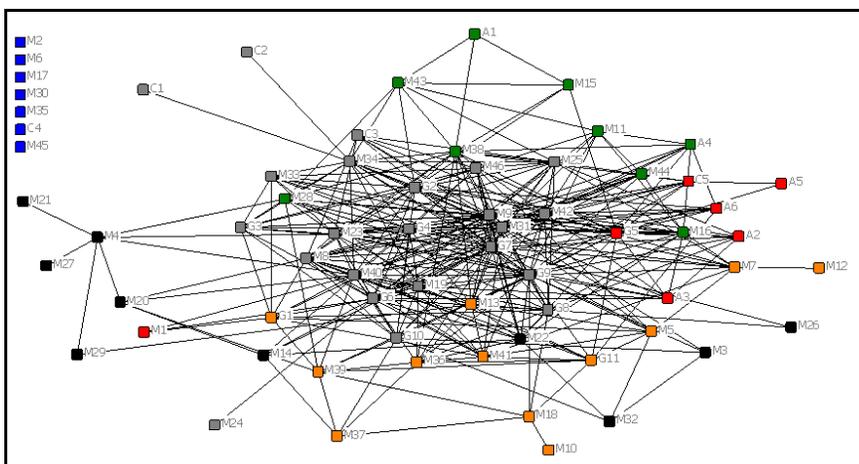
4. Resultados

A partir da totalidade das conexões mapeadas a partir do instrumento de coleta foi mapeada a rede Consolidada da Loja. Essa rede possui uma densidade de 0,079 e pode-se observar 360 relacionamentos estabelecidos entre seus membros de um total de 2.278 ligações possíveis com uma média de 5,29 relacionamentos por membro. Para facilitar as análises, os membros da Loja foram divididos em subgrupos (ou facções) pelo software UCINET de acordo com o padrão de relacionamentos estabelecidos. A Tabela I apresenta as principais características dos subgrupos criados enquanto que a Figura 1 apresenta a rede Consolidada da Loja subdividida em 5 grupos.

Tabela I - Características Subgrupos Rede Loja Maçônica

Subgrupo	Nº Casos	Centralidade Média				Frequência	Idade	Ano Iniciação
		Grau	Proximidade	Intermediação	Geodésica			
Vermelho	7	12793,1	11035,5	724,7	12179,8	64,71%	38	2011
Cinza	23	25827,5	11334,3	2609,9	22812,3	64,80%	51	2006
Verde	9	14262,1	11054	862,1	12111,8	49,26%	45	2007
Laranja	12	13432,8	10967,9	1229,1	10385,4	35,21%	65	1983
Preto	10	6865,6	10714,9	822,6	4925,1	39,79%	73	1980

Figura 1: Rede Consolidada Loja Maçônica



Ao observar a região central da Figura I, nota-se a presença predominante de membros do subgrupo Cinza. Esse subgrupo é composto por grande parte dos membros que atuam na gestão da Loja (seja na atual ou na anterior) e por mestres, sendo, aparentemente o subgrupo com relações mais densas entre os membros da Loja. Esse subgrupo possui a mais alta frequência (média de 64,8% de presença) e as mais altas médias nas medidas de centralidade avaliadas. Observa-se que os membros do subgrupo cinza possuem idade média de 51 anos e possuem, em média, 10 anos dentro da Ordem Maçônica. Além de membros da Gestão da Loja, nota-se uma grande quantidade de mestres recentes nesse subgrupo. Os indivíduos com os maiores graus de centralidade nas quatro medidas propostas fazem parte desse grupo.

Considerando se tratar do subconjunto com uma rede mais densa de relacionamentos estabelecidos, espera-se que haja um fluxo mais facilitado de informações entre esses atores, uma maior coesão interna, como destacado por Sacomano Neto e Truzzi (2004) e por Scott, Cooper e Baggio (2007), assim como uma maior facilidade para o desenvolvimento de laços de confiança entre esses atores, conforme argumentado por Gnyawali e Madhavan (2001) e por Machado-da-Silva e Coser (2006). A presença de maior coesão associada a uma grande quantidade de membros da gestão atual e anterior da Loja e de mestres novos permitem argumentar que possivelmente a partir desse subgrupo sairão os atores que irão compor as próximas administrações da Loja.

O segundo subgrupo mais numeroso, o subgrupo Laranja, é composto por 12 componentes e, conta com um membro da gestão da Loja e com Mestres com um grau de centralidade relativamente alto. A média de idade dos membros do subgrupo Laranja é de 65 anos e a média de tempo na ordem é de 33 anos. Diversos membros desse subgrupo alcançaram graus elevados nos graus superiores não raramente havendo alcançado o grau máximo para o Rito da Loja. Nota-se uma boa integração (ocorrência de várias conexões) entre os membros do subgrupo Laranja com os membros do subgrupo Cinza. Como destacado por Wasserman e Faust (1994) e Scott, Cooper e Baggio (2007) redes esparsas podem facilitar a importação de novas ideias e informações evitando a formação de ligações redundantes. Nesse sentido, entende-se como importante a presença de um subgrupo de membros bastante ativos na Ordem que

podem atuar como fonte de novas informações, oportunidades e estímulo para o desenvolvimento e aprendizado dos membros da Loja.

Os subgrupos Verde e Vermelho apresentam valores bastante similares para os Graus de Centralidade, havendo diferença na frequência média dos membros nos últimos 12 meses (49,26% e 64,71% respectivamente). Destaque-se que esses dois subgrupos concentram uma grande quantidade de companheiros e de aprendizes e apresentam uma baixa centralidade de intermediação, o que explica sua posição mais periférica na rede. Ambos subgrupos concentram a maioria de suas conexões com o subgrupo cinza, sendo que, no caso do subgrupo Verde, nota-se uma maior quantidade de ligações entre membros do subgrupo, explicada pela grande ocorrência de relações de parentesco e contato social entre os atores. A interligação do subgrupo Verde com o restante da rede, no entanto, é concentrada principalmente em três membros (M16, M38 e M44). Considerando a frequência relativamente baixa dos atores desse subgrupo e o pequeno grau de interação com os demais membros da Loja, pode-se argumentar que a eventual desconexão de um membro da rede pode acarretar o desligamento de outros membros da Loja.

O subgrupo Vermelho conta com a maior quantidade de aprendizes, o que explica se tratar do subgrupo com menor tempo médio na ordem – 5 anos (valor aumentado em grande medida pela presença de G5 no subgrupo). Nota-se baixa ocorrência de ligações entre os membros do subgrupo, não raramente concentradas em G5, eventualmente por ser um membro da gestão da Loja (ainda que sua função não esteja diretamente relacionada à instrução de Companheiros e Aprendizes). De forma geral, a exceção de G5, observa-se a baixa ocorrência de conexões de Aprendizes e de Companheiros com membros da gestão da Loja, em especial com os Vigilantes. Granovetter (1973) destaca que a força de um laço pode ser explicada pela combinação da quantidade de tempo, intensidade emocional, grau de intimidade (confiança mútua) e reciprocidade que existentes na relação. Aprendizes e Companheiros são os estágios iniciais na Ordem Maçônica, de forma que não houve tempo necessário para que os laços se estabelecessem. Nesse sentido, eventualmente haja uma priorização do contato pessoal com atores já conhecidos (eventualmente com os padrinhos ou parentes membros da Loja) em detrimento do contato institucional com os responsáveis pela instrução nos graus iniciais.

Como destacado por Santos, Rossoni e Machado-da-Silva (2011) relações institucionais são importantes, porém organizações são extremamente complexas. Não obstante aos argumentos apresentados, os membros mais novos mostram-se bastante conectados à rede da Loja, ainda que se possa notar a ocorrência de Companheiros e Aprendizizes isolados (com poucas ou mesmo nenhuma conexão com a rede).

O subgrupo Preto é composto exclusivamente por mestres e possui a maior idade média e o maior tempo dentro da Ordem Maçônica (73 e 36 anos respectivamente). A quantidade de conexões internas, bem como de conexões com o restante da rede são reduzidas comparativamente aos demais subgrupos, característica essa eventualmente explicada pela baixa frequência dos membros do subgrupo (39,79%). Os mesmos argumentos apresentados para os subgrupos Verde e Laranja podem ser aplicados aqui. Por contar com diversos membros com ampla vivência na Ordem Maçônica esse subgrupo pode representar uma boa fonte de novas informações e de estímulo para o desenvolvimento dos membros mais novos da Loja, no entanto a baixa frequência associada à baixa conexão de certos atores desse subgrupo com a rede pode impedir esse efeito positivo, além de levar a uma situação em que o eventual desligamento de um membro leve à perda de mais de um ator. Em situação mais extrema encontra-se os atores em azul apresentados na Figura I. Esses sete atores não se conectam com o restante da rede. Ainda que a ausência de conexões possa ser explicada pela baixa frequência desses casos (14,64% nos últimos 12 meses), a não citação desses casos por nenhum dos respondentes permite questionar o efetivo pertencimento desses casos à rede estudada.

O coeficiente de correlação de Pearson foi empregado para analisar a correlação entre a frequência dos membros da Loja e os seus respectivos graus de centralidade. Os resultados alcançados mostram que a frequência está positivamente e significativamente correlacionada ($P < 0,01$) às quatro medidas de centralidade, sendo que os maiores valores de R^2 foram observados para a Centralidade de Grau e Centralidade Geodésica (0,642 e 0,614 respectivamente) enquanto que as Centralidades de Intermediação e de Proximidade apresentaram valores ligeiramente inferiores (0,464 e 0,455 respectivamente). Esses resultados, embora já esperados, indicam que quanto maior a frequência à Loja, maior o conjunto de conexões estabelecidas (maior centralidade de Grau), mai-

or a capacidade integrativa (maior centralidade de intermediação), maior o acesso aos recursos e informações disponíveis na rede (centralidade de proximidade) e mais central será sua posição na rede da Loja (centralidade Geodésica).

A análise de correlação de Spearman foi empregada para verificar a correlação entre o Grau dos atores e as medidas de centralidade. Os resultados demonstraram que o Grau Simbólico está positivamente correlacionado às medidas de Centralidade de Grau (0,245; $P < 0,05$), de Proximidade (0,246; $P < 0,05$) e de Intermediação (0,359; $P < 0,01$). A Centralidade Geodésica não apresentou correlações significativas. Como destacado por Wasserman e Faust (1994), a distância geodésica é a medida de importância de um ela na rede. Dessa forma, embora a ascensão a Graus Simbólicos mais elevados permita o estabelecimento de mais conexões e interligações entre os membros da Loja, isso não necessariamente implica em aumentar a importância dentro da Loja. Conforme verificado, a frequência se relaciona positivamente à centralidade Geodésica, de forma que a importância de um membro em Loja estaria mais relacionada à sua frequência do que necessariamente ao Grau Simbólico.

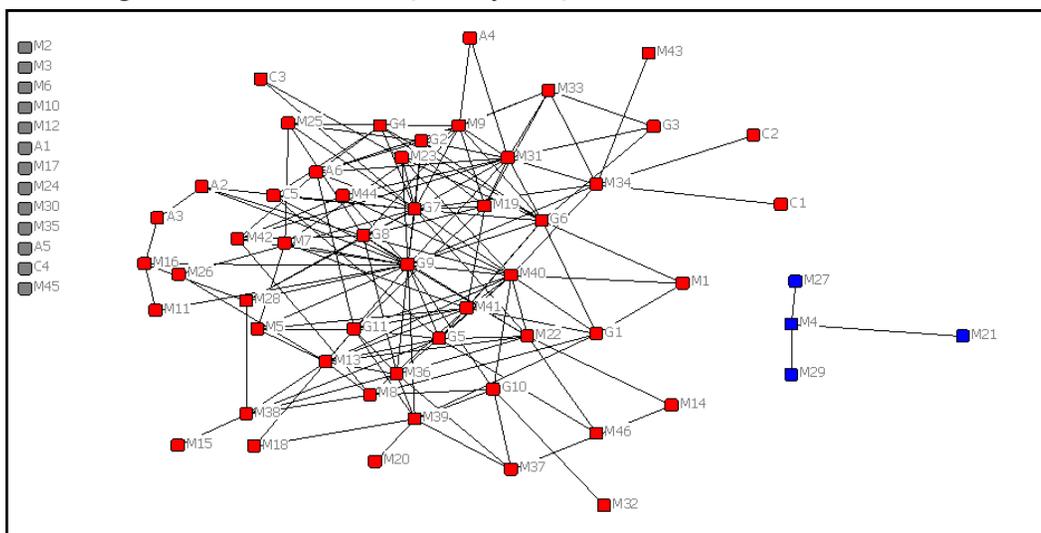
Por fim foi empregada a ANOVA para comparar a média dos diferentes graus de centralidade dos membros da gestão da Loja com relação aos demais membros. Os resultados mostraram-se significativos ($P < 0,05$) para as Centralidades de Grau, Geodésica e de Intermediação, o que indica que a média desses Graus de Centralidade são maiores para os membros da Gestão. Cumpre, no entanto, destacar que a mesma análise não encontrou diferenças significativas para a Centralidade de Proximidade. A centralidade de Proximidade representa a possibilidade de comunicação e acesso aos diversos atores da rede (Masquietto; Sacomano Neto; Giuliani, 2011), de forma que o resultado pode ser explicado pela presença de diversos membros periféricos, pouco conectados à rede de forma geral e não conectados aos membros da Gestão da Loja.

Além da rede de relacionamentos consolidada da Loja, foram mapeados os relacionamentos parciais a partir de das questões (iii) - "Com quais Irmãos dessa Loja você mais troca informações sobre a Maçonaria?" - e (iv) - "Com quais Irmãos você mantém contato social fora de eventos Maçônicos?" - com o intuito de mapear as redes de informações e social dos membros da Loja.

A rede de informações da Loja (Figura II) pos-

sui uma densidade de 0,0342, sendo que, em média, cada membro da Loja troca informações com 2,28 atores da rede. Pode-se notar a formação de duas redes (uma em vermelho e outra em azul), bem como a presença de treze indivíduos participantes da Loja completamente desconectados da rede. Em que pese a maioria dos membros da Loja e seus gestores estarem na mesma rede principal, a estrutura apresentada pode denotar que a informação não chega a todos os membros da Loja ou circula em um subgrupo restrito.

Figura 2: Rede de Informações Loja Maçônica



Nota-se que Aprendizes e Companheiros assumem posições periféricas na rede de informação da na Rede de Informações Loja e que, novamente, poucas são as suas conexões com membros da gestão da Loja. Do total de conexões estabelecidas por Companheiros e Aprendizes na Rede de Informações, cerca de 30% é estabelecida com os Vigilantes, o que corrobora a perspectiva anterior de que os contatos institucionais são preteridos aos relacionamentos de amizade ou de parentesco anteriores à entrada na Loja. Assim como em outras organizações, eventualmente haja uma diferença entre a organização formal da organização e o desenvolvimento diário de suas atividades, como destacado por Meyer e Rowan (1977).

O coeficiente de correlação de Pearson foi empregado para analisar a correlação entre a frequência dos membros da Loja, ano de nascimento e a ano de iniciação com as medidas de centralidade consideradas enquanto que a correlação de Spearman foi utilizada para verificar a correlação entre o

Grau Simbólico e as mesmas medidas de Centralidade. Os resultados encontrados indicam uma correlação significativa e positiva entre a frequência e as medidas de Centralidade (Grau – 0,475; Proximidade – 0,410; e Geodésica – 0,479, com $P < 0,01$; e Intermediação – 0,293; com $P < 0,05$), o que corrobora a perspectiva de que os atores com maior frequência acessam e compartilham mais informações. A variável Grau Simbólico apresentou correlação significativa ($P < 0,05$) e as variáveis centralidade de Grau (0,241) e de Intermediação (0,242), indicando que, como esperado, os Mestres possuem mais conexões para recepção e compartilhamento de

informações e desempenham mais o papel de interligação entre os membros da rede. Não houve correlação significativa entre as medidas de Centralidade e a data de iniciação ou com a data de nascimento. Esses resultados indicam que estar presente em Loja é mais importante para promoção do fluxo de informações do que a idade cronológica ou possuir muito tempo na Ordem.

A rede de Contato Social da Loja (Figura III) mostra-se ligeiramente menos densa que a Rede de Informações (densidade de 0,0323), sendo que os membros da rede, em média, estabelecem 2,16 ligações. Ao comparar as centralidades de Grau dos atores mais centrais das duas redes, nota-se que a Rede Social, embora menos densa, é menos concentrada nos atores centrais da Rede. A despeito dessa menor concentração, dezesseis membros da Loja encontram-se completamente desconectados da rede. Essas ocorrências são explicadas pela não resposta ao questionário, mas também pelo não contato social de diversos membros da rede fora do ambiente institucional da Maçonaria. As perguntas propostas no instrumento de pesquisa eram abertas e, em alguns casos, a resposta à questão sobre relacionamentos sociais não continha a indicação dos membros com quem o respondente mantinha contato social, mas uma reclamação no sentido de que o Loja poderia promover mais ações para integração social ou de que, infelizmente, o respondente não dispunha de condições de participar de ações sociais.

Da mesma forma que na Rede parcial anterior,

forem empregados os coeficientes de correlação de Pearson e Spearman para analisar a correlação entre a frequência dos membros da Loja, ano de nascimento, ano de iniciação e o Grau Simbólico ocupado com as medidas de Centralidade. Os resultados demonstram novamente a existência de correlação entre a variável frequência e as quatro medidas de centralidade empregadas (Grau – 0,474, Proximidade – 0,436 e Intermediação – 0,244 com $P < 0,01$; e Geodésica – 0,379, com $P < 0,05$), de forma que quanto mais assíduo em Loja, maior o contato social estabelecido fora dela.

Companheiros, sendo que suas ligações são mais próximas e interligam mais membros da rede, no entanto a disposição espacial dos Mestres na Rede Social não os diferencia dos demais Graus Simbólicos.

5. Conclusão

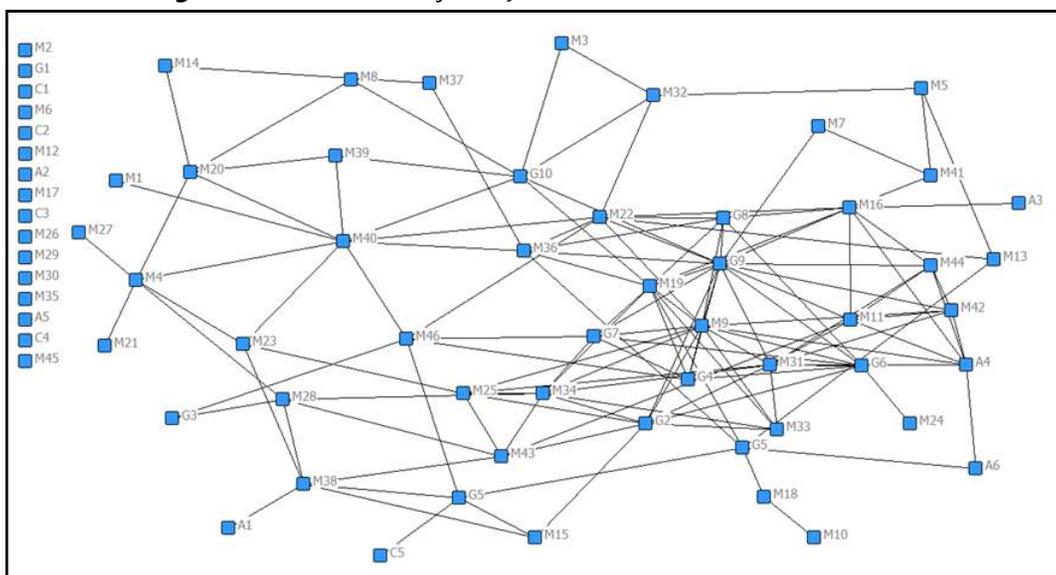
O presente trabalho teve por objetivo analisar as relações sociais desenvolvidas dentro da estrutura de uma Loja Maçônica. Para a consecução do objetivo proposto, a partir do mapeamento da rede de relacionamentos de uma Loja Maçônica, foram caracterizados os subgrupos que compõe a rede e analisada a centralidade dos membros da Loja. A caracterização

por subgrupos possibilita uma interpretação da evolução dos relacionamentos estabelecidos na Loja estudada.

Os membros mais novos (aprendizes e companheiros), representados nos subgrupos Verde e Vermelho, apresentam uma quantidade menor de conexões (baixa densidade de Grau e de intermediação), concentrando seus laços em relações de parentesco ou amizade prévias. Não obstante a esses contatos, esse subgrupo

apresenta uma grande quantidade de conexões com o subgrupo Cinza, além de altos níveis de centralidade Geodésica, o que demonstra sua proximidade ao centro da rede, o que é importante para formação dos membros mais novos e o aprendizado de normas e valores da instituição. Quando da passagem ao grau de Mestre, as conexões dos membros já são mais diversificadas e densas. Nota-se ainda uma maior aproximação, quando não, participação na administração direta na Loja, tal como apresentado no subgrupo Cinza. A presença dos maiores graus de centralidade e a maior densidade dos laços entre os membros do subgrupo permitem argumentar que se trata da parte mais coesa da Loja e que desse subgrupo sairão os membros das próximas gestões da Loja. Os subgrupos Laranja e Cinza, por sua vez, concentram os membros mais experientes seja em termos de idade cronológica, seja em termos de idade Maçônica. Esses subgrupos apresentam centralidades meno-

Figura 3: Rede Social Loja Maçônica



As variáveis ano de nascimento e ano de iniciação apresentaram correlação significativa ($P < 0,05$) e positiva com a centralidade Geodésica (0,414 e 0,319 respectivamente). A centralidade Geodésica remete aos atores mais centrais em termos de estrutura central da rede (Reyes Jr.; Gonçalves; Brandão, 2012), de forma que quanto novo o membro ou quanto mais recente a iniciação, mais central sua posição na Rede. Nota-se que a parte mais densa da Figura III é composta por mestres novos e membros da gestão da Loja que compõem o subgrupo Cinza da Rede Consolidada da Loja, o que explica o resultado relatado. Por fim, a variável Grau Simbólico mostrou-se significativamente ($P < 0,05$) correlacionada à centralidade de Grau (0,362), de Intermediação (0,376) e de Proximidade (0,384), mas não à centralidade geodésica. Esse resultado indica que os Mestres possuem uma maior quantidade de ligações do que Aprendizes e

res, o que pode ser explicado pelo desenvolvimento de atividades nos Graus Superiores ou mesmo desligamento de membros contemporâneos aos componentes desse subgrupo. Importante destacar que laços mais esparsos podem ser importantes para a importação de novas ideias e de novos estímulos para a continuidade dos membros mais novos da Loja.

Os resultados encontrados demonstraram a importância da frequência para a centralidade na rede, sendo que quanto maior a frequência, maior a quantidade de conexões estabelecidas, maior a capacidade integrativa, o acesso aos recursos e informações e o poder relacional na rede. Muito embora o Grau Simbólico tenha obtido resultados significativos com alguma das medidas de centralidade, os graus de correlação alcançados não raramente eram inferiores aos da frequência. Nas três redes mapeadas não se a presença de membros da Loja entre os atores mais centrais, no entanto a figura do Venerável Mestre nem sempre está entre as mais centrais e o contato entre os Vigilantes e Companheiros e Aprendizes se mostraram relativamente escassos.

A presente pesquisa, embora permita verificar a capacidade da análise de redes sociais como estratégia de pesquisa em Lojas Maçônicas, apresenta limitações. A amostra obtida, embora o instrumento de pesquisa tenha sido aplicado a uma quantidade relativamente grande de membros da Loja, ainda se mostra aquém, sendo o ideal a aplicação da pesquisa à totalidade dos membros da rede. Outro aspecto importante a ser mencionado é que pela necessidade de aplicação da pesquisa a uma quantidade grande de potenciais respondentes obrigou que o questionário fosse reduzido. Nesse sentido, outros tipos de relações sociais poderiam ter sido mensurados, inclusive relacionamentos com Maçons de outras Lojas. A presente pesquisa poderia ser complementada com entrevistas com membros da Loja, o que levaria a explicações mais detalhadas sobre os relacionamentos estabelecidos e sobre o papel desempenhado por certos atores em Loja.

Não obstante às limitações, entende-se que a presente pesquisa pode ser replicada na mesma Loja para verificação da evolução da estrutura da rede ao longo do tempo, ou mesmo aplicada em outras Lojas de forma a possibilitar a comparação da estrutura das redes e a centralidade dos atores envolvidos na gestão das Lojas. Para uma melhor comparação entre redes, sugere-se a utilização de variáveis que permitam avaliar o desempenho das Lojas e, eventualmen-

te, de seus membros.

5. Referências

- BAGGIO, R.; SCOTT, N; COOPER, C. Network science a review focused on tourism. *Annals of Tourism Research*, 37(3), p. 802-827, 2010.
- BELUSSI, F.; PORCELLATO, D. Knowledge Networks in Science within a Regional Innovation System. In.: Belussi, F.; Staber, U. (Ed.), *Managing networks of creativity*. New York: Routledge.Campillo, pp. 65-86, 2015.
- CAMPILLO, M. A. L. G. A Maçonaria para Leigos: Mistérios, Origem e Estrutura. *Revista Ciência e Maçonaria*, Brasília, vol. 3, n.1, p. 59-68, jan/jun, 2015.
- CHO, J.; SANG-HUYN, A.; CHA, M. S.The effects of network characteristics on performance of innovation clusters. *Expert Systems with Applications*, 40, p. 4511-4518,2013.
- DAYASINDHU, N. Embeddedness, knowledge transfer, industry clusters and global competitiveness: a case study of the Indian software industry. *Technovation*, 22, p. 551-560, 2002.
- EISINGERICH, A.B.; BELL, S.J.; TRACEY, P. How can clusters sustain performance? The role of network strength, network openness, and environmental uncertainty. *Research Policy*, 39, p.239-253, 2010.
- GNYAWALI, D.R.; MADHAVAN, R. Cooperative Networks and Competitive Dynamics: a Structural Embeddedness Perspective. *Academy of Management Review*, vol. 26, nº 3, p. 431-445, 2001.
- GNYAWALI, D. R.; He, J.; MADHAVAN, R. Impact of Competition on Firm Competitive Behavior: na Empirical Examination. *Journal of Management*, 32:507, 2006.
- GRANDE ORIENTE DO BRASIL – GOB. *Constituição do Grande Oriente do Brasil*, Brasília, 2009a;
- _____. *Regulamento Geral da Federação*, Brasília, 2009b.
- GRANOVETTER, M. The Strenght of the Weak Ties. *American Journal of Sociology*, vol. 78, Issue 6, 1973.
- _____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*. v. 91, n.3, p. 481-510, 1985.
- _____. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da Imersão. *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.
- GULATI, R.; NOHRIA, N.; ZAHEER, A. Strategic Networks. *Strategic Management Journal*, v. 21, p. 203-215, 2000.
- HOFFMANN, V.E.; LOPES, G. S. C.; MEDEIROS, J. J. Knowledge transfer among the small businesses of a Brazilian cluster. *Journal of Business Research*, vol. 67, p. 856-864, 2014.
- IACOBUCCI, D.; SALTER, J. M.Redes Sociais: você perdeu o controle. In. KLEINDORFER, P. R.; WIND, Y.; GUNTHER, R.

- E. *O desafio das redes: estratégia, lucro e risco em um mundo interligado*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- ISMAIL, K. M. S. O. Liderança Maçônica A Influência da Liderança na Identidade e Comportamento Maçônico. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, EBAPE-FGV, 2013.
- KLEINDORFER, P. R.; WIND, Y. O Imperativo das Redes: comunidade e contágio. In.: KLEINDORFER, P. R.; WIND, Y.; GUNTHER, R. E. *O desafio das redes: estratégia, lucro e risco em um mundo interligado*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MACHADO-DA-SILVA, C.; COSER, C. Rede de Relações Interorganizacionais no Campo Organizacional de Videira-SC. *RAC*, Curitiba, v. 10, n. 4, Out./Dez., p. : 09-4,5 2006.
- MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R.; Gonçalves, S. A.; AUGUSTO, P. M. Redes Sociais e Interorganizacionais. *RAE*, vol. 46, nº 3, 2006.
- MASQUIETTO, C. D.; SACOMANO NETO, M; GIULIANI, A. C. Centralidade e densidade em redes de empresas: (...). *Revista de Administração e Inovação*, vol.8, n.1, p.122-147, jan./mar., 2011.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 83, n. 2, p. 340-363, Sept. 1977.
- MIZRUCHI, M. S. Análise de Redes Sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *RAE*, vol. 46, nº3, 2006.
- Pavlovich, K. The evolution and transformation of a tourism destination network: the Waitomo Caves, *New Zealand Tourism Management*, 24(2), p. 203-216, 2003.
- REYES JR., E.; C. R. GONÇALO; BRANDÃO, C. N. Mapeando as Relações Sociais em Aglomerados de Empresas. *REDES – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, vol. 23, nº 6, diciembre 2012.
- SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. Configurações Estruturais e Relacionais da Rede de Fornecedores: uma pesquisa compreensiva. *Revista de Administração*, São Paulo, v.39, n.3, p.255-263, jul./ago./set. 2004.
- SANTOS, L. G. A.; ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Condicionantes Estruturais dos Relacionamentos Intraorganizacionais: uma análise da influência sobre as relações de comunicação e decisão. *Revista de Administração da Mackenzie – RAM*, vol. 12, nº 1, São Paulo, 2011.
- SCOTT, N.; COOPER, C.; BAGGIO, R.; Destination networks: four Australian cases. *Annals of Tourism Research*, vol. 35, n. 1, 169–188, 2008.
- SODEREGGER, P.; TAUBE, F. Cluster life cycle and diaspora effects: Evidence from the Indian IT cluster in Bangalore. *Journal of International Management*, 16,p. 383–397,2010.
- THORELLI, H. B. Networks: between markets and hierarchies. *Strategic Management Journal*, v.7, p 37-51, 1986.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MAÇONARIA E MUSEOLOGIA:

Análise dos objetos maçônicos de D. Pedro I

(MUSEOLOGY AND FREEMASONRY: Analysis of objects of D. Pedro I)

Raniel da Conceição Fernandes ¹

Resumo

O presente trabalho desenvolve uma análise histórico-iconográfica dos objetos maçônicos que pertenceram ao Imperador D. Pedro I. Assim, tendo como base as diretrizes investigativas da Museologia, apresenta-se um estudo contextual dos objetos históricos embasado no auxílio de fontes documentais, de leitura iconográfica dos acervos e revisão de literatura sobre o tema. Longe de apresentar verdades incontestáveis a respeito da história dos objetos apresentados, busca-se fazer uma reflexão acerca das possíveis intersecções do campo de estudo proposto pela Museologia imerso no universo da Maçonaria.

Palavras-chaves: Maçonaria; Museologia; D. Pedro I.

Abstract

The present work develops a historical-iconographic analysis of the Masonic objects that belonged to the Emperor D. Pedro I. Thus, based on the investigative directives of Museology, this article presents a contextual study of historical objects based on the aid of documentary, reading sources Iconography of the collections and review of the literature on the subject. Far from presenting incontestable truths about the history of the objects presented, it is sought to reflect on the possible intersections of the field of study proposed by Museology immersed in the universe of Freemasonry.

Keywords: Freemasonry; Museology; D. Pedro I.

¹ Raniel da Conceição Fernandes é Bacharel em Museologia pela UnB—Universidade de Brasília (2013). Atualmente é curador do Museu Maçônico "Ariovaldo Vulcano" do GOB—Grande Oriente do Brasil. . E-mail: *ranielcferrandes@gmail.com*

1. Panorama maçônico-museal

O patrimônio histórico maçônico é rico e complexo. Mormente no Brasil, essa riqueza é conspícua devido a indelével participação da Maçonaria na história do Brasil. Por meio de seus membros, atuou nos grandes fatos históricos e períodos de efervescência político-social que marcaram a trajetória da nação brasileira. De maneira geral, diversos maçons contribuíram de forma relevante nos processos de Independência do Brasil, na Abolição da Escravatura e na proclamação e consolidação da República.

A complexidade apresenta-se nas diversas lendas e mitos que envolvem a Ordem. Suas origens e trajetória até os dias hodiernos estão permeadas de teorias conspiratórias, histórias mirabolantes e realizações (in)discutíveis. A própria produção historiográfica maçônica, como afirma William de Carvalho (2007) e Célia de Azevedo (1997, p.180), é repleta de mitos e fantasias, com parca metodologia histórica e análises parciais.

Assim, ao se falar em Maçonaria, no universo popular, muitas vezes não se separa o mito da realidade histórica, o fato da lenda, havendo muitas falácias proferidas e embasadas em interesses pessoais. E, em se tratando do acervo histórico relacionado à Maçonaria não é diferente. No Brasil, há poucas instituições responsáveis pela salvaguarda dos documentos e objetos históricos relacionados a Ordem. E, pelo status existente, há de se questionar a real história por trás desses acervos.

Diante disso, mister se faz a realização de pesquisas metódicas, embasadas em fontes documentais ou em indícios conspícuos e inteligíveis disponíveis nos mais variados acervos relacionados à Maçonaria.

O presente estudo, ademais, objetiva analisar as histórias nas quais estão envoltos os objetos maçônicos associados a D. Pedro I e que pertencem hoje ao acervo do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Teriam de forma efetiva tais objetos pertencidos a D. Pedro I, ou mais além, teriam sido usados pelo Imperador? Que objetos são estes e que histórias e significados podem revelar, devido ao seu envolvimento com o primeiro imperador brasileiro?

Não se pretende aqui responder de forma definitiva às questões supracitadas, mas sim, apresentar alguns indícios que elucidem tais dúvidas. Por meio de um levantamento histórico do contexto da Maçonaria na época e de uma análise iconográfica dos ob-

jetos relacionados, serão levantadas algumas considerações sobre a simbologia maçônica presentes nos bens culturais e a vida maçônica do Imperador, demonstrando-se, por fim, a profícua intersecção entre o campo museal e o universo maçônico.

2. A museologia e o estudo do objeto

A Museologia, enquanto ramo do conhecimento científico, como afirma Cristina Bruno (1996, p. 10) apresenta, como escopo de estudo, interesse na Cultura Material e em elementos da herança patrimonial das diversas sociedades no transcurso da história. Neste campo, há estudos investigativos relacionados com a pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio cultural produzidos pela humanidade. Nas instituições museais, principal *locus* onde a relação entre patrimônio-sociedade ocorre, as ações do processo curatorial – formação dos acervos, pesquisa, conservação, documentação museológica, exposição e educação museal (CURY, 2011, p.1017), apresentam a visão basilar da práxis museológica.

Mais especificamente, no âmbito dos museus, todos os objetos são processados tecnicamente e catalogados visando o armazenamento de todas os dados a estes referentes. É no processo de documentação museológica, que é por si só uma sistemática de pesquisa, onde são pesquisadas as principais relações histórico-funcionais relacionados aos diversos acervos preservados em museus.

Helena Ferrez (1994, p.67) apresenta uma singular teoria informacional do objeto em museus, afirmando que “os objetos produzidos pelo homem são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas”. As intrínsecas referem-se as informações depreendidas do objeto em si, de suas características físicas, sua estrutura e composição. Já as informações extrínsecas são aquelas recuperadas a partir de outras fontes, para além dos objetos, quais sejam os documentos a estes relacionados, o contexto de uso e fabricação, suas relações com fontes bibliográficas, entre outros.

Nesse sentido, os objetos ao serem musealizados, isto é, inseridos nos acervos, ou adquiridos pelos museus nem sempre apresentam informações sobre sua origem, procedência, histórico, usos. E, portanto, exigem uma análise e pesquisa por parte dos profissionais de museus com a finalidade de se buscar as informações contextuais que venham preen-

cher as lacunas e dúvidas suscitadas.

De modo geral, é função basilar dos museus preservar os acervos a eles pertencentes. Mas para além disso, as instituições museais devem proporcionar à sociedade a fruição destes objetos, procurando transmitir as informações mais precisas sobre estes. O próprio Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (2010, p.18) determina tal propósito. Tendo, por conseguinte, a necessidade de divulgar tais conhecimentos desenvolvidos em seu âmbito à sociedade, mormente por meio de exposições, conferências, congressos e publicações.

Ao se tratar especificamente dos objetos em si, pode-se afirmar que cada objeto é um universo de possibilidades relacionais a ser desvendado. Segundo Fausto dos Santos (2000, p. 90) "todos os objetos são portadores de forma, de uma Gestalt [...] cada objeto é, pois, condutor de mensagens funcionais e simbólicas." Ainda segundo este autor, "podemos definir os objetos em relação ao museu como testemunho da trajetória do homem, de um fato, de uma época"(p.91). Desse modo, é possível extrair diversas informações dos objetos, sejam históricas, simbólicas, contextuais e relacionais.

Ademais, no caso dos objetos maçônicos, como afirma Suely Kofes (2007, p.29), há uma cultura material maçônica, que por meio dos seus testemunhos materiais, outrora objetos simbólicos e ritualísticos, estão permeados de uma densidade histórica e mítica. Tais acervos, "atualizam a estratégia de tornar visível a maçonaria e conservar como memória ativa, os símbolos maçônicos e uma estética maçônica, que guardam neles uma densidade histórica e mítica" (KOFES, 2007, p.35).

Ao se pensar sobre objetos maçônicos tal questão apresenta-se, portanto, de forma mais complexa, pois a Maçonaria durante muito tempo esteve envolta em segredos e mistérios guardados com esmero. Desse modo, antes de se analisar especificamente os objetos maçônicos do Imperador D. Pedro I, cabe apresentar parte de sua vivência maçônica, inclusive para contextualizar a posterior comparação desta com os referidos objetos.

3. Vida maçônica de D. Pedro I

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Gabriel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e

Bourbon (Queluz, Portugal, 1798 - Queluz, 1834) já a tempo manifestava o desejo de ingressar na Maçonaria, como afirma Antônio de Menezes Drummond (1883, p.133) – diplomata e secretário de José Bonifácio – nos manuscritos denominados "Recordações de um Contemporâneo" publicados na Gazeta Litterária do Rio de Janeiro, em 1883.

De fato, o Imperador do Brasil D. Pedro I foi iniciado na Maçonaria aos 24 anos de idade, na Loja Comércio e Artes, adotando o nome heróico de Guatimozim. Tendo como padrinho José Bonifácio, a sua iniciação ocorreu no dia 02 de agosto de 1822, como consta na ata da sessão nº9 da Assembléia Geral do GOB no dia 13 do 5º mês de 1822. Já em 5 de agosto, como apresentado na ata da sessão de 16 do 5º mês de 1822, o primeiro Imperador do Brasil foi exaltado ao Grau de Mestre Maçom.

A despeito de sua rápida passagem pela Maçonaria, a qual ordena a suspensão de todos os trabalhos em 21 de outubro de 1822, o Imperador foi empossado como Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil na 17ª sessão do GOB e nesta mesma reunião foi revestido com o Grau 7 do Rito Moderno – Cavaleiro Rosa-Cruz, como afirma Manoel Joaquim de Menezes em seus relatos "Exposição histórica da Maçonaria no Brasil" (Apud BOLETIM, 1875, p.747), que, conforme explicitou Kurt Prober (1984, p.55), em livro escrito com o pseudônimo Isa Ch'an, fora testemunha ocular dos fatos ocorridos em 1822.

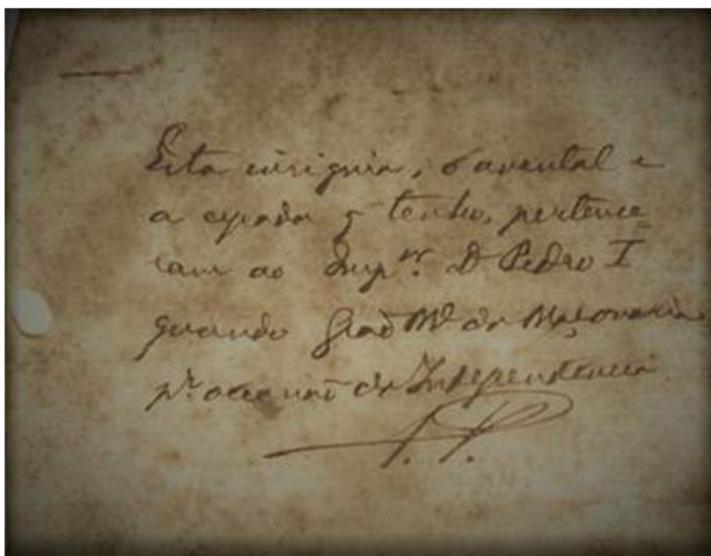
Destarte, no arquivo histórico do Museu Imperial é possível encontrar uma carta direcionada a Joaquim Gonçalves Ledo, a qual foi assinada com as iniciais "I.: P.: M.: R. : +", que, segundo Castellani (2009, p. 56), significa: Irmão Pedro, Maçom Rosa-Cruz. O que, assim, corrobora a afirmação de que D. Pedro I atingiu o grau máximo do Rito Moderno à época.

4. Os objetos e suas relações

Desse modo, passemos para a descrição dos objetos relacionados a D. Pedro I e que se encontram no Museu Histórico Nacional. Doados pela Viscondessa de Cavalcanti em 15 de novembro de 1927, a-vental, faixa e malhete foram citados em um bilhete (Imagem 1) escrito a próprio punho pela doadora como tendo pertencido a D. Pedro I. É o único documento que relaciona tais objetos ao Imperador (RIBEIRO, 1972, p.61). Assim, não se pode confirmar ou descartar que tais objetos tenham realmente pertencidos ao 2º Grão-Mestre do Grande Oriente do

Brasil.

Figura 1: Processo de entrada de acervo nº04/28: Bilhete da Viscondessa de Cavalcanti informando sobre os objetos maçônicos de D. Pedro I



Fonte: Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional (2017)

Contudo, uma análise iconográfica dos objetos pode trazer alguns indícios interessantes em relação a este fato. A princípio, tem-se a faixa maçônica (Imagem 2), confeccionada em seda e fios de ouro, esta apresenta a águia bicéfala coroada, com espada nas garras e um delta luminoso, símbolos que compõem o emblema do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Figura 2: Faixa maçônica de D. Pedro I, séc. XIX – seda e fio de ouro, 69 x 60 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

O avental (Figura 3) manufaturado em seda e veludo apresenta, bordado na abeta, um delta luminoso; abaixo, ostenta um pelicano alimentando seus filhotes encimado por uma cruz com a rosa mística ao centro, ladeado por símbolos e palavras do grau. Portanto, possivelmente um avental do Grau 7 – Cavaleiro Rosa-Cruz do Rito Moderno. Isto porque, segundo as informações disponíveis nos “Reguladores do Rito Francez Grãos Mysteriosos – Architecto” (p.35) datado de 1834, e de certa forma contendo informações do contexto de época de fabrico desta indumentária, na parte em que apresenta as diretrizes do grau de “Roza-Cruz”, o avental deste grau disporia de um triângulo na abeta, com quadrados e círculos com a letra “J”, e no meio do avental, seria bordado a jóia do grau. Esta também é descrita no ritual (p.33) como sendo formada por um compasso tendo ao centro

huma cruz radiosa, com o pé n’hum quarto de circulo, e o topo tocando a cabeça do compasso; de hum lado está apoiada nas pontas do compasso, huma águia com as azas abertas e a cabeça baixa; do outro hum pelicano, rasgando o seio para alimentar os filhos, que por baixo se divisão em hum ninho. Entre a águia, e o pelicano eleva-se hum ramo de acácia; sobre a cabeça do compasso, que forma huma rosa, há huma corôa antiga; sobre o quarto de circulo há, de hum lado, a palavra, e do outro a palavra de passe em letras hieroglyphicas.

Assim, devido a semelhança do avental descrito neste ritual de 1834 e o pertencente a D. Pedro I, pode-se corroborar a afirmativa de ser do Grau 7 do Rito Moderno bem como ser passível seu uso pelo Imperador. Já em relação ao malhete (Imagem 4), fabricado em bronze dourado, este apresenta as iniciais: “P. 1.º.” gravadas em relevo.

Figura 3: Avental de D. Pedro I, c. 1820 – seda e veludo, 34 x 36 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

Há também no acervo um gládio maçônico com a respectiva bainha. Este, cuja lâmina e punho foram trabalhados em metal dourado e filigrana, tem gravado no punho um cinzel e malho cruzados, e um triângulo com o número 33 ao centro em relevo.

Figura 4: Malhete de D. Pedro I, séc. XIX – metal, 25 x 13,5 x 2,5 cm



Fonte: Fotografia: Jaime Acioli. Catálogo da Exposição: As Constituições Brasileiras. Brasília – FAAP (2007)

Desse modo, numa análise inicial embasada nas características dos objetos descritas acima, podemos concluir que talvez apenas o avental e o malhete tenham, de fato, pertencidos a D. Pedro I, devido ao primeiro ser correspondente a um grau ostentado pelo Imperador, e o segundo por apresentar gravada as suas iniciais.

Os outros dois objetos, faixa e gládio, provavelmente não tenham feito parte de sua vida maçônica. São itens relacionados ao último grau do Rito Escocês Antigo e Aceito. Como se sabe, este rito foi trabalhado no Brasil apenas a partir do idos de 1829 pela Loja Educação e Moral, a primeira a praticá-lo (CH'AN, 1968, p.69). Também foi somente em 1832 que Francisco Gê Acayaba de Montezuma fundou o Supremo Conselho para o Império do Brasil, Potência organizadora do Rito Escocês Antigo e Aceito. Neste período, D. Pedro I, já prestes a voltar para Portugal, há muito tempo estava afastado da maçonaria. Contudo, não descartando totalmente seu pertencimento ao Imperador, uma hipótese possível para relacionar tais objetos a ele seria a sua recepção como presente ou recordação por parte de algum maçom. Todavia seu uso em loja, por D. Pedro I, talvez nunca tenha ocorrido.

5. Considerações finais

Diante dos conhecimentos de simbologia maçônica, informações históricas da maçonaria no império e da análise apresentada, pode-se perceber as possíveis confluências e intersecções entre Maçonaria e Museologia. São áreas que carecem de mais estudos e, portanto, um grande campo de pesquisa a ser trabalhado.

Não obstante, hodiernamente, prevalece o desconhecimento de tais acontecimentos e acervos. O Brasil possui um patrimônio cultural maçônico significativo e ainda pouco explorado pelos cidadãos e que importa a sua preservação, quer como fonte para história, tradição e simbologia da Maçonaria, quer para comunicação dos ideais e ações maçônicas para o grande público.

Isso demonstra as possibilidades de atividades e a função sociocultural que as instituições de

memória – museus, arquivos, bibliotecas, entre outros – podem desempenhar, permitindo o estudo, a pesquisa, a contemplação dos bens de valor histórico, artístico, científico, simbólico e atuando como locus de expressão/fruição identitária instrumento de formação dos cidadãos, estando a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

A Museologia possibilita a elaboração de trabalhos com o patrimônio cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade. Assim, inserido nas instituições maçônicas, museólogos e diversos profissionais do campo museal tem muito a contribuir com a pesquisa, a divulgação e a valorização dos acervos maçônicos. Lojas e Potências maçônicas podem e devem preservar os objetos históricos que a elas pertencem, possibilitando a fruição destes pelos atuais e futuros obreiros da Ordem.

6. Referências Bibliográficas:

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n.32, p. 178-189, 1997.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de sociomuseologia*. v. 09, nº09, 1996. P.09-33.

CARVALHO, William Almeida de. Maçonaria no Brasil: análise da produção científica universitária. In: *Pietres-stones review of freemasonry*. 2007. Disponível em <http://www.freemasonsfreemasonry.com/22carvalho.html>.

Acesso em: 10 de abril de 2017.

CASTELLANI, José.; CARVALHO, Willian de. *História do Grande Oriente do Brasil—A Maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.

CH'AN, Isa (Kurt Prober). *Achegas para a história da Maçonaria no Brasil*. Volume I. Paquetá: edição própria, 1968.

CURY, Marília Xavier. A importância das coisas: museologia e museus no mundo contemporâneo. In: SIMON, Samuel. *Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

DRUMMOND, Antônio de Menezes. D. Pedro I e José Bonifácio - Recordações de um Contemporâneo. In.: *Gazeta Litteraria*. Ano I, nº6, Rio de Janeiro, 1883.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: *CADERNOS de ensaios*, nº 2.

Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/ Iphan, 1994, p. 64 – 73.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Boletim do Grande Oriente do Brasil* – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Nº 5, ano 11. Rio de Janeiro: Typographia de J. P. Hildebrandt, 1882.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). *Código de Ética do ICOM para Museus*. versão lusófona. Brasília: ICOMBR, 2010.

KOFES, SUELY. Trajetória social: política e sentidos. *Campos* (UFPR), v. 8, p. 27-40, 2007.

MENEZES, Manoel Joaquim de. Exposição histórica da Maçonaria no Brasil. In.: GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Boletim do Grande Oriente do Brasil* – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Nº 11, ano 4. Rio de Janeiro: Typographia de J. P. Hildebrandt, 1875.

REGULADORES DO RITO FRANCEZ - Grãos Mysteriosos – Architecto. Rio de Janeiro: Typographia Seignot-Plancher e Cie, 1834.

RIBEIRO, Maria Laura. D. Pedro I e a Maçonaria. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Volume VIII, 1972.

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

A GÊNESE DA MAÇONARIA ADONHIRAMITA NO BRASIL: Uma pesquisa bibliográfica dos fatos anteriores ao GOB

(THE GENESYS OF ADONHIRAMITE MASONRY IN BRAZIL: a bibliography research of the facts before GOB)

Miguel Angel De Marchi Amarilla ¹

Resumo

Os pesquisadores, de uma maneira geral, confessam as dificuldades insuperáveis de pesquisar e desvendar as verdadeiras origens da Maçonaria, pela falta de documentos e registros históricos. No Brasil, há um período nebuloso na história da Maçonaria, em virtude da inexistência de documentos históricos e comprobatórios que permitam estabelecer uma data oficial para a instalação da primeira Loja Maçônica no país. Com base no método de revisão bibliográfica de assuntos relacionados ou correlacionados ao tema, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a gênese da Maçonaria Adonhiramita no Brasil, antes da criação do Grande Oriente do Brasil .

Palavras-chaves: Maçonaria; Rito Adonhiramita; Grande Oriente do Brasil.

Abstract

Researchers, on the whole, confess the insurmountable difficulties of researching and unraveling the true origins of Freemasonry, for lack of historical records. In Brazil, there is a hazy period in the history of Freemasonry, due to the inexistence of historical and supporting documents that allow to establish an official date for the installation of the first Masonic lodge in the country. Based on the bibliographic revision of related subjects or related to the theme, the present work aims to present the genesis of Adonhiramite Masonry in Brazil, before the creation of the Grand Orient of Brazil.

Keywords: Freemasonry; Adonhiramite Rite; Grand Orient of Brazil.

¹ Miguel Angel de Marchi Amarilla é Bacharel em Segurança Pública pela APMG; com graduação em Sistemas de Informação pela Universidade do Contestado e Mestrado em Informática pela UFPR—Universidade Federal do Paraná. E-mail: br_duque@yahoo.com.br

1. Introdução

O debate em torno das origens da Maçonaria sempre atraiu enorme interesse por parte dos pesquisadores maçons e não maçons. Porém, determinar as verdadeiras origens históricas da Maçonaria, e em especial, de um Rito, sempre foi um obstáculo aparentemente insuperável, pela falta de registros ou documentos históricos (COSTA, 2014). Ao estabelecer-se a Maçonaria como objeto de estudo, depara-se com o seguinte panorama: a diminuta presença do tema no meio acadêmico e o parcial acesso às fontes documentais a seu respeito, em função dos obstáculos inerentes à própria estrutura fechada ou secreta da Instituição. Ao contrário do que vem ocorrendo em alguns países europeus, no Brasil os arquivos maçônicos conservam-se inacessíveis aos pesquisadores profanos (GONÇALVES, 2012). Segundo Barata (2002), apesar dos avanços notáveis ocorridos nos últimos anos, a história da Maçonaria continua praticamente desconhecida, tanto no Brasil quanto fora dele.

A participação da Maçonaria em momentos cruciais da história de diversos povos se deu de maneira contundente e efetiva, porém, em muitas dessas situações, não há qualquer registro histórico dessa participação. Apesar das crenças e de especulações imaginativas dos historiadores alternativos, a origem da Maçonaria só tem significado histórico quando se fundamenta em pesquisa e registros documentais, que permitem uma consolidação de um saber histórico, fundado na construção real de sua história efetiva e dos fatos vivenciados no passado, que fortalecem e enobrecem a Ordem (BUCHAUL, 2011).

Segundo Azevedo (1997), as raízes da Maçonaria remontariam às passagens do Antigo Testamento tendo como personagem o Rei Salomão. O pesquisador Naudon (1980), acredita que a Maçonaria teria surgido durante o período medieval e na Renascença com a chamada Franco-Maçonaria. Já o processo de transformação da antiga Maçonaria na denominada moderna Maçonaria, desenvolveu-se durante o século XVII na Grã-Bretanha, inicialmente nas Lojas escocesas e depois nas Lojas inglesas. Segundo a historiadora Margaret (1991), a moderna Maçonaria representava o surgimento de uma nova cultura secular, novos espaços de sociabilidade entre as elites, sendo o refúgio na qual ocorria a eleição dos representantes e a garantia de liberdade de expressão durante o período do antigo Regime Absolutista. O século XVIII foi marcado pela eclosão dos ideais iluministas, enfraquecimento do Regime Absolutista e explosão da revolução francesa. É consenso entre os pesquisadores atre-

larem o surgimento da Maçonaria moderna durante esse período, sendo que de meados do século XVIII e início do século XIX, houve uma maior disseminação da Maçonaria, com a criação de várias Lojas Maçônicas em todo o mundo (SIQUEIRA, 2014). De acordo com Cavalcante (2013), a Maçonaria moderna tem sua origem com a fundação da primeira Loja de Londres no ano de 1717, exercendo grande importância nos acontecimentos históricos da época.

No Brasil, em virtude da falta de documentos comprobatórios, não é possível estabelecer uma data oficial para a instalação da primeira Loja Maçônica no país. Porém, acredita-se que a sua chegada no Brasil, ocorreu através de estudantes brasileiros que ao estudarem na Europa trouxeram a Ordem ao Brasil, em virtude da Instituição ser a principal divulgadora do pensamento liberal e iluminista da época (CAVALCANTE, 2013). Assim, segundo Colussi (2002), foi no início do século XIX que Maçonaria chegou ao Brasil, sendo que sua chegada pode ser entendida como um momento em que o Brasil buscava consolidar-se como um país moderno, em virtude dos ideais liberais e iluministas da época. Porém, para alguns pesquisadores, apesar de não haver consenso até mesmo entre historiadores Maçons em virtude da falta de provas documentais, as ideias Maçônicas ou até mesmo possíveis Lojas Maçônicas, já se encontravam presentes ao final do século XVIII (PIROZI, 2013).

Com fundamento no manifesto de José Bonifácio de Andrada e Silva, publicado em 1832 no *Masonic World Wide-Register*, sabe-se que a primeira Loja regular estabelecida no Brasil foi fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1801, com o nome de Reunião, filiada ao Oriente da Ilha de França (GONÇALVES, 2012).

A Loja Comércio e Arte, fundada em novembro de 1815, foi importante para a Maçonaria do Brasil da época, pois se manteve de certa forma independente do Grande Oriente Lusitano. Segundo o pesquisador Maçônico Jurado (2004), o Rito inicial praticado pela Loja Comércio e Artes foi o Rito Adonhiramita. Em 30 de março de 1818, D. João VI, emitiu um Alvará Régio, obrigando as sociedades secretas, de qualquer denominação no território luso-brasileiro, a cessarem os seus trabalhos (MONTEIRO, 2009).

Dado a conjuntura política do país na época, em 17 de junho de 1822, com a reunião das três Lojas do Rio de Janeiro - a Comércio e Artes, a União e Tranquilidade e a Esperança de Niterói, foi fundado o

Grande Oriente Brasílico tendo como seu primeiro Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro do Reino e de Estrangeiros (GOB, 2016). O Grande Oriente do Brasil - GOB, é a maior Obediência Maçônica do mundo latino, sendo reconhecida como regular e legítima pela Grande Loja Unida da Inglaterra em 1935 (GOB, 2016). Segundo o GOB (2016), atualmente reúne os seguintes ritos praticados: Adonhiramita, Brasileiro, de York (Emulação), Escocês Antigo e Aceito, Escocês Retificado, Moderno e Schroder.

No rito Adonhiramita, as Lojas Simbólicas encontram-se sob jurisdição do GOB, e as Oficinas Litúrgicas, em seus graus superiores ou filosóficos, encontram-se sob a égide do Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita - ECMA (JUNIOR, 2013).

O objetivo do presente trabalho é apresentar a gênese da Maçonaria Adonhiramita no Brasil, antes da criação do Grande Oriente do Brasil, com base na pesquisa de bibliográfica existente a respeito do tema.

2. A Maçonaria no Brasil

Os historiadores, de uma forma geral, confessam as dificuldades em desvendar as verdadeiras origens históricas da Maçonaria, em virtude da falta de registros históricos, e principalmente, porque elementos lendários se fundem com fatos mais confiáveis (COSTA, 2009). De acordo com Ferré (2003), apesar de todo conhecimento existente a respeito da Maçonaria, não se conhece, ainda, sua verdadeira origem. Isso se atribui ao fato da Maçonaria, em tempos remotos, por ser secreta e sigilosa, ter transmitido seus conhecimentos de forma verbal, deixando de registrá-los documentalmente. Essa escassez documental, pertinentes a essa época, associada a uma abordagem superficial, contribuiu para o surgimento de ideias que não se relacionam com as origens reais da Ordem Maçônica, fazendo que a mesma permaneça sempre envolta de contradições e obscuridades.

No Brasil, há um período nebuloso na história da Maçonaria, em virtude da inexistência de documentos históricos, mas que segundo alguns historiadores, em meados do século XVIII, já existiam Lojas na Bahia (CASTELLANI, 1993). Para alguns pesquisadores, os ideais Maçônicos já se propagavam no Brasil a partir da segunda metade do século XVIII, porém sem qualquer vínculo de regularidade, dentre os quais pode-se destacar: Academia dos Renascidos, fundada na Bahia em 1759; Academia Científica, fun-

dada no Rio de Janeiro em 1772; Academia do Paraíso em 1802, em Recife; Academia Regeneração em 1809, em Olinda; a Arcádia Ultramontana em 1786, no Rio de Janeiro; e o Areópago de Itambé, em 1786, em Pernambuco (BARATA, 1999).

Segundo Barata (1999), até o final do século XVIII, não existia no Brasil a Maçonaria, do ponto de vista como uma organização institucionalizada e com funcionamento regular, semelhante a outras organizações maçônicas internacionais.

De acordo com Colussi (2002), foi no início do século XIX que a Maçonaria chegou ao Brasil, durante o período que o país passava por transformações políticas e sociais, buscando consolidar-se como um país moderno. Isso ocorreu devido ao fato de que muitos brasileiros foram estudar na Europa, onde tiveram seu primeiro contato com os ideais liberais e maçônicos, sendo que ao retornarem ao Brasil, criaram organizações que difundiam esses ideais (COLUSSI, 2002).

De acordo com Buchaul (2011), a suposição inicial é da existência em 1797, em Salvador, Bahia, de uma Loja Maçônica denominada Cavaleiros da Luz, sendo que sua origem estaria relacionada à chegada a Salvador em 1796, de um comandante francês, de nome Larcher. Ocorre que as informações sobre a existência dessa Loja são reduzidas e esparsas e, às vezes, contraditórias, fazendo com que alguns autores a definam, ora como uma sociedade literária, ora como uma sociedade secreta, mas sem referência explícita à Maçonaria.

Em 1800, surge a Loja Maçônica União, em Niterói, Rio de Janeiro (LOURO, 2012). Segundo Buchaul (2011), as referências sobre a existência da Loja União estão nas informações contidas nos Anais Maçônicos Fluminenses publicados em 1832 e na Obra *Efemérides Brasileiras*, de autoria de José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, publicado no *Jornal do Brasil*, em 9 de abril de 1891. É unanimidade entre os autores, ao afirmar que a Loja União de fato existiu, e ela foi um momento anterior e irregular da Loja Reunião.

Segundo Gonçalves (2012), a primeira notícia escrita que se teve no estrangeiro sobre o estabelecimento da Maçonaria no Brasil, foi o manifesto de José Bonifácio de Andrada e Silva, publicado em 1832 no *Masonic World Wide-Register*. De acordo com o pesquisador Maçônico Castellani (1993), a primeira Loja regular do Brasil foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, com o nome de Reunião, com base no mani-

festos de 1832 lançado pelo então Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, sendo que a referida Loja era filiada ao Oriente da Ilha de França.

Visando corroborar com essas afirmações e de acordo com o também pesquisador maçônico Cortez (2004), pode-se destacar que a primeira Loja regular, fundada no Brasil, foi denominada de Loja Simbólica Regular Reunião, fundada no Rio de Janeiro em 1801 e filiada ao Grande Oriente da França. De acordo com outro pesquisador Maçônico Fachin (2015), os Maçons da Loja Reunião, provavelmente e devido a origem, praticavam o Rito Moderno ou Francês. Em 1802, foi fundada a Loja Virtude e Razão na província da Bahia, também subordinada ao Grande Oriente da França, praticando provavelmente o Rito Francês (FACHIN, 2015). Esta Loja não permaneceu ativa por muito tempo, tendo logo encerrado suas atividades, sendo que em 1807, foi reinstalada com o nome de Humanidade (MONTEIRO, 2009). No tocante ao Rito praticado pelas duas Lojas, o pesquisador Maçônico Cortez (2004) discorda sobre isso, pois acredita que essas Lojas na verdade praticavam o Rito Adonhiramita ao invés do Rito Francês, devido a uma questão de segurança dado os tempos difíceis daquela época, sendo que os Irmãos dessas Lojas eram conhecidos apenas por seus pseudônimos.

Quando o Grande Oriente Lusitano descobriu a existência no Brasil de uma Loja regular, sob jurisdição a uma Obediência francesa, enviou ao Brasil em 1804, um delegado visando garantir a adesão e a fidelidade dos maçons brasileiros, não tendo, porém, alcançado êxito em suas pretensões (BARATA, 2002). De qualquer maneira, foram fundadas as Lojas Constância e Filantropia, ambas jurisdicionadas ao Grande Oriente Lusitano, sendo que juntamente com a Loja Reunião, congregaram todos os Maçons do Rio de Janeiro, visando fortalecer a Maçonaria no Brasil (CASTELLANI, 1993). Segundo Monteiro (2002), estas foram consideradas as primeiras Lojas oficiais e regulares do Brasil, sendo que após a fundação dessas Lojas, o Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente da França, deram apoio na criação de Lojas maçônicas que começaram a se espalhar principalmente pelas províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Segundo Cortez (2004, p.105), um fato importante e incontestável para a Maçonaria brasileira, foi o surgimento da Loja Maçônica Comércio e Artes: "Apesar de haver indicações de Lojas espalhadas pelas mais diversas partes do Brasil, o fato incontestável e indiscutível é o da fundação da Loja Maçônica Co-

mércio e Artes, no Rio de Janeiro, em 1815."

Corroborando com a afirmação acima, a Loja Comércio e Artes, fundada em novembro de 1815, foi importante para a Maçonaria do Brasil da época, pois se manteve de certa forma independente do Grande Oriente Lusitano, dado que seus membros buscavam fundar uma Obediência brasileira, visando atender as causas do nosso país. De acordo com o pesquisador maçônico Jurado (2004), o Rito inicial praticado pela Loja Comércio e Artes foi o Rito Adonhiramita. Em 30 de março de 1818, D. João VI, emitiu um Alvará Régio, obrigando as sociedades secretas, de qualquer denominação no território luso-brasileiro, a cessarem os seus trabalhos (MONTEIRO, 2009).

Apesar da proibição, no início do ano de 1820 é possível constatar uma continuidade da atividade Maçônica no Rio de Janeiro (COSTA, 2009) mas de maneira discreta. Assim, em 24 de junho de 1821, a Loja foi reinstalada com o nome de Comércio e Artes na Idade d'Ouro, sob os auspícios do Grande Oriente de Portugal (ARLS Comércio e Artes, 2016). Segundo Costa (2009), nela ingressaram funcionários públicos, militares, eclesiásticos, homens do comércio, em que muitos deles acabaram por atuar na defesa da autonomia e, posteriormente, na Independência do Brasil.

Para atingir esse objetivo, era indispensável que a Loja Comércio e Artes ficasse independente do Grande Oriente Lusitano, sendo necessário instalar um Grande Oriente no Brasil. Para isso, foi necessário criar no mínimo mais duas lojas, sendo que em 28 de maio de 1822, foram fundadas as Lojas União e Tranquilidade, e Esperança de Niterói (COSTA, 2009). Assim, em 17 de junho de 1822, foi criado o Grande Oriente do Brasileiro, com a participação das três Lojas Comércio e Artes na Idade d'Ouro, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói, adotando o Rito Francês como prática (PIROZI, 2013). A Loja ARLS Comércio e Artes, desde a sua fundação até os dias de hoje, mantém seus trabalhos regulares e atualmente encontra-se localizada na Rua Do Lavradio, nº 097, Centro, Estado do Rio de Janeiro (ARLS Comércio e Artes, 2016).

A criação do Grande Oriente Brasileiro foi essencial para a consolidação e expansão dos ideais Maçônicos e facilitou a propagação dos ideais liberais, funcionando como processo de pressão pró-independência (COLUSSI, 2002). Porém, em 4 de outubro de 1822, após a declaração de Independência do Brasil, o Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva foi substituído pelo então Príncipe Regente e, logo depois, Imperador D. Pedro I (GOB, 2016). Este,

em virtude da instabilidade dos primeiros dias da nação independente e considerando a rivalidade política entre os grupos de José Bonifácio e de Gonçalves Ledo, mandou em 25 de outubro de 1822, suspender os trabalhos do Grande Oriente Brasileiro (GOB, 2016; COSTA, 2009). Em 7 de abril de 1831, após a abdicação de D. Pedro I, os trabalhos maçônicos foram retomados com a reinstalação da Obediência, agora com a denominação de Grande Oriente de Brasil (GOB, 2016).

2.1. A Origem do Rito Adonhiramita no Brasil

Segundo o pesquisador maçônico Junior (2013, p.290):

A adoção dos Ritos pela Maçonaria se perde no tempo, e foge aos registros históricos, que seriam os maiores testemunhos de suas "origens", todavia é possível afirmar com relativa segurança, invocando o pensamento do autor Nicolas Aslan em *Os Landmarks*, que foi durante a Idade Média que mais se desenvolveram os principais Ritos Maçônicos que embasaram os existentes na atualidade.

Rito é um conjunto de regras com as quais se praticam com certa regularidade um complexo de cerimônias, sendo que na Maçonaria, cada Rito possui um conjunto de regras para a prática do seu cerimonial, sem, no entanto, haver qualquer diferença quanto à ideologia e aos Princípios Gerais da Ordem (CORTEZ, 2004). Ainda segundo Cortez (2004), cada Rito mantém sua própria identidade, sendo dirigido por um corpo administrativo exclusivo que assume o poder central, tanto no aspecto jurídico, legislativo e administrativo.

Conforme já foi citado anteriormente, no Grande Oriente do Brasil são praticados atualmente os seguintes Ritos: Adonhiramita, Brasileiro, de York (Emulação), Escocês Antigo e Aceito, Escocês Retificado, Moderno e Schroder (GOB, 2016). No rito Adonhiramita, as Lojas Simbólicas encontram-se sob jurisdição do GOB, e as Oficinas Litúrgicas, em seus graus superiores ou filosóficos, encontram-se sob a égide do Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita - ECMA (JUNIOR, 2013).

De acordo com Jurado (2004), estabelecer as origens históricas de um Rito Maçônico é um assunto

de extrema complexidade:

Tentar situar as origens históricas de um Rito Maçônico de forma documental é assunto de tão grande complexidade que entendo ser necessária uma vida de pesquisas bem-sucedidas e, mesmo assim, a probabilidade de êxito, pelas controvérsias que são geradas pelas "janelas" de olhar o antigamente com os olhos do presente, seria muito pequena (JURADO, 2004, p. 119).

Ainda segundo Jurado (2004), o Rito Adonhiramita ou Maçonaria Adonhiramita surgiu em 1758, em decorrência da reforma do Rito de Heredon. De acordo com Jurado (2004), o Barão de Tschoudy teve um importante papel para a Maçonaria Adonhiramita:

O Barão de Tschoudy, com a experiência adquirida no Capítulo dos Cavaleiros do Oriente, para o qual escrevera Rituais de Iniciação e Catecismos de Instrução, preparou-se para empreender sua obra maior. Fecundo e incansável, baseando-se na tradição e na excepcional cultura que acumulara, forneceu o material para compilação de Louis Guillermain de San Victor, intitulado *Recueil Précieux de La Maçonnerie Adonhiramite* (Compilação Preciosa da Maçonaria Adonhiramita), cuja consequência foi o florescimento de inúmeras Lojas (JURADO, 2004, p. 128).

O trabalho do Barão de Tschoudy permitiu o surgimento de inúmeras Lojas praticantes do Rito Adonhiramita, tanto na Europa como no Oriente, chegando o Rito a ser o mais difundido de todos (JURADO, 2004).

É um Rito histórico, característico e essencialmente metafísico, esotérico e místico, tornando-se exotérico quando exerce o magistério de sua liturgia. Segundo Jurado (2004), o Rito Adonhiramita se fundamenta teologicamente no Antigo e no Novo Testamento:

Tem por bases teológicas as verdades bíblicas reveladas no Antigo e no Novo Testamento, particularmente, no que concerne à Construção do Templo de Salomão e às origens do Cristianismo com relação ao período das Cruzadas. Sua denominação deriva do personagem central da Construção

ção do Templo de Salomão, Adonhiram, também insistentemente proclamado no Ritual de Instalação dos Mestres (JURADO, 2004, p. 129).

a congregar as mais fortes lideranças políticas da época (FACHIN, 2015, p. 196).

Consagra e pratica intransigentemente os princípios da Constituição de Anderson e os Landmarks da Maçonaria Universal. Propugna pelo aperfeiçoamento moral da Humanidade visando uma harmonia de vida justa e perfeita sobre a terra, como forma de alcançar a suprema felicidade para o Oriente Eterno (JURADO, 2004).

A Maçonaria Adonhiramita iniciou-se com 12 graus, sendo três simbólicos, Aprendiz, Companheiro e Mestre, e 9 filosóficos. Posteriormente, com a publicação do Cavaleiro Noaquita, foi introduzido o grau 13 (JURADO, 2004). Em 2 de junho de 1973, o Sublime Grande Capítulo passou a se chamar Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita, e o Grande Inspetor Aylton de Menezes assumiu o título de Grande Patriarca Regente e os altos graus foram ampliados de 13 para 33 graus (ECMA, 2016).

O Rito Adonhiramita teve ampla explosão na França, difundindo-se para Portugal, onde chegou a dominar o Grande Oriente Lusitano. Porém, em virtude de dispersão de seus praticantes, lutas partidárias e eventos políticos que repercutiam negativamente contras as organizações, deixou de ser praticado, sendo que em 1821, o Grande Oriente Lusitano reformou sua constituição passando a adotar um Rito único, o Rito Moderno ou Francês (JURADO, 2004).

No Brasil, o Rito Adonhiramita foi introduzido regularmente em 15 de novembro de 1815, com a fundação da Loja Comércio e Artes, na cidade do Rio de Janeiro, desenvolvendo-se regular e continuamente no nosso país até os dias de hoje (JURADO, 2004). Apesar de tantas perseguições na época, os nomes dos fundadores de 1815 da Loja Comércio e Artes aparecem por extenso, não com os nomes simbólicos típicos do Rito Adonhiramita que se tem como certo o rito praticado pela referida Loja na época (ARLS Comércio e Artes, 2016). Essas afirmações são corroboradas por Fachin:

Dessa forma, expandiu-se na Europa e, através de Portugal, a Maçonaria Adonhiramita chegou ao Brasil com a fundação da Loja Comércio e Arte, de forma regular, em 15 de novembro de 1815, que passou

Segundo Jurado (2004), no que diz respeito ao Rito Adonhiramita, é historicamente confirmada a sua participação contínua e efetiva em nossa Pátria, a partir de 15 de novembro de 1815, tendo a Loja Comércio e Artes recebido na ocasião do Grande Oriente Lusitano os primeiros exemplares dos Rituais Adonhiramita. Ainda segundo Jurado (2004), em 17 de junho de 1822, através de sorteio, os membros da Loja Comércio e Artes foram divididos, formando mais duas Lojas: União e Tranquilidade, e Esperança de Niterói. A criação dessas Lojas permitiu o suporte legal para a criação do Grande Oriente Brasileiro. O Grande Oriente Brasileiro foi fundado no Rito Adonhiramita e funcionou dessa forma até o seu fechamento em 25 de outubro de 1822 (JURADO, 2004).

Segundo Castellani (2001), em 1837 acaba havendo uma reintrodução do Rito Adonhiramita, com a fundação da Loja Sabedoria e Beneficência de Niterói, e em 1839, com a Loja Firmeza e União, sendo que nesse mesmo ano, a Constituição do Grande Oriente do Brasil instituía o Grande Colégio dos Ritos, visando abrigar os Altos Graus dos Ritos praticados até então no Brasil: o Moderno, o Adonhiramita e o Escocês Antigo e Aceito.

De acordo com Fachin (2015), em 1951, o Grande Oriente do Brasil, transformado em Potência Simbólica, deixou os Altos Graus para Obediências dos Ritos. Assim, o Grande Capítulo Adonhiramita organizou os Ritos e a partir de 1953 passou a se denominar Muito Poderoso e Sublime Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas para o Brasil. Ainda segundo Fachin (2015), em 1973, foi modificado a estrutura administrativa e da graduação do Rito para 33 Graus, já que ficara sendo apenas no Brasil. Por fim, em 2 de junho de 1973 o Sublime Grande Capítulo passou a se chamar Excelso Conselho da Maçonaria Adoniramita, o qual é responsável pelos Graus Filosóficos para o Rito Adonhiramita (FACHIN, 2015).

3. Conclusão

Este trabalho foi realizado com base na bibliografia disponível de pesquisadores maçons e não maçons. Contudo, é possível verificar que não há unanimidade entre os pesquisadores em estabelecer a data de criação da primeira Loja maçônica no Brasil, dado a precariedade ou a falta de documentos comproba-

tórios e confiáveis a respeito do tema. No entanto, acredita-se que a sua chegada no Brasil, ocorreu através de estudantes brasileiros que ao estudarem na Europa trouxeram a Ordem ao Brasil, em virtude da Instituição ser a principal divulgadora do pensamento liberal e iluminista durante o século XVIII.

Apesar de haver indícios do funcionamento de Lojas em várias partes do Brasil, sabe-se que a primeira Loja regular no país foi fundada em 1801, no Rio de Janeiro, com o nome de Reunião, tendo como base dessa afirmação o manifesto de 1832, lançado pelo então Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva. O tocante ao Rito praticado pela Loja Reunião, não se tem convicção quanto ao tema, em virtude da divergência entre os pesquisadores, podendo ter sido o Rito Francês ou o Rito Adonhiramita.

O Rito Adonhiramita ou Maçonaria Adonhiramita surgiu em 1758, em decorrência da reforma do Rito de Heredon, tendo o Barão de Tschoudy um importante papel para o desenvolvimento da Maçonaria Adonhiramita. No Brasil, apesar da possibilidade da Loja Reunião ter praticado o Rito Adonhiramita, somente em 15 de novembro de 1815 foi introduzido regularmente o Rito, com a fundação da Loja Comércio e Artes, desenvolvendo-se regular e continuamente no nosso país até os dias de hoje.

O Rito Adonhiramita é histórico e tradicional, pois foram preservadas em toda a sua essência, mantendo preservadas suas tradições ritualísticas e práticas iniciáticas da antiguidade, algumas das quais, datam do surgimento da própria maçonaria operativa. É um Rito metafísico, esotérico e místico. A beleza e esoterismo do Rito Adonhiramita, tem atraído um número cada vez maior de obreiro em busca de desenvolvimento e espiritual e filosófico. Enfim, os mistérios do Rito Adonhiramita fazem parte da história brasileira sendo praticado por aqueles irmãos que lutaram pelos ideais da Independência, da República e da Libertação de escravos, provavelmente tendo por base o movimento iluminista da época trazido da Europa.

4. Referências Bibliográficas

ARLS Comércio e Artes Nº 001. *História da Comércio e Artes*. Disponível em: <<http://www.comercioeartes.com.br/historia-loja.php>>. Acessado em: 30/09/16.

AZEVEDO, C. M. M. Maçonaria: história e historiografi-

a. *Revista USP*, Nº 32, São Paulo, 1997.

BARATA, A. M. *Luzes e sombras: a ação da Maçonria brasileira (1870-1910)*. Editora UNICAMP, Centro de Memória UNICAMP, Campinas, 1999.

BARATA, A. M. Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822). *Tese*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BUCHAUL, R. B. *Gênese da Maçonaria no Brasil - A história antes do Grande Oriente do Brasil*. Editora Clube dos Autores, São José dos Campos, São Paulo, 2011.

CASTELLANI, J. *História do Grande Oriente do Brasil - A Maçonaria na história do Brasil*. Editora do Grande Oriente do Brasil, Brasília, 1993.

CASTELLANI, J. *Fragmentos da Pedra Bruta*. Editora Maçônica A Trolha, 1ª Edição, Volume 2, Londrina, 2001.

CAVALCANTE, J. M. A Cruz, o Padre e o Esquadrão: Histórias da implantação e sociabilidade maçônica na cidade de Picos de 1953 a 2013. *Monografia*. Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2013.

COLUSSI, E. L. *A Maçonaria Brasileira no século XIX*. Editora Saraiva, São Paulo, 2002.

CORTEZ, J. R. P. *Fundamentos da Maçonaria*. Editora Madras, São Paulo, 2004.

COSTA, L. M. *Maçonaria e Antimaçonaria: Uma análise da "História secreta do Brasil" de Gustavo Barroso*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

COSTA, L. M. A Maçonaria Operativa e Especulativa: Uma discussão em torno das origens da Ordem. *Revista Ciência & Maçonaria*, Vol. 2, Nº 1, Brasília, 2014.

ECMA - Excelso Conselho da Maçonaria Adonhiramita: *A história do Rito Adonhiramita no Brasil*. Disponível em: <<http://www.excelsocoelho.org.br/#>>. Acessado em: 30/09/16.

FERRÉ, J. *A História da Franco-Maçonaria (1248-1782)*. Editora Madras, São Paulo, 2003.

GOB - Grande Oriente do Brasil. *História do GOB*. Disponível em: <<http://www.gob.org.br/historia-do-gob/>>. Acessado em: 30/09/16.

GOB - Grande Oriente do Brasil. *Ritos Praticados*. Disponível em: <<http://www.gob.org.br/ritos-praticados/>>. Acessado em: 30/09/16.

GONÇALVES, T. W. Periodismo maçônico e cultura política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874). *Dissertação*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

JUNIOR, R. D. *Maçonaria - 100 Instruções de Aprendiz*. Editora Madras, São Paulo, 2013.

LOURO, J. B. *1711 - 1822 - 1889: A Maçonaria, suas origens e atuação na história do Brasil - Uma história que não foi contada*. Artigraf Gráfica e Editora, Londrina, Paraná, 2012.

MARGARET, C. J. *Living the Enlightenment Free Masonry and Politics in Eighteenth-Century Europe*. Oxford University, New York, 1991.

MONTEIRO, E. L. R.A Maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888. *Dissertação*. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NAUDON, P. *A Franco-Maçonaria: A história, a doutrina, os ritos, as obediências*. Editora Publicações Europa América, 1980.

PIROZI, A. A Quarta Coluna: sociabilidades e espaços de pertencimento na Maçonaria. *Dissertação*. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SIQUEIRA, L. M. M. Um breve panorama da historiografia Maçônica: de sua criação à atuação na Proclamação da República. *Revista Eletrônica Discente História*, Vol. 2, Nº 3, Bahia, 2014.

A LIBERDADE RELIGIOSA NA BERLINDA:

As relações da Maçonaria com a Igreja Católica e sua participação no processo de secularização do Estado brasileiro por ocasião da Questão Religiosa

(RELIGIOUS FREEDOM IN THE HOT SEAT: The relations of Freemasonry with the Catholic Church and its participation in the process of secularization of the Brazilian State on the occasion of the Religious Question)

Samir Cury ¹

Resumo

O presente Artigo é baseado na Monografia apresentada no Programa de Educação Continuada em Ciência da Religião da PUC-SP, como requisito para obtenção do Certificado de Especialista em Ciência da Religião, tendo sido orientado pelo Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira. Aborda o conflito, ocorrido no Brasil Imperial de D. Pedro II, entre a Igreja e o Estado, no período de 1872-1875, conhecido como "Questão Religiosa" onde o envolvimento da Maçonaria foi efetivo e colaborativo no processo de secularização brasileira.

Palavras-chave: Questão Religiosa; Maçonaria; Laicidade; pluralismo religioso.

Abstract

This article is based on the Monograph presented in the Program of Continuing Education in Religion Science of PUC-SP, as a requirement to obtain the Certificate of Specialist in Science of Religion, and was guided by Prof. Dr. Eulálio Avelino Pereira Figueira. It addresses the conflict between the Church and the State during the period 1872-1875, known as the "Religious Question", in which the involvement of Freemasonry was effective and collaborative in the process of Brazilian secularization. We will approach at the end how the Current Masonry is composed and positions itself in relation to religious plurality and religions .

Keywords: Religious Question; Masonry; Laity; Religious Pluralism.

¹ Samir Cury é Bacharel em Economia, especialista e mestrando em Ciência da Religião pela PUC-SP . E-mail: samir.macctub@icloud.com

1. Introdução

O interesse sobre o Tema Religião é de longa data, primeiramente pela constatação de que toda e qualquer manifestação religiosa possui a capacidade de produzir poderosas ressonâncias simbólicas nos agrupamentos sociais, além do entendimento de ser cada vez mais necessário o estudo das religiões para uma melhor compreensão do ser humano e propagação do rico conhecimento cultural delas proveniente, além de ser um meio adequado para dissipar ou, ao menos, amenizar a intolerância religiosa.

O Brasil, durante o período imperial, vivenciou uma transição de Estado da Religião Católica para Estado com Religiões, cujo processo envolveu a Maçonaria, o alto clero da Igreja Católica e o Governo Imperial, num conflito decisivo que resultou na alteração oficial da interdependência existente entre a Igreja Católica e o Estado para uma relação de independência entre aquela instituição religiosa e o governo imperial.

Este acontecimento, por sua relevância e repercussão social produzida à época, merece ser enriquecido com maiores informações relacionadas ao papel desempenhado pela Maçonaria, vez que, até o presente momento, os trabalhos e pesquisas existentes abordam a atuação dessa instituição de forma relativamente superficial, circunstância decorrente da dificuldade de acesso aos seus documentos.

É por demais obvio que a historiografia brasileira aproveitaria muito com o estudo erudito da maçonaria nacional, que desapaixonadamente pesquisasse todos os aspectos daquela organização e no que, tanto de bom como de mau, se tem constituído a sua contribuição para a história brasileira. A tarefa é difícil porque os registros só estão à disposição dos maçons (VIEIRA, 1961, p.41).

E é justamente a partir desta constatação que o presente trabalho se constrói, ou seja, a necessidade de se agregar novas informações que possibilitem um desencadeamento de novos estudos e pesquisas no campo das Ciências da Religião relacionado à Maçonaria, o que certamente produzirá benefícios no mundo acadêmico e também a todos os pesquisadores interessados no assunto.

A Separação Estado-Igreja, a defesa da liberdade religiosa, da liberdade de cultos, da necessária

tolerância religiosa é, hoje, mais do que nunca, imprescindível e fundamental para o convívio harmônico entre as pessoas e entre as nações.

2. Referencial Teórico

2.1. A origem da Maçonaria

A origem histórica da Maçonaria, remonta às Corporações de Ofício dos Pedreiros, na Idade Média, voltados principalmente às construções de catedrais, ou seja, uma confraria ligada à operabilidade. Estas agremiações caracterizadas por um forte protecionismo profissional, circunstância que garantia vários privilégios aos seus integrantes.

Ao mesmo tempo, essa sociedade criava seu vínculo com base no aspecto divino, utilizando-se de termos relacionados, como por exemplo, a referência ao ente supremo e criador do universo como o Grande Arquiteto do Universo, dando a ela uma graça de espiritualidade. É um posicionamento que sugere, pelo menos aos que a combatem, uma ligação direta entre o Maçom e um Deus genérico, sem a intervenção ou intermediação da Igreja.

O conceito de "Grande Arquiteto do Universo" remonta, conseqüentemente, muito além da expressão moderna da ideia. O mesmo é reproduzido frequentemente nas Bíblias ilustradas (BENIMELI, 2011, p.25).

À medida que a Idade Moderna vai se formando, a Irmandade dos maçons vai perdendo seu caráter de operabilidade e nela passam a ingressar pessoas que nada tinham a ver com o ofício da construção, de modo que foi, paulatinamente, perdendo esta atividade principal da construção, principalmente após a Reforma Protestante.

Não bastando, tivemos ainda na Inglaterra, berço da Maçonaria Moderna, o advento da Reforma Anglicana de Henrique VIII, que rompeu o elo entre Estado e Igreja Católica em 1534, onde todas as Corporações de Ofício foram suprimidas, por determinação Real, afetando principalmente a corporação dos pedreiros ligados a construção de igrejas católicas. A partir daí, inicia-se uma gradativa modificação estrutural da Instituição Maçônica, que ficou conhecido como a passagem da Maçonaria Operativa para a Maçonaria Especulativa, num processo lento, porém constante, de adaptação aos novos movimen-

tos sociais e religiosos da época e que alteraria o rumo da Maçonaria que atingiria seu ápice em 1717 com a fundação da Grande Loja de Inglaterra, chegando ao ponto de não mais existirem maçons operativos em meados deste ano.

A antiga corporação dos pedreiros construtores, portadores dos segredos da arte de edificar passam a caminhar em outra direção, por conta do ingresso em suas fileiras de pessoas ligadas as mais diversas áreas do conhecimento, a saber: a lógica, gramática, retórica, aritmética, música, geometria e astronomia, as chamadas Artes Liberais da idade média inspiradas em conceitos da antiguidade clássica. Esta nova configuração a transforma definitivamente em uma instituição filosoficamente questionadora e aberta a novas ideias.

Com o tempo, os especulativos se impuseram aos operativos. Daí essa organização profissional dos construtores de catedrais deu nascimento a essa outra Maçonaria, não mais operativa, mas especulativa, que tomou corpo a partir de 1717, e especialmente nas constituições de Anderson em 1723 (BENIMELI, 2011, p.41).

2.2. Maçonaria e a Questão Religiosa: O Padroado e o Beneplicito

A Maçonaria Moderna procurou manter-se neutra em termos religiosos, aceitando em seu meio, católicos e reformadores, não intervindo na liberdade de escolha de cada um, onde seus estatutos e constituições iniciais demonstravam claramente a linha de pensamento que ali prevalecia. Na primeira constituição maçônica datada de 1723, elaborada por James Anderson com a participação de John Theophilus Desaguliers, que ficou conhecida como Constituições de Anderson, esta definida a base de toda maçonaria moderna, por meio das quais se regulamenta a fundação de Lojas, seu funcionamento e caráter disciplinar do maçom, especificando, logo em seu início, a necessidade na crença em Deus, o Grande Arquiteto do Universo, inspirados em sentimentos de fraternidade, caridade e honra, não fazendo nenhuma distinção de crenças religiosas, classes sociais ou político partidárias.

[...] a Maçonaria quis ser, desde suas origens, uma reunião, acima das divisões políticas e religiosas do mundo, de homens que acreditavam em Deus, respeitavam a moral natural e queriam se conhecer e tra-

balhar juntos, apesar da diversidade de suas opiniões religiosas e sua filiação a confissões ou partidos mais ou menos opostos (BENIMELI, 2011, p.45).

Baseada nestes princípios e fundamentos, ela se expande, primeiramente pela Europa e, posteriormente, para as Américas e chegando ao Brasil.

A Maçonaria adota uma forma de reunião litúrgica baseada em Ritos diversos que tem objetivo de transmitir aos iniciados ensinamentos e doutrinas inerentes da Instituição. Alguns ritos possuem forte influência religiosa e outros não.

Aqui no Brasil, o Rito Oficial adotado era o Moderno ou Francês que na França como veremos passaria a não fazer menção a Deus, o Grande Arquiteto do Universo, porém, na Constituição Maçônica brasileira, independentemente do rito adotado, esta crença era e ainda é indispensável.

Os maçons brasileiros foram fortemente influenciados pelos ideais liberais presentes na maçonaria francesa, tendo forte influência no pensamento liberal dos maçons brasileiros. No final do século XIX, a Maçonaria Francesa aboliu de seus estatutos a menção da crença em um Ente Supremo. O Grande Arquiteto do Universo seria desnecessário, segundo o entendimento de liberdade, igualdade e fraternidade preconizado na Revolução Francesa, fazendo com que a Inglaterra, rival histórica da França em inúmeros episódios históricos, rompesse relações maçônicas com aquele país por este motivo.

No Brasil os maçons passam a defender abertamente a liberdade de cultos, uma vez que, no conjunto, o povo brasileiro já era composto, naquele período, pelas mais diversas confissões religiosas, embora a religião oficial do Império fosse a Católica.

Concomitantemente na Itália, neste período ocorreram os movimentos políticos com a participação maçons que ameaçaram o poder da Igreja, destituindo territórios e enfraquecendo a Igreja de Pio IX. O papa reagiria a este mal com todo seu poder, clamando os fiéis a combater os supostos planos da Maçonaria contra Roma.

Historicamente, com apenas 17 anos após a fundação da Grande Loja da Inglaterra, verificou-se reação da Igreja Católica amparada pelo Santo Ofício e por muitos Estados, ocorrendo a primeira condenação papal, de Clemente XII, condenando a maçonaria.

Os motivos alegados no documento pontifício são: que homens de toda religião e de toda seita, dando-se uma aparência de honestidade natural, ligam-se uns aos outros por um pacto tão estreito quanto impenetrável, segundo as leis e os estatutos que eles mesmos elaboram, e se obrigam por um juramento prestado sobre a Bíblia e sob graves penas, a ocultar em um silêncio inviolável tudo o que fazem na obscuridade do segredo (BENIMELI, 2011, p.130).

permanecido separadas ou não se conheceriam (ANDERSON, 1723, p.50).

Até hoje, no Brasil, são verificados tais princípios nas Constituições e Regulamentos Maçônicos, ou seja, proibindo discussões de caráter político-partidário e religioso-sectário em seus Templos.

Movidos por tais ideais, os maçons brasileiros da época da Questão Religiosa que também constituíam grande parte dos políticos e intelectuais daquele período, acabam por conflitar com os ideais Ultramontanos da Igreja.

Os demais pontífices, a partir de Clemente XII, se referiram à Constituição In Eminentí, renovando a excomunhão, tendo a Maçonaria um dos seus maiores adversários, Pio IX e Leão XIII. Ainda hoje, passados séculos, persiste o entendimento da incompatibilidade por parte da Igreja Católica.

Desde o princípio da Maçonaria, não se percebe aspecto nenhum que possa ter incompatibilidade entre Religião, Maçonaria e Estado, vez que esta instituição não aceitava em seus quadros nenhum homem que fosse ateu, chegando a referir-se de maneira até ofensiva quando menciona ser "estúpido ateu ou irreligioso libertino", bem como também não aceitava quem, declaradamente, se manifestasse contra o poder legitimamente constituído. Adotava neste mesmo tópico um princípio de tolerância religiosa que pode ter norteado a conduta dos brasileiros maçons envolvidos na Questão Religiosa.

I – A Maçonaria proclama, desde a sua origem, a existência de um Princípio Criador, ao qual, em respeito a todas as religiões, denomina Grande Arquiteto do Universo (...).

III – A Maçonaria é acessível aos homens de todas as raças, classes e crenças, quer religiosas, quer políticas, excetuando as que privem o homem da liberdade de consciência, da manifestação do pensamento, que restrinjam os direitos e a dignidade da pessoa humana e exijam submissão incondicional (CONSTITUIÇÃO DA GRANDE LOJA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p.11-12).

I – O que se refere a Deus e à Religião

O maçom está obrigado, por vocação, a praticar a moral; e se compreender seus deveres, nunca se converterá em um estúpido ateu nem em irreligioso libertino. Apesar de nos tempos antigos os maçons estarem obrigados a praticar a religião que se observava nos países em que habitavam, hoje crê-se mais conveniente não lhes impor outra religião senão aquela que todos os homens aceitam, e dar-lhes completa liberdade com referência às suas opiniões particulares.

Esta religião consiste em ser homens bons e leais, quer dizer, homens honrados e justos, seja qual for a diferença de nome ou de convicções. Deste modo a Maçonaria se converterá em um centro de união e é o meio de estabelecer relações amistosas entre pessoas que, fora dela, teriam

Observa-se na Maçonaria brasileira, na intimidade de suas reuniões, atos que demonstram a tolerância religiosa e a liberdade de cultos.

A hora e em lugar de costume reunido número suficiente de Irmãos é aberta a Loja....Não se lê a ata anterior... O Tronco de propostas produziu uma peça... propondo que se empreste para aos domingos, aos nossos Irmãos Protestantes, para celebrarem os actos de sua religião, as salas externas do Templo (A HORA..., 1858).

É fato certo que a presença protestante no Brasil Império de D. Pedro II, era observada e que a posição tolerante da Maçonaria em relação a esta outra confissão religiosa incomodava a Igreja Católica. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda via na Maçonaria uma aliada do movimento protestante e, portanto uma ameaça ao poder de Roma.

A Maçonaria, de acordo com ele, era a força propulsora por traz da propaganda protestante e de toda a agitação contra o ultramontanismo, bem assim como em prol da liberdade de culto e de todos os outros conceitos libertários que tinham sido anatematizados no Sílabo (VIEIRA, 1961, p. 346).

Em 1863, em função de disputas internas na eleição de Grão-Mestre, houve uma grande cisão da Maçonaria com a dissidência e a fundação de uma nova potência com o mesmo nome acrescentando a expressão "do Vale dos Beneditinos", em razão desta estar localizada neste local e a outra ficou conhecida como do Lavradio.

Nesta nova, o Grão-Mestre foi Saldanha Marinho, jornalista e sociólogo que fez severas críticas a Igreja Católica, sob o pseudônimo de Ganganelli, combatendo veementemente a união Igreja e Estado.

[...] declarou Saldanha Marinho, era programa da Maçonaria "libertar o espírito humano da superstição; promover a instituição do casamento e do registro civil" a fim de libertar o homem de uma "tirania exercida em nome de uma igreja intolerante e exclusivista (VIEIRA, 1961, p. 288).

Estas duas Maçonarias oficiais, do vale dos Beneditinos e do Lavradio, mesmo tendo divergências internas, se reaproximaram no combate anticlerical em defesa da instituição. Diversos boletins daquele período emitidos pelo GOB – Grande Oriente do Brasil abordavam as questões relativas à importância da tolerância religiosa, da liberdade de cultos e a necessidade de se implantar este novo sistema, entendido como benéfico e fundamental a todos, combatendo intensamente o dogma da infalibilidade papal, constante no Concílio do Vaticano I, pelo papa Pio IX.

Fato é que as relações entre a Cruz e o Compasso, nos tempos modernos não foram as melhores possíveis, desencadeando embates políticos, e que especificamente no Brasil, seria discutido em território judicial, o que acarretou um maior acirramento destas relações.

As lutas entre a Igreja e o Estado, envolvendo a Maçonaria com fundamentação constitucional, foi alicerçada pelo Poder Moderador do Imperador atra-

vés do Padroado e Beneplácito.

A Constituição Brasileira, em vigência desde 1824, em termos de religião, adotava o sistema de Padroado e Beneplácito estabelecendo um vínculo entre Igreja Oficial (Católica) e Estado, cujo modelo foi herdado de Portugal, onde o Rei se tornava o padrinho, o protetor da Igreja. Embora o Monarca, não reivindicasse a chefia da Igreja, possuía poderes que lhe asseguravam um certo controle da Instituição religiosa e das ações eclesiásticas no seu reino, controle que passou a ser definido como Regalismo, isso tudo amparado legalmente e seria o fator que embasou todo ato governamental que causou abalo nas relações entre a Igreja Romana e o Estado Brasileiro por ocasião da Questão Religiosa (1872-1875).

Numa análise histórica, após a revolução Francesa, iniciou-se o processo de modernização dos Estados que passaram a defender a independência em relação à religião e por consequência, Roma tomaria uma série de medidas de caráter defensivo, uma espécie de Contra Modernidade, onde a Santa Sé deveria reagir e com o objetivo de manter-se hegemônica, ditando as regras e os religiosos sujeitos a ela.

Dentre estas medidas, em 1864, o Vaticano, por meio de Pio IX, publica o Syllabus, anexo da encíclica Quanta Cura que impunha regras rígidas de doutrina e de culto e condenou as sociedades secretas e, portanto, a Maçonaria. Os bispos brasileiros, acatando as novas diretrizes, determinaram a expulsão dos maçons das irmandades católicas e passaram a exigir mais disciplina moral e canônica do clero.

Neste contexto, formaram-se as condições necessárias para um embate entre as posições ultramontanas de romanizar as nações, numa tentativa de recuperar sua hegemonia e seu prestígio social, em oposição a uma onda de anticlericalismo, embasado nas necessidades atuais da sociedade moderna e que não poderia mais suportar as rédeas do controle da Igreja aliada ao Estado, pois o Antigo Regime ruíra a partir da Revolução Francesa em 1789.

A defesa da autonomia estatal implicou um combate incisivo contra a Igreja, que estendia seus tentáculos por todas as esferas, a ponto de a sociedade ser definida como Cristandade, ou seja, um Estado edificado sobre alicerces católicos [...] (SANTOS, 2014, p. 50).

A instituição maçônica, naquele momento, tinha em suas colunas muitos padres, o chamado bai-

xo clero, porém, os Bispos, orientados e formados sob as determinações de Pio IX, não aceitariam esta inserção em defesa dos interesses da Igreja.

Até 1872, escreve o finado Bispo de Olinda, tinha a maçonaria no Brasil permanecido secreta, não dando ares de malquerença à fé cathólica; e chegara até, sob capa de religião, a introduzir-se no clero, nos seminários, conventos, cabidos e confrarias religiosas. Quando, porém, teve em seu Gram-Mestre à téssta do govêrno nacional, e sentiu-se com forças para a lucta, julgou opportuno desmascarar-se e de viseira levantada atacar a Igreja; e eis como se houve. Fizeram as lojas maçônicas do Rio de Janeiro, grande festança no dia 3 de março de 1872, em parabens ao seu Gram-Mestre, Visconde do Rio Branco, presidente: do Conselho de Ministros, a proposito da lei de 28 de setembro sobre a escravidão. Tomára parte n'esta festa o, Padre Almeida Martins que era, coitado e Maçom, e até fizera em estylo maçônico um discurso que depois publicou com sua a 'signatura de Sacerdote nos papeis que mais circulação tem no paiz (COSTA, 1886, p. 66).

O anticlericalismo no Brasil foi uma luta pela estabilização de uma sociedade onde prevalecesse o direito ao livre pensamento, a livre escolha, a liberdade de cultos, não que com isso fosse anticatólico, ou mesmo antirreligioso, muito pelo contrário, este movimento que se expande e se solidifica, formou a base para que chegássemos às condições políticas e sociais necessárias para a secularização do Estado Brasileiro.

[...] o anticlericalismo [...] converte-se em força motriz de ideologias pluralistas, ao estimular a emancipação política e social, ao defender a liberdade de pensamento e ao deflagrar um ambiente propício à secularização (SANTOS, 2014, p.53).

Pio IX, foi, sem dúvida alguma, um grande líder da Igreja Católica, em todo este processo da laicização e separação do Estado e da Igreja e fez o que pôde para frear as atividades que julgava ser contrárias aos interesses de sua instituição. Seu pontificado foi o mais longo da história e por ter sido combatido

politicamente, no processo de unificação italiana, o Risorgimento, liderados por Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, pessoas que estavam envolvidas com a Maçonaria e Carbonária, portanto é perfeitamente plausível entender sua repulsa.

O anticlericalismo maçônico teve relevância política e foi o grande propagador da liberdade de cultos e formador de opiniões, combatendo veementemente o dogma da infalibilidade papal determinada como dogma de fé, em 1869/1870, no Concílio do Vaticano I, que deu legitimidade aos movimentos ultramontanos por parte dos Bispos, no caso brasileiro.

Os ultramontanos desejavam reformas na Igreja, tornando-a absolutamente dependente das decisões emanadas do pontífice romano. Tratava-se, de modo genérico, de uma tentativa de romanizar as Igrejas locais, reduzindo o poder dos ordinários no governo de seus territórios (SANTOS, 2014, p.74).

O estopim do embate entre a Igreja Católica e a Maçonaria ocorreu em 1872, quando o padre e maçom Almeida Martins proferiu um discurso enaltecendo as qualidades e os feitos do Visconde do Rio Branco em relação à Lei do Ventre Livre. No dia seguinte, o discurso fora publicado no jornal de maior circulação do Rio de Janeiro e Almeida Martins foi suspenso de suas funções por determinação do Bispo do Rio de Janeiro.

Já o pivô jurídico do conflito da Questão Religiosa se deu com as interdições dos Bispos de Olinda D. Vital e do Pará D. Macedo Costa em relação aos maçons, proibindo as irmandades de admitir em seu meio pessoas que pertencessem à Maçonaria.

Estes interditos foram rebatidos pelos maçons na esfera judicial, alegando que as bulas papais deveriam ser primeiramente aprovadas e aceitas pelo Imperador, pois seu poder moderador era indispensável para validá-las, o beneplácito do Imperador se fazia necessário e o não cumprimento desta lei infringia a Constituição do Império.

Os bispos, não acatando as ordens judiciais de suspender os interditos, foram processados e julgados no Rio de Janeiro sendo condenados a quatro anos de prisão. Posteriormente houve a suspensão das punições eclesiásticas aplicadas aos maçons e a pena dos bispos foi reduzida e, posteriormente, eles foram anistiados.

A Questão Religiosa desencadearia um debate acirrado onde cada grupo, ao seu modo de entender os fatos, reivindicaria direitos e proporcionaria uma reflexão sobre a necessidade do desvinculo do clero diante do poder secular. Os grupos envolvidos nos debates do Conselho de Estado, na imprensa, na Câmara e no Senado, enfim, procuraram agir sobre as leis, no sentido de interpretá-las de acordo com tendências modernizadoras ou para reafirmar o caráter tradicionalista do Brasil.

Liberais radicais, burocratas estatais e os ultramontanos passaram a reivindicar mudanças na Constituição de 1824. O poder do Imperador através do sistema de Padroado e do Beneplácito foi, portanto, fator determinante do processo do conflito que teve como pivô da discórdia a Maçonaria.

No entanto, não podemos deixar de mencionar que o principal expoente do governo, o chefe do Conselho de Ministros, José da Silva Maria Paranhos (Visconde do Rio Branco) era o Grão-Mestre do GOB e Saldanha Marinho era um eminente jornalista e Grão-Mestre do Grande Oriente do Vale dos Beneditinos. O primeiro, forte politicamente e o segundo, forte midiaticamente.

Verificou-se, portanto, uma luta política entre a Igreja Católica e o Estado, um defendendo a hegemonia e autoridade papal, independentemente do poder dos Estados, mas ainda querendo a proteção do Estado para que este mantivesse a Religião Católica como Oficial, e de outro lado membros do Governo ligados a Maçonaria defendendo a liberdade de cultos e a total independência destas duas Instituições.

Em nome de Deus, em nome da razão e da natureza, pede-se a liberdade de cultos, e ela é recusada ao povo brasileiro sob pretexto de se oppor a religião cathólica [...] Respeitamos todas as opiniões que se apresentam com o sello da sinceridade, mas nem por isso prescindimos no direito de combate-las quando nos parecem inadmissíveis. Podíamos, pois negar o fundamento do direito pelo qual se recusa ao povo a liberdade de cultos, mas para que não se diga que a Maçonaria tem uma religião propriamente sua e que se empenha em combater a Igreja Cathólica, como caluniosamente se há propalado, julgamos mais acertado demonstrar que a liberdade de cultos não ataca, como falsamente se diz, a doutrina cathólica, ao contrário, ela é

uma garantia de crédito e da glória para essa doutrina (BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL, 1872, p.???)

A Maçonaria propagava a liberdade de cultos, fato vivenciado no interior da mesma, ou seja, a pluralidade religiosa era percebida pelos seus membros, o convívio inter-religioso na Instituição Maçônica era real. Assim seria perfeitamente plausível que esta pluralidade religiosa com liberdade de cultos se desdobrasse à sociedade brasileira.

Pelo fato de que muitos integrantes da Maçonaria, naquele momento, estarem inseridos no meio político, com forte poder de influência, possibilitou um embate político, influenciado por ideais liberais das quais a Maçonaria abraçava, de modo a abalar as relações amistosas entre Estado e Igreja até então.

Quando à atitude displicente assumida pelo Imperador, isto é, se estaria sob a influência de injunções políticas, sem força de elementos para se opor, ou se comungava das ideias e dos sentimentos de seu Presidente de Conselho, parece encontrar-se a explicação no mesmo desenrolar dos fatos. É certo que a maçonaria brasileira tinha ordens de perseguir a Igreja, pois não se concebe que, sendo universal a perseguição movida pela perigosa seita, dela fosse isento precisamente o país onde o Presidente do Conselho ou principal responsável pelo Governo era, ao mesmo tempo, o grão-mestre da maçonaria (OLIVEIRA, 1872, p.19).

A Igreja via na Maçonaria uma instituição na qual era arquitetado o combate contra Igreja Católica. Na mesma linha de discurso em que houve a primeira condenação católica contra a Maçonaria, por Clemente XII, Pio IX conseguiu definitivamente incutir na mentalidade da época e fazer seus fiéis bispos trabalharem neste sentido.

A interdição dos maçons nas irmandades religiosas era entendida pela Igreja como uma Questão Religiosa, uma determinação indiscutível do Papa. Por outro lado, o Estado Imperial, através do Padroado e do Beneplácito, tinha o poder de vetar e interferir em assuntos que entendesse ser uma Questão Civil.

Não fui perturbar os maçons em suas oficinas, Exmo. sr., não sai do recinto da igreja da qual sou chefe. Não pretendo exterminar a maçonaria, infelizmente nem os monarcas já hoje o podem, só Deus. Desejo tão somente que as irmandades realizem o fim para que foram criadas. Entretanto, parece-me que a maçonaria devia ser um pouco mais consequente. Já que ela não reconhece a autoridade da Igreja, brade embora contra a Igreja, mas abandone-a, deixe-a àqueles que se prezam de filhos obedientes (OLIVEIRA, 1872, P. 26).

superior da religião católica, como até é seu súdito (VIEIRA, 1980, P. 210).

Por este posicionamento de D. Vital, acima citado, percebe-se o ideal de coligação e comprometimento mútuo de protecionismo que tanto deve estar pautando a conduta do Estado como da própria igreja. Um vínculo lógico, segundo o seu ponto de vista.

O Estado não tem religião, se a tivesse teria todas [...] Os funcionários públicos, desde o Chefe de Estado, até ao último desta graduação, também, pois, a não tem. A crença é do indivíduo particular... A verdade é que se pode ser maçom e bom católico. A Maçonaria, eu a julgo vantajosa e que merece ser sustentada [...] O Brasil é católico como Jesus ensinou e não como queria a cúria romana (OLIVEIRA, 1952, p. 98).

O Conselho de Estado se reuniu em junho de 1873, sendo o mesmo presidido pelo próprio Imperador, neste momento foram expostos e discutidos fatos sendo votados com as seguintes pautas em resumo:

1) Não poderiam ser aplicadas no Brasil as bulas papais de excomunhão, sem o beneplácito do Imperador;

2) A Constituição das Irmandades era regida pelo poder civil, cabendo aos Prelados diocesanos apenas a parte religiosa, não cabendo a eles, portanto interditar ou proibir qualquer de seus membros pelo fato de pertencerem à Maçonaria;

3) Que o Prelado excedeu sua jurisdição ao criticar o beneplácito neste fato, contradizendo, portanto, o que determinava a constituição; e

4) Que se desse prosseguimento ao recurso de suspender a interdição dada à Irmandade em relação à proibição de membros maçons.

Todos os membros do conselho expuseram suas palavras, uns concordando em parte outros na totalidade em prosseguir com o processo contra D. Vital, bispo de Pernambuco, sendo ao final aprovada a suspensão da Interdição e feita missiva para que o Bispo imediatamente levantasse a interdição, fato que não ocorreu e que culminou em sua prisão, e, desencadeando posteriormente também a do Bispo do Pará, D. Macedo Costa, pela mesma razão.

À Igreja caberia o combate a Maçonaria com toda sua força e aos políticos, maçons ou não, mas influenciados pela Modernidade, caberia a defesa dos direitos a liberdade e a separação das duas instituições, Estado e Igreja.

Ou o Governo do Brasil declara-se acatólico, ou declara-se católico [...] Se o Governo brasileiro é católico, não só não é chefe ou

Podemos, portanto, verificar neste panorama os fatos e constatar que quando os interesses se chocam a verdade está por todos os lados.

2.2. A Maçonaria do Século XXI e suas relações com o Estado Laico

A partir da Questão Religiosa, o relacionamento entre Maçonaria Moderna e Igreja Católica, que já não eram dos melhores, torna-se cada vez mais distante e de difícil conciliação, permanecendo até hoje o posicionamento, por parte da Igreja Católica, da incompatibilidade entre as duas Instituições.

Na Maçonaria atual se encontram pessoas das mais diversas confissões religiosas. Pude constatar esta afirmação mediante pesquisa de campo, através da ferramenta *surveymonkey*, endereçada à 100 membros que responderam aos questionamentos abaixo listados, dando um visão geral de sua composição e mesmo a percepção com relação a sentimentos religiosos que poderão ser motivo de abordagem em outras linhas de pesquisa.

A seguir as questões que foram direcionadas aos membros da maçonaria e que poderemos constatar como se dá sua composição, levando em conta os sentimentos pessoais dos integrantes em relação a própria instituição e sua composição em termos de confissão religiosa.

1) Você acredita num Ente Supremo, criador do Universo?

Resultado: 98% responderam que sim e 2 % Não tem certeza;

2) A Maçonaria tem um sistema moral e ético próprio de conduta para seus adeptos?

Resultado: 94% responderam que sim e 6% que não

3) Você tem alguma religião?

- 45% Católicos
- 24% Espiritas

- 8% Nenhuma religião
- 5% Umbanda

- 3% Judaísmo

- 3% Protestantes
- 2% Muçulmanos
- 1% Candomblé
- 8% Outras confissões Religiosas não Especificadas.

- 0% Testemunha de Jeová
- 0% Mórmon.

4) Para você a Maçonaria possui um sistema simbólico significativo que proporciona uma identidade entre seus membros?

Resultado: 98% disseram que sim e 2% que não

5) A Instituição Maçônica pressupõe a existência de um poder transcendente?

Resultado: 94% disseram que sim e 6% que não.

6) A liturgia e os rituais utilizados na Maçonaria proporcionam para você uma experiência própria de unidade do grupo e que remeta a um nível espiritual e / ou transcendente diferenciado?

Resultado: 91% disseram que sim e 9% que não.

Além destes dados, tive acesso ao líder da Maçonaria do Estado de São Paulo que colaborou

respondendo a alguns questionamentos pertinentes para este trabalho referente ao pensamento que rege a instituição na atualidade.

2.3. Questionamentos que forma apresentados ao Grão-Mestre da GLESP—Ronaldo Fernandes, em 23/02/2017

1) Este ano 2017, a Maçonaria Moderna está completando 300 anos de existência, com a Fundação da Grande Loja da Inglaterra. 1717 é considerada como um divisor de águas onde a Maçonaria Operativa passaria a ser designada como Maçonaria Especulativa e neste sentido teria uma abordagem filosófica que foi por muitos entendida como Religião ou uma inimiga da Religião. Poderia nos dar uma explanação do entendimento da relação entre a Maçonaria e Religião e/ou as Religiões? Seria um equívoco considerar a maçonaria um tipo específico de religião?

R.: A Maçonaria não é uma religião e nunca foi. É um grupo de homens, que são selecionados na sociedade, cujo objetivo é melhorar a si próprios e, assim, melhorar a sociedade em que vivem.

A Maçonaria Especulativa origina-se da Maçonaria Operativa medieval, de construtores de templos, palácios, etc., que reuniam uma grande gama de conhecimentos. Uma vez que estavam a serviço da nobreza medieval houve clara influência do Cristianismo e de várias correntes filosóficas antigas.

A Maçonaria respeita todas as crenças religiosas e não faz distinção de raça, cor ou credo e luta pelos direitos iguais de todos e luta contra qualquer tipo de preconceito

2) A Maçonaria desenvolveu-se em vários países europeus, antes de sua chegada ao Brasil. Nestes países ela teve um papel ativo politicamente abordando temas de ordem civil e mesmo religiosos. A Revolução Francesa e posteriormente a Revolução Industrial marcaram o início da Modernidade e o pensamento Iluminista se posiciona defendendo a necessidade da Separação entre Estado e Religião. Qual a participação da Maçonaria neste sentido?

R.: No mundo moderno, a Maçonaria contribuiu para a evolução social, científica e política, nos últimos 300/400 anos. Boa parte dos filósofos iluministas eram maçons. Foi o iluminismo que separou vida pública de vida privada e lutou para que os Estados fossem laicos.

3) A Igreja Católica através do Papa Clemente XII, condenou a Maçonaria pela primeira vez em 1738

na bula "*In Eminentí*" Nela alega-se entre outras coisas que: "HOMENS DE TODA RELIGIÃO E DE TODA SEITA, DANDO-SE UMA APARÊNCIA DE HONESTIDADE NATURAL, LIGAM-SE UNS AOS OUTROS POR UM PACTO TÃO ESTREITO QUANTO IMPENETRÁVEL, SEGUNDO AS LEIS E OS ESTATUTOS QUE ELES MESMOS ELABORARAM, E SE OBRIGAM, POR UM JURAMENTO PRESTADO SOBRE A BÍBLIA E SOB GRAVES PENAS, A OCULTAR EM UM SILÊNCIO INVOLÁVEL TUDO O QUE FAZEM NA OBSCURIDADE DO SEGREDO."

Dai em diante muitas outras condenações se seguiram. Levando em conta este aspecto da união "homens de toda religião".

4) Como isso era visto e é visto atualmente pela Instituição Maçonica?

R.: Infelizmente, há desinformação, desconhecimento e preconceito contra aqueles que aceitam livremente todos os credos, contra aqueles que lutam contra dogmas e preconceitos. A Maçonaria é discreta, não é secreta. Parte de suas atividades não deve ser revelada aos olhos e ouvidos de quem não faz parte da instituição.

5) Como vê a Instituição nos dias de hoje, onde a globalização viabilizada com a Internet proporcionou uma divulgação dos assuntos ditos secretos? Os chamados "segredos" ainda permanecem?

R.: A Maçonaria possui alguns segredos que somente os iniciados na instituição devem conhecer. Mas é fundamental entender que a Maçonaria é instituição iniciática, ritualística, beneficente e filosófica.

6) Qual a visão da Maçonaria a cerca das religiões? E especificamente a Religião Católica?

R.: A Maçonaria respeita e aceita todos os credos, indiscriminadamente e todos os seus membros devem crer num Ente Superior.

7) Qual a visão da Maçonaria a respeito da liberdade religiosa e da laicidade?

R.: Laicidade e liberdade de pensamento são fundamentais, assim como o respeito à vida, aos direitos humanos. E são bandeiras que a Maçonaria defende.

8) Grande parte da população jovem brasileira não está vinculada a nenhuma religião, não tem convicção sobre princípio criador ou mesmo de declara ateia. Como a Maçonaria vê esta situação? Existe algum tipo de preocupação da Maçonaria com relação a juventude relacionado ao aspecto religioso?

R.: A Maçonaria apoia várias instituições para-maçônicas destinadas a formar jovens de ambos os sexos. Mas ela não pode nem deseja impor-se. As pessoas devem aderir de forma voluntária.

9) Existe algum impedimento para que uma pessoa não possa ingressar na Instituição, do ponto de vista Religioso?

R.: A pessoa precisa acreditar num Princípio Criador, que a Maçonaria denomina Grande Arquiteto do Universo. Cada religião designa-o de uma forma: Deus, Alá, Jeová... Não importa: mas o conceito do Princípio Criador refere-se a Ele.

10) Porque um ateu não poderia ingressar na Maçonaria? A crença num princípio criador não poderia ser simplesmente uma crença científica, tal como a crença do princípio baseado no Big Bang?

R.: Não se recomenda o ingresso de ateus, porque até mesmo cientistas notáveis, como Einstein, mostravam que ciência e crença religiosa não se opõem. Einstein e outros grandes cientistas postularam que quanto mais a ciência avança, mais fica claro que o Universo é regido por princípios que estão acima dos conceitos da própria ciência.

11) Como explicaria esta incompatibilidade, afirmada pela Igreja Católica, entre Maçonaria e Igreja Católica nos dias de hoje?

R.: A Maçonaria nada tem contra religião alguma. Dirigentes de algumas instituições religiosas, por desconhecimento ou não, insistem em tachar a Maçonaria com conceitos equivocados. E, sobretudo resistindo à ideia de que os homens devem viver pela paz, compreensão mútua, sem dogmas. Buscando sempre investigar a verdade dos fatos.

12) Como poderia haver uma reaproximação da Igreja e da Maçonaria? De que forma isso seria executado e o que poderia proporcionar para a sociedade em geral?

R.: Isso não depende da Maçonaria, pois seus dirigentes estão sempre dispostos ao diálogo franco e aberto em favor da compreensão mútua das pessoas e povos.

13) Considerando que este ano a GLESP – Grande Loja Maçonica do Estado de S. Paulo completará 90 anos e neste mesmo ano e a Grande Loja Unida de Inglaterra, 300 anos; quais são os desafios para o futuro da Instituição Maçonica em relação às Instituições Religiosas

R.: Os desafios da instituição maçônica para o futuro não se limitam ao relacionamento com dirigentes de algumas instituições religiosas, mas, sim, em ajudar as pessoas e as sociedades a enfrentar os desafios políticos, as desigualdades, as drogas, etc. É importante que tenhamos este panorama da atual composição da Maçonaria para melhor entendermos esta sociedade cercada de inúmeras especulações e assim termos condições de concluir este estudo com base em dados empíricos.

3. Considerações finais

O objetivo deste Artigo foi abordar a “Questão Religiosa” retomando os fatos do litígio ocorrido entre Estado e a Igreja Católica no final do século XIX focando na possível influência da Maçonaria no processo de secularização do Estado brasileiro e apresentar como esta Instituição se compõe no presente.

Hoje o Brasil se encontra posicionado como um Estado verdadeiramente Laico, para tanto este processo teve colaboração de várias correntes anticlericais e também da Maçonaria que defendia abertamente e até hoje defende a liberdade religiosa.

Situações cotidianas ainda hoje apontam para a necessidade de evoluirmos ainda mais no tocante ao respeito mútuo entre pessoas que professam diferentes confissões religiosas. Infelizmente ainda observamos na sociedade comportamentos de intolerância religiosa.

Ao trazer em pauta as relações da Maçonaria com a Religião, ao longo da história até o momento presente, e mediante o exposto nas páginas anteriores, podemos constatar, que houve forte empenho da Maçonaria para que o Brasil efetivasse a liberdade de cultos e se transformasse num país laico, isso ocorreu principalmente porque os líderes maçônicos da época estavam envolvidos na política com forte poder de influência.

Hoje, de modo geral, pelo menos por parte dos maçons que participaram da pesquisa, bem como os esclarecimentos dados pelo líder da Maçonaria do Estado de São Paulo, não se verifica o sentimento de incompatibilidade entre a Instituição Maçônica e as Religiões, visto que a Instituição se compõe de pessoas das mais diversas religiões sendo sua maioria católica, possivelmente por motivos históricos, no caso brasileiro.

O Grão Mestre não demonstra que os desacordos e as dissonâncias existentes entre Maçonaria e Instituições religiosas preocupe, mas o foco, segundo

suas colocações esta voltado para o aprimoramento do homem, a garantia das liberdades individuais e de pensamento, respeito a todas as religiões e que o fim principal é colaborar com a sociedade nos diversos problemas existentes.

No processo de secularização, a Maçonaria, aderiu ao movimento liberal da época, atuou junto aos movimentos anticlericais combatendo a postura ultramontana da Igreja Católica de Pio IX, causando com isso grande desgaste com a Igreja Católica, mas foi uma luta pela liberdade religiosa, como apontam os documentos e não tinha o intuito de destruir a Igreja de Roma.

Naquele momento, a maioria dos maçons era católica, e hoje se verifica que 45% dos integrantes ainda o são, portanto, neste contexto, não se poderia afirmar que a Instituição tenha sido contra a Igreja Católica. O que se pretendia de fato, era a emancipação da exclusividade religiosa imposta pelo elo Igreja-Estado no período Imperial brasileiro.

O apoio aos outros movimentos e confissões religiosas, especialmente a protestante, foi um dos fatores principais para que houvesse o conflito “Questão Religiosa”, e isso esta em total consonância com o que o referido professor relata em seus estudos e teses, e hoje, paradoxalmente, são muito poucos os protestantes que pertencem a Maçonaria atual.

Foi mencionado no início deste estudo que a Maçonaria, em seus estatutos e documentos, sempre afirmou ter como princípio a liberdade de consciência e defendeu desde seus primórdios a liberdade de cultos e a livre escolha da religião, e isso pudemos efetivamente constatar pelos resultados da pesquisa, bem como afirmações de seu líder local. Pelo que foi levantado, pelo menos por parte dos maçons, não se verifica incompatibilidades entre a Instituição e qualquer que seja a religião que o maçom efetivamente siga, sendo portanto, um local onde existe na prática a laicidade.

A Igreja católica, por sua vez, não mudou seu posicionamento em relação a Maçonaria, considerando que seus integrantes estão em “pecado grave”, mesmo assim 45% dos maçons são católicos, dando a entender que, pelo menos, para os maçons católicos, este posicionamento da Igreja não teve grande impacto.

A “Questão Religiosa” foi, sem dúvida nenhuma, um marco no tocante a formação do estado laico brasileiro, um embate que fez com que a liberdade religiosa ficasse na berlinda e isso somado a outros

desgastes do Governo Imperial, viabilizou o rompimento de uma hegemonia da Igreja Católica, de forma legal, que findaria por ocasião da República e paulatinamente, estabelecería uma nova configuração do Campo Religioso Brasileiro, múltiplo em diversas confissões religiosas e hoje fortemente composto por movimentos religiosos.

Como o assunto relacionado com Religião e Maçonaria é pouco abordado, por falta de dados, dificuldades de acesso aos arquivos, como afirmou o Prof. Dr. David Gueiros Vieira (citação número 1 deste estudo), este trabalho objetivou justamente isso, trazer novos dados da Instituição Maçônica dentro deste evento específico denominado "Questão Religiosa" que foi um marco no processo de laicização da sociedade brasileira.

Deste modo espero que este estudo contribua para ampliar o conhecimento relacionado com a Maçonaria e Religião e ao mesmo tempo fomente novas pesquisas no campo acadêmico.

4. Referências

ANDERSON, James. *The Constitutions of the Free-Masons*. Londres: Printed by Willian Hunter, 1723.

BENIMELI, José Antônio Ferrer. *Arquivo Secreto do Vaticano e a Franco Maçonaria*. São Paulo: Editora Madras, 2011.

BRASIL. Constituição de 1824.

COSTA, Macedo (Bispo do Para). *A Questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé ou Missão Especial a Roma em 1873*. A Luz de Documentos Publicados e Inéditos pelo Bispo do Para. Lisboa: Editora Lallemand Fèrres, 1886.

GLESP. *Constituição*. São Paulo: Publicação GLESP, 2009.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Boletim do Grande Oriente do Brasil, edição nº 2, do ano de 1872.

OLIVEIRA, Ramos de. *O Conflito Maçônico-Religioso de 1872*. São Paulo: Editora Vozes, 1952.

SANTOS, Cristian. *Devotos e Devassos*. Representação dos Padres e Beatas na Literatura Anticlerical Brasileira. São Paulo: Edusp, 2014.

VIEIRA, David Gueiros Prof. Dr. *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1961.

VIEIRA, Davi Gueiros. *O Liberalismo, a Maçonaria e o Protestantismo no Brasil no Século XIX*. Brasília: Editora UNB, 1980.

Autor não identificado – Ata Maçônica – Loja Amizade – Ata da 59a. - Sessão Econômica da Muy Augusta e Respeitável Loja Amizade, ao 15o. Dia do 5o. Mez do anno da V.'.L.'. de 5858 (equivale ao Ano 1858 DC – V.'. L.'. = Verdadeira Luz)

**OS CORPOS DÓCEIS MAÇÔNICOS:
A disciplina do século XVIII aplicada ao maçom do século XXI**

(THE MASONIC DOCILE BODIES:

The discipline of the 18th Century applied to the freemason of the 21st Century)

Carlos Bruno Vinhais ¹

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar se as categorias presentes no conceito de Disciplina elaborado por Michel Foucault estão presentes no Rito Escocês Antigo e Aceito. Para enfrentar essa questão analisamos o Ritual Maçônico de 1804 buscando identificar quais as categorias da terceira parte do livro Vigiar e Punir poderiam ser identificadas naquele ritual. Nesse artigo apresentamos alguns elementos do pensamento disciplinar que emergiu no século XVIII presentes no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Palavras-chaves: Disciplina; Foucault; Maçonaria; Ritual.

Abstract

The objective of this article is to analyze if the categories present in the concept of Discipline elaborated by Michel Foucault are present in the Old and Accepted Scottish Rite. To face this question we analyze the Masonic Ritual of 1804 seeking to identify which categories of the third part of the book Discipline and Punish could be identified in that ritual. In this article we present some elements of the disciplinary thinking that emerged in the eighteenth century present in the Ancient and Accepted Scottish Rite.

Keywords: Discipline; Foucault; Masonry; Ritual.

¹ Carlos Bruno Vinhais é Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ (2009) e tem Mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV (2015). E-mail: carlos.vinhais@yahoo.com.br

1. Introdução

A maçonaria comemora em 2017 os 300 anos de fundação da Grande Loja Unida da Inglaterra, considerada o marco inicial da maçonaria especulativa mundial. No Brasil, o Grande Oriente do Brasil completa 195 anos de fundação. Sem dúvida, ao longo de todos esses anos algumas práticas caíram em desuso, enquanto outras permanecem no cotidiano de milhões de maçons espalhados pelo mundo. Algumas delas, conhecidas como *Landmarks*, seriam necessárias para reconhecer uma organização maçônica como regular.

Essa organização nascida no século XVIII sofreu a influência de sua época, conforme nos ensina Barata (2006, p.26), "mas se a maçonaria moderna foi uma invenção escocesa, segundo Stevenson, no início do século XVIII, algumas inovações e adaptações foram introduzidas na Inglaterra com o objetivo de adequá-la ao novo clima intelectual propiciado pelo pensamento das Luzes".

Entre as variadas influências, nosso recorte será analisar como o processo de disciplina analisado por Foucault (2004) em *Vigiar e Punir* se apresenta no ritual maçônico. Para tanto, vamos analisar as categorias descritas na terceira parte de seu livro e tentar identificar como o conceito de disciplina do século XVIII aparece no ritual maçônico.

Desse modo, nosso objetivo será analisar de que modo o pensamento do século XVIII influenciou a elaboração do ritual maçônico.

Essa análise nos parece justificada, pois a Ordem Maçônica encontra-se no século XXI, quando já se fala de uma nova era, que irá superar a era digital, e, após a análise do ritual, poderemos encontrar nele um modo de pensar que é típico do século XVIII, ainda durante a Revolução Industrial. Não é objeto desse estudo, mas certamente é uma provocação e uma reflexão necessária pensar se os conceitos de disciplina presente no ritual maçônico serão capazes de dialogar com a geração pós Era Digital.

Vigiar e Punir (2004) é uma análise sobre os meios de coerção e suplício, meio de disciplina e aprisionamento do ser humano, destacando o lado social e político da pena imposta como forma de controle social, em especial, nos regimes monárquico. A obra é dividida em quatro partes e analisa a punição como um processo de sofrimento físico aplicado brutalmente ao corpo dos condenados, como forma de legitimação do sistema enquanto poder de controle do

Estado sobre as populações. O autor narra a ação dos reformadores dos séculos XVIII e XIX que buscaram interromper as cerimônias de suplício, mudando a lógica da mera vingança do soberano para a defesa da sociedade burguesa.

Foucault sustenta a tese de que a substituição das penas corporais por meios menos sanguinários não constitui senão um subproduto da emergência de um novo tipo de sociedade, por ele chamada de "disciplinar", que seria correlata ao modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2011, p.311).

Desse modo, percebemos uma relação importante entre a disciplina e o processo histórico de surgimento de uma nova sociedade que será organizada tendo como base a produção capitalista, e o trabalhador da cidade que deixa a corporação de ofício e o trabalho artesanal para atuar nas fábricas.

Podemos afirmar que disciplina para Foucault (2004, p.118) são "esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as 'disciplinas'".

Em seu livro, o autor descreve e analisa a disciplina mantida nas prisões como uma ação voltada para moldar os corpos, inseridas em um processo de docilização para submissão da vontade e controle da energia do indivíduo, sendo essas forças canalizadas para uma lógica de utilidade. O adestramento da prisão se assemelha ao adestramento dos seminários, dos quartéis ou das escolas onde a divisão do tempo é um forte aliado neste processo de sujeição. As ordens religiosas foram as grandes especialistas na lógica dos ritmos e das atividades regulares de modo que o corpo dócil que deve ficar concentrado, sem ociosidade ou distrações.

2. Metodologia

Assim, para realizar esse estudo utilizaremos as categorias propostas por Foucault (2004) em *Vigiar e Punir* e vamos analisar o ritual de aprendiz maçom de 1804, disponível na oficina de restauração do REAA (<http://www.oficina-reaa.org.br>). Acesso em 11/06/2017). A opção pelo ritual de aprendiz de 1804 se

dá por dois motivos:

Em primeiro, por causa de sua proximidade com o momento histórico que está sendo analisado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*.

Em segundo lugar, um problema importante a ser trabalhando antes de iniciar nosso artigo é a relação entre o ritual maçônico e segredo. Vamos preservar ao máximo o texto maçônico, mas devemos lembrar que esse ritual de 1804 não está mais em uso pelas Lojas Maçônicas. Desse modo, acreditamos estar respeitando a peculiaridade dessa organização.

Superada essa questão, podemos afirmar que metodologicamente nosso estudo pode ser enquadrado como uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Desse modo, nosso objetivo é iniciar um diálogo entre a literatura de Foucault e o ritual maçônico para compreender se é possível encontrar pontos de contato entre as categorias do autor e as práticas ritualísticas maçônicas, em especial o Rito Escocês Antigo e Aceito.

Para realizar a análise de conteúdo, iremos utilizar a técnica de Análise Categorical de Conteúdo (BARDIN, 1977). Desse modo realizaremos o processo de leitura flutuante do Ritual de 1804, mas sem a pretensão de definir as categorias de análise, pois as mesmas são apriorísticas tendo em vista que elas serão extraídas do livro *Vigiar e Punir* (2004), quais sejam: Arte de Distribuição; O Controle da Atividade; Organização das gêneses; Composição das forças; Vigilância Hierárquica; Sanção Normalizadora e O Exame.

Finalmente, iremos buscar novamente no tex-

to unidades de análise temática, ou seja, o estudo se apontao valor informacional da mensagem, os argumentos e ideias expressas, para identificar elementos textuais que se enquadrem nas categorias elaboradas por Foucault (2004). Claudinei (2004, p. 613) nos ensina que "o evidenciamento das unidades de análise temáticas, que são recortes do texto, consegue-se segundo um processo dinâmico e indutivo de atenção ora concreta a mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto".

A partir desse processo faremos inferências dessas unidades, tentando aproximá-las das categorias propostas em *Vigiar e Punir*.

Nossa hipótese é que na leitura do ritual maçônico de 1804 poderão ser encontrados elementos textuais que se inserem nas categorias pensadas por Foucault em *Vigiar e Punir*. Ou seja, o ritual maçônico é um produto e um agente do processo de disciplinar os corpos e torná-los úteis. Foucault (2004, p.199) nos pergunta: "Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?"

Ou seja, esperamos encontrar pontos convergentes entre a ritualística maçônica de 1804 e o processo de disciplina como pensado por Foucault.

3. Análise: Terceira parte do livro - Disciplina

Na terceira parte de seu livro, chamada "Disciplina", Foucault divide a análise desse processo em dois capítulos: O primeiro, "Os corpos dóceis" e o segundo, "Os recursos para o bom adestramento". Nesse momento, vamos nos deter em analisar as categorias propostas nesses capítulos tentando identificar correlações com o ritual maçônico de 1804.

O primeiro ponto que nos chamou a atenção foi a menção de Foucault à Frederico II:

Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo: eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder: obsessão de Frederico II, rei minucioso das pequenas máquinas, dos regimentos bem treinados e dos longos exercícios (FOUCAULT, 2004, p.118).

Isso porque faz parte de uma "crença" maçô-

nica que o Rei Prussiano seria o autor das Constituições Maçônicas de 1786. A princípio, nos parece uma simples coincidência, mas é relevante que o autor tenha identificado uma obsessão disciplinadora de um monarca que é associado à uma Constituição Maçônica.

3.1. Capítulo I – Os corpos dóceis

3.1.1. Arte de Distribuição

Avançando na leitura do texto, vamos nos deter na primeira divisão do primeiro capítulo: Arte de Distribuição.

Para se produzir um corpo dócil é necessária a distribuição no espaço, onde cada um ocupe um lugar específico e dele se possa tirar o máximo proveito do indivíduo. O modelo arquitetônico são os conventos e os mosteiros, o isolamento, dos espaços individuais que são catalogados, numerados e identificáveis no espaço. Seja no seminário, nas escolas, nas prisões ou nas fábricas os corpos são distribuídos de maneira a regular. Existe o lugar correto para cada atividade, cada coisa em seu lugar, cada estudante em sua carteira, cada trabalhador no local definido na linha de montagem. Tudo isso para garantir o uso eficiente do espaço, para permitir a organização da hierarquia e impor ordem. A massa disforme torna-se um corpo de trabalho eficiente.

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. E preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração (FOUCAULT, 2004, p.123).

Ao observamos o Ritual de 1804 chama atenção imediatamente que no Templo Maçônico a posição de cada oficial é definida. Não apresenta apenas a decoração ou os utensílios que serão utilizados durante a reunião, mas retrata uma figura que descreve a posição exata que cada oficial deve ocupar no Templo. Não deixa de ser uma descrição exaustiva, visto

que são 15 ofícios, mas, além disso, descreve a posição em que devem ficar os maçons do primeiro grau (Aprendizes) e os maçons do segundo grau (Companheiros).

Outro ponto interessante é a circulação em Loja. De fato não é permitida a circulação livre dos maçons durante a sessão (REAA, 1804, pág. 15). Logo no início dos trabalhos o presidente da sessão avisa que não é possível falar ou mudar de lugar sem obter permissão dos vigilantes (nome dos oficiais responsáveis pelo comando da sessão, junto com o presidente). Além disso, essa mudança de lugar não é permitida aos Aprendizes e aos Companheiros, tampouco um oficial de Loja pode se sentar em local diferente daquele previamente designado.

De modo semelhante, ocorrem dois momentos em que o ritual prevê a circulação. O primeiro se chama de SACO DAS PROPOSIÇÕES e o segundo se chama TRONCO DE BENEFICÊNCIA, ambos os casos o Ritual prevê uma forma correta dessa circulação que é feita por dois Oficiais já designados pela ritualística.

Retomando o pensamento de Foucault (2004), o autor percebe também que a arte de distribuição permite organizar os indivíduos em classes, que facilita a recompensa, a vigilância e a punição. A categorização dos indivíduos tem por finalidade permitir o trabalho coletivo, criando espaços complexos, hierárquicos e funcionais, criando assim um “quadro” que permite distribuir, analisar e controlar. Uma Loja Maçônica parece organizada nessa lógica de distribuição, onde cada categoria de maçom deve ocupar um determinado lugar segundo sua hierarquia.

3.1.2. O Controle da Atividade

Passamos então para a segunda divisão do primeiro capítulo: O Controle da Atividade.

As disciplinas devem ser entendidas como um método de acumular o tempo, garantindo a qualidade do mesmo, controlando e fiscalizando a anulação de tudo o que possa distrair ou divertir, tornando todo o esforço empregado em um tempo integralmente útil, pois durante o exercício, seja na fábrica ou na escola, o corpo deve ficar integralmente aplicado. Para isso, deve-se dividir a duração de uma atividade em partes, segmentos ou sequências, completamente separadas uma das outras e bem definidas. Depois, se organiza essas partes de acordo com um planejamento analítico. Finalmente, se determina uma forma de

aferir se o indivíduo atingiu o nível desejado, para com isso estabelecer para cada um, de acordo com seu nível, um determinado papel.

Essa divisão das tarefas torna possível a formação de uma máquina de peças múltiplas para obter um resultado específico. Não interessa para a constituição perfeita da máquina a coragem ou a força de um corpo específico, mas o lugar que ele ocupa, a sua regularidade e seu ordenamento. Desse modo, a combinação dos corpos dóceis através da disciplina transforma o tempo individual em um tempo composto, extraíndo de cada um uma quantidade de recursos eficiente a para combiná-los em um resultado desejado.

Observando o ritual de 1804, percebemos que toda a reunião maçônica é absolutamente determinada previamente. A sessão é dividida em partes: Entrada, abertura, iniciação, Saco das proposições, Tronco de Beneficência, Palavra a bem da ordem em geral ou da Loja em particular, Instrução e Fechamento. Cada uma dessas partes é organizada minuciosamente e cada oficial tem um papel previamente definido a ser desempenhado, seja através da leitura, circulação, alguma determinada atividade. Cada uma dessas ações devem ser executadas exatamente como previstas no ritual. Desse modo, é facilmente percebido que cada uma das atividades tem um tempo, se não expressamente previsto, pelo menos muito bem estimado. Cada uma dessas atividades possui uma finalidade específica sendo que o desempenho de cada um dos maçons será organizado de modo a alcançar o resultado esperado.

Outra percepção de tempo pode ser extraída da abertura e fechamento da Loja. Na abertura há indicação de uma hora específica quando os aprendizes começam a trabalhar e no fechamento há indicação de uma hora específica quando os mesmos encerram suas atividades. Durante esse tempo os maçons devem trabalhar para resultar em “honra e proveito” para o presidente da Loja.

Foucault (2004, p.130) entende que “No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil”. Um maçom sabe que é importante “trabalhar” durante a sessão, ou seja, ocupar um cargo de oficial para fazer parte das atividades previstas. Não é raro ouvir de um maçom, que numa sessão ordinária ficaria sentado sem uma atribuição específica, apenas participando no momento indicado que permite sua fala, quando o titular do cargo oficial falta à sessão, e o mesmo é

convidado a ocupar aquele lugar “ad hoc”, que ele “está presente para trabalhar”. É relevante ser convidado para ocupar um lugar determinado e executar o ritual previsto, pois ser útil é o objetivo do corpo dócil.

Para o autor, cada gesto durante o exercício deve ser realizado de modo meticuloso e treinado à exaustão para extrair dele o melhor resultado no tempo empregado. Do mesmo modo Foucault (2004) aponta que o corpo disciplinado exerce uma “articulação” com os objetos do exercício a fim de extrair uma perfeita engrenagem, construindo um “complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo - máquina” (FOUCAULT, 2004, p. 130). No REAA 1804 podemos observar a descrição do uso de determinados objetos ritualístico, inclusive a correta posição das mãos e a seqüência ordenado do uso que deve ser realizado do objeto, em especial está descrito o modo de utilização do Saco de proposições (REAA 1804, pág. 38) e do Tronco de Beneficência (REAA 1804, pág. 39).

3.1.3. Organização das gêneses

Nesse ponto, passaremos a analisar a próxima parte do Capítulo intitulada “Organização das gêneses”. Nessa parte Foucault (2004) discute a organização do espaço e do tempo que produz à acumulação de saberes e também dominação e sujeição. O indivíduo no processo de se tornar dócil passa por diversas etapas sendo todo o processo dividido em partes. Em cada parte deve ser medido o desempenho do indivíduo por provas, e o mesmo deve ser melhorado através exercícios e treinamentos constantes.

O avanço nas etapas deve ser marcado pela aplicação de provas que possuem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros e diferenciar as capacidades de cada indivíduo. Mas a formação é um processo sem uma conclusão no horizonte do indivíduo dócil, desde os conteúdos mais simples até os mais complexos há sempre algo a se aprender. O poder disciplinar acumula-se na repetição e o indivíduo avança sempre na direção de uma maximização de sua utilidade e eficiente.

E isto por quatro processos, que a organização militar mostra com toda a clareza.

Primeiro, dividir a duração em segmentos. En-

sinar a postura, depois a marcha, depois o manejo das armas, depois o tiro, passando a uma próxima atividade apenas se a anterior estiver com um desempenho desejável.

Após, deve-se organizar essas sequências, combinando-se segundo uma complexidade crescente.

Cada segmento temporal deve ser finalizado, fixando-lhes um termo marcado por uma prova, que tem a tríplice função de indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo.

Finalmente, deve se estabelecer séries de séries; prescrever a cada um os exercícios que lhe convêm; os exercícios comuns têm um papel diferenciador e cada diferença comporta exercícios específicos. Ao termo de cada série, começam outras, de maneira que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal, que define especificamente seu nível ou sua categoria.

Analisar simplesmente o ritual de Aprendiz do REAA de 1804 não nos permite inferir se essa categoria proposta pelo autor existe na Ordem Maçônica. Porém, podemos afirmar que há 3 categorias de maçons de acordo com o Ritual: Aprendizes, Companheiros e Mestres. Existe um procedimento de Instrução que está detalhado no Ritual, mas não há detalhes de como ocorre o aprendizado ou a passagem entre os graus. Entretanto, podemos afirmar que o neófito passa por provas descritas no ritual para ingressar na organização. Superada tais provas previstas no REAA de 1804 o candidato se torna um Aprendiz Maçom.

Além disso, na página 38 o presidente ao se dirigir ao novo maçom diz que o progresso na caminhada na ordem se dará pelas provas de zelo que o Irmão apresentar. Não resta dúvida que há um sistema de provas e recompensas para se avançar durante o processo maçônico de aprendizado.

Por outro lado, como já foi dito, podemos nos valer de nossa experiência com as práticas atuais de maçons do REAA para detalhar um pouco mais esse processo de acumulação de saberes e provas.

Em primeiro lugar, os maçons aprendizes são instruídos por um determinado Oficial de Loja. Normalmente, as Lojas distribuem cadernos com as instruções que devem ser memorizadas ou transforma-

das em trabalhos para serem apresentados nas sessões e aprovados pelos Mestres para permitir que se avance na hierarquia.

Em segundo lugar, entre os graus também pode se dizer que há um aumento da complexidade do que é ensinado, bem como há, de fato, uma expectativa que na medida em que o maçom se torna mais experiente ele deve passar a ocupar cargos distintos entre os oficiais de Loja. Assim, é comum que mestres maçons novos ocupem cargos de oficiais com menos complexidade até que ele possa ocupar a posição de venerável (presidente da Loja).

Finalmente, é interessante notar que uma das possíveis origens da Maçonaria Especulativa foram as corporações de ofício. Porém, Foucault percebe que o modo de formação dos iniciados nas corporações de ofício foi substituído pelo tempo disciplinar.

O tempo "iniciático" da formação tradicional (tempo global, controlado só pelo mestre, sancionado por uma única prova) foi substituído pelo tempo disciplinar com suas séries múltiplas e progressivas. Forma-se toda uma pedagogia analítica, muito minuciosa (decompõe até aos mais simples elementos a matéria de ensino, hierarquiza no maior número possível de graus cada fase do progresso) e também muito precoce em sua história (antecipa largamente as análises genéticas dos ideólogos dos quais aparece como o modelo técnico) (FOUCAULT, 2004, p. 135).

Ou seja, não há uma prova única, uma obra prima, para o Aprendiz maçom chegar ao topo da hierarquia, mas uma série de trabalhos e provas devem ser apresentados e avaliados ao longo do caminho.

Percebe-se que o REAA de 1804 já dividia a Ordem em 3 séries progressivas (Aprendiz, Companheiro e Mestres), sem contar os outros 30 graus da maçonaria filosófica, demonstrando assim um grande número de fases que identifica e hierarquiza o progresso do maçom. De modo que o ritual de 1804 parece estar muito mais ligado à disciplina do século XVIII do que às práticas iniciáticas das corporações de ofício.

3.1.4. Composição das forças

Encerrando primeiro capítulo, Foucault trabalha o conceito de Composição das forças.

Nesse ponto, todo o treinamento e exercício convergem à composição de forças para gerar o máximo de eficiência. Aquela massa sem forma de indivíduos se torna um corpo único pronto e aperfeiçoado. Transformado em uma máquina adequada para a guerra ou para a produção. A soma é maior que as partes. A composição das forças é uma proposta de constituir um meio produtivo que permitirá "compor forças para obter um aparelho eficiente" (Foucault, p. 138). Os indivíduos emergem como uma máquina multissegmentar, cuja função é a ação conjunta para maximizar seu rendimento.

O corpo do indivíduo torna-se uma parte de um todo maior onde ele se articula com outros através do lugar que ocupa, o intervalo que cobre, sua regularidade, e a ordem que opera seus deslocamentos. Nesse processo o tempo de uns ajusta-se ao tempo de outros de maneira que se possa extrair da máquina articulada a máxima força de cada corpo individual e combiná-los num resultado desejado.

A combinação das forças demanda um sistema de comando capaz de promover a ordenação dos corpos para determinar o comportamento individual desejado, respondendo a um pequeno mundo de sinais ligados a uma única resposta possível de cada um. Essa resposta única a cada tipo de sinal é precisamente a forma como cada corpo disciplinado precisa reagir para permitir que cada tempo individual esteja engrenado com os outros.

Essa engrenagem então se traduz, conforme categoria do autor, numa "tática". Isso nada mais é do que a "arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar" (Foucault, p. 141, 2004).

Nesse ponto, percebemos que está presente no ritual de 1804 um objetivo de organização dos indivíduos que compõe a Loja, para que, cada um conhecedor de seu lugar no Templo, exercitado nas práticas ritualísticas que são organizadas segundo uma ordem definida no tempo, possam alcançar um objetivo que individualmente seria impossível conseguir. De modo pragmático, observando estritamente o Ritual de 1804, podemos afirmar que um objetivo

central é a iniciação de novos adeptos. O ritual de iniciação, conforme descrito no Ritual de 1804, só poderá ser executado pela composição das forças individuais dos Maçons para aquele fim desejado.

O ritual, então, poderia ser descrito como a "tática" para a iniciação de novos maçons. Essa interpretação é possível, pois há a descrição de sinais que são feitos pelo presidente e oficiais da sessão para a execução de tarefas de modo que cada um reaja de uma maneira esperada e descrita pelo ritual. Como já foi discutido, o ritual precisa ser executado exatamente conforme foi escrito, traduzindo a disciplina dos corpos treinados e exercitados na prática maçônica.

3.2. Capítulo II – Os recursos para o bom adestramento

Superado o primeiro capítulo, vamos analisar o capítulo II, intitulado "Os recursos para o bom adestramento".

Segundo Foucault o adestramento não é utilizado para diminuir as forças, mas para multiplicá-las.

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior "adestrar"; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2004, p. 143).

Nessa etapa, serão analisadas as categorias de: Vigilância Hierárquica; A Sanção Normalizadora e o Exame.

3.2.1. Vigilância Hierárquica

Na primeira categoria, o exercício da disciplina pressupõe técnicas que permitem induzir efeitos de poder através do olhar quando os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. O poder não está no centro de um círculo, mas é melhor representado por uma pirâmide onde cada um sabia seu lugar e ainda podia observar o andar de baixo. Seu funcionamento é uma rede de relações hierárquica, mas também que se organiza dentro de cada "nível" da estrutura.

Toda uma arquitetura foi organizada e cons-

truída para facilitar a observação do indivíduo. Para Foucault o ápice desse processo culmina com um único olhar capaz de tudo enxergar.

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (Foucault, 2004, p. 146).

Vigiar, diferente do processo tradicional de controle do artesão nas fábricas do século XVIII e XIX, é uma tarefa especializada e parte integrante do processo produtivo com o objetivo de maximizar o lucro e controlar as despesas inúteis, evitando o desperdício. Mesmo na escola, o processo de vigilância se expande e aprimora para garantir o controle de grande número de alunos. A vigilância hierárquica é uma organização dos controles produzida pelas instituições disciplinares para permitir a visão microscópica do comportamento dos indivíduos.

Quando se analisa o Ritual de 1804 podemos observar diversos pontos de contato com essa categoria de Foucault. Em primeiro lugar, o título de dois oficiais é Vigilante.

É por demasiado explícito que os oficiais que devem organizar e dar ordens nas fileiras onde cada um se posiciona e repassam as orientações do presidente se chamem vigilantes. A hierarquia deles sobre os outros é evidente, pois são os únicos oficiais que acompanham o presidente quando entram no templo, todos em pé, certamente um sinal de respeito.

Mas não é somente isso. Cada vigilante e o presidente ficam localizados em um lugar elevado. O Venerável Mestre sobre três degraus, o Primeiro Vigilante sobre dois degraus e o Segundo Vigilante sobre um degrau, do mesmo modo que Foucault identificou como eram os refeitórios das escolas: "Nas salas de refeições, fora preparado um estrado um pouco alto para colocar as mesas dos inspetores dos estudos, para que eles possam ver todas as mesas dos alunos de suas divisões". (Foucault, p. 145, 2004).

Na página 14 do Ritual de 1804, durante a abertura da sessão, é dever dos vigilantes observar cada presente à sessão para verificar sua qualidade de

maçom. Além disso, não apenas os vigilantes tem esse dever, mas outro oficial de menor hierarquia, o Segundo Diácono, também é responsável pela vigilância dos maçons para garantir que estejam corretamente comportados em seus lugares. Por outro lado, cabe ainda a outro oficial, o Primeiro Diácono transmitir as ordens do Venerável Mestre para que os trabalhos sejam executados prontamente.

Além disso, existe um procedimento para garantir que os visitantes (maçons que queiram visitar a Loja) sejam, de fato, maçons, e nessa rodada de vigília, outros dois oficiais são responsáveis por essa observação, os Expertos e o Orador. Ademais, mesmo após esses oficiais permitirem a entrada deles no Templo, o Presidente da sessão ainda faz uma série de perguntas para garantir que não houve falhas na avaliação dos visitantes.

Mesmo que tudo isso já não fosse suficiente para descrever os pontos de contato da categoria descrita em Vigiar e Punir e o Ritual de 1804, ainda podemos utilizar outra simbologia importante para maçons e que é por demais aderente à categoria de Vigilância Hierárquica: O "Olho que tudo vê". Apesar de não constar no Ritual esse é um dos símbolos maçônico mais conhecido, mesmo pelos não iniciados. Trata-se de uma pirâmide onde no topo se encontra um grande olho aberto. Simboliza Deus e sua onisciência, segundo Lima e Silva (2003, p.34) "É o Verbo, o Logos, o Princípio Criador, o Grande Arquiteto do Universo, é a vigilância incessante do Grande Inspetor, que tudo criou e a tudo preside".

Ora, nos parece muito próximo do ideal do aparelho disciplinar perfeito.

3.2.2. Sanção Normalizadora

O próximo ponto é a Sanção Normalizadora. Enquanto se olha, também se cria um mecanismo penal, que escapa dos grandes sistemas de punição enquanto relativamente indiferente, para os comportamentos desviados da norma desejada, do modelo ideal de indivíduo. Um aparelho de micropenalidade forma em torno do indivíduo para penalizar qualquer desvio. Castigar nesse sistema é corrigir.

O universo da penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios, merece o castigo disciplinar para reduzir os desvios, não para o exercício da vingança. A punição, na disciplina, não passa de

um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção.

O professor deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo. (Foucault, 2004, p. 150)

Diante desse sistema duplo, surge duas consequências: distribuição segundo as aptidões e submissão ao modelo. Os efeitos se dão por etapas: comparar os indivíduos, diferenciá-los, de acordo com suas qualidades, hierarquizar, coagir e traçar limites. Segundo Foucault (2004, p.151), "a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição".

No Ritual de 1804, também encontramos menção à punição quando alguma falta é observada, em especial o perjúrio. Nesse caso, a punição tem contorno de vingança pela quebra da Lei, mas, como ocorre a punição prevista ocorre apenas simbolicamente, visto que a punição só pode produzir efeitos dentro da Irmandade ela acaba se revestindo de uma humilhação diante dos olhares de outros maçons.

De outro modo, o sistema de recompensa certamente está presente, como já vimos, como um processo de progressão pelo qual cada maçom passa para subir de um grau para outro.

3.2.3. O Exame

Finalmente, o último ponto do capítulo é intitulado de " O Exame".

Essa categoria combina as técnicas da visão hierárquica com as sanções que normaliza. É um controle, uma vigilância, que permite quantificar, classificar e punir. O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício do poder. O Exame é uma avaliação normatizante que faz da individualidade um campo documentado e do indivíduo um objeto do conhecimento. Ou seja, os indivíduos se tornam um campo do saber destinado ao poder.

O exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Enquanto que a prova com que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida - a "obra-prima" autenticava uma transmissão de saber já feita - o exame e na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre (FOUCAULT, 2004, p. 155).

Uma das consequências exame pode ser observada na individualidade do indivíduo. No exército, nos hospitais ou na escola, foram desenvolvidos métodos de registro e anotações com a finalidade de identificar e descrever a evolução, através de registros individuais efetuados pelo exame que transforma o indivíduo em um objeto descritivo e passível de análise.

O exame é uma forma de saber, no qual se desenvolvem relações de poder, que geram novas formas de saber-poder. Colocando em funcionamento as tecnologias do exame, toda um sistema de conhecimentos sobre o indivíduo é criado e sobre ele retornará como uma forma de poder normalizador. Na sociedade disciplinar o que é produzido pelo exame torna-se uma biblioteca organizada sobre os indivíduos, categorizadas numa rede de registros e de documentos sobre ele. Apenas com esse tipo de aparelhamento permitido pela prática continuada do exame, os indivíduos se tornam em objetos que permitem a elaboração de sistemas de comparação, caracterização e descrição de grupos e fenômenos.

Na sociedade disciplinada a individualização é descendente, o poder é mais anônimo enquanto aqueles sobre os quais o poder exerce sua dominação tornam-se mais individualizados.

Nesse ponto, a categoria exame não produziu muita aderência ao ritual de 1804. Não encontramos referências de um processo constante de medições e avaliações para produzir saber sobre os maçons, pelos seus superiores dentro de Loja.

De certo, essa categoria seria melhor aplicada em outro objeto, mesmo que dentro da maçonaria, como a relação entre as Lojas e os Grande Orientes que, esses sim, atualmente, exigem um quantidade

grande de informações sobre a vida dos maçons, desde o registro dos membros de sua família, profissão, até tipo sanguíneo, além de a cada etapa cumprida ser dever das Lojas informar o aumento de grau, a mudança de cargo, saída da Loja, morte, etc. Nada escapa ao controle do Grande Oriente.²

Ainda por fora do Ritual, poderíamos analisar o processo pelo qual passa o candidato que quer se tornar maçom. Esse também pode ser considerado um processo de individualização e categorização que depois será objeto de análise por parte da Loja e do Grande Oriente.

Mas, devemos reconhecer que essa categoria não foi encontrada explicitamente no ritual de 1804. O máximo que poderíamos fazer é reunir a voracidade de informações que são exigidas pelo Grande Oriente que é legitimada pela obediência que uma Loja maçônica deve à potência que se encontra prestando lealdade e que aparece no ritual de 1804 na página 33 quando para receber um novo Aprendiz o presidente da Loja encontra-se sobre os auspícios de uma grande Loja e de um Grão-Mestre. Ou seja, o processo de examinação constante que ocorre por intermédio da Loja que individualiza o maçom tem sua origem no Grande Oriente.

Ainda mais interessante é dialogar com essa categoria que prevê que o poder se torna mais anônimo e, como vimos, talvez o processo do exame seja afeito ao Grande Oriente pois é nele que reside o poder e portanto o ritual executado nas Lojas tal poder aparece de modo mais discreto, enquanto aqueles sobre os quais o poder exerce seu domínio estão sob evidência.

Na sociedade disciplinar o resultado do exame é um arquivo minucioso em nível dos corpos e dos dias. Seus mecanismos colocam o indivíduo numa rede de registros escritos e de acumulação documental. Graças a esse aparelho de registro estruturado pelo exame, o indivíduo passa a se constituir como objeto descritível e analisável. Essa objetivação do indivíduo permite a elaboração de sistemas de comparação, caracterização e descrição de grupos e fenômenos sociais (FOUCAULT, 2004, p. 160).

De fato, a ritualização está afeitada à Loja. Ao Grande Oriente está afeito o exame, o controle e a categorização. Mas esse pode ser outro objeto de estudo que não se encontra incluído nos objetivos desse artigo.

4. Conclusão

Desse modo, concluindo, nos remetendo ao objetivo inicial, que era investigar se seria possível encontrar elementos textuais que se inserem nas categorias pensadas por Foucault em Vigiar e Punir no Rito Escocês Antigo e Aceito, podemos perceber que de fato existem pontos de contato entre a teoria de Foucault e a prática maçônica descrita no Ritual de 1804.

Certamente, o Ritual de 1804 e os rituais modernos não são tão diferentes e por isso é possível inferir que os mesmos pontos de contato, ou ainda outros, poderiam ser encontrados nos rituais de hoje. Porém, tendo em vista que os atuais encontram-se em uso e para melhor garantir a segurança do segredo desses rituais, utilizar uma fonte mais antiga nos pareceu apropriado.

Certamente, com a brevidade desse trabalho não é possível afirmar que os contatos entre a teoria de Foucault e prática maçônica se tornarão um empecilho para as próximas gerações da Era pós-digital, até mesmo por que esse não era nosso objetivo. Porém, como indicado no início desse trabalho, discutir a lógica da disciplina, produto das transformações históricas do século XVIII, inserida na ritualística maçônica nos parece uma importante reflexão a ser feita pela atual geração de maçons que estejam preocupados com o futuro da organização.

5. Referências

- BARATA, A. M. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

² Art. 3o - O Grande Oriente do Brasil, constituído como Federação indissolúvel dos Grandes Orientes dos Estados e do Distrito Federal, das Lojas Maçônicas Simbólicas e dos Triângulos, fundado em 17 de junho de 1822, é uma Instituição Maçônica com personalidade jurídica de direito privado, simbólica, regular, legal e legítima, sem fins lucrativos, com sede própria e foro no Distrito Federal na SGAS - Quadra 913 - Conjunto "H". Constituição do GOB, 2015.

CLAUDINEI, J. G. C. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *RevBrasEnferm*, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4

LIMA, T. A.; SILVA, M. N. Alquimia, Ocultismo, Maçonaria: o ouro e o simbolismo hermético dos cadinhos (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 8/9. p. 9-54 (2000-2001). Editado em 2003.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

OLIVEIRA, L. Relendo "Vigiar e Punir". *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 4 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2011 - pp. 309-338

Rito Escocês Antigo e Aceito. *Grau de Aprendiz Maçom*. <http://www.oficina-reaa.org.br>, Grau de Aprendiz, 1804.

ENSAIO MAÇÔNICO BASEADO NO IMPACTO DA CORRUPÇÃO SOBRE O SPREAD BANCÁRIO E OS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS: Evidências empíricas para 28 países

(MASONIC ESSAY BASED ON THE IMPACT OF CORRUPTION ON BANKING SPREAD AND FOREIGN INVESTMENT: Empirical evidence for 28 countries)

Décio Bottechia ¹

Resumo

Este trabalho apresenta um recorte da Tese de Doutorado em Economia a respeito do Impacto da Corrupção sobre o Spread Bancário e os Investimentos Estrangeiros, agregando ao estudo econômico os ensinamentos Maçônicos de polir a pedra bruta. Neste contexto, esta pesquisa tem sua contribuição para a literatura porque ela mostra evidências empíricas de que maiores níveis de percepção de corrupção apresentam uma relação diretamente proporcional com o Spread Bancário e inversamente proporcional com o Investimento Estrangeiro, considerando-se estimativas de dados de painel para 28 países de 1999 até 2010.

Palavras-chaves: Maçonaria; Corrupção; Spread Bancário; Investimentos Estrangeiros.

Abstract

This paper presents a review of the Doctoral Thesis on Economics regarding the Impact of Corruption on Banking Spread and Foreign Investments, adding to the economic study the Masonic teachings of polishing crude stone. In this context, this research has its contribution to the literature because it shows empirical evidences that higher levels of perception of corruption present a relation directly proportional to the Banking Spread and inversely proportional to the Foreign Investment, considering estimates of panel data for 28 countries from 1999 to 2010.

Keywords: Freemasonry; Corruption; Banking Spread; Foreign Investments.

¹ Décio Bottechia é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Mackenzie, com pós-graduação em Administração Financeira pela Universidade São Judas Tadeu, bem como com Mestrado e Doutorado em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília – UCB. E-mail: dbj_dbj@hotmail.com

1. Introdução

Iniciamos o tema sobre corrupção discorrendo sobre o aspecto de ordem psicológica e moral, onde a corrupção denota um estado desordenado e patológico da consciência que leva o sujeito livre a exercer o mal ou causa negativa. Opõe-se à ordem da perfeição e da conduta ilibada estudado nos rituais maçônicos. Na ordem física, a corrupção é um fenômeno de involução dos entes materiais que possuem uma estrutura complexa e perfeita. Daí, o célebre adágio de Aristóteles e dos escolásticos: "A geração de uma coisa é a corrupção de outra".

Na filosofia de Aristóteles, contrariamente à geração, que é uma criação, a corrupção designa a destruição ou degradação da substância. A corrupção, diz Aristóteles, é uma mudança que vai de algo ao não-ser desse algo; é absoluta quando vai da substância ao não-ser da substância, específica quando vai para a especificação oposta.

O sentido metafórico é mais amplo do que o sentido restrito. Refere-se normalmente ao afastamento de uma matriz tida por modelo de perfeição (ALVARENGA, 2014). Em termos políticos, é a falta de honestidade que acompanha o desempenho de determinadas funções administrativas.

Podemos citar três tipos de corrupção: 1) a prática da peita ou uso da recompensa escondida para mudar a seu favor o sentir de um funcionário público; 2) o nepotismo, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseada não no mérito, mas nas relações de parentela; 3) o peculato por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado. A corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade e não de moralidade e imoralidade.

É preciso muito cuidado para que nós Maçons não se tornemos pessoas que se desviam da verdadeira Lei. Pois esse é o perigo a que está exposto àquele que se põe em condições de comandar e decidir sem seguir os preceitos da Ética e da Moral. A Justiça do karma ou a Justiça dos códigos sempre chegam para todos que desprezam as Leis da Natureza-Universal ou as que regem a vida em sociedade.

Preocupada com a sociedade é que a Ciência Econômica procurou estudar a economia do crime tendo uma vertente que estuda a relação entre corrupção e algumas variáveis macroeconômicas relevantes. Por exemplo, Al-Marhubi (2002) mostra que maiores níveis de corrupção contribuem para maiores taxas de inflação. Gokcekus e Kno"Rich (2006) mostram que maior grau de abertura econômica contribui para redução da corrupção. Esta pesquisa apresenta

contribuição a esta literatura ao mostrar que existe uma associação positiva entre corrupção e spread bancário e uma relação negativa entre corrupção e investimentos estrangeiros.

Paralelo ao interesse de investigar os impactos macroeconômicos surgiu também a possibilidade de averiguar a percepção da corrupção como objeto de estudo na iniciativa privada e na esfera pública, em geral, apesar de que os informes na mídia e nas pesquisas sobre o tema centram-se na manifestação do fenômeno na esfera pública, sendo mais escassos os fenômenos em empresas privadas como estuda Beraba (2004).

Por outro lado, a corrupção, dependendo da legislação interna dos países, pode ser considerada como crime e, portanto, têm sido estudadas como componentes da economia do crime por Viapiana (2006).

Para este trabalho além de buscar um escrutínio acerca do tema, procurou-se realizar uma avaliação com base em um recorte dos dados de Painel para 28 países no período de 1999 a 2010 a fim de levantar o impacto da corrupção no spread bancário e nos investimentos estrangeiros (BOTTECHIA, 2013).

Como nosso objetivo é verificar qual a relação entre corrupção, spread bancário, a taxa de investimento estrangeiro e agregar ensinamentos Maçônicos com vistas a polir a pedra bruta, analisamos os resultados obtidos em Bottechia (2013) com discussão a respeito dos mesmos nessa perspectiva.

Por último, as considerações finais mostram a contribuição desta pesquisa para a literatura pertinente uma vez que não existem testes empíricos que relacionem o impacto da corrupção em relação ao spread bancário e nem em relação aos investimentos estrangeiros ou aos ensinamentos Maçônicos além de deixar clara a importância do combate à corrupção.

2. Percepções acerca da corrupção em nível mundial

O presente tópico reúne estudos que além de apresentar uma atualização dos índices internacionais e de possíveis classificações para a corrupção, trazem inovações na área como a crescente disponibilidade de indicadores culturais sofisticados, gerados por pesquisas internacionais e de opinião pública como da Transparência Internacional (TI), a fim de comprovar a relação entre a corrupção e o 'turvamento' da economia por crimes financeiros; ironicamente; no sentido contrário à ideia de limpeza que as expressões 'lavagem' ou 'branqueamento' pudessem causar.

2.1 Percepções acerca da Corrupção

A literatura acerca da economia da corrupção abrange diversificados textos e demais contribuições acadêmicas para iniciar o conhecimento de problemas no sistema econômico a partir da corrupção.

Percebe-se que o tema corrupção tem atraído atenção tanto de editores de periódicos quanto de pesquisadores do âmbito teórico da ciência econômica, nas últimas décadas, em crescente e especial demonstração de preocupação com situações que envolvem a estrutura das organizações, sua eficiência e problemas para as agências de controle.

A escolha em participar ou não de corrupção considera a mensuração de benefícios e custos esperados e com base neste modelo, surge o modelo de corrupção de Susan Rose-Ackerman (1978) que procura explicar a decisão do burocrata por envolver-se em corrupção que passa, necessariamente, pela existência de um provável benefício líquido positivo.

Alguns países em desenvolvimento têm menor incidência com corrupção do que algumas nações desenvolvidas.

A Transparência Internacional é uma organização não governamental que monitora a corrupção no mundo por meio de um índice, o Corruption Perceptions Index (CPI) que considera tanto as nações industrializadas avançadas como países menos desenvolvidos, para medir a percepção quanto à corrupção. Um índice aferido por empresários, analistas de risco e o público em geral e, pode-se dizer, segundo o idealizador do índice da TI, Lambsdorff (2000), que o CPI é uma 'pesquisa das pesquisas'.

Dados do World Development International - WDI, conhecido entre nós como Banco Mundial, foram usados a fim de medir as diferenças internacionais na distribuição de renda, utilizando o Coeficiente de Gini para medir o grau de concentração da distribuição de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

2.1.1. Corrupção: Definições

Pode-se explicar corrupção etimologicamente, conforme Martins (2008) que explica se tratar de palavra derivada do latim *corruptionis*, resultado da conjugação de dois termos *cum* e *rumpo* e significa romper totalmente, quebrar o todo, quebrar completamente. Expressa o rompimento ou o desvio em relação a um código de conduta moral ou social. Epistemologicamente, a palavra também carrega forte valor negativo, pois, mais do que constituir um subs-

tantivo, a corrupção qualifica ações associados à degeneração, ao desprezível, à perversão e ao suborno.

Há também a definição, segundo a qual, epistemologicamente, corrupção viria do latim *corruptus* que significaria 'quebrado em pedaços' e assim, seu significado seria algo como 'o ato ou efeito de corromper, decomposição, putrefação, devassidão depravação, perversão, suborno, peita' termos ligados a algo e a consequências negativas.

De modo geral pode-se explicar corrupção como a interação entre duas pessoas (ou mais), ou ainda, grupos de indivíduos, por meio de transferências de renda fora das 'regras do jogo' da sociedade, ou de investimentos realocados, enriquecimento próprio ou de empresas dispostas a burlar as leis, utilizando de meios ilícitos como subornos, extorsões e fraudes para cometer crimes.

2.1.2. Corrupção: Determinantes

Em um ambiente corrupto, em que os acordos não são cumpridos e a Lei não faz valer os contratos e ocorre de "[...] um funcionário público favorecer seus próprios parentes na alocação de concessões e de outros benefícios em troca de uma fatia desses benefícios" (ROSE-ACKERMAN, 1999, p. 98); não há confiança. Segundo essa autora, quanto maior o nível de confiança interpessoal em sociedade, maior o compromisso com o Estado de Direito e menores expectativas em relação as taxas de corrupção política, pois existem normas universais.

Outra dimensão importante diz respeito ao efeito de tradições religiosas (religião católica, ortodoxa oriental e protestantismo), pois segundo La Porta et al. (1997), tais convicções regem o comportamento humano e suas atitudes. Na lógica desses autores, onde dominam religiões mais hierarquizadas, o questionamento das autoridades tende a ser menos frequente do que nas culturas caracterizadas por religiões mais igualitárias.

2.1.3. Corrupção: Práticas no Contexto Econômico Brasileiro

Em 2008, a relevância da temática da corrupção no contexto econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) foi pesquisada por Ballouk Filho e Kuntz (2008) que estimaram o custo da corrupção no país em R\$ 10 bilhões anuais (ou US\$ 4,6 bilhões) naquele ano. No mundo a movimentação de valores advinda de ações corruptas, de acordo com a TI daquele ano (2008), atinge o valor total de US\$ 1 trilhão por ano.

O índice de crescimento anual de um país pode ser reduzido entre 0,5% e 1% com a prática constante da corrupção como Ballouk Filho e Kuntz (2008) citam no Fundo Monetário Internacional (FMI) e na ONU. Por outro lado, os Autores citam a Fundação Getúlio Vargas (FGV) por apontar a diminuição da corrupção no Brasil em 10%, em 2008 e por afirmar que isso ajudaria a viabilizar um aumento de R\$ 50 bilhões no PIB nos próximos 10 anos, ou seja, até 2018.

Porém, vivenciamos hoje no Brasil a mais profunda crise ética e moral dos últimos tempos, onde que a "Operação Lava Jato" deflagrado pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, revela a informação do maior desvio de recursos que a sociedade Brasileira teve conhecimento. Esses desvios têm como consequência um alto custo, principalmente para as classes sociais mais desprovidas de condição econômica.

Um desses fatores é a corrupção, pois existe forte relação entre altos índices de corrupção e baixos índices sociais, notadamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (FREITAS, 2017). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o custo anual desse crime chega a R\$ 2,6 trilhões por ano. No Brasil, apenas o pagamento de propinas na Petrobras e em outras estatais investigadas na Operação Lava Jato soma R\$ 20 bilhões, incluindo desvios referentes a contratos com fornecedores e negócios superfaturados (RIBEIRO, 2016).

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) projeta que até 2,3% do nosso Produto Interno Bruto (PIB) são perdidos a cada ano com práticas corruptas, ou seja, cerca de R\$ 100 bilhões, representando esse valor, não somente o número efetivamente pago para patentear práticas ilegais, mas também o custo decorrente das referidas práticas. Por uma visão meramente econômica, nosso PIB caiu 24,6% desde 2014 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), colocando-nos como a 9.ª economia do mundo sendo ultrapassados pela Índia e pela Itália.

Porém, tendo como ponto de vista social, a corrupção tem como consequência o efeito de imposto regressivo, ou seja, onde os contribuintes com menores condições econômicas acabam pagando (proporcionalmente) maior parcela de tributos sobre suas rendas, impedindo-os de uma ascensão social digna e justa.

Agora, o que realmente nos afeta em quanto a moralidade, é o ponto de vista ético, a corrupção

compromete por completo, nossos valores, nossas ações no convívio social, na medida em que passam a ser regras e praticadas, através de posturas e condutas que não deveriam existir, sequer na condição de exceção.

2.2. Alguns Impactos da Corrupção

As definições de corrupção supõem implicitamente transferências de renda dentro da sociedade, sendo que - por exemplo - ocorrem devido ao uso ilícito da máquina governamental; nesse caso; tanto inclui o político que recebe suborno de um grupo para aprovar um determinado projeto, como no caso do policial que se apropria de uma renda, retirada do Estado, quando não aplica uma multa em troca de uma propina (BOTTECHIA, 2013).

Por exemplo, o Brasil - recentemente - teve escândalos publicizados que podem ter colocado em dúvida instituições básicas, como a segurança, a saúde, a educação, o Congresso e até a Presidência. Na Índia, segundo os noticiários, a democracia tem sofrido impacto da corrupção política, aparentemente, devido à ligação de alguns representantes da elite com o crime. Governos na Itália, Espanha, Grã-Bretanha e até no Vaticano enfrentam atualmente acusações de corrupção, tanto que no caso da Itália, foi desfeito um gabinete recém-eleito devido a resultado de investigações e pressão pública.

Esses exemplos de instabilidade política podem promover incertezas que não incentivam o investimento, muito pelo contrário, pois em geral, se considera democracia e estabilidade institucional como fatores importantes na explicação do crescimento econômico.

2.2.1 Spread Bancário

Por definição, o spread em operações bancárias é definido como a diferença entre a taxa de aplicação nas operações de empréstimo e a taxa de captação de recursos realizada por instituições financeiras.

Nos casos em que ocorre corrupção, está embutida uma parcela do capital como propina, e, esse custo da corrupção terá impacto no spread bancário. Ao lembrar o ocorrido na América Latina, onde uma herança marcante como o patrimonialismo, favorece a existência de burocracia,

No que se refere à corrupção, spread bancário e investimentos estrangeiros no Brasil, encaminha-se a necessidade de criação de um indicador de corrup-

ção, pois, independente das características entre os diversos países e suas sociedades, é possível o estudo numa perspectiva geral por meio de proposições analíticas e empíricas, sem distinções.

Desta forma, procurou-se adotar como base um indicador criado para mensurar a corrupção em diversos países e que se tornou o Índice de maior referência em relação ao nível de corrupção, com a publicação de um relatório anual dos países do mundo e seus índices de corrupção: o da Transparência Internacional (TI - criado em 1993, em Berlim).

A partir dessas pesquisas, percebe-se a ligação entre corrupção, crimes e normas existentes nos ambientes econômicos e político que regulamentam o mercado, por acreditar na questão comportamental como fator influenciador dos agentes econômicos.

Com o desvio de recursos por meio de corrupção, há maior custo nos negócios, spread e diminuição dos investimentos estrangeiros, uma vez que haverá desvios para pagamentos ilícitos (subornos, propinas, por exemplo) somados ao custo real do investimento/negócios.

2.2.2 Investimentos Estrangeiros

Estados podem ter interesse em abrir suas fronteiras ao capital estrangeiro, por serem-nos dias atuais - a única maneira de desenvolvimento econômico, e conseqüentemente, melhor condição de vida. Silveira (2012) continua afirmando que o acesso ao capital estrangeiro, assim como a própria globalização, é uma estrada de mão única, ou seja, não há escolha, porém, deve-se regular o mercado, sem, contudo, condená-lo ao atraso econômico.

Isto é, regras devem ser claras e objetivas, ocupando-se do interesse do investidor estrangeiro; uma vez que este necessita de segurança jurídica para investir no país hospedeiro; e, ao mesmo tempo, com o mercado interno, interessando-se pelas regras de livre concorrência, de proteção de direitos trabalhistas mínimos e com a adequada transferência de tecnologia.

2.2.3 Dificuldades em Mensurar a Corrupção

A maioria dos economistas tendia a considerar que a corrupção é uma 'graxa' que lubrifica a economia, uma acidentalidade pouco importante na ordem das coisas e para alguns, benéfica para a eficiência econômica.

Se a corrupção é importante economicamente, então se torna importante medi-la. Mas isso traz

de imediato um problema intransponível. Como os atos de corrupção são secretos, e como a parcela detectada nada informam sobre o volume agregado das transações ilícitas, medidas diretas estão fora de questão. As medidas indiretas dominam o terreno. A questão é saber qual é o conteúdo informativo dessas mensurações.

A medida indireta mais conhecida é o Índice de Percepções de Corrupção da Transparência Internacional (TI). Trata-se de um indicador compilado a partir de outros indicadores, todos estes referentes a opiniões de pessoas ligadas a corporações transnacionais (ou que para elas prestam serviços) a respeito do nível de corrupção que elas imaginam vigorar em um país. O índice da TI é expresso na forma de um ranking. A entidade emprega um 'grau' (um número de 0 a 10) para exprimir a posição dos países no ranking, mas esse 'grau' não tem nenhum significado além da própria ordenação do ranking.

Uma observação subsidiária a essas é a seguinte: a quem interessa um ranking de percepções de corrupção? Afirma-se que investidores internacionais empregariam tais percepções em seus processos decisórios. Países vistos como mais corruptos seriam menos atraentes (porque implicariam maiores custos de transação e, principalmente, maior incerteza a respeito da validade de contratos).

2.2.4 Índices de Percepção da Corrupção

De todos os problemas dos índices de percepções de corrupção, o principal concerne ao que eles informam sobre a prática concreta do fenômeno que é objeto das opiniões. Uma objeção que frequentemente se formula - em especial por governos - é que a opinião das pessoas é demasiadamente influenciada pelo noticiário. Assim, se os veículos de informação divulgam casos de corrupção, as pessoas comuns tenderiam a considerar que a corrupção está aumentando - quando, muitas vezes, o aumento do noticiário pode significar não isso, mas um melhor funcionamento dos mecanismos de controle.

Essa consideração tende a ser mais razoável quando se consideram os públicos internos dos países, mas perde plausibilidade quando se consideram os públicos externos, sendo ao menos razoável especular que as pessoas que dão opiniões sobre corrupção em países nos quais não vivem são menos vulneráveis ao noticiário nacional desses países.

3. Metodologia

Para a pesquisa da tese (BOTTECHIA, 2013),

testamos um indicador com 28 países e utilizando dados de painel, desenvolvemos um modelo que visa medir o efeito do nível de corrupção em nível mundial, tendo como um dos componentes Spread e Investimento Estrangeiro empregando a avaliação reputacional da organização não governamental Transparência Internacional (TI) como variável independente.

3.1. Base de Dados

Utilizamos a base de dados do Banco Mundial 2012 no sítio do World Development Indicators de 2012 para levantar dados a respeito das seguintes variáveis: Spread e Investimento Estrangeiro.

Apesar da pesquisa da TI abranger 186 países no período de 1993 a 2011, utilizamos o índice CPI cujas regressões foram restritas para 28 países no período de 1999 a 2010 produzidas pela TI, como já visto, uma organização não governamental que monitora a corrupção no mundo a fim de mensurar a percepção quanto à corrupção, aferido pelos empresários, analistas de risco, investidores e público em geral.

Pelo motivo do painel ser balanceado, devido à disponibilidade de dados econômicos para os países que compõem a amostra, o período inicial e o período final foram restringidos. Apesar dessa limitação acredita-se que a amostra seja robusta uma vez que inclui nações em diferentes estágios de desenvolvimento econômico, com características institucionais diversas: geográficas, políticas, culturais e legais. Os 28 países que compõem a amostra são: África do Sul, Azerbaijão, Bolívia, Brasil, Bulgária, Canadá, República Tcheca, Egito, Hong Kong, Hungria, Israel, Japão, Quênia, Látia, Lituânia, Malauí, Malásia, México, Moldóvia, Namíbia, Nova Zelândia, Nigéria, Filipinas, Singapura, Tanzânia, Uganda, Vietnã, Zâmbia.

Considerando que entre os objetivos da pesquisa estava a verificar a relação entre corrupção, spread bancário e a taxa de investimento estrangeiro; nessa perspectiva; passamos à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos ao longo da investigação realizada.

A escala utilizada pela TI para a publicação do Índice de Percepção da Corrupção (CPI) varia entre 10 (altamente livre de corrupção) a 0 (altamente corrupto).

4. Análise dos Resultados

Por um lado - o da demanda por crédito - economias mais corruptas tendem a ter mais incenti-

vos para forjarem informações como balanço de empresas e de declarações de rendimentos de pessoas físicas. Essa tendência revela o intuito de obter acesso indevido ao mercado de crédito ou mesmo para desfrutar de maiores valores de créditos, que não seriam aprovados caso fossem fornecidas informações corretas.

Ao considerar a perspectiva da oferta de crédito, corrupção e impunidade assumem uma relação direta com a parte dos agentes financeiros que poderiam aceitar propina para liberação de créditos indevidos. Aliado a isso, se o sistema judiciário for corrupto, pode-se gerar um ambiente de insegurança jurídica que gera incerteza nas transações entre os agentes econômicos. Todos esses fatores de incerteza e insegurança podem afetar a diferença entre a captação e aplicação dos recursos financeiros.

Assim, em relação aos Investimentos Estrangeiros, se o país é mais corrupto, existe uma percepção entre os investidores que o Risco País poderá aumentar, e, conseqüentemente, ocorrerá uma diminuição de capitais a serem investidos.

Isto é, ambientes corruptos associados à impunidade geram incertezas e inseguranças que acarretam em incrementos dos custos das empresas - em função da liberação de propina para obtenção em tempo hábil de licenças ambientais, registros e documentação de cartórios, entre outros.

Por fim, a incerteza gerada na economia devido a um ambiente corrupto, não é favorável aos negócios, pois, dificulta a obtenção de estimativas de questões básicas para fundamentar decisões acerca dos investimentos num determinado país, seja uma simples projeção ou cálculo da taxa interna de retorno.

Além disso, um ambiente de insegurança jurídica ou de incertezas quanto ao acatamento dos contratos e certamente pesa negativamente na decisão de investir no país.

Verificamos que a corrupção provoca prejuízos econômicos, mas para nós homens livres e de bons costumes a verdadeira causa da corrupção está na falta de moralidade, na personalidade corroida de alguns indivíduos.

A degradação dos costumes, o desaparecimento de conceitos como honra, moralidade e patriotismo são os verdadeiros causadores da corrupção. Em nosso País a corrupção está quase assimilada pelo cidadão, que acha errado e ruim nos outros, mas a pratica quando lhe interessa.

4.1. Dados Atuais

Conforme a Transparência Internacional o Brasil foi o país a registrar a maior piora na percepção dos cidadãos sobre o nível de corrupção no setor público no mundo, caindo sete posições no ranking realizado com 168 países. Relatório divulgado pela TI mostra que o país saiu da 69ª posição (2014) para a 76ª (2015) e agora 79ª (2016), em uma pontuação de 0 (extremamente corrupto) a 100 (muito transparente), o país ficou com 40 pontos (uma queda de pontos em relação ao ano anterior), ficando atrás de nações vizinhas da América Latina como Costa Rica (posição 49), Porto Rico (33), Chile (22) e Uruguai (19).

O primeiro da lista é a Dinamarca. O ranking é baseado em uma pesquisa de percepção feita com 114.000 pessoas em 107 países. No Brasil, a pesquisa foi feita com 2.002 pessoas pelo Ibope. O Brasil divide a 79ª posição com mais três países: China Índia e Belarus (EL PAÍS, 2016).

A pesquisa também apontou que 81% dos brasileiros acreditam que os partidos políticos são corruptos ou extremamente corruptos e que 72% acham o mesmo do legislativo e 70% da polícia. O mesmo foi retratado em outros países pesquisados. Os partidos políticos estão no topo da desconfiança mundial. Eles foram apontados em 51 países como uma das principais instituições no topo do envolvimento com a corrupção. A polícia é vista da mesma forma em 36 países.

A informação é excelente meio de proteção contra a corrupção, pois demonstra para a sociedade situações que necessitem de investigação oficial e permitem maior controle público. Porém, somente a informação não é suficiente, se não houver eficiência na apuração e eficácia na punição dos corruptos, nada adiantará termos as informações a respeito dos ilícitos.

Para que possamos mudar o Brasil temos que mudar as práticas corrosivas existentes na vida pública brasileira, quando alterarmos aspectos negativos do nosso próprio comportamento polindo a pedra bruta, na medida em que nos conscientizarmos de que, individualmente, representamos toda a sociedade.

Por fim, tenhamos sempre em mente que a sociedade como nós cidadãos comuns e que as transformações socioeconômicas e morais que se fazem necessárias começarão dentro de cada espírito imbuído à causa da justiça e equidade, porque não existe sociedade renovada sem seres humanos renovados e comprometidos com princípios do bem comum.

4.2. Maçonaria e Corrupção

Todos os graus Maçônicos trazem um juramento a ser assumido por aquele que constrói o conhecimento através da iniciação, dedicação e dos estudos. Tal juramento reforça os juramentos dos graus anteriores e ressalta as características específicas do grau a que se refere.

Nos Graus Filosóficos constam os seguintes juramentos e obrigações: "prometo cumprir todas as obrigações que contraí:

Pugnar pelo bem público e sustentar a liberdade, independência e soberania de minha Pátria;

Prometo submeter-me às Leis proclamadas pela maioria do povo, sempre que a vontade dele seja livremente expressa por seus legítimos representantes" (SUPREMO..., 2011, p. 26).

Dentro do Juramento e descrevendo a análise das obrigações, temos: A primeira obrigação "pugnar pelo bem público e sustentar a liberdade, independência e soberania de minha Pátria" é a própria obrigação do grau. Descreve a igualdade humana e proclama as liberdades e a independência das nações. Consta no Ritual que "as nações devem respeitar-se mutuamente, mantendo-se como corpos livres e independentes, sob pena de perderem o direito de serem consideradas como nações" (SUPREMO..., 2011, p. 26).

A segunda obrigação "prometo submeter-me às Leis proclamadas pela maioria do povo, sempre que a vontade dele seja livremente expressa por seus legítimos representantes" (SUPREMO..., 2011, p. 26), ou seja, de respeitar e submeter-se às leis, faz alusão ao estado de direito, em que a vontade da maioria, manifestada por seus representantes legítimos, deve ser a aspiração do Maçom.

Em um trecho do texto do discurso do Irmão Wilson Filomeno, Ex Grão-Mestre da GLSC, diz que:

(...) como maçom e cidadão brasileiro, venho assistindo nesses últimos anos, no que concerne aos acontecimentos que denigrem a imagem do nosso País. (...) E hoje, travestidos em verdadeiros delinquentes corruptos, despedidos de qualquer comportamento ético, aproveitam-se dos cargos para locupletar-se à custa do erário público. (...) Os acusados de corrupção são acobertados por aqueles que deveriam guar-

dar um comportamento ilibado, tendo por fundo a honestidade, e que não tem demonstrado nenhum interesse que a decência, na esfera pública, seja restabelecida, desde que sejam resguardados seus interesses.²

Para expressar essa indignação a respeito dos demandas de nossa Nação, Ayn Rand comenta que

quando você perceber que, para produzir, precisa obter autorização de quem não produz nada; quando comprovar que o dinheiro flui para quem negocia não com bens, mas com favores; quando perceber que muitos ficam ricos pelo suborno e por influência, mais que pelo trabalho, e que as leis não nos protegem deles, mas, pelo contrário, são eles que estão protegidos de você; quando perceber que a corrupção é recompensada, e a honestidade se converte em auto-sacrifício; então poderá afirmar, sem temor de errar, que sua sociedade está condenada.³

Portanto, em meio a esse conturbado processo transformador da sociedade brasileira, onde os valores tradicionais estão sendo substituídos por novos conceitos, tidos como modernos vemos, algumas dezenas, talvez milhares de cidadãos preocupados em recuperar os bons costumes, a justiça social, a boa ética e a boa moral, dentre os quais sabemos estar presente uma plêiade de Maçons.

A esses irmãos, devemos ombrear-nos a sair em campo na busca do que é justo e perfeito. Sem sombra de dúvida, a luta para alcançar esse objetivo é árdua, sabemos. Porém, se não a iniciarmos hoje e todos os dias que se seguirem, não só do meio-dia à meia-noite, mas durante todo o tempo que estivermos acordados, com certeza o caos político, social e econômico reinarão e nos levarão às trevas, onde moram os oportunistas, os prepotentes, os anarquistas e tantos outros mais que vivem da desgraça alheia. Enfim, sabemos que o homem perfeito não existe, mas nem por isso deixemos de procurar nos tornarmos esse homem.

Consta em rituais maçônicos que:

Se vos tornardes maçons não tereis de combater apenas vossas paixões e trabalhar para vosso aperfeiçoamento, mas tereis, ainda, de combater outros inimigos da Humanidade, como sejam os hipócritas, que a enganam; os perversos que a defraudam; os ambiciosos que a usurpam; e os corruptos e sem princípios, que abusam da confiança dos povos.⁴

É trabalhando o homem, é polindo a Pedra Bruta que conseguiremos diminuir e, quiçá, erradicar a corrupção, mal intrínseco da sociedade. Esta é uma tarefa árdua e demorada, porém a Maçonaria pode auxiliar a realizá-la e concretizar uma Sociedade melhor para se viver.

5. Considerações Finais

Retomando que os objetivos econômicos da investigação envolviam a análise da relação entre corrupção, spread bancário e a taxa de investimento estrangeiro; após o trabalho realizado fica evidente a importância do combate à corrupção agregando ensinamentos Maçônicos com vistas a polir a pedra bruta.

Na tentativa de contribuir para com a literatura pertinente da área, a revisão realizada e os resultados obtidos com a metodologia empregada procuraram suprir a deficiência, uma vez que não existem testes empíricos que relacionem o impacto da corrupção nem em relação ao spread, nem em relação aos investimentos estrangeiros.

Além disso, o índice proposto (corrup) demonstra que a diminuição da Corrupção faz com que os spreads bancários diminuam e ocorra um aumento dos investimentos estrangeiros.

Dentre as limitações do trabalho - por melhor que sejam os dados - como ensina Treissman (2000) há questões outras que podem ficar sem respostas, aguardando novas pesquisas, mais dados e novas amostras que possam contribuir melhor na busca de conclusões mais amplas acerca da extensão de ações políticas e de instituições econômicas na difusão do combate a corrupção no país.

Verificamos a partir de Bottechia (ANO 2013) que a corrupção está diretamente associada com o

² Assembléia Geral da GLSC, na XXXVIII. Discurso do Irmão Wilson Filomeno, Ex Grão-Mestre. Realizada na cidade de Goiânia em 12 de julho de 2009.

³ Ayn Rand The Fountainhead (A Nascente - 1943)

⁴ Rituais maçônicos, graus 1, 2 e 3.

spread bancário e inversamente correlacionada com os investimentos estrangeiros. Neste contexto, esta pesquisa tem sua contribuição ao mostrar evidências empíricas de que maiores níveis de percepção de corrupção apresentam uma relação diretamente proporcional com o spread bancário e inversamente proporcional com o investimento estrangeiro, considerando-se estimativas de Dados de Painel para 28 países de 1999 até 2010.

Por fim, efetivamente a Maçonaria postula a possibilidade de melhorar a Sociedade, partindo da melhoria do indivíduo. Partindo daí a importância crucial da Ordem concebendo a educação como meio de superação e aperfeiçoamento, tanto do indivíduo como da sociedade.

A Ordem nos conduz e nos indica o caminho, nos estimula e nos empresta as ferramentas simbólicas - o Simbolismo Maçônico - para facilitar nossas tarefas, pois no final das contas, devemos dirigir as ferramentas nós mesmos, cada um à sua maneira, seguindo seu próprio ritmo e caminho na vida.

A Maçonaria é, pois, antes de tudo, uma Escola que ensina, pelo exercício do trabalho, da justiça e do dever, a fortalecer o caráter, a cultivar a bondade pela renúncia de si próprio e em prol do Bem coletivo, que é o único Bem.

Por último, gostaria de deixar o sentimento que a Maçonaria ensina que o conhecimento filosófico alcançado não deve e nem pode ficar apenas no simples conhecimento teórico. A Maçonaria, toda ela é um sistema de afazeres que exige ação na vida social.

6. Referências:

- ADOUM, Jorge. *Grau do Mestre Maçom e seus Mistérios*. São Paulo: Editora Pensamento – 2007.
- AL-MARHUBI, Fahim A. Corrupção e Inflação. *Economics Letters*, n. 66, p. 199 - 202, 2000.
- ALVARENGA, Eduardo José Capua de. *A Maçonaria com ética. A ética na Maçonaria* – Loja Astro da Arábia – O exemplo. Disponível em: <http://www.glfpt/site/wp-content/uploads/2014/10/Ética-na-Maçonaria.pdf> acesso em 14 junho. 2017.
- ASLAN, Nicola. *Instruções para Lojas de Perfeição 4ª Grau*. Londrina: Editora "A Trolha" – 3ª Edição – 2004.
- BALLOUK FILHO, Benedito Marques; KUNTZ, Ronald A. *A Corrupção Política: a luta social pelo resgate da dignidade no exercício do poder*. São Paulo: Madras, 2008.
- BECKER, Gary. *Crime and Punishment: an economic approach*. University of Chicago Press, Chicago: 1968.
- BERABA, Marcelo. Imprensa e Corrupção. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12/12/2004.
- BOTTECHIA JR, Décio. O impacto da corrupção sobre o spread bancário e os investimentos estrangeiros: evidências empíricas para 28 países. *TESE*. Brasília: UCB, 2013.
- _____, Artigo no Journal *IJER*. The Impact Of Corruption on The Direct Foreign Investment: Cross-Country Tests Using Dynamic Panel Data. 2013.
- CAMINO, Ricardo da. *Dicionário Maçônico*. 3a. Edição. São Paulo: Editora Madras, 2013.
- _____. Os Graus Inefáveis – Loja de Perfeição, 2ª Edição. São Paulo: Editora Aurora, 1965.
- _____. Rito Escocês Antigo e Aceito – Graus 1º a 33º -. São Paulo: Editora Madras, 2010.
- EL PAÍS. *Transparência Internacional Escândalo da Petrobras faz Brasil piorar em ranking mundial de corrupção* – O exemplo. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/27/internacional/1453882221_604111.html Acesso em 27 junho 2017.
- FREITAS, Eduardo de. *A estreita relação entre o subdesenvolvimento e a corrupção em Geografia Humana* – O exemplo. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-estreita-relacao-entre-subdesenvolvimento-corrupcao.htm>> Acesso em 27 junho. 2017.
- GOKCEKUS, Omer; KNO"RICH, Jan. A Qualidade de Abertura Afeta a Corrupção? *Economics Letters*. n. 91, p. 190 - 196. 2006.
- HABIBI, Mohsin and Leon Zurawicki (2002). *Journal of International Business Studies*, vol. 33, no. 2, pp. 291-307, 2002

- KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*, Coleção GF, Flammarion, p.17. 1999.
- LA PORTA, R.; et al. *Trust in Large Organizations*. American Economic Review, Nashville, v. 87, n. 2, p. 333-338, May, 1997.
- LAMBSDORFF, Johann Graf. Background Paper to the 2000 Corruption Perceptions Index Framework Document. *Transparency International*, Sept, 2000.
- _____. *Background Paper to the 2001 CPI*. Framework Document. de Junho de 2001. Disponível em: <http://www.ti-israel.org/_Uploads/dbsAttachedFiles/179methodology.pdf> Acesso em: 19/10/2012.
- MARTIN, Rodrigo Rodriguez. *Implementação de programa de prevenções a fraudes*. Ieditora, São Paulo: Ieditora, - 2002.
- MARTINS, José Antônio. Corrupção. In CARRASCO, Alexandre de Oliveira Torres (Coord) *Coleção Filosofia Frente e Verso*. Departamento de Filosofia. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Ed. Globo, 2008.
- PIKE, Albert. *Moral e Dogma*. Graus Inefáveis – Tradução de Celes Januário Garcia Jr. E e Gláucio Bonfim Rodrigues. São Paulo: Editora Yod, 2011.
- PLATÃO. *Republique*, Tradução de Milton Camargo Mota, Coleção GF, Flammarion, Livro 4, 443, p.196 Paris: Vvni – 2001
- RAWLS. *Uma Teoria de Justiça*. p 1.993, Editorial Presença, Lisboa: 1971.
- RIBEIRO. Ivete Maria. *O Custo Brasil da Corrupção – O exemplo*. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-custo-brasil-da-corrupcao>> Acesso em 27 junho 2017.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption: a study in political economy*. Academic Press: 1978.
- _____. *Corruption and Government: causes, consequences, and reform*. New York: Cambridge University Press: 1999.
- ROUSSEAU, . *Contrato Social*, 1762 Editora Martins
- Fontes, S. Paulo, Livro II, Cap. VI p. 46, Editora Martins Fontes, S. Paulo: 2002
- SILVEIRA, Eduardo Teixeira. *A disciplina Jurídica do Investimento Estrangeiro no Brasil e no Direito Internacional*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2002.
- SUPREMO CONSELHO DO BRASIL DO GRAU 33 PARA O RITO ESCOSÊS ANTIGO E ACEITO. *Ritual do grau 16º Príncipe de Jerusalém*. Rio de Janeiro: Supr. Cons. do Brasil do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito, 2011, p. 26.
- TI, *Transparência Internacional*. Corruption Perceptions Index (CPI). Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2011/results>> Acesso em: 27/09/2012.
- TREISMAN, D. Decentralization and Corruption: Why Are Federal States Perceived To Be More Corrupt? Paper presented at the *Annual Congress of the American Political Science Association*, Atlanta, Sep., 1999.
- _____. The Causes of Corruption: A Cross-National Study. *Journal of Public Economics*, Saskatoon, v. 76, n. 3, p. 399-457, Jun, 2000.
- VIAPIANA, Luiz Tadeu. *Economia do Crime: uma explicação para a formação do criminoso*. Ed. AG. Porto Alegre: 2006.
- WDI. World Bank. *Development Report*. World Bank Washington D.C.: 2009.
- _____. *World Development Report*. World Bank Washington D.C.: 2012.

A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA BRASILEIRA NA DEFESA DO ENSINO LAICO E NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS NO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

(THE PARTICIPATION OF BRAZILIAN MASONRY IN THE DEFENSE OF LAY EDUCATION AND IN THE CREATION AND MAINTENANCE OF SCHOOLS AT THE END OF THE 19th CENTURY IN BRAZIL)

Samuel Vieira da Silva ¹

Adílio Jorge Marques ²

Resumo

O trabalho tem como objetivo destacar a participação da maçonaria na educação brasileira. A maçonaria é sempre citada nos livros de história do Brasil principalmente por conta da sua atuação política no século XIX, no entanto, a participação da ordem noutros acontecimentos históricos nacionais carecem de maiores investigações. Busca-se nesse contexto temporal compreender a defesa do ensino laico pela maçonaria destacando a fundação e manutenção de escolas. Pretende-se com a pesquisa demonstrar que a maçonaria apesar de manter um número expressivo de escolas por todo o país no final do século XIX passou despercebida pela historiografia tradicional.

Palavras-chaves: Educação; Maçonaria; Laicidade.

Abstract

The work aims to highlight the participation of Freemasonry in Brazilian education. Freemasonry is always cited in the history books of Brazil mainly because of its political activity in the nineteenth century, however, the participation of order in other national historical events need further investigation. It is sought in this temporal context to understand the defense of secular education by Freemasonry highlighting the foundation and maintenance of schools. It is intended with the research to demonstrate that Freemasonry despite maintaining an expressive number of schools throughout the country in the late nineteenth century has gone unnoticed by traditional historiography.

Keywords: Education; Freemasonry; Laicity.

¹ Samuel Vieira da Silva é Mestrando em Ensino pela UFF, Pós-graduado em Direito Constitucional pela UCAM e Bacharel em Direito pela FASAP. E-mail: samuelyvieiraprofessor@gmail.com

² Adílio Jorge Marques é Doutor em História e Epistemologia das Ciências pela UFRJ, na área de História da Ciência Luso-Brasileira. É Professor Adjunto da UFF no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), em Santo Antônio de Pádua/RJ. E-mail: adiliojm@yahoo.com.br

1. Introdução

Nas últimas décadas, a maçonaria tem se tornado objeto de estudo de muitos campos do conhecimento, sobretudo, nas linhas de pesquisa de história e cultura política. A temática da maçonaria surge como mais uma possibilidade de compreensão das inúmeras relações de poder que perpassam as sociedades.

No Brasil como em outras partes a maçonaria foi um dos grandes veículos da divulgação do liberalismo e conseqüentemente alvo de perseguições. Os maçons influenciados pelos ideais iluministas defendiam um Estado moderno e laico, contribuindo assim para o surgimento de um embate político envolvendo a igreja católica e a maçonaria. Na visão da maçonaria da época a igreja católica exercia uma influência negativa na educação. A maçonaria percebeu que a igreja católica tinha como objetivo se assenhorear do ensino público e influenciar o ensino particular. Na visão dos maçons havia uma espécie de doutrinação nos colégios jesuítas. Isso fez com que a maçonaria brasileira lutasse pelo fim dos privilégios conferidos ao catolicismo, que era a religião oficial do Estado brasileiro.

No campo político a franco-maçonaria defendia a separação entre Igreja e Estado, mas entendiam que essa separação deveria se iniciar no ensino laico. A educação nessa época era vista como instrumento de difusão das ideias liberais e racionalistas. Imbuídos dos ideais iluministas, os maçons, enxergavam na educação um motor de libertação do homem. O posicionamento anticlerical da maçonaria permeava a maioria de seus projetos no final do século XIX apoiados pela elite intelectual da época. Esse panorama levou a maçonaria brasileira a engendrar esforços no sentido de promover um ensino laico e gratuito a população, principalmente aos jovens, através de colégios fundados e mantidos pela ordem maçônica.

2. A pesquisa

A pesquisa advém de uma abordagem bibliográfica e documental, que embora não inédita é pouco explorada por ser usualmente destinada ao meio maçônico. Colussi (2012) afirma que a principal dificuldade numa pesquisa envolvendo a maçonaria reside no acesso a documentos devido a sua estrutura fechada que via de regra são reservados apenas aos pertencentes à instituição.

A historiografia vem adotando alternativas para se pesquisar a história utilizando reflexões teóricas de outras ciências. Essa forma de olhar a história

questiona fontes e problematiza os processos de reconstrução do passado. Assim, esse movimento de descobrir, ou melhor, redescobrir o passado, sobretudo o passado da nossa educação através da instituição maçônica ficará expresso aqui através do uso de novas fontes, novas abordagens e novos métodos que embora desconhecidos por talvez não possuírem notoriedade tiveram importância em seu tempo e contribuíram para a construção da nossa história. Portanto, pretende-se enxergar a história ainda que por uma pequena, mas importante fresta, constituída de personagens e vidas tidas como invisíveis, mas de extrema relevância para nossa história.

Ao configurar um modelo de sociabilidade próprio baseado na filantropia, na rede de solidariedade entre os pares, nos juramentos e rituais que criam laços de pertencimento, percebe-se na maçonaria a existência de mecanismos próprios de dominação, constituindo-se em um dos espaços, fora do domínio direto do Estado, por onde o poder circulava e os homens faziam política.

A maçonaria é sempre mencionada nos livros de história do Brasil quanto a sua atuação política no século XIX, no entanto, a participação da instituição noutros acontecimentos históricos nacionais carecem de maiores pesquisas. O entrelaçamento dos temas maçonaria e educação têm como objetivo apresentar à comunidade acadêmica fatos e argumentos no tocante a contribuição maçônica na educação brasileira no final do século XIX.

Barata (1999) conceitua a maçonaria como sendo uma sociedade discreta, onde suas ações são reservadas e interessa apenas àqueles que dela participam. A maçonaria é uma sociedade universal regida pelos princípios da liberdade, democracia, igualdade, fraternidade e aperfeiçoamento intelectual. Colussi (2012) diz que desde a fundação da Grande Loja de Londres, em 24 de junho de 1717, a maçonaria têm-se organizado em Obediências, sejam elas Grandes Lojas ou Grandes Orientes. Os maçons reúnem-se regularmente uma vez por semana em estabelecimentos denominados Lojas.

A ideia de elaborar esse trabalho surgiu das leituras de artigos e livros de Eliane Lucia Colussi, Doutora e Professora titular na área de história medieval da Universidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. A autora em seu artigo A maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico (século XIX) publicado na revista História & Ensino da Universidade Estadual de Londrina no ano de 2000 afirma que a temática é pouco abordada pela historiografia Brasileira, além de ser um assunto polêmico. A autora, em seu livro A maçonaria Brasileira no Século XIX, mostra de forma sucinta, em um texto de 46 páginas recheadas de i-

lustrações, a maçonaria e suas origens; uma breve história da maçonaria brasileira; e, encerra falando da influência da maçonaria na política e na cultura brasileira. No livro a maçonaria gaúcha no século XIX, do ano de 2000, Eliane Lucia Colussi fala sobre a maçonaria brasileira no século XIX dando maior enfoque a participação da ordem no Estado do Rio Grande do Sul.

A maçonaria sempre foi alvo de ataques preconceituosos o que acarretou inicialmente um entrave a pesquisas universitárias envolvendo seu nome no país. Eliane Lucia Colussi é uma das pioneiras no Brasil a falar sobre a participação da maçonaria nos acontecimentos históricos nacionais. Seu nome figura dentre outros autores que aproximaram a maçonaria do meio acadêmico, como por exemplo: Alexandre Mansur Barata, Marco Morel, Françoise Jean de Oliveira e Souza, Frederico Guilherme Costa, Alex Moreira Andrade e Célia M. M. de Azevedo.

Partindo dessas estimulantes leituras a presente pesquisa busca trazer à luz da história nacional a participação da maçonaria na educação do país no final do século XIX, período em que levou a instituição a fundar e manter escolas para promover uma educação pública e laica aos trabalhadores, aos jovens, aos escravos e aos ex-escravos. Portanto, delinear um caminho para a história da educação nacional por meio da participação da instituição maçônica, trazendo à luz a importância da ordem maçônica para a educação brasileira.

3. A participação da Maçonaria na defesa do Ensino Laico no final do Século XIX

A realidade educacional brasileira no final do século XIX era gravíssima conforme afirma Colussi (2000), principalmente durante o período imperial, que deixou o ensino primário, secundário e profissional num abandono quase completo. A maçonaria defendia firmemente a obrigatoriedade do ensino aos jovens. A partir de 1870 surgiram às primeiras propostas de iniciação de professores nas lojas maçônicas como meio de influenciar na formação laica dos setores populares.

No final do século XIX a maçonaria se lançou à frente dos seguimentos sociais com seu posicionamento anticlerical. Nesse período "os maçons utilizaram-se da imprensa escrita, da política parlamentar, das associações e clubes literários ou filantrópicos sob sua influência para combater os privilégios do catolicismo no País" (COLUSSI, 2000, p. 47). Além da atuação no meio político-social a maçonaria atuou fortemente no campo educacional. No interior das Lojas maçônicas além da discussão de ideias republi-

canas e o fim de escravidão, os maçons defendiam a separação entre igreja e Estado, e que essa separação deveria se iniciar no ensino laico.

Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação foi muito discutida pelos maçons brasileiros. Ciente dos problemas relativos à fragilidade do sistema educacional e do fato de que pequena parcela da sociedade tinha acesso a esse sistema, a maçonaria procurou soluções práticas para a questão, buscando modificar essa realidade (COLUSSI, 2012, p. 39).

Conforme expõe Colussi (2000), a educação nessa época era vista pela maçonaria como instrumento de difusão das ideias liberais e racionalistas. Todavia, a realidade educacional brasileira era caótica, um completo abandono. Nesse período o ensino primário além de precário possuía um corpo docente leigo. O ensino secundário era privilégio da elite brasileira, bem como o ensino superior ainda mais fragilizado.

Uma das iniciativas da maçonaria foi o de promover a iniciação de professores na ordem, principalmente daqueles que atuavam na instrução pública, pois estes certamente iriam influenciar na formação laica dos setores populares e divulgar na sociedade ideias republicanas e abolicionistas. Na visão da maçonaria, o Brasil só alcançaria o progresso econômico e social com uma educação de qualidade e, para isso, a educação deveria ser laica, gratuita e obrigatória aos jovens (COLUSSI, 2000).

Uma das personalidades mais influentes no cenário nacional no final do século XIX foi sem dúvida Rui Barbosa (1849-1923). O célebre jurista além de se destacar no campo do Direito também se destacou no campo político e educacional. Rui Barbosa que com 20 anos de idade ingressou na maçonaria elaborou propostas para a educação que começavam pela divisão do ensino em: jardins de infância, escolas primárias, cursos profissionais, escolas normais, liceus e ensino superior. Rui Barbosa alinhado aos ideais da maçonaria, instituição a qual pertencia, lutou pela melhoria da educação no país, pois também entendia que o Brasil só se tornaria um país desenvolvido e próspero se investisse na educação da população (EGITO, 2011).

Em termos práticos além a iniciação de professores na maçonaria, a ordem resolveu a partir de 1870 criar escolas próprias que primassem pela identificação com o pensamento liberal e cientificista (COLUSSI, 1998). "As escolas maçônicas eram criadas

principalmente para alfabetizar os adultos pobres, de acordo com a ideia de "educar para libertar", lema da maçonaria (COLUSSI, 2012, p. 39).

A generalização do ensino laico era vista como um dos recursos necessários para sustentar o combate aos adversários do progresso. A maçonaria atuou na construção de uma ampla rede de escolas libertadoras da consciência dos homens e suas fiéis escudeiras no combate às trevas, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica (BARATA, 1994, p. 95).

3.1. A fundação e manutenção de escolas pela Maçonaria no final do Século XIX

A criação e manutenção de escolas pela maçonaria teve início no decênio de 1870. Egito (2011) informa que em 1876 circulava no GOB (Grande Oriente do Brasil) uma proposta constitucional que, dentre outras coisas, garantia no Art. 9º, § 3º a Instrução do Povo. Percebe-se, portanto, a preocupação da maçonaria com a educação pública.

Os maçons da época questionavam a inexistência de colégios maçônicos. Barata (1999) em seus estudos confirma a existência de inúmeros empreendimentos maçônicos de criação de escolas. Segundo o autor, em 1872 foi fundada pela maçonaria a "Escola Vesper" na cidade do Rio de Janeiro, com intuito de instruir as classes populares.

Silva (2009) enfatiza a construção de escolas pela maçonaria em virtude da preocupação da Ordem com os rumos da educação na época.

Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação também era discutida pelos maçons brasileiros, usando como instrumentos para a divulgação de suas ideias, a construção de uma rede de escolas, criação de "aulas noturnas" e bibliotecas²⁴. Diante dos problemas relativos à fragilidade do sistema educacional e do fato que apenas uma pequena parcela da sociedade tinha acesso a esse sistema, a maçonaria participou de ações práticas para a questão, intervindo nessa realidade. Na visão da maçonaria, a sociedade brasileira deveria entrar definitivamente na modernidade. Em conjunto com outros atores sociais, defendia o progresso econômico e social do Brasil, acompanhado de um ensino de qualidade, laico e em condições de servir a maioria da população. As escolas maçônicas foram criadas principalmente para alfabetizar os adultos pobres, de acordo com a ideia de "educar para libertar", lema adotado da maçonaria (SILVA,

As escolas maçônicas baseavam-se em concepções modernas balizadas no ensino laico e científico. Nessas escolas anunciavam a condenação às tentativas da igreja católica de instituir nas escolas públicas e privadas o ensino religioso (COLUSSI, 1998).

Achiamé (2010) traz a informação do funcionamento em 1870 da escola chamada "União e Progresso" que inicialmente funcionava dentro da própria Loja Maçônica União e Progresso na cidade de Vitória/ES. Egito (2011) cita a criação da "Eschola Popular" em 1875 pela Loja Maçônica Fraternidade Cearense na cidade de Fortaleza/CE e da fundação da "Escola Nocturna Cotinguiba" pela Loja Maçônica Cotinguiba em Aracaju/SE em 1872. O professor Silva (2009) em sua pesquisa traz a história da Loja Maçônica Perseverança III da cidade de Sorocaba/SP que em 1891 inaugurou o "Liceu Sorocabano".

Magalhães (2013) fala da fundação em 1889 do "Lyceu do Grande Oriente" fundado pela Loja Maçônica União e Tranquilidade na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O autor em sua pesquisa intitulada "Maçonaria e Educação: contribuições para o ideário republicano (1889-1930)" traz uma relação contendo aproximadamente cerca de 20 escolas fundadas pela maçonaria entre 1870 e 1900. Magalhães (2013) relata que no final do século XIX era muito comum a construção de escolas incorporadas aos templos maçônicos, pois dessa forma barateavam os custos de construção ao erguerem dois empreendimentos numa mesma campanha. Outro ponto que deve ser destacado é a fundação de Escolas Noturnas, pois o funcionamento nesse horário visava atender os trabalhadores e as classes populares. Muitas escolas funcionavam no interior das próprias Lojas Maçônicas onde também eram ministrados cursos profissionalizantes (artes e ofícios) visando combater a pobreza e diminuição da criminalidade.

Colussi (2000, p. 53) destaca que "na ausência de escolas próprias, a maçonaria, por meio dos seus órgãos de imprensa, orientava a matrícula de crianças em escolas particulares identificadas com o anticlericalismo e com as ideias liberais". Notadamente se vê que a maçonaria através das ideias liberais conseguiu influenciar a população culminando com o advento da República no ano de 1889.

4. Considerações Finais

A disputa entre a maçonaria com seu pensamento liberal e científico, e a igreja católica, com seu

conservadorismo, conforme mostrado por Colussi (2000), marcou as últimas décadas do século XIX. O ensino foi considerado ponto nevrálgico pela maçonaria, pois aí localizava-se a influência católica na formação da juventude brasileira mantendo-os no obscurantismo em contraposição ao modelo educacional moderno, científico, progressista e, especialmente laico.

Percebeu-se então que a igreja católica tinha como objetivo tomar para si a educação pública nacional e também influenciar o ensino particular. A resposta maçônica foi se mobilizar no sentido de promover a iniciação de professores e a criação de escolas próprias; com isso, diversas escolas foram criadas por Lojas maçônicas no Brasil.

A maçonaria também é conhecida como “escola de conhecimentos”, portanto, sua preocupação com a educação brasileira sempre foi vista com um dever e não apenas mais um ato de filantropia. A atuação da maçonaria ao promover a educação de jovens e pobres no final do séc. XIX deixou enorme contribuição à história brasileira, sobretudo na História da Educação.

5. Referências

ACHIAMÉ, Fernando. *Esquadro e Compasso em Vitória: álbum da Loja Maçônica União e Progresso*. Vitória: IHGES, 2010.

ALMEIDA FILHO, J. C. A. O Ensino Jurídico, a Elite dos Bacharéis e a Maçonaria do Séc. XIX. 180 f. *Dissertação* (Mestrado em Direito). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2005.

ASLAN, N. *História Geral da Maçonaria: fastos da Maçonaria Brasileira*. Londrina: A Trolha, 1997.

BAÇAN, L. P. *O livro secreto da maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

BENIMELI, Pe. José A. F. *Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco-maçonaria*. São Paulo: Madras, 2007.

CASTELLANI, J. *A ação secreta da maçonaria na política mundial*. São Paulo: Landmark, 2007.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Brasileira no Século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Hist. Ensino*, Londrina, v. 6, p. 47-56, out. 2000.

_____. *A maçonaria brasileira e a defesa do ensino laico* (século XIX). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12366>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

_____. *Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. 1998. 489 f. *Tese* (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

EGITO, P. H. T. Olhares da Maçonaria Sobre a Educação no Brasil. 2011. 89 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FAGUNDES, Lourival M. *A maçonaria e a Educação*. Campo Grande: IESF/UNIGRAN, 2004.

FERREIRA, Antônio do Carmo. *Educação & Maçonaria*. Londrina: Editora A Trolha, 2011.

GOMES, M. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: UNESP, 2014.

MARQUES, Adílio Jorge. *Iluminismo no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Saperes, 2012.

_____. *O professor do jovem Imperador*. Alexandre Antônio Vandelli. Rio de Janeiro: Vieira & Lent Casa Editorial, 2010.

MAGALHÃES, F. da Silva. Maçonaria e Educação: Contribuições para o Ideário Republicano (1889-1930). 2013. 307 f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO, José A. A contribuição da Maçonaria para a Prática educativa em Aracaju (1970-1980). 2010. 86 f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

PAZ SILVA, Augusto C. A. MAÇONARIA E REPÚBLICA: confrontos, conflitos, tensões e atuação sociopolítica de maçons em Pernambuco nas Décadas de 1930 e 1940. 2013. 227 f. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

RIBEIRO, Viviane; INÁCIO FILHO, Geraldo. Protestantismo, Liberalismo, Maçonaria e a Educação no Brasil, na Segunda Metade do Século XIX. In: *II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 2004, Uberlândia. Práticas docentes, história e política educacional. Uberlândia: EDUFU, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo2/059.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

SANTOS, João Bento dos. *A Maçonaria na História*. Recife: Ed. Companhia Editora de Pernambuco, 1983.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

SILVA, Vanderlei da. *A PARTICIPAÇÃO DA LOJA MAÇÔNICA PERSEVERANÇA III NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SOROCABA: Do Final do Segundo Reinado ao Final da Primeira República*. Sorocaba: Create Editora, 2013.

UMA SOCIEDADE DE EMANCIPADOS: uma análise sobre os imperativos instrumentais na Maçonaria e a intersubjetividade da razão maçônica com a razão comunicativa

(A SOCIETY OF EMANCIPATES: an analysis of instrumental imperatives in Freemasonry and the intersubjectivity of masonic reason with communicative reason)

Rafhael Guimarães ¹

Resumo

O ensaio pretende analisar a razão maçônica sob o paradigma racional da Escola de Frankfurt. Nessa seara, vê-se que no âmbito da Instituição Maçônica evidenciam influências de um pensamento oriundo tanto da razão instrumental, como da razão crítica. Todavia, percebe-se que na esteira dos princípios e valores esculpidos na razão maçônica conduzem o adepto a um comportamento diverso das racionalizações precedentes, encontrando plena correlação na denominada "razão comunicativa" de Jurgen Habermas, contribuindo, com isso, para um melhor entendimento maçônico dos aludidos rituais e instruções da Sublime Instituição. A intersubjetividade da razão maçônica, por meio de suas características, rituais e reuniões, constitui o cerne da reflexão ensaiada, cujo objetivo visa analisar os pontos de intercessão entre as teorias emancipatórias da razão maçônica e da razão comunicativa e as patologias evidenciadas nos tabus maçônicos.

Palavras-chaves: Teoria do Agir Comunicativo; Maçonaria; Habermas.

Abstract

The essay aims to analyze Masonic rationality under the paradigm of the Frankfurt School. In this way, within the scope of the Masonic Institution it can be observed influences of a thought originating from both instrumental and critical rationality. However, it also can be seen that in the wake of the principles and values carved in Masonic rationality they lead the adept to a behavior different from the previous rationalizations, finding full correlation in the so-called "communicative rationality" of Jurgen Habermas, thus contributing to a better Masonic understanding of the above mentioned rituals and instructions of the Sublime Institution. The intersubjectivity of Masonic rationality, through its characteristics, rituals and lodges, constitutes the core of their hearsed reflection, whose objective is to analyze the points of intercession between the emancipatory theories of Masonic and communicative rationality.

Keywords: Theory of Communicative Action; Freemasonry; Habermas.

¹ Rafael Guimarães é advogado, mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, pós-graduado em Direito Público com ênfase em Gestão Pública, em Direito Constitucional e em Relações Internacionais pela Faculdade Damásio (Unidade Vitória). E-mail: guimaraes_rgf@hotmail.com

1. Introdução

Se há uma Instituição que atraiu no curso da história notáveis personalidades mundiais, sejam intelectuais, cientistas, políticos e revolucionários, essa Instituição é a Maçonaria. Para seus adeptos seus rituais têm proporcionado encantos e lições, embora, por outro lado, gerado suspeitas e incontáveis ataques por seus detratores. Para descrever essa atraente ordem o pesquisador Christopher Hodapp, autor do best-seller "*Freemasons for Dummies*", a definiu:

Franco-maçonaria (ou apenas Maçonaria) é uma sociedade de cavalheiros preocupados com os valores morais e espirituais, além de uma das fraternidades mais antigas e populares do mundo. (...) É uma filosofia e um sistema de moralidade e ética social e é bem básica nisso. (...) (Ela) ensina lições de virtudes sociais e morais baseadas no simbolismo das ferramentas e na linguagem do antigo ofício de construção, usando a criação de uma estrutura como um símbolo para a edificação do caráter dos homens (2015, p.13).

Outrossim, por uma síntese de tudo isso, presente na "*Coil's Masonic Encyclopedia*", vemos ela como "um sistema de moralidade e ética social" (COIL, BROWN, 1961, p.159), tendo em seu cerne racional características como o humanitarismo, a moral, a busca da verdade, o incentivo à reflexão, a defesa da liberdade e da dignidade do homem, a modéstia, a discrição e o estímulo à livre expressão de opinião, representados como visto em torno do seu simbolismo maçônico (ISMAIL, 2014, p.57). De mais a mais, sua definição mais tradicional é de que Maçonaria "é um belo sistema de moralidade velado em alegoria e ilustrado por símbolos" (ZELDIS, 2011, p.72-73).

Enquanto Associação privada, a Maçonaria tem justamente como diferencial o caráter dialético-ritualístico em sua aprendizagem. O ritual maçônico, através de seus ensinamentos, denota um simbolismo que visa transmitir aos adeptos uma clara reflexão de alto teor moral, apresentando lições, preceitos e valores já explicitados como características e que configuram seu sistema racional de filosofia.²

O melhor exemplo disso é que quando se inicia na Ordem, diz-se que se recebeu a "Luz". Essa luz

representa a "razão maçônica", que simbolicamente induz a libertar o homem da ignorância, do fanatismo e da superstição, contribuindo racionalmente para seu amadurecimento reflexivo e humano diante do mundo profano (ISMAIL, 2016, p.163).

Nessa toada que toda instrução maçônica se volta para tese de que a sociedade também comporta uma ideia de aprisionamento do homem, no excesso dos desejos materiais, na falibilidade da vida carnal, nos vícios e malefícios ocasionados pelo duvidoso caráter, ambos expostos na condição humana. Na esteira filosófica do idealismo, sinaliza uma vida prevalida por preceitos, virtudes e pela razão, neste caso pela sublime "razão maçônica", que pretende emancipar o homem desses vícios, uma razão despida de preconceitos – desde religiosos, morais, étnicos e estéticos – legando à história contemporânea sua intensa participação na elevação do homem na insubordinação do espírito sobre a matéria (HODAPP, 2015, p.13 e 62-63).

Aqui o que nos interessa é analisarmos que entre o desdobramento dialético desses procedimentos formais e o comportamento moral de seus praticantes há um mecanismo cognitivo-racional que não pode ser ignorado e cuja compreensão pode colaborar para um melhor entendimento do seu próprio paradigma racional, nosso objeto em questão – a "razão maçônica".

Porque, muito embora inseridos em uma Esfera Pública, como visto dotada de um meio dialético racional, assistimos, não raramente, evidências de uma razão instrumental em torno dos membros dessa Instituição? Como por exemplo na preconcebida promoção de "tabus maçônicos" e sua conseqüente auto preservação ou ainda na governança antidemocrática de lideranças maçônicas (ISMAIL, 2016, p.18-19, 59).

Malgrado essas experiências que, discutidas no decorrer do artigo, revelam nosso primeiro ponto a ser depurado que é a auto sabotagem instrumental do conhecimento maçônico. Nos remete alegoricamente aos prisioneiros da "Caverna de Platão", que, julgando-se conhecedores da realidade manifesta, em latente possibilidade de libertação, acabam, por medo, ignorância ou distensão da sua atual condição, rechaçando ou eliminando qualquer ideia ou saída que se apresente na penumbra realidade insulada, se (auto) preservando no desconhecimento e na escuridão do interior da Caverna (MANNION, 2010, p.35).

² Considerando o apertado espaço para desenvolvimento metodológico e conceitual do presente artigo, o método "observação participante" ou "história oral" se mostra fundamental nessa conjectura qualitativa que pretende confirmar e abeberar análises conceituais da sociologia e da filosofia para com a Maçonaria. Com efeito, uma vez que tal observação é restrita, salvo raras exceções, aos membros iniciados na mesma, este método torna-se indispensável para qualquer análise no tocante as questões internas da Ordem Maçônica (BRANDÃO, 1981 apud ISMAIL, 2016, p.17).

2. Do esclarecimento ao aprisionamento: a Razão Instrumental

Contraopondo-se ao Antigo Regime, quando os homens eram súditos das autoridades dinásticas e/ou religiosas, o movimento Iluminista (Esclarecimento, Ilustração) emergiu incutindo na Modernidade a necessidade dos indivíduos se emanciparem da menoridade imposta e exercerem sua natural faculdade neurobiológica. Foi uma transição da infância, onde as pessoas eram tuteladas, para sua maturidade racional. Em outras palavras, era o fim da tutela, da irracionalidade religiosa, da imaturidade racional, com promessas de um novo futuro para humanidade.

No curso da história o Esclarecimento se destacou como um forte movimento racionalista, interpretado como uma tradição intelectual de valorização da racionalização que obteve impacto determinante em diversos países. Conjuntamente nesse mesmo período surge a moderna Maçonaria, obtendo pensadores iluministas em seus quadros, como Benjamin Franklin e Voltaire, ou mesmo célebres simpatizantes da Ordem, como Kant³ e Locke (ISMAIL, 2014, p.14; HODAPP, 2015, p.305).

Com o sucesso das suas revoluções (políticas, sociais, filosóficas), o Iluminismo, isto é, a racionalização epistemológica, avançou como matriz hegemônica do pensamento ocidental e a Modernidade passou a promover um desencantamento do mundo (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.11). A racionalidade figurou como um modelo básico para a produção de conhecimento nas ciências humanas e a partir disso saíram diversas escolas de pensamento do século XIX (MANNION, 2010, p.100).

Atentos as ponderações que no passado fizeram os idealistas alemães kantianos,⁴ os filósofos fundadores da Escola de Frankfurt, na Alemanha, observaram o caminho sem retorno que esse esclarecimento conduziu. Em sua principal obra, a "dialética do esclarecimento", que laçou as bases da Teoria Crítica, Theodor Adorno e Max Horkheimer sentenciaram o exaurimento da razão autônoma que um dia houvera libertado os homens, como previa Kant, os reinsereu ao aprisionamento e a tutela da própria razão instrumentalizada e que objetiva exclusivamente os fins sem se preocupar com a vida social (ADORNO;

HORKHEIMER, 1985, p.11 e 17).

Apesar de também ter propiciando determinado desenvolvimento científico e tecnológico nunca antes experimentado na pré-Modernidade, por sua vez, essa razão técnica-científica descerrou o que ainda restava de humano na produção do conhecimento, que era justamente sua conformação ética, moral e social (subjativa), encarcerando-o novamente, dessa vez em uma nova roupagem autoritária, a "razão instrumental"(BENHABIB, 1996, p.80; RUSSELL, 2015, p.269; RUSH, 2008, p.46-48).

Ou seja, o mesmo homem que se apoiou numa estrutura esquematicamente racional do conhecimento como forma de emancipar-se, invariavelmente também se utilizou desse mesmo mecanismo procedimental para, usando-o, enganar-se a si mesmo e a outrem, como muito bem exemplificam os aspectos esquematicamente racionais, como do racismo científico, do imperialismo político, dos preconceitos, da xenofobia, da corrupção, dos golpes militares ("constitucionais"), do absolutismo ilustrado (despotismo esclarecido), da concentração de riquezas, do lucro a qualquer custo, da desenfreada industrialização e da própria indústria cultural. Todos esses "desvios ético-racionais" possuem uma justificativa, tanto racional, como ideológica, que lhes servem de auto-preservação, visto que racionalizar por si mesmo, como ilustrado, não os tornou na melhor ou mais adequada proposição e consecução epistemológica para racionalização e convivência humana.

Nesse horizonte plenamente reificado, o respectivo "agir racional com respeito a fins"amadureceu e com o fito de substituir aquela imaginação teleológica ou a concepção mitológica existente na pré-modernidade, respaldado na mera compreensão factual da vida material, se prestou a criar mecanismos de controle do seu meio de ação em benefício próprio (a exemplo do Nazismo e da "raça ariana"), rechaçando a eventual ou necessária conformação humana ou social, como arduamente criticavam os frankfurtianos (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.17 e 23).

Esse agir estratégico com respeito a fins acabou engendrando uma "nova mitologia"em torno de si mesma, incutida na "pura racionalização", elevando esta a uma instância absoluta e auto-suficiente, en-

³ Immanuel Kant, um dos principais expoentes do iluminismo, admitiu essa vocação iluminista das lojas maçônicas quando observou que suas reuniões reúnem pensadores que se comunicam com seus pares sobre questões que afetam a humanidade (KANT, 1999 apud ISMAIL, 2012, p.1).

⁴ No seu ensaio "O que é o Iluminismo?", Kant exortava os homens a fazerem um "uso público de sua razão", pois considerava a dificuldade que é para os homens se emanciparem sozinhos rumo às luzes da razão, tendo em mente um espaço, uma livre circulação do saber (2006, p.85). Ideia essa que, aprimorada, acha-se em Habermas como "Esfera Pública", objeto de ensaio no último capítulo.

cerrando uma crença metafísica de entendimento da vida reificada, posto de lado a clássica exigência de pensar o pensamento (reflexão crítica). Assim, a teoria crítica verifica que a própria racionalidade traz em seu interior uma irracionalidade, feito epistemológico que encastelou o homem ao seu entendimento mecanicista, coisificado, materialista, massificado, dominante em relações de poder e autocontrole (Ibid., p.33 e 42; BENHABIB, 1996, p.81).

Nesse olhar, ainda que pessimista, é que detectamos o aparecimento da razão instrumental mesmo na mais sublime das Instituições. Sejam tabus, elites estratégicas ou tecnologias de controle, dentro da Ordem assistimos a todo tipo de dissociação da razão maçônica, como previa os fundadores da Escola de Frankfurt ao afirmarem por toda sociedade. Uma vez que seus membros, socializados no pensamento social reificado, invariavelmente reproduzem essa instrumentalização no interior da Maçonaria (ISMAIL, 2016, p.18 e 51).

Kenny Ismail lista duas origens distintas para os tabus criados no âmbito da Ordem Maçônica. São eles de origem externa ou interna, na qual estabelecem barreiras de análise por intermédio de tecnologias de controle, apoiados numa razão instrumentalizada, no seio das Lojas Maçônicas ou da sociedade que, por diversos fatores de resistência, se encontram desencorajados a debatê-los racionalmente (ISMAIL, 2016, p.19). Como vimos, toda proposição com o fito de estabelecer um controle preditivo e manipulativo sobre as coisas é uma proposição instrumentalizada, visto que não confrontar ou esclarecer a dicotomia existente na natureza do objeto reforça seu caráter tipicamente instrumental (RUSH, 2008, p.42).

Nesse sentido, advindo de uma origem externa, os "tabus antimaçônicos" prescrevem uma (frágil) sustentação na qual a Maçonaria é adjetivada de secreta, dogmática, pagã, ou ainda uma "nova ordem mundial", na maioria das vezes recebendo ataques de grupos totalitários, fundamentalistas e antidemocráticos (ISMAIL, 2016, p.21-22; HODAPP, 2015, p.64). Dessas proposições, em sua grande maioria não encontram um simples contraditório em suas afirmações, qualificando-as como razão instrumental (proposições cognitivo-instrumentais para fins estratégicos), justamente, para se auto-preservarem e, em contrapartida, obtêm muitas vezes o silêncio da Instituição Maçônica e seus membros.

Outro exemplo acha-se na hierarquia institucionalizada dos cargos maçônicos, sejam os líderes maiores (Grão-Mestres), ou somente aqueles das Lojas Maçônicas (Venerável Mestre ou Conselho de Mestres Instalados), quando não objetivam apenas o exemplo, a eficiência e a liderança, mas, de outro mo-

do, a imposição, controle, coerção e vaidade, convertem-se em tecnologias de controle e razão instrumental, como já estruturamos.

Assemelha-se a alegoria da Caverna, o preço daqueles que se arriscam a debater ou inovar em face de tudo isso é muito alto, quando não ao custo da sua própria extinção do grupo, já adormecido ou mesmo proativo em defesa do discurso dominante e racionalizante da razão instrumental no seio do grupo.

Muitos pensadores contemporâneos têm argumentado que a racionalização, na verdade falsamente assumida como progresso, tem de fato um impacto contundente na desumanização da sociedade, distanciando aqueles princípios subjetivos inicialmente pensados no Iluminismo. Como bem sugere o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, para quem a instrumentalização como manifestação da Modernidade pode estar intimamente ligada com os acontecimentos do Holocausto.

Bauman faz uma crítica a Modernidade, tal como a Escola de Frankfurt – embora destoe em perspectivas metodológicas, sustentando que o fatídico Holocausto não deve simplesmente ser considerado um evento de ódio na Alemanha Nazista. Ele argumenta, ao invés disso, que o morticínio deve ser encarado como uma ordem racional. Afinal, a razão instrumental da teoria da raça ariana, a divisão do trabalho em tarefas pormenorizadas, a consequente categorização taxonômica de diferentes espécies e a eficiência a todo custo foram fatores pontuais na ocorrência de mortes em escala industrial, como neste caso em particular. Para o sociólogo polonês, portanto, não houve no Holocausto nada impensado ou desarrazoado, muito pelo contrário, exemplificam, mais uma vez, um "longo processo social de racionalização" (GIDDENS, 2016, p.36; BAUMAN, 1998, p.121-123).

Em outras palavras, nesse mundo ilustrado, onde impera uma linguagem estratégica própria da razão estratégica, a consciência reificada pelo agir com respeito a fins é incapaz de romper com a ordem racional massificada, por medo ou poder, ela perpetua o seu paradigma instrumental (como veremos na Maçonaria), tal como um prisioneiro habituado na Caverna de Platão. Outra não haveria de ser a conclusão dos fundadores da Escola de Frankfurt: "o esclarecimento é totalitário" (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.19, 34-35).

Decerto, o diagnóstico dessa primeira geração frankfurtiana, representados por Adorno e Horkheimer, é permanentemente pessimista, sem a menor chance de retroceder no futuro, posto que para eles a

Modernidade encontra-se degradada e plenamente reificada, imersa numa linguagem instrumental já enraizada, cujo capital instrumental penetra e coloniza toda e qualquer tessitura social, inclusive a Maçonaria (EAGLETON, 1996, p.205).

3. Pensar o pensamento: a Razão Crítica, Substantiva ou Filosófica

Como vimos, se afastar da razão instrumental não é fácil, afinal a alienação racionalizante infiltra-se em nós desde nossos raciocínios primários, a qual somos profanamente educados e amadurecidos, emergindo-se como matriz hegemônica em nossa sociedade em defesa do discurso ou razão dominante, nas verdades absolutas, nos tabus e preconceitos deflagrados na coercitividade da relação social (2000, p.473).

Normalmente não nos é ensinado a questionar o produto racional apresentado. Na Instituição Maçônica isso é ainda melhor detectado, afinal, é unânime colocarmos os aprendizes e companheiros, recém ingressos, numa posição de completa subordinação a todo e qualquer pensamento racionalmente colocado, tanto por uma questão assinalada de hierarquia institucionalizada, de aprendizado da linguagem maçônica, como por julgá-los inábeis para ensinar aos demais, posto reservado somente aos mestres maçons, quando não aos mestres instalados, que, direta ou indiretamente, se utilizam destas tecnologias de controle ritualisticamente institucionalizadas.

Para Teoria Crítica o questionamento é fundamental para o despertar em prática de uma outra razão filosófica que poderá conduzir por diferentes caminhos daqueles já delineados, ou seja, me refiro à razão substantiva ou crítica:

(...) A crítica só é possível de um ponto de vista que permita questionar os componentes do conceito dominante da razão, sobretudo o contraste universal fixo entre a razão e a natureza. O conceito crítico de razão [substrato racional] não pode ser obtido [a partir] da auto-preservação da razão [dominante], mas apenas da dimensão mais profundamente arraigada de sua gênese a partir da natureza [conformação subjetiva da realidade] (BENHABIB, 1996, p.83).

Seyla Benhabib nos mostra que a reflexão da razão sobre as condições da sua efetivação significa um desvendar da sua genealogia, descobrindo a história subterrânea da relação entre razão e auto-

preservação, autonomia e dominação da natureza (Ibid., p.84).

Essa razão crítica, auto-reflexiva, conformada tanto social, como subjetivamente, no fundo é, como mencionamos, uma herança kantiana e reaproxima a ética da ciência. Trata-se de uma "força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro, e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social" (RAMOS, 1981 apud ISMAIL, 2016, p.163).

Em outras palavras, ela se faz presente quando o indivíduo pensa por si próprio, livre das amarras socioculturais e questiona a instrução que se lhe apresenta em favor do contraditório, confrontando-a racionalmente e preocupando-se com seus meios e fins, apresentando-se como uma força libertadora. Essa razão crítica é perfeitamente associada ao bem comum, a pensar o pensamento, a criticar a sociedade e cumprir fins eminentemente humanos. Todos os conceitos morais, frutos não de uma hipotética surrealidade, mas oriundos da racionalização propriamente, residem e se originam a priori nessa razão substantiva (RUSSELL, 2015, p.270; RUSH, 2008, p.36).

Em nosso objeto de análise, chama atenção certas proposições, como a emergência da Instituição Maçônica se apresentar como "elite estratégica", visando alcançar o poder e impor sua política em face da sociedade, julgando-se superiores e não iguais aos demais. No mais baixo dessas intenções, a elite estratégica objetiva influenciar a política e o governo do país, através dos influentes maçons inseridos na sociedade. Aliás, muitas vezes possuem a ousadia de citar o Iluminismo como sustentação discursiva (ISMAIL, 2016, p.64).

Isso não é apenas antimaçônico, por aviltar a razão maçônica – largamente ensaiada, como também é flagrantemente instrumental. Como bem leciona Adorno e Horkheimer, aparentemente referindo-se ao Nazismo, ao transpor uma minoria no poder, claramente visando algum tipo de consecução estratégica e subordinação dos demais, ela se exterioriza em completa auto-preservação do seu paradigma racional dominante (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.38).

De plano, ao lançarmos o contraditório em face da "elite estratégica maçônica", nos defrontamos com os ideais democráticos e participativos da sociedade, que a própria Maçonaria legou, refletindo, com efeito, a proposição instrumental e solapando-a em consequência da sua não permeação social. Por essas e outras evidências que a razão crítica se apresenta como uma força libertadora.

Todavia, muito embora essa mesma força libertadora forneça alguma esperança em torno da e-

pistemologia do conhecimento, como outrora sustentado, a primeira geração de frankfurtianos já não acreditava na razão ou qualquer tentativa de utilizá-la para emancipar o homem da auto-preservação instrumental já enraizada estruturalmente por toda vida social, pois, convencidos que a única conseqüência desse caminho seria o trágico fim do habitante que tentou sair da "Caverna de Platão", pessimismo agravado por eles ao presenciarem a deflagração da segunda guerra mundial (BENHABIB, 1996, p.70 e 80-82).

Enaltecendo ainda mais a derrocada do Esclarecimento ou mesmo da razão centrada no sujeito (razão crítica), Jurgen Habermas, o mais proeminente discípulo de Adorno e representante da segunda geração de Frankfurt, sinaliza uma eficaz alternativa epistemológica rumo a um resgate idealista da emancipação.⁵ Por meio do diálogo e do debate entre todos os prisioneiros, eles podem alcançar essa libertação: juntos (ISMAIL, 2016, p.184).

4. Uma sociedade de emancipados: uma intersubjetividade entre a Razão Comunicativa e a Razão Maçônica

Para além de pensar o pensamento, doravante contaminado pelo agir instrumental, Habermas com otimismo chama atenção para a possibilidade de haver todo um sistema discursivo que de alguma forma acabou sendo deturpado ou distanciado dos sujeitos na construção do conhecimento. De certa forma, ele resgata o idealismo kantiano, sem prejuízo em aprimorá-lo com seu conceito de razão comunicativa, ao introduzir uma racionalização para além da "razão centrada no sujeito" e, não obstante, ultrapassar o idealismo alemão ao anunciar uma "razão centrada no diálogo" em um projeto filosófico para a Modernidade (2000, p.473).

Uma vez que o ser humano é um ser de linguagem, visto que a própria usual comunicação é conduzida para sua intercompreensão diária e esse fato da natureza embasa toda vida social, sem a qual não haveria existência e identidade, Habermas observa nas mais cotidianas interações a manifestação de uma comunicação orientada para o entendimento e a profícua sobrevivência da razão nesse sentido (Ibid., p.164-166).

Com isso rompe com a primeira geração de

frankfurtianos, sobretudo com a epistemologia do sujeito, isto é, da racionalização a partir do indivíduo, quando postula uma conversão na racionalização orientada para a intersubjetividade – para um "agir comunicativo". Destarte, não era o conceito de razão da Modernidade que precisava ser enterrado, como também gostaria o pós-estruturalismo, mas as distorções discursivas ocasionadas pela razão centrada no sujeito. A mesma razão, pondera Habermas, que serve a reificação humana, é a mesma edificante que lança as bases da sociedade contemporânea (HANSSEN, 2008, p.329).

Como vimos acima, nossa existência social está estruturada mediante regras próprias a uma comunicação, operando-se de maneira simétrica, não violenta, segundo uma lógica argumentativa, cooperativa e que a categoria de atividade comunicativa é central no desenvolvimento dessa complexidade social. Posto que um indivíduo solitário não terá como agir comunicativamente, ou racionalizar alguma coisa, sua existência e identidade surgem quando ele se define e atua enquanto agente social (GIDDENS, 2016, p.223).

Habermas verifica a socialização na origem da produção do conhecimento, uma vez que é o início, meio e fim da racionalização. Assim, inserido socialmente, o sujeito apenas pode atingir sua consecução se intersubjetivamente se colocar em interação com seus interlocutores, ou seja, a razão comunicativa que impulsiona o ser pensante para uma produção do conhecimento, não apenas preocupada com fins, como outrora subscrito, mas da origem ao fim decidida com a inter-relação racional, promovendo a compreensão e conseqüentemente uma autorreflexão entre os sujeitos (2000, p.166).

Infelizmente, nossa usual razão é com muita frequência nublada pelo viés pessoal (filosofia do sujeito), na contramão da razão maçônica de igualdade e fraternidade. Outrossim, a verdade centrada na comunicação (filosofia comunicativa), por contraste, mitiga os vieses parciais sem sacrificar a especificidade prescritiva, encorajando-os a raciocinar e discutir juntos e a convencionar a razão, sem prejuízo do seu posterior reequacionamento, na toada sinalizada pelo agir comunicativo. Como bem exemplifica o retrato de uma reunião ritualística das Lojas Maçônicas.

Outrossim, os críticos da razão comunicativa,

⁵ A forte crítica de Habermas à primeira geração de Frankfurt se justifica, também, pela ruptura com os dilemas da "filosofia da autonegação" para com a Modernidade, numa latente "reificação da consciência". Outrossim, como sinalizaremos no item seguinte, Habermas procurou basear sua nova teoria da sociedade em uma concepção de racionalidade comunicativa que foi enriquecida pela perspectiva pragmática da filosofia analítica, onde reabilita a razão por meio de uma adesão ao paradigma do mútuo entendimento e da ação comunicativa, inova ao romper com a epistemologia do sujeito-objeto e promover um olhar a partir do sujeito-sujeito (HANSSEN, 2008).

especialmente o pós-estruturalismo francês, sustentam que tal abordagem habermasiana é avaliada como uma abstração idealista, levando-se suspeitas de uma refinada racionalidade puramente comunicativa, supostamente isenta das patologias econômicas, sociais e políticas da sociedade (como também suspeitavam os primeiros frankfurtianos) (RUSH, 2008, p.26).

Na verdade, para Jurgen Habermas quando se obtém uma socialização isenta de normas, como ocorre hoje em dia, onde o indivíduo se vê imerso numa linguagem puramente instrumental, que absorve a supervalorização do capital da vida humana,⁶ tais patologias não subjazem num campo predominante da razão comunicativa, visto que nesse ambiente comunicativo os sujeitos não querem impor seus enunciados, mas alavancar um mútuo esclarecimento. Para ele é claro, ao opor a consciência reificada a exigência de normas de socialização, bem como normas de enunciados em pé de igualdades (2000, p.484 e 487).

Neste caso, não há exemplo mais apropriado que Habermas quer dizer do que a Instituição Maçônica. Seus procedimentos formais sobrepõem aos participantes critérios e exigências ritualísticas que blindam a imposição de uma razão destoante ou aviltante face a razão maçônica, permitindo aos membros uma socialização aos respectivos princípios discursivos, bem como uma discussão e enunciação preenchidos por esses mesmos princípios, epigrafados em nossa introdução.

Não obstante as críticas em torno da intersubjetividade, ela não seria uma relação isenta de conflitos e diferenças, inobstante é um espaço de constante reequacionamento, visto que sua força reside nessa inter-relação, na reiterada prática do melhor argumento e no seu amadurecimento enquanto método de agir, sem prejuízo das problemáticas enraizadas na conduta humana que inseridas genericamente não solapam o agir comunicativo:

Horkheimer e Adorno, assim como Foucault, descrevem esse processo de sobrecarga do sujeito e de uma subjetividade autorreificadora como um processo histórico mundial. Mas ambos os lados deixaram de ver sua profunda ironia, que consiste no fato de que o potencial comunicativo da razão tinha primeiro de ser liberado nos padrões de mundos-da-vida mo-

dernos, antes que os imperativos irrestritos dos subsistemas econômicos e administrativos [mercado e Estado] pudessem reagir sobre a prática vulnerável da vida cotidiana e pudessem assim promover a dimensão instrumental cognitiva para a dominação sobre os momentos suprimidos da razão prática. O potencial comunicativo da razão foi simultaneamente desenvolvido e distorcido no decurso da modernização capitalista (HABERMAS, 2000, p.438-439).

Entendo por agir comunicativo uma interação mediada simbolicamente. (...) Seu sentido objetivo na comunicação mediada pela linguagem corrente. Enquanto a vigência das regras técnicas e das estratégias [razão instrumental] depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas [materialmente], a vigência das normas sociais [da razão comunicativa] é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações [universalidade racional] (HABERMAS, 1983, p.321).

A razão comunicativa é a fórmula que permitiria aos prisioneiros da Caverna descobrirem juntos a luz que os orienta para fora da prisão insulada, afinal havendo consenso, gradual e contínuo envolvimento, os sujeitos aprisionados ao mesmo tempo absorvem o necessário amadurecimento de uma racionalização intersubjetiva necessária à sua conjunta libertação.

Decerto que apoiado em sua sublime razão que a Instituição Maçônica, com seus referidos procedimentos formais e éticos, afasta os imperativos dos subsistemas, como constata-se no processo de admissão de iniciandos, que independentemente de potências ou ritos maçônicos, ingressam simbolicamente despido de metais e determinados valores instrumentais para ser induzidos a prática da virtude e dos bons costumes. Ou mesmo o tratamento aberto de comunicação, que, oportunamente em suas reuniões (palavra ao bem da ordem), é livremente concedida a todos os membros para que possam expressar suas opiniões.

No momento em que o maçom se propõe a combater a tirania, a ignorância, os preconceitos e os

⁶ Para Karl Marx, que vislumbrou esse mesmo cenário, não há outra forma para corrigir a estratificação experimentada e suas discrepâncias a não ser a práxis revolucionária. Porém, para Habermas, o paradigma da intersubjetividade, ou seja, a valorização da razão construída, debatida e afirmada no interior da Esfera Pública solapa a colonização desse espaço vital, onde, no todo, não impera uma práxis instrumental, pois predomina a integração social e a razão comunicativa entre os sujeitos inseridos, sem prejuízo de eventuais distensões que desencadeiam efeitos patológicos colaterais, embora incidentais.

erros, conforme dialogam seus rituais (GLMEES, 2010, p.27), e com esses fins promove uma dialética comunicação onde não pairam valores instrumentais num campo predominantemente comunicativo, a Instituição realiza, plenamente, os ideais do agir centrado na comunicação. Assim que, por todo canto, vemos uma perfeita inter-relação estrutural entre a razão maçônica e a teoria do agir comunicativo de Habermas.

Para esse frankfurtiano a desumanização e patologias oriundas da razão instrumental como reflexos da razão centrada no indivíduo que, como vistos no caso maçônico, perdem substancias se confrontados com uma razão centrada na comunicação entre os sujeitos. Em nosso campo de análise, os valores instrumentais não conseguem colonizar os pressupostos maçônicos interiorizados no âmbito da Instituição que, desta feita, acaba construindo um campo ou palco para proliferação da sua razão comunicativa.

Esse espaço, em tese permeado pela linguagem comunicativa, estabelecido normas de uma socialização valorativamente maçônica, solapa os imperativos instrumentais, a exemplo dos próprios tabus maçônicos, onde baseados em um agir orientado para o entendimento, por consequência, traça um campo essencial para reverberação das ideias e sua livre comunicação, aliás como já demonstramos em Kant, "uma arena para pensadores" onde a razão comunicativa concorre na formação da opinião e na atomização de ideias (KANT, 2006, p.85; GIDDENS, 2016, p.219).

Nesse lugar de discussões formais e informais (assembleias, parlamentos, associações), situando-se entre a Sociedade Civil e o Estado, Habermas denomina de "Esfera Pública":

Nas esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade são [procedimentalmente ou ritualisticamente] institucionalizados e, por mais especializados que possam ser, estão orientados para a difusão e à interpenetração. (...) Devem suas estruturas discursivas a uma tendência universalista dificilmente dissimulada. Todas as esferas públicas [mesmo] parciais remetem a uma esfera pública abrangente em que a sociedade em seu todo desenvolve um saber de si mesma (2000, p.500).

O próprio frankfurtiano faz menção direta dessa característica na Maçonaria, ao mencionar seu relevante papel como palco de discussão das ideias iluministas:

A promulgação secreta do iluminismo, típica das Lojas, mas também amplamente praticada por outras associações e Tisclzgesellschaften, tinha um caráter dialético. Razão pela qual o uso público da faculdade racional a ser realizado na comunicação racional de um público composto por seres humanos cultos, em si precisava ser protegido de se tornar público porque era uma ameaça para todas e qualquer relações de dominação. Enquanto a publicidade tinha a sua sede nas chancelarias secretas do príncipe, a razão não podia revelar-se diretamente. Sua esfera de publicidade ainda tinha que confiar no sigilo; seu público, até mesmo como um público, permaneceu interno. A luz da razão, assim velada de autoproteção, foi revelada em etapas. Isso lembra a famosa declaração de Lessing sobre a Maçonaria, que na época era um fenômeno europeu mais amplo: ela era tão antiga quanto a sociedade burguesa – "se de fato a sociedade burguesa não é apenas a prole de Maçonaria" (HABERMAS, 2014, p.148-149).

Com efeito, bem ilustra a estrutura comunicativa na Instituição Maçônica, que, como ensaiado, objetiva o ideal de uma vida moral e ética, bem como a igualdade entre os membros, onde não prevaleceria internamente, nos dizeres habermasianos, outra racionalização, ou imperativos, que não aqueles reiteradamente praticados na Maçonaria, qual seja, a razão comunicativa.

Como alternativa em face da instrumentalização nas Lojas Maçônicas, a razão comunicativa se apresenta como ingrediente indispensável no combate de tabus maçônicos, sejam eles antimaçônicos ou mesmo maçônicos, das proposições estratégicas ou tecnologias de controle, sempre na intenção do questionamento e efetivo esclarecimento em favor da constante busca da verdade. No caso dos tabus antimaçônicos, ao contrario de receberem o automático silêncio, devem ser objeto de constante análise pelas Lojas Maçônicas, abertas ao público, no sentido apregoado pelo agir comunicativo, privilegiando justamente a razão maçônica de persecução da verdade e do conhecimento, nesta hipótese, perfazendo uma Esfera Pública.

A razão centrada no entendimento, independente de hierarquia e cargos maçônicos, reverbera sua consecução, que afasta a incidência instrumental da tecnologia de controle e poder baseados na razão prescrita pelo sujeito que, na perfeita aplicação comunicativa, passariam a ser vistos como alienígenas do ambiente maçônico. A grande vantagem do en-

contro de uma razão sensivelmente elevada, como é a razão maçônica, e uma Esfera Pública, como são as Lojas Maçônicas, são estas recíprocas complementariedades, na qual a reprodução do agir comunicativo com o respectivo espaço para disseminação de ideias resulta numa cadeia interativa reprodutora frente a instrumentalidades. Ao propor adeptos selecionados, sensíveis ao debate, em prol de uma racionalidade despida de instrumentos, conforme orienta os rituais maçônicos, a Maçonaria atinge a exploração da Esfera Pública que lhe é peculiar, promovendo o conhecimento e o questionamento, num claro uso da razão comunicativa.

5. Considerações Finais

Como vimos ao evidenciarmos as características da razão maçônica do debate, do princípio de igualdade, sua finalidade social, seus princípios de liberdade de pensamento e pluralismo de ideais, além da moral e ética social, por consequência, também estaremos racionalizando no horizonte apregoado de uma razão comunicativa (HODAPP, 2015, p.13; COIL, BROWN, 1961, p.159). Na medida em que sustenta uma assembleia de pensadores e estes discutem contínua e dialeticamente em torno da constante procura da verdade, a Instituição indiscutivelmente converte-se em Esfera Pública para promoção dessa mesma razão comunicativa que sabotava eventual colonização instrumental desse espaço vital (HABERMAS, 2014, p.148).

Com efeito, ao promover uma razão centrada no diálogo, no mútuo entendimento e no consenso entre os irmãos, a razão maçônica se equipara a teoria do agir comunicativo de Habermas. Nesse contexto, enquanto Maçons, aprendemos a conviver uns com os outros como irmãos, mesmo eventualmente discordando em questões religiosas, políticas e sociais. O que nos une não são nossas diferenças, mas sim o que temos em comum, o ardente desejo de nos aprimorarmos enquanto seres imperfeitos e individualmente, ou em grupo, colaborarmos para tornar feliz a humanidade. Portanto, devemos exercitar nossas faculdades cognitivo-rationais no horizonte intersubjetivo, fortalecendo a pesquisa e tornando a Esfera Maçônica o palco de importantes discussões (ISMAIL, 2016, p.165).

Confrontando as críticas aduzidas ao idealismo comunicativo, por contraste, percebemos a ambiguidade dos imperativos da razão na Modernidade, opondo os subsistemas de um lado a Economia organizada sob forma de Mercado, e do outro o Estado racional, que se autonomizam em relação ao "mundo social", ou Esfera Maçônica, onde prevalecem outros

capitais e valores que são os ditames de um agir comunicativo, afinal o sistema obtém sua circunferência essencial de ação e nele sua própria epistemologia racional de entendimento, confrontando aos imperativos instrumentais os seus próprios imperativos e linguagens comunicativas. No entanto, embora ignorado pela primeira geração, Habermas observa a emergência de Esferas Públicas na Modernidade (espaços para pender a balança "instrumental vs comunicativa/crítica"), como a própria Esfera Maçônica – ensaiada neste artigo. Nestas Esferas Públicas, arenas da razão comunicativa, suas reverberações não se encerram no melhor argumento, mas na contínua busca da verdade sobre seu enunciado discursivo, legando a Modernidade sua necessária emancipação (HABERMAS, 2000, p.484).

Como exposto no último capítulo, ao depurarmos uma racionalização sob a égide de uma razão centrada na comunicação, proposições como "elite estratégica" novamente tendem a obter um choque de realidade e calcinar sua instrumentalidade que apontariam seu caráter segregacionista e instrumental. Pois é isto que a razão comunicativa faz, converte tabus em análises e estatísticas na missão de disseminar a luz e o conhecimento. Com a mesma semelhança do que descrevemos sobre a razão maçônica, a razão comunicativa, por sua vez, não prescreve o que a verdade é, mas pugna pela sua permanente procura, sem prejuízo de uma reanálise e questionamento, com a mesma lucidez da sublime razão maçônica:

Maçonaria, em seu sentido mais amplo e abrangente, é um sistema de moralidade e ética social, e uma filosofia de vida, de caráter simples e fundamental, incorporando um humanismo amplo e, embora tratando a vida como uma experiência prática, subordina o material ao espiritual; é moral, mas não farisaica; exige sanidade em vez de santidade; é tolerante, mas não indiferente; **busca a verdade, mas não define a verdade; incentiva seus adeptos a pensar, mas não diz a eles o que pensar;** que despreza a ignorância, mas não reprova o ignorante; que promove a educação, mas não propõe nenhum currículo; (...) é moderada, universal e liberal quanto a permitir que cada indivíduo forme e expresse sua própria opinião, mesmo sobre o que a Maçonaria é, ou deveria ser, e convida-o a melhorá-la, se puder (COIL, BROWN, 1961, p.159) [negrito nosso].

Os ideais da razão, ao invés da sua descrença, aproximam as razões comunicativa e maçônica. Ape-

sar dos extensos esforços de Habermas, nunca houve uma sociedade baseada exclusivamente na busca do consenso e da concordância, salvo apenas uma: a Instituição Maçônica. Longe de Habermas ou da própria Maçonaria ousarem apenas o paraíso e a concórdia em seus respectivos campos essenciais de ação, afastando as contradições que pairam na sociedade, não obstante, como vimos, almejam tão somente sua contínua busca e objetivo, como um projeto inacabado para a Modernidade, a fim de promover a luz e a libertação dos prisioneiros da razão instrumental por intermédio da intersubjetividade, por um humanismo racional em uma sociedade de emancipados.

6. Referências

- ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BENHABIB, S. A crítica da razão instrumental. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981 apud ISMAIL, K. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- COIL, H. W; BROWN, W. *Coil's Masonic Encyclopedia*. New York: Macoy, 1961.
- EAGLETON, T. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- GIDDENS, A. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Unesp, 2016.
- GLMEES. *Ritual do grau de aprendiz-maçom*. Vitória: GLMEES, 2010.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp, 2014.
- _____. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: *Textos escolhidos: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jurgen Habermas*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HANSEN, B. A Teoria Crítica e o pós-estruturalismo: Habermas e Foucault. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- HODAPP, C. *Maçonaria para leigos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.
- ISMAIL, K. *O líder maçom: como a maçonaria tem formado líderes nos últimos séculos e colaborado para a felicidade da humanidade*. Londrina: A Trolha, 2014.
- _____. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- KANT, I. O que é o Iluminismo? In: WEFFORT, F. *Os clássicos da política*. Vol. II. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. The Metaphysical Elements of Justice; Part I of the Metaphysics of Morals. 2nd ed. Tradução: John Ladd. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1999 apud ISMAIL, K. *Maçonaria & Iluminismo*. Brasília: 2012. Disponível em: <http://noesquadro.com.br/historia/maconaria-iluminismo>; Acesso em: 06/05/2017.
- MANNION, J. *O livro completo da filosofia*. 6.ed. São Paulo: Madras, 2010.
- RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações, uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981 apud ISMAIL, K. *Debatendo tabus maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- ROBERTS, J. A dialética do esclarecimento. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- RUSH, F. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. In: RUSH, F. (Org). *Teoria Crítica*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2008.
- RUSSELL, B. *História da filosofia ocidental III*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2015.
- ZELDIS, L., Illustrated by Symbols. New York, NY: *Philalethes*, The Journal of Masonic Research & Letters, Vol. 64, No. 02, 2011.

O MAÇOM E O TRÂNSITO: políticas públicas interna corporis como ferramental aplicado a mudanças na realidade do trânsito brasileiro

(THE MAÇOM AND THE TRAFFIC: internal public policies as a tool applied to changes in the reality of Brazilian traffic)

Jorge Amaral dos Santos ¹

Resumo

O trabalho retrata algumas características comportamentais do Homem maçom frente à realidade social em que habita – ethos maçônico -, e a atual situação do trânsito brasileiro com vistas à problemática da accidentalidade, sugerindo políticas interna corporis de engajamento individual e coletivo como meio de participação institucional atuante para mudanças desse contexto sócio-brasileiro e mundial.

Palavras-chaves: maçonaria; políticas públicas; trânsito.

Abstract

The work portrays some behavioral characteristics of the Masonic Man in front of the social reality in which He lives - Masonic ethos -, and the current situation of Brazilian traffic with a view to the problem of accidentality, suggesting internal policies of individual and collective engagement as a means of active institutional participation for changes in this socio-Brazilian and world context.

Keywords: freemasonry; public policy; traffic.

¹ Policial Rodoviário Federal - Graduado em Direito, especialista em Direito Público, especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal, Mestre em Direito - Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC. E-mail: j.amaral2007@gmail.com

1. Introdução

A Maçonaria é uma instituição social formada por pessoas que trabalham, como construtores sociais, para o aperfeiçoamento da humanidade. Para tanto, utiliza-se de uma metodologia de ensino pautada na liturgia, ritualística e simbologia. Historicamente, a Maçonaria esteve à frente, atuante e participativa, mesmo que de forma discreta, das grandes discussões e conflitos que assolaram a humanidade. Nestes dias atuais de pós-modernidade a sociedade vive uma tragédia silenciosa, lenta e mortal denominada acidentes de trânsito. Essa realidade permeia o cotidiano dos indivíduos que, em algum momento, irão se utilizar da via pública para se movimentar, ou seja, está presente na vida da maioria das pessoas. Apresentaremos essa realidade, que é verificada sob a ótica de seu custo social – onde um acidente fatal de trânsito ultrapassa o custo de meio milhão de reais - para, em seguimento, discorrer sobre metodologia de trabalho intelectual aplicado aos quadros maçônicos. Por fim, sugerir a construção/aplicação de políticas públicas interna corporis da Maçonaria, com a finalidade de chamar a atenção dos seus integrantes para essa realidade, de modo a contribuir significativamente no combate dessa chaga social.

2. O ethos maçônico: breves observações a respeito do homem maçom

A Maçonaria é um movimento filosófico, educativo, filantrópico e progressista que adota a investigação da Verdade, em regime de plena liberdade. Ela é, portanto, uma sociedade formada por livres pensadores, amantes da cultura moral (FREIRE, 2000). Nesse alinhavar, a Ordem Maçônica é, ainda, uma autêntica escola de iniciação moral, cultural e espiritual, que prepara seus adeptos tanto para uma nobre vida terrena e social, como para entrar num alto e esclarecido estado de consciência em sua futura vida ultraterrena, terminado que haja o seu ciclo de aprendizagem e atividade neste mundo (LEADBEATER, 2011).

Conforme o pensamento de d'Olivet (2004), se chega ao conhecimento da verdade pela prática das virtudes, e o homem regenerado se eleva por degraus do conhecimento de si ao conhecimento do Universo; do conhecimento do Universo àquele do Ser dos Seres. Assim, o Maçom, de posse do território onde se encontram escondidas as jóias do saber, deve elevar-se e verdadeiramente se elevará, por sobre os escombros do tempo e colocar-se frente a frente aos Sábios, e dizer "Eu sou quem sou". A Maçonaria em sua mais pura concepção exige de seus iniciados a busca constante de seu aperfeiçoamento moral, intelectual e de tolerância (SILVEIRA, 1995). Em termos de

coletividade, em um olhar voltado para o social e sentimento de "espírito de corpo" institucional, Menezes (2014) infere que os maçons se unem conscientemente e abraçam um ideal e, através de troca de experiências e sentimentos, cultivam a estima, a confiança e amizade com afeto e sinceridade, compondo uma família feliz e harmoniosa, com grande elevação espiritual.

Entretanto, Righetto (1997) ressalva que o Homem é um ser ignorado pelo próprio Homem. Não conhece a si mesmo. Vive-se na ilusão de que os povos encontrarão a felicidade sem uma radical transformação das mentalidades. A Maçonaria, adverte Righetto, necessita formar verdadeiros iniciados: isso não é apenas formar homens de bem, mas sobre tudo Homens de profundidade, homens com a coragem de abandonar seus interesses e caprichos pessoais para abraçar algo mais que um ideal, porque esse é verdadeiramente o dever do Homem que compreende a verdade.

Nos tempos atuais, onde o tecido social se revela utilitarista e com alto grau de vaidade e egoísmo, em que cada vivente tem seu pensamento em razão de seus interesses mais próximos e de os que lhes pertencem, realmente é de difícil compreensão que possa haver pessoas que estejam constantemente em atividade em benefício de terceiros com quem não possuem nenhuma ligação, muitas vezes desconhecidos, sem que tal atividade lhes proporcione qualquer recompensa, a não ser a certeza do dever cumprido com os seus postulados (SILVEIRA, 1995).

Conforme o pensamento de Leal (2014), uma das grandes problemáticas a ser solucionada no âmbito da teoria política e jurídica moderna desde sempre é como dominar a natureza humana para que ela não se apresente mais de forma ameaçadora a sua espécie, surgindo então o Direito como instrumento regulatório desta mesma natureza. Dessa forma, a lei surge por uma necessidade de regulamentação do comportamento social, contendo as tradições, os costumes e a orientação filosófica e política do momento. O poder de legislar cabe ao Legislativo; ao Executivo, o seu cumprimento e observância. Toda lei deve ser clara, compreensível, moral e ética. As leis maçônicas em nada diferem das leis civis e comuns, observando apenas a tradição histórica. As Constituições são as "leis maiores" e podem, periodicamente, ser alteradas para adaptar-se às necessidades que surgem com a transformação da sociedade (DA CAMINO, 2014).

Assim, a compreensão da missão da Ordem inscreve a Maçonaria na condição de promotora do processo civilizatório e de instituição a serviço da humanidade, nos mesmos moldes de outras instituições

existentes, tais como escolas, universidades, igrejas, institutos de pesquisa e tantas outras. O objetivo específico, porém, de libertar o espírito das ilusões que o enganam e potencializar a competência cognitiva superior preconizada no projeto humano implica projeto de domínio pleno do ato de pensar, de modo a torná-lo um ato metódico, plenamente formalizado (RODRIGUES, 1999).

Estas breves observações a respeito da Instituição Maçonaria e de como se comportam e agem (ou deveriam agir) os membros de seus quadros, traduzem claramente (de forma ampla) a importância da instituição como construtora na promoção do bem comum e da paz social junto às comunidades em que está inserida, o que se revela como um instrumento eficaz no trabalho de tratamento a uma mazela social específica, a acidentalidade no trânsito.

3. A acidentalidade no trânsito brasileiro

A modernidade e o progresso social construíram um sistema de movimento de pessoas e mercadorias fundado na dualidade espaço/tempo: o Sistema Trânsito – movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres. Esse Sistema traz consigo um importante óbice - os acidentes de trânsito - que têm, dentre suas muitas causas, o uso indevido das tecnologias utilizadas pelo homem. No mundo 1,24 milhão de pessoas morrem no trânsito anualmente, representando mais de 3.400 mortes a cada dia, o que gera, também um exército entre 20 a 50 milhões de sobreviventes com traumatismos e sequelas. Jovens adultos com idade entre 15 e 44 anos representam 59% das mortes no trânsito e 92% dos acidentes ocorreram em países em desenvolvimento, os quais representam apenas 48% da frota mundial de veículos. O custo global desses acidentes gira em torno de US\$ 518 milhões/ano (OMS, 2009).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta os cinco principais fatores de risco para mortalidade no trânsito: beber e dirigir; excesso de velocidade; não usar o capacete; não usar cinto de segurança; e ausência de equipamentos de segurança para crianças. Em 2010 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Década de Ação para Segurança Viária 2011-2020, com a adesão de 182 países e com objetivo de reduzir a mortalidade no trânsito em 50% ao final desse período.

O Relatório de Pesquisa Sobre Acidentes de Trânsito nas Rodovias Federais Brasileiras (2015) apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) revela que os acidentes de trânsito no Brasil são responsáveis pela morte de, aproximadamente, 43 mil

pessoas por ano, o que representa uma das principais causas de morte no país. A malha rodoviária federal brasileira é em torno de 71 mil quilômetros e o registro dos acidentes que ocorrem nessas vias é feito pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Esses sinistros são classificados como: acidentes fatais (onde ocorre pelo menos uma morte); acidentes com vítimas (onde há pelo menos uma pessoa ferida); e acidentes sem vítimas (aqueles onde ocorrem apenas danos materiais). No ano de 2014 ocorreram 169.163 acidentes nessas rodovias federais, resultando na morte de 8.227 pessoas e cerca de 100 mil feridos. Considerando as vias públicas em sua totalidade (vias federais, estaduais e municipais), no ano de 2014 mais de 596 mil vítimas de acidentes de trânsito receberam indenização do seguro DPVAT por Invalidez Permanente.

Conforme o Relatório de Pesquisa IPEA/PRF (2015, p. 11), as principais causas dos acidentes fatais foram: a) "falta de atenção" em 20,3% dos casos; b) "velocidade incompatível" é causa em 13,1%; c) "ultrapassagem indevida" em 7,8%; d) "ingestão de álcool" em 6,5%; e) "desobediência à sinalização" em 5,6%; f) "dormindo", em 3,8%; g) "não guardar distância de segurança", 1,4%; h) "defeito na via", 1,2%; i) "defeito mecânico em veículo", 1,9%; j) "animais na pista", 1,3%; k) "outras causas", 37,1%.

Por esses dados, pode-se verificar que em apenas 4,4% dos acidentes (defeito na via, defeito mecânico do veículo e animais na pista) não se atribui a responsabilidade direta do condutor. Assim, além dos traumas causados às vítimas e aos familiares, traumas estes não passíveis de mensuração monetária, os acidentes de trânsito representam altos custos para toda a sociedade. Conforme o Relatório IPEA/PRF (2015) os componentes de custos associados às pessoas são: pré-hospitalares, hospitalares, pós-hospitalares, perda de produção, e remoção; os componentes de custos associados aos veículos são: remoção/pátio, danos materiais, perda de carga; e os componentes de custos institucionais e danos patrimoniais são: atendimento e danos materiais. Assim, os quase 170 mil acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias federais brasileiras no ano de 2014 geraram um custo para a sociedade de R\$ 12,3 bilhões, sendo que 64,7% desses custos estavam associados às vítimas dos acidentes, como cuidados com a saúde e perda de produção devido às lesões ou morte, e 34,7% estavam associados aos veículos, como danos materiais e perda de cargas, além dos procedimentos de remoção dos veículos acidentados. O quadro a seguir demonstra os valores referidos no Relatório de Pesquisa:

Quadro 1: Custo total e médio por gravidade de acidente – rodovias federais brasileiras (2014)

Gravidade do acidente	Quantidade de acidentes	Custo total (R\$)	Custo médio (R\$)
Com fatalidade	6.742	4.360.475.739	646.762,94
Com vítimas	62.458	5.632.631.496	90.182,71
Sem vítimas	99.953	2.305.213.306	23.062,97
Total	169.153	12.298.320.541	72.705,31

Fonte: IPEA, Denatran e ANTP (2006), com atualização da base de acidentes da PRF (2014). Elaboração dos autores. Valores referentes ao mês de dezembro de 2014.

Analisando os custos separadamente, verifica-se que o maior valor estimado é referente à perda de produção das pessoas (43%), ou seja, quanto de renda uma vítima de trânsito deixa de auferir tanto ao longo do período em que esteja afastada das atividades econômicas quanto, no caso de morte, em relação a sua expectativa de vida. Os impactos da perda de produção recaem sobre a previdência social e também sobre a família, em função de seu empobrecimento. O segundo maior custo é o dano veicular, representando cerca de 30% do total, seguido dos custos hospitalares (20%). Ainda de acordo com o Relatório de Pesquisa, os custos dos acidentes nas rodovias estaduais e municipais se encontram numa faixa de R\$ 24,8 bilhões a R\$ 30,5 bilhões no ano de 2014, ficando o custo total dos acidentes de trânsito no Brasil (ano de 2014) em torno de R\$ 40 bilhões por ano.

Em análise histórica da acidentalidade no trânsito brasileiro verifica-se que desde meados da década de 1980 os índices de acidentes têm aumentado – as causas desse aumento podem ser verificadas como aumento da frota; legislação inadequada; crescimento e desenvolvimento da nação, entre outros - mesmo com todo o arcabouço legal, o aparato publicitário, pedagógico e fiscalizatório atuante na realidade nacional.

Em seguimento, serão traçadas algumas considerações sobre a motivação que conduz o motorista a infringir a Norma de trânsito, de modo a estabelecer uma possibilidade de ligação entre o referencial cognitivo (Rodrigues, 1999) – metodologia de ensino trabalhada com vistas ao aprimoramento de conduta social ética e de elevada moral, notadamente no sentido de obediência às leis – e a conduta desregrada, irregular, perigosa e irresponsável do infrator de trânsito.

4. As leis de trânsito. A (des)obediência à norma

O porquê da desobediência à regra de trânsito? Os dados apresentados apontam uma média anual de mais de 43 mil mortes no trânsito brasileiro. O fator humano (motorista) foi o grande responsável pela quase totalidade desses acidentes, pois em apenas 4,4% deles (defeito na via, defeito mecânico do veículo e animais na pista) não se pode imputar a responsabilidade direta do condutor do veículo (RELATÓRIO IPEA/PRF 2015).

Assim, em uma primeira assertiva, parece que não há, de forma latente na consciência do motorista, a possibilidade de um potencial sancionador da conduta irregular (infração de trânsito). Esse potencial sancionador se caracteriza pela presença ou “sensação da presença” de algum agente do Estado ou mecanismo de controle (lombadas eletrônicas, “pardais, radares, etc.) que possa verificar a conduta irregular do motorista (o não uso do cinto de segurança, o capacete em motociclistas, transporte inadequado de crianças, estado de manutenção do veículo, excessos de velocidade, uso de aparelho celular e outras). Consoante o entendimento de Da Mata (2010) essa é uma problemática diretamente ligada ao viés educacional, pois diz respeito ao fato de obedecer à regra pelo simples fato de ser uma conduta ética, e não pelo propósito de que a desobediência poderá acarretar sancionamentos diversos.

Ainda, parece não estar presente de forma latente na consciência do motorista, a real periculosidade de seu ato/gesto irregular (infração de trânsito) para sua própria segurança aproximada e dos outros usuários do sistema trânsito (o excesso de velocidade, uso do aparelho celular ao dirigir, avançar no sinal vermelho do semáforo, etc.) quanto ao envolvimento em um acidente de trânsito.

Considera-se também, que exista de forma premente na consciência do motorista um pensamento intencional mais importante (pressa, compromissos futuros, segurança no dirigir, segurança no veículo que conduz, condições da via, condições ambientais), que “impulsione e justifique” sua conduta de agir em desconformidade, como por exemplo o motorista que transita em alta velocidade, ou ainda aquele profissional transportador de cargas ou passageiros que dirige durante muitas horas sem descanso e, para tanto, faz uso de substâncias psicoativas para manter-se acordado e dirigindo. Nesse sentido Leal (2010) aduz que a tradição liberal, pela via do mercado globalizado e instantâneo, impõe ao indivíduo enquanto cidadão um leque de “necessidades” artificiais com vistas à afirmação de uma conduta consu-

mista - pautada no consumo de bens nem tão necessários ao seu existir – tornando-o um mero sujeito de consumo, alienado e sem qualquer identidade coletiva e comunitária.

Ainda, o consumo de álcool ou outras substâncias psicoativas (medicamentos e drogas ilícitas) combinado com o ato de dirigir. Alvo, nos últimos anos, de intensa campanha governamental e esforços da sociedade organizada, inclusive com reformulação da lei de trânsito nesse sentido, mas que ainda é causa de significativa parcela das mortes no trânsito (PECHANSKY, 2014).

Nessa direção, verificou-se que a segurança viária se reveste de tamanha importância na vida em sociedade que recentemente foi elevada ao patamar de direito fundamental protegido constitucionalmente. A Emenda Constitucional nº 82/2014 incluiu o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal brasileira para disciplinar a segurança viária no trânsito, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreendendo, entre outras atividades, a educação e a fiscalização de trânsito, de forma a garantir ao cidadão o direito à mobilidade. Essa emenda explicitou positivamente a segurança viária como direito fundamental da pessoa humana, aplicando ao “trânsito seguro” uma proteção estatal adequada à realidade brasileira.

Entretanto, cumpre afirmar que, conforme o pensamento de Hesse (1991) a Constituição será convertida em força ativa se estiverem presentes na consciência geral – particularmente, na consciência dos principais responsáveis pela manutenção da ordem constitucional –, não apenas a vontade de poder (WillezurMacht), mas também a vontade de Constituição (WillezurVerfassung). Essa vontade de Constituição está baseada na compreensão da necessidade e do valor de uma ordem jurídica inquebrantável que proteja o Estado contra os arbítrios; na compreensão de que essa mesma ordem constituída é mais que uma ordem legitimada pelos fatos e, portanto, precisa de constante processo de legitimação; e de que essa ordem se torna eficaz com o concurso da vontade humana, isto é, adquire e mantém vigência de poder através de atos de vontade. Nessa acepção, a educação prevista na redação constitucional deve ser entendida não apenas como ferramenta pedagógica à disposição do Estado; deve ser entendida, ainda e de forma não menos eficaz, como a possibilidade do engajamento de setores sociais – aqui sugere-se a Maçonaria - na construção de políticas públicas *inter-na corporis* voltadas ao enfrentamento dessa problemática. A força ativa da nossa Lei Máxima, no pensar de Hesse, adquire e mantém vigência através de atos

de vontade. Estes mesmos atos de vontade são traduzidos como disposições individuais, onde cada cidadão, com uma conduta particular no seu “agir conforme” a Regra, amplia-se como construtor social e produtor da paz social tanto pelo exemplo prático quanto pelo exercício de sua influência positiva no espaço social que estiver ao seu alcance.

Nessa mesma linha, Morin (2004) afirma que o objetivo da educação não é o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida. É mostrar que ensinar a viver necessita não só do conhecimento, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, desse conhecimento adquirido em sabedoria, e da incorporação dessa sabedoria como norma de conduta para a vida. Pensamento semelhante transmite Freire (1979), ao afirmar que estudar é também e sobretudo pensar a prática e pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo.

O vocábulo “cidadania”, no entendimento de Habermas, pode ser traduzido como a capacidade de traçar os próprios rumos político-sociais, onde o indivíduo é o destinatário final da Norma construída, em última análise, por ele próprio. Assim, além de construir indiretamente essa Norma é necessário que o cidadão viva, exercite e multiplique esse conhecimento no objetivo de fazê-la alcançar resultados satisfatórios. E esse engajamento é campo notadamente fértil de aplicação na seara maçônica.

Um modelo de conduta individual - do agir em conformidade com a Norma - encontra guarida no discurso de Leal (2014), quando aponta para o surgimento de uma matriz estatal de conformação dos interesses públicos e privados, com a presença mais forte e, por vezes, interventiva, das instituições públicas à proteção de interesses e bens que são indisponíveis por pertencerem à coletividade, sinaliza que o engajamento de setores sociais basilares e fortalecedores do estado-nação (aqui a Maçonaria brasileira) se apresenta de forma cada vez mais importante, em face das necessidades coletivas que, com o avançar social, vão eclodindo intensamente.

Isto posto, verificado o imenso óbice social que se tornou a acidentalidade de trânsito, no Brasil e no mundo, serão traçadas algumas considerações acerca de metodologia de ensino pautada na simbologia, liturgia e ritualística, que é trabalhada no Homem, no sentido da construção e aprimoramento de uma elevada conduta ética e moral.

5. Metodologia de ensino e processo de interpretações humanas

O processo cognitivo do sujeito, que produz ideias e pensamentos e a partir destes a tomada de decisão no sentido de um agir – aqui especificamente – enquanto condutor de veículo automotor na via pública, é, consoante o pensamento de Rodrigues (1999, p. 78), um processo com interpretações humanas de feições subjetivas. Nesse processo há duas perspectivas: a fisiológica, patrocinada por neurocientistas, que privilegia o cérebro enquanto unidade biológica especializada; e a funcional, patrocinada pela filosofia, que privilegia o processo cognitivo enquanto fluxo produtivo de ideias, dotado de racionalidade.

A perspectiva fisiológica, que toma como ponto de partida o funcionamento do sistema nervoso periférico e como ponto de chegada os estados de consciência do sistema nervoso central, possui um “apelo” científico mais acentuado uma vez que, na ciência, impera uma pretensão bastante alardeada de rigor científico e neutralidade ideológica. Nesse diapasão, o cérebro humano é visto como expoente de um processo evolucionário, donde se conclui que tudo na vida é aprendido cumulativamente, por um processo tal onde nossos sentidos desempenham um papel principal no monitoramento de realidades. Assim, há um olhar tato que percebe pelo contato; um olhar auditivo que sente pela sonoridade; um olhar palativo que percebe pelo sabor degustativo; um olhar olfato, aromático-perceptivo; e um olhar visual ótico, fotossensível. Esses recursos instrumentalizam a percepção cognitiva que instaura um novo patamar perceptivo (comum à espécie humana) inaugurando um olhar subjetivo, instrumentalizado para além da materialidade, o olhar cognitivo (RODRIGUES, 1999).

A perspectiva funcional privilegia a faculdade cognitiva enquanto recurso instrumental do indivíduo para o exercício de seu viver, considerando que o domínio consciente e competente (eficaz e eficiente) desse recurso o habilita a uma suficiente compreensão de mundo, na criação e aperfeiçoamento do conhecimento e ainda a ampliação da própria capacidade elaborativa da mente, por meio de ideias e pensamentos circunstancialmente ambientados e adequados. Nesta direção, pode ser sugerido que alguns cérebros desenvolvem, por aprendizado, uma capacidade interpretativa mais apurada que outros? Consoante Rodrigues (1999), o domínio consciente dos métodos amplifica a competência laboral nas atividades, posto que a competência cognitiva do ser humano está diretamente ligada à qualidade heurística do referencial cognitivo que a sua experiência de vida lhe permitiu desenvolver.

Nesse sentido, a perspectiva funcional ganha

relevância e importância, como aporte necessário ao desenvolvimento de metodologias que possam focalizar o processo cognitivo e potencializar seu desenvolvimento. O ambiente cultural em que o indivíduo está inserido determina, explícita e implicitamente, o referencial cognitivo que esse mesmo sujeito adotará em sua ação interpretativa no mundo da vida. Por exemplo, não se percebe mas carrega-se o hábito de classificar tudo como bom ou mau, ou ainda julgar as coisas de acordo com o interesse econômico. O referencial cognitivo torna-se, então, o único espaço fértil com vistas ao aperfeiçoamento da cognição/condução humana. Logo, esse olhar cognitivo de que trata Rodrigues (1999) transcende à mera condição biológica, pois ao recepcionar as sensações percebidas pelos sentidos humanos junto ao meio ambiente, realiza uma codificação conceitual no âmbito de um sistema lingüístico cultural que permeia aquele mesmo ambiente vivido pelo agente homem. Assim, a influência do referencial cognitivo particular de cada indivíduo será a base da ação interpretativa que norteia a tomada de decisão da ação/omissão (o seu agir) em dado momento histórico, especificamente neste trabalho, no espaço tempo no trânsito.

Dentro desse labor reflexivo voltado ao intelecto do Homem, d'Olivet (2004) infere que o objetivo do trabalhador é o trabalho interior e o conhecimento de si mesmo, pois o homem, chegando ao conhecimento de si próprio pode alcançar o conhecimento do universo, visto que a analogia é a grande lei dos seres. Para d'Olivet (2004) o autoconhecimento era o objetivo da ciência telemática dos antigos, donde ele traz a justificação para os primeiros sábios gregos terem gravado o preceito sobre a porta do Templo de Apolo em Delfos: “Conhece-te a ti mesmo”.

Analogamente, d'Olivet (2004) aduz que os homens são apenas reflexos mais ou menos vivos, mais ou menos elevados, do Homem Universal, no espírito do qual eles estão mergulhados. O percorrer do caminho para esse aperfeiçoamento e elevação traça três graus: “Aspirante, Trabalhador e Cultivador” que, acredita-se, d'Olivet (2004) buscou nos “Versos Dourados de Pitágoras” nos dois períodos essenciais da formação pitagórica.

Nesse diapasão, Silveira (1995) afirma que os segredos encontrados na literatura da Franco-Maçonaria, nos significados de seus simbolismos que compreende uma filosofia profunda e revela uma ciência universal, ainda não foram ultrapassados pelos conhecimentos atuais. Nas Eras antes de Cristo os povos já acreditavam na prevalência da alma sobre a matéria como ensinava Pitágoras pelas provas numéricas. O simbolismo maçônico estudado revela o preparo do homem, para que seja útil à família e a toda

a sociedade. O Maçom verdadeiramente iniciado, esclarecido que estuda, pesquisa, aprende e compreende os significados de ser Maçom, será probo, disposto a servir seus semelhantes e sua pátria, jamais tolerando a corrupção, a maldade, a desonestidade e a ilegalidade.

Dessa forma, saber pensar metodicamente exige um método formal de pensar, e pretender ensinar isso para seus adeptos pressupõe uma instituição que detenha e domine esse conhecimento. Isso diferencia a missão da Maçonaria e a torna uma instituição única no mundo, de vez que, pelo que se sabe, em nenhuma universidade, encontra-se uma disciplina com a pretensão de ensinar a pensar metodicamente. Assim, esse pensar metodicamente, trabalhado por meio de instrumental inerente à simbologia, ritualística e liturgia é capaz de produzir no Homem condutas carregadas de ética e moral elevadas, fazendo desse mesmo Homem um construtor do bem comum e da paz social, no caminho para uma sociedade vivada de liberdade, igualdade e fraternidade.

6. Considerações finais.

A Maçonaria é uma instituição social que trabalha para o aperfeiçoamento da humanidade. Para isso, ela prepara seus membros por meio do exercício da liturgia, da ritualística e da simbologia, que adentram no intelecto profundo do homem para ali realizar as mudanças comportamentais necessárias a um paradigma de elevada conduta ética e moral. Assim, o homem pertencente aos seus quadros torna-se um obreiro-construtor social na produção do bem comum e da paz social, tanto pelo exemplo de conduta interior e exterior, quanto pela disseminação dos conhecimentos éticos e de elevada moral a que tem oportunidade de acesso, de vivência e experientiação.

Em tempo recente – desde meados da década de 1980 – e nos dias atuais, a sociedade brasileira (e mundial) sofre uma tragédia silenciosa, lenta e mortal denominada acidentes de trânsito. Essa realidade está presente na rotina daqueles indivíduos que, em algum momento, farão uso da via pública para se locomover, portanto, é uma constante na vida da maioria das pessoas. O saldo mundial dessa acidentalidade é de aproximadamente 1,24 milhão de pessoas mortas por ano no trânsito, sendo que no Brasil esse número é de 43 mil mortes anuais (dados de 2014). O custo social brasileiro para cada acidente fatal de trânsito foi verificado em R\$ 646 mil e para cada acidente com vítima lesionada o custo é de R\$ 90 mil. Conforme estabelecido pelo Relatório IPEA/PRF 2015, estima-se que os custos anuais da acidentalidade no trânsito brasileiro sejam de aproximadamente R\$ 40 bi-

lhões, onde o fator humano (condutor de veículo) é apontado como responsável direto pela grande maioria desses acidentes.

Trazendo esse assunto para debate - acidentalidade de trânsito e suas consequências - com o aporte das mais variadas ferramentas (propagandas, seminários, discussões em grupo, campanhas tipo "semana maçônica do trânsito", palestras em Lojas e assembleias entre outras), e o apoio das diversas Potências da Maçonaria brasileira, objetivando uma mudança comportamental no homem condutor de veículos automotores e ainda na utilização desse próprio homem como agente multiplicador de conhecimentos aos seus pares, familiares, colegas, amigos e todo o círculo em que sua voz se fizer ouvir e sentir, dentro do espaço social disponível ao seu alcance, estar-se-á aplicando importante contribuição social. Um trabalho dessa dimensão traz como característica uma ramificação desde os principais centros de trabalhos maçônicos até o homem individualmente presente no mais longínquo rincão do país (e fora deste), no sentido de se produzir de forma mais significativa uma conduta de respeito e obediência à Norma de trânsito e outros comportamentos fundamentais que, certamente, contribuirão para diminuir os índices de acidentalidade no trânsito.

Conforme o pensamento de Wirth, a Maçonaria está destinada a refazer o mundo, e a tarefa não é superior às suas forças, contanto que ela se torne o que deve ser. E nesse mesmo caminho, a compreensão da missão da Ordem inscreve a Maçonaria na condição de promotora do processo civilizatório e de instituição a serviço da humanidade.

7. Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União 1988; 05 out.
- BRASIL. *Lei Federal 9.503/1997*, Anexo I, conceitos e definições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm> Acesso em 19 jul. 2017.
- DA CAMINO, Rizzardo. *Breviário maçônico*. São Paulo: Madras, 2014.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO. *Pacto nacional pela redução de acidentes*. [Acesso 09 jun 2017]; [cerca de 5 p.] Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/decada_transito.htm> .
- D'OLIVET, Fabre. *A verdadeira maçonaria e a cultura celeste*. São Paulo: Madras, 2004.
- FREIRE, José Robson Gouveia. *O que é a maçonaria*. Disponível em: <<http://www.revistaartereal.com.br/>>

- wp-content/uploads/2014/02/O-QUE-%C3%89-AMA%C3%87ONARIA-Jos%C3%A9-Robson-Gouveia-Freire.pdf> Acesso em 20 jul. 2017.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HABERMAS, J. *Sobre a constituição da Europa*. um ensaio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- HESSE, K. *A força normativa da constituição*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) – Polícia Rodoviária Federal (PRF). Acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras - caracterização, tendências e custos para a sociedade - *Relatório de Pesquisa*. Brasília: IPEA/PRF; 2015.
- LEADBEATER, C. W. *A vida oculta na maçonaria*. São Paulo: Ed. Pensamento, 2011.
- LEAL, Rogério Gesta. As relações necessárias entre a teoria do conhecimento e a teoria do direito: aspectos introdutórios. In: *Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- LEAL, Rogério Gesta. Redes comunitárias de formação estrito senso: a necessária superação do modelo liberal de organização e convivência acadêmica. In: *O diálogo das fontes*. direitos sociais e políticas públicas na Europa e no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.
- MATA, Roberto da. VASCONCELOS, João Gualberto M.; PANDOLFI, Ricardo. *Fé em deus e pé na tábuca, ou, como e por que o trânsito enlouquece no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- MENEZES, Honório Sampaio. *A maçonaria e suas características*. Porto Alegre: Texto em palestra, 2014.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). *10 factson global road safety*, 2009 [Acesso 07 jun 2017]; [cerca de 10 p.]. Disponível em: < <http://www.who.int/features/factfiles/roadsafety/facts/en/index3.html> >.
- PECHANSKY, F; DUARTE, P. C. V; DIEMEN, L.V. *Aperfeiçoamento em técnicas para fiscalização do uso de álcool e outras drogas no trânsito brasileiro*. 2 ed. Brasília: SENAD, 2014.
- RIGUETTO, Armando. *Maçonaria: o caminho das pedras*. Londrina: A Trolha, 1997.
- RODRIGUES, Rubi Germano. *A razão holística*. Brasília: Thesaurus, 1999.
- SANTOS, J. A. A necessária implementação de dispositivos garantidores da segurança viária no trânsito brasileiro para proteção da cidadania: apreciações iniciais. *XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, 2016, 19-20 maio; Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- SEGURADORA LÍDER DPVAT. *Boletim estatístico 2014*. [Acesso 07 jan 2017]; [cerca de 17 p.]. Disponível em: < <http://www.seguradoralider.com.br/SitePages/boletim-estatistico.aspx> >.
- SILVEIRA, José Luiz. *Revelações históricas da maçonaria*. Santa Maria: Pallotti, 1995.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global status report on Road safety 2015*. [Acesso 07 jan 2017]; [cerca de 32 p.]. Disponível em: < apps.who.int/iris/bitstream/10665/189242/1/9789241565066_eng.pdf?ua=1 >

DA TERRA AO CÉU E DA SUPERFÍCIE AO CENTRO DA TERRA:

A evolução física das Lojas Maçônicas ao longo da história

(FROM THE EARTH TO THE SKY AND FROM THE SURFACE TO THE CENTER OF THE EARTH:

The physical evolution of Masonic Lodges Rooms throughout history)

Lucas Francisco Galdeano ¹

Kennyo Ismail ²

Resumo

Ao se compreender a evolução do local de reunião das Lojas Maçônicas, de galpões improvisados em canteiros de obras no período operativo; seguindo para casas de maçons ou salas alugadas ou emprestas em tavernas e outros estabelecimentos comerciais no período pré-especulativo ou período de transição; até a construção dos primeiros edifícios maçônicos no período dito especulativo, mais precisamente a partir do início da segunda metade do século XVIII; buscou-se analisar as características dos locais de reuniões, as salas de loja ou templos maçônicos, a partir dos diferentes ritos maçônicos praticados no Brasil. Verificou-se que a diversidade de ritos praticados no Brasil se reflete na diversidade de decoração, características e elementos presentes em seus locais de reuniões.

Palavras-chaves: Loja Maçônica; Templo Maçônico; Sala da Loja.

Abstract

When understanding the evolution of the meeting place of the masonic lodges, of improvised sheds in construction sites in the operative period; moving to mason's homes or hired halls or lending in taverns and other commercial establishments in the pre-speculative period or transition period; until the construction of the first masonic buildings in the said speculative period, more precisely from the beginning of the second half of the eighteenth century; it was tried to analyze the characteristics of the meeting places, the lodge rooms or masonic temples, from the different masonic rites practiced in Brazil. It was verified that the diversity of rites practiced in Brazil is reflected in the diversity of decoration, characteristics and elements present in its meeting places.

Keywords: Masonic lodge; masonic temple; lodge room.

¹ Lucas Francisco Galdeano tem Pós-graduação Lato Sensu em História da Maçonaria pela Universidade Cruzeiro do Sul / UDF. Atual Grão-Mestre do Grande Oriente do Distrito Federal - GODF/GOB, foi Grande Secretário Adjunto de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil (1993-2001). E-mail: lgaldeano@gmail.com

² Kennyo Ismail é Bacharel em Administração pela UnB, com MBA em Gestão de Marketing pela ESAMC e Mestrado Acadêmico em Administração pela EBAPE-FGV. É professor de pós-graduação em História da Maçonaria na Unyleya e em Maçonologia na Uninter. E-mail: kennyoismail@gmail.com

1. Introdução

Aquela considerada a "premier" Grande Loja, tradicionalmente dita fundada em Londres, em 24 de junho de 1717, apresenta em sua antiga constituição, aquela elaborada pelo clérigo James Anderson, mais precisamente na edição atualizada de 1738, que quatro Lojas a fundaram. Essas quatro Lojas se reuniam:

Na taberna Ganso e Grelha, adro da Igreja de São Paulo;

Na taberna Coroa, ruela Parker;

Na Macieira, rua Charles, distrito Jardim do Convento;

E na Taça e Uvas, Linha do Canal, Westminster (...)

(ANDERSON, 1738, p.109 apud DERMOTT; ISMAIL, 2016, p.40)

Isso evidencia a realidade do local tradicional de reuniões das lojas maçônicas do início do século XVIII: tavernas, que eram estabelecimentos comerciais que funcionavam como bar, restaurante e, muitas vezes, também pousadas, com quartos para alugar.

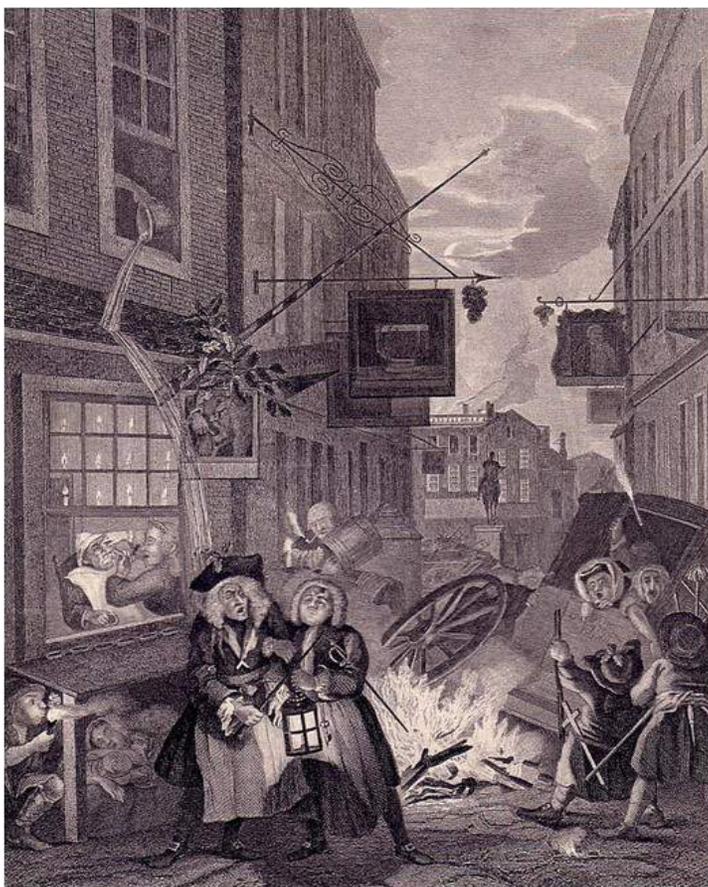
Não iremos nos dedicar ao papel das tavernas, existentes há milhares de anos e que, em especial na Grã-Bretanha, berço do sistema maçônico estabelecido no mundo nos últimos três séculos, ainda exerce importante papel social. Há inúmeros artigos e livros dedicados a tal matéria (i.e.: KUMIN; TLUSTY, 2002).

Esta figura é de autoria do artista e maçom William Hogarth. Feita em 1738, é a última de uma série de quatro pinturas intitulada de "Four Times of the Day", que pode ser livremente traduzido como "Quatro momentos do dia" e que ilustram cenas de um dia comum em Londres naquela época. A primeira pintura era a "manhã"; a segunda, "meio-dia"; a terceira, "tarde"; e esta, a quarta e última, "noite". Ela é de relevância à Maçonaria por ilustrar um Venerável Mestre (título relativo a presidente de uma Loja Maçônica) embriagado, sendo auxiliado a andar pelo Cobridor (em inglês, "tyler", que corresponde ao guarda da reunião).

O Venerável Mestre está trajado com chapéu, um longo avental e um colar com um esquadro como jóia. Vê-se uma mulher despejando o conteúdo líquido de um penico sobre sua cabeça, não se sabendo se de propósito ou não. O Cobridor leva uma espada sob seu braço esquerdo, enquanto auxilia o Venerável Mestre embriagado a andar. Eles estão saindo da taberna "Taça e Uvas", uma das quatro Lojas fundado-

ras da Grande Loja da Inglaterra. Ou seja, mais de vinte anos após a suposta fundação da Grande Loja, suas Lojas permaneceram realizando suas reuniões em tavernas.

Figura 1. Hogarth's Night (1738).



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Premier_Grand_Lodge_of_England#/media/File:Hogarth_05.jpg

A figura apresenta outros elementos interessantes. Há um menino no canto inferior esquerdo, soprando uma tocha. Trata-se de um "linkboy", que era um garoto que andava com uma tocha à noite para iluminar o caminho para pedestres em Londres, antes de surgir a iluminação pública. Graças ao seu sopro, vê-se uma família de sem-tetos abrigada abaixo da janela de um barbeiro-cirurgião, que está realizando um procedimento no nariz de um cliente. Atrás do Venerável Mestre e seu Cobridor, vê-se um funcionário de uma das tavernas adulterando o barril de bebida. Essa prática foi eternizada em uma poesia pelo poeta Matthew Prior, que era sobrinho de Samuel Prior, o proprietário da taberna "Taça e Uvas" (LEGG, 1921).

E, ainda relativo ao interesse maçônico pela pintura, vê-se, à direita, um homem portando um es-

fregão, o que pode sugerir alusão à possível prática das lojas maçônicas da época de desenharem com carvão os símbolos maçônicos no piso do aposento utilizado para reuniões nas tavernas, e apagá-los após o término da reunião.

Assim, compreender a evolução desse modelo de funcionamento retratado na figura e registrado na constituição daquela "primeira" Grande Loja, para os modelos atuais; das tavernas aos complexos templos sagrados; é a intenção deste artigo.

2. Resquícios históricos

2.1. As Lojas e a evolução de seus locais de reuniões

O termo "Loja", na verdade, está diretamente relacionado ao termo "alojamento", no sentido de abrigar trabalhadores, sem qualquer relação com o sentido de estabelecimento comercial empregado à palavra "loja" na língua portuguesa atualmente. Esse entendimento é mais nítido ao observar o termo em inglês, "lodge", pelo qual as lojas maçônicas são chamadas nos países que adotam tal língua, além dos termos em francês, italiano, espanhol e alemão, cujos países europeus berços de tais línguas receberam as primeiras lojas maçônicas quando da expansão a partir da Grã-Bretanha (ISMAIL, 2012).

Stevenson (2009) afirma que essas lojas eram inicialmente construções temporárias nos canteiros de obras, às vezes barracões, nas quais os maçons guardavam suas ferramentas, trabalhavam sobre as pedras protegidos do sol ou da chuva, mas também podiam comer, descansar e, em alguns casos, até viver temporariamente. Essa visão também é seguida por Robert Cooper (2009), que cita um documento de 1491, intitulado "*statue anent Masons of St. Gilles*", o qual determina que aos "mestres pedreiros" seja permitido "ter uma recreação na Loja comum" (COOPER, 2009, p.28), o que indicaria que as lojas eram grandes o bastante para reuniões recreativas, por exemplo.

Esses alojamentos, chamados de "lojas", inicialmente tinham um caráter provisório, sendo dissolvidos ao final da construção. No entanto, conforme surgiram construções que demandavam décadas de trabalho, como as grandes catedrais, castelos e fortes, essas lojas foram sendo desenvolvidas em caráter cada vez mais permanente, com estruturas sólidas e grandes o bastante para atender dezenas de pedreiros. Anderson, em sua já mencionada segunda edição da constituição (1738, p.106-7, apud STEVENSON, 2009, p.267), relata que "lojas particulares eram tão frequentes e, na maioria dos casos, apenas ocasionais no Sul (da Inglaterra), exceto nos lugares onde grandes obras eram executadas, ou perto deles".

Há, por exemplo, o registro de uma loja de pedreiros com edifício próprio, em Aberdeen, Escócia, em, pelo menos, 1483; que, em 1605, após alguns anos de inatividades da mesma, teria sido reparada e dividida para abrigar três escolas. Assim, vê-se não somente o tamanho e estabilidade da edificação, mas o pioneirismo escocês nesse sentido. Entretanto, há que se observar que, nesse caso, refere-se a uma loja estritamente operativa.

De fato, as três lojas maçônicas mais antigas com funcionamento que possa ser considerado pré-especulativo (concessão de graus com transmissão de modos de reconhecimento) e que se pode documentalmentemente comprovar são também na Escócia: a Loja de Aitchison's Haven (BEAVER, 2017), a Loja Mãe Kilwinning e a Loja de Edimburgo "Mary Chapel" (STEVENSON, 2009); todas com séries ininterruptas de atas a partir ainda do século XVI, enquanto que as primeiras atas maçônicas inglesas datam de 1716. No entanto, as atas dessas e de outras lojas maçônicas da Escócia que funcionavam durante todo o século XVII indicam que as mesmas funcionavam nas casas dos membros, em estalagens ou tavernas.

A primeira dessas lojas com edifício dedicado exclusivamente à Maçonaria foi a Loja de Aberdeen, que adquiriu uma casa de campo para seu funcionamento, em 1700. Em 1712, a Loja de Hamilton discutiu a possibilidade de construir uma sede, mas a proposta não prosperou. Já a primeira construção realizada com finalidade estritamente maçônica teria ocorrido, conforme afirma George Smith (1866), em sua obra "O uso e abuso da Maçonaria", em 1765, em Marselha, na França. Mas Coil e Brown (1961, p.301) desmentem essa afirmação ao informarem que "a honra de ser a primeira a fazer um edifício dedicado exclusivamente aos propósitos maçônicos foi da Filadélfia, onde o templo maçônico foi dedicado em 24 de junho de 1755".

Os registros indicam que a iniciativa de se construir uma sede própria para a maçonaria inglesa somente ocorreu em 28 de outubro de 1768, quando decidiu-se por um projeto "para buscar o meio mais eficaz de se criar um fundo para construir um Salão e comprar jóias, mobiliário, etc., para a Grande Loja" (LIBRARY..., 2006, p.4), o qual foi inaugurado no dia 23 de maio de 1776. Ismail (DERMOTT; ISMAIL, 2016) credita a William Preston e Thomas Durckenley os principais esforços para tal empreendimento.

2.2. O Templo de Salomão e as Lojas Maçônicas

O ritual maçônico mais antigo historicamente aceito que se tem conhecimento, o Edinburgh Register House MS, data de 1696 e menciona em seu cate-

cismo o Templo de Salomão, não colocando a Loja como um réplica do mesmo, mas declarando que a primeira Loja se encontrava no pórtico daquele templo e, ao se erguer uma Loja, deve-se observar a direção do ocidente para o oriente, como ele era em Jerusalém (CARR, 2012).

Outro catecismo antigo que faz interessante menção indiretamente relacionada ao Templo de Salomão é o de Dumfries No.4, que afirma que a "nobre arte ou ciência" foi encontrada "em duas colunas de pedra; uma não afundava e a outra não queimava" (STEVENSON, 2009, p.181) Stevenson interpreta que, a partir daí, há uma fusão do conceito dos pilares do conhecimento e das colunas do Templo de Salomão.

Ainda, o famoso Manuscrito Cooke, de cerca de 1410, afirma a tradição de que "o próprio Salomão ensinou-lhes as suas maneiras (isto é, costumes e práticas), que pouco diferem das maneiras ora em uso" (COOKE, 1410 apud HORNE, 1995, p.9), tradição essa que, também presente em outros manuscritos e documentos similares, por muitos anos alimentou as crenças de que a Maçonaria possui tal antiguidade milenar e está diretamente ligada ao Templo de Salomão, e não apenas simbolicamente.

Horne (1995, p.16) lamenta o fato de muitos maçons, até mesmo ditos doutos, acabam por confundir tal tradição com uma verdade, ao afirmar que "malgrado todas as indicações em contrário a respeito da origem maçônica do Templo do Rei Salomão, verificamos que nos tempos atuais também se acredita nessa tradição". Por sorte, alguns pesquisadores sérios sobre o assunto têm levado luz à questão, como no caso de Fort (1881), que, já no século XIX, alertou para o fato de que nem nas Old Charges, no Poema Regius, ou mesmo no Manuscrito de Halliwell, há qualquer afirmação de que a Maçonaria surgiu quando da construção do Templo de Salomão.

2.3. Aspectos do Edifício Maçônico

Atualmente, os edifícios maçônicos são comumente chamados de "templos maçônicos", em especial nos sistemas de origem latina; e de "salas de lojas" ("*lodge rooms*", em inglês), em especial nos sistemas de origem anglo-saxônica. A principal diferença que se vê entre o uso de tais nomenclaturas é o aspecto sagrado nos sistemas latinos, nos quais, em muitos casos, a construção precisa necessariamente passar por uma cerimônia especial de "sagração" ou "consagração", sendo então condizente o uso do termo "templo"; enquanto que, naqueles sistemas em que se refere ao local de reuniões como "sala da loja", esse status sacro não se faz predominante.

Enquanto os franceses, precursores da maçonaria latina e de suas edificações, tomaram como modelo de templo as igrejas; os ingleses, precursores da maçonaria anglo-saxônica, tomaram como modelo de sala aquela que era a principal sala de reuniões de Londres: o parlamento inglês. Castellani (1991, p.20) corroborava com esse entendimento, ao defender que a Maçonaria do século XVIII adotou "os modelos que lhe eram mais conhecidos: as igrejas e o parlamento britânico".

No entanto, independente se o sistema maçônico é de inspiração latina ou anglo-saxônica, há características comuns desejáveis, mas não obrigatórias, conforme apontado por Mackey (1914):

Uma Sala da Loja sempre deve, se possível, estar devidamente situada ao Oriente e ao Ocidente. Esta posição não é absolutamente necessária. Mas cabe exigir que alguns sacrifícios sejam feitos, se possível, para obter tal posição desejável. Também deve ser isolada, quando praticável, de edifícios circundantes, e sempre deve ser colocado em uma andar superior. Nenhuma Loja deve ser mantida no piso térreo. A forma de uma Sala da Loja deve ser a de um paralelogramo ou quadrado oblongo, pelo menos um terço maior do Oriente ao Oeste do que é de Norte a Sul. O teto deve ser elevado, dando dignidade à aparência da sala, bem como para fins de saúde, compensando, em certa medida, o inconveniente das janelas fechadas, o que necessariamente irá deteriorar a qualidade do ar em um muito pouco tempo em uma sala baixa.

3. O atual status das Lojas físicas

Ao compreendermos a evolução do local de reunião das Lojas Maçônicas, de galpões improvisados em canteiros de obras no período operativo; seguindo para casas de maçons ou salas alugadas ou emprestas em tavernas e outros estabelecimentos comerciais no período pré-especulativo ou período de transição; até a construção dos primeiros edifícios maçônicos no período dito especulativo, mais precisamente a partir do início da segunda metade do século XVIII; dediquemos esforços para analisar as características dos locais de reuniões, as salas de loja ou templos maçônicos, a partir dos diferentes ritos maçônicos praticados no Brasil.

Para tanto, tomamos por base as descrições e layouts disponíveis nos rituais do grau de Aprendiz Maçom dos sete ritos adotados pelo Grande Oriente do Brasil, além do Rito de York, de origem norte-

americana, versão da Grande Loja do Estado de New York traduzida para o português e adotada pela maioria das Grandes Lojas da CMSB e Grandes Orientes da COMAB.

Entre as características, levantadas, algumas possuem diferentes nomenclaturas para um mesmo elemento. Como exemplo, tem-se o "livro sagrado", que pode aparecer como "livro das sagradas escrituras" ou mesmo "livro da lei". O mesmo com o "altar dos juramentos", em alguns casos chamado apenas de "altar" e, no caso do Rito Moderno, "altar dos compromissos". Optamos por adotar o termo mais comum entre eles, considerando que a presente pesquisa não tem objetivo terminológico, mas simbólico.

Outra regra adotada foi quanto à forma de tais características. Optou-se por distinguir quanto a forma ou relevância, mas apenas pela visão binária do elemento estar visualmente presente ou não no local de reuniões, mesmo que apenas de forma ilustrada, ou seja, desenhado em um painel ou tapete exposto no local.

Quadro 1: Quadro Comparativo de características e elementos nas Salas e Templos dos diferentes ritos maçônicos praticados no Brasil.

CARACTERÍSTICAS	Ritos de Origem Latina				Ritos de Origem Anglo-Saxônica			
	REAA	Adonhiramita	Brasileiro	Moderno	RER	Schroder	Emulação	de York
Tempo do local de reunião	Templo	Templo	Templo	Templo	Templo	Sala da Loja	Sala da Loja	Sala da Loja
Forma	Retângulo	Retângulo na proporção áurea	Retângulo na proporção áurea	Retângulo 1x3	Retângulo	Retângulo	Retângulo	Retângulo
Oriente elevado	X	X	X	X				
Balaustrada	X	X	X	X				
Corda com nós	X		X	X	X			
Sol e Lua	X	X	X	X	X		X	X
Delta	X	X	X	X	X			
Dossel	X	X	X		X			
G	X		X	X	X		X	X
Altar dos Juramentos	X	X	X	X	X			X
Posição do Altar	Oriente	Oriente	Oriente	Oriente	Oriente			Centro
Livro Sagrado, Esquadro e Compasso	X	X	X	X	X	X	X	X
Estrados para dirigentes	X	X	X	X	X		X	X
Castiçais dos dirigentes	X	X	X	X	X	X		
Três Luzes Menores			X		X	X	X	X
Painel do grau	X	X	X	X	X	X	X	
Mar de bronze	X							
Colunas J e B	X	X	X	X	X		X	X
Colunas Zodiacais	X							
Pavimento Mosaico	X	X	X	X	X		X	X
Estilo Pavimento Mosaico	Todo o ocidente	Recuado	Recuado	Recuado	Recuado		Recuado	Recuado
Orla dentada		X	X	X	X		X	X
Estrela Flamejante	X	X		X	X		X	X
Altar dos Perfumes	X		X					
Pedras bruta e polida	X	X	X	X	X	X	X	X
Prancheta ou Chaves Alf.	X	X	X	X				
Altar da Chama Sagrada		X						
Abóbada Celeste	X	X	X	X				
Sino		X						
Espada Flamejante	X	X	X					
Estátuas de deuses			X					

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisar o quadro apresentado, observa-se que há uma presença maior de elementos nos ritos de origem latina no que daqueles de origem anglo-saxônica, o que, acreditamos, se deve ao aspecto sagrado dado ao local de reuniões maçônicas nos primeiros, conforme mencionado anteriormente, o que pode ser reforçado ao observarmos os elementos adicionais comuns aos ritos latinos: oriente elevado, balaustrada, delta, dossel, altar dos perfumes e abóbada celeste. Tais elementos não estão diretamente ligados à simbologia estritamente maçônica, ou seja, ao operativismo e à ritualística, ou mesmo com o Templo de Salomão. São elementos comuns a igrejas católicas medievais, templos sagrados majoritários no mundo latino quando do século XVIII, período inicial do surgimento dos primeiros templos maçônicos.

Os ritos que apresentaram maior concentração de elementos foram o Rito Escocês Antigo e Aceito e o Rito Brasileiro, sendo este último inspirado no primeiro, contendo, ambos, a mesma quantidade de elementos, 22, e a mesma quantidade de graus maçônicos, 33. O rito que apresentou menor quantidade de elementos, tendo, assim, um local de reuniões mais próximo do período de transição operativo-

especulativo, ou pré-especulativo, foi o Rito de Schroder, com apenas 5 elementos: o livro sagrado, o esquadro e o compasso; castiçais junto aos três principais oficiais ou luzes; as três luzes menores (três pedestais de vela única); as pedras bruta e polida; e o painel do grau que, no caso do Rito de Schroder, tem a forma de um tapete, o que é outra característica "pré-especulativa".

O segundo rito com menos elementos é o Ri-

to de York (norte-americano), com 11 elementos, empatado com seu irmão mais novo, o Ritual de Emulação (de origem britânica). Dentre os ritos latinos, os que apresentam templo mais simples são o Rito Escocês Retificado e o Rito Moderno, cada um com, respectivamente, 16 e 18 elementos.

Um livro da lei acompanhado do esquadro e do compasso, e as pedras bruta e polida, são os únicos dois elementos comuns a todos os ritos. Eles, de certa forma, estão conectados aos princípios de regularidade maçônica mais comuns entre as obediências: que o compromisso ou juramento seja assumido perante as três grandes luzes (livro, esquadro e compasso), e que deve haver simbolismo baseado na maçonaria operativa (ISMAIL, 2012).

Dentre as exceções, temos a ausência de Sol e Lua; dos estrados ou estações dos três oficiais principais; das colunas J e B; e do pavimento mosaico; apenas no Rito de Schroder. Já o Rito de York é o único com ausência de um painel ou tapete do grau.

Há também aqueles elementos que somente estão presentes em um único rito. O Rito Escocês Antigo e Aceito, conforme praticado no Brasil, apresenta as adições de mar de bronze e colunas zodiacais. O Rito Brasileiro é o único que oficialmente exige a presença das estátuas de três deuses, Athena, Hércules e Vênus, apesar de adornar os templos de outros ritos ultimamente. E o Rito Adonhiramita é o único que prevê a presença em seu templo de um sino e um altar da chama sagrada.

4. Considerações finais

A diversidade de ritos praticados no Brasil se reflete na diversidade de decoração, características e elementos presentes em seus locais de reuniões. Enquanto os ritos anglo-saxônicos torna possível que as lojas maçônicas que os praticam trabalhem em qualquer sala fechada, bastando, para isso, que alguns móveis sejam providenciados e utensílios maçônicos que, de forma geral, cabem em uma caixa, sejam levados, os ritos de origem latina demandam um maior investimento de tempo e recursos financeiros na construção ou reforma de espaços próprios para uso das lojas.

Dessa forma, enquanto o primeiro grupo de ritos, o de origem anglo-saxônica, está mais próximo das práticas maçônicas pré-especulativas, do período ilustrado por William Hogarth; o segundo grupo, de origem latina, parece ter implementado elementos não-maçônicos, emprestados de outras tradições, conforme o desenvolver de seus graus. As colunas zodiacais, por exemplo, relacionadas à Astrologia, arte distante do operativismo maçônico.

A análise realizada sobre o quadro comparativo das características apresentadas de cada rito levanta a hipótese dos ritos de origem latina terem adotado elementos religiosos, em especial católicos, por influência da hegemonia católica nos países latinos europeus. Suposições quanto a similaridade entre o mar de bronze de uma loja maçônica e a fonte de água benta de um igreja, inclusive quanto a suas posições nos respectivos templos; assim como entre o oriente elevado e sua balaustrada com os altares elevados com suas grades; ou mesmo a abóbada celeste, comum entre ambos; além de outras características similares, reforçam tal hipótese e merecem atenção em eventuais futuras pesquisas.

Por fim, fica o questionamento quanto a influência que elevados preços no mercado imobiliário, em material de construção e mão-de-obra na área pode ter sobre grupos de maçons em processo de fundação de novas lojas maçônicas, quanto especificamente a escolha do rito a ser adotado pelas mesmas.

5. Referências

- BEAVER, H. *Guinness World Records*. Vancouver: Jim Pattison Group, 2017.
- CARR, H. *O ofício do maçom: o guia definitivo para o trabalho maçônico*. São Paulo: Madras, 2012.
- CASTELLANI, J. *Origens Históricas e Místicas do Templo Maçônico*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1991.
- COOPER, R. D. *Revelando o código da Maçonaria*. São Paulo: Madras, 2009.
- DERMOTT, L.; ISMAIL, K. *Ahiman Rezor: A Constituição dos Maçons Antigos*. Londrina: Editora Maçônica A Trolha, 2016.
- FORT, G. F. *The Early History and Antiquities of Freemasonry, As connected with Ancient Norse Guilds, and the Oriental and Medieval Building Fraternities*. Filadélfia: Bradley & Company, 1881.
- HOGARTH, W. *Hogarth's Night*. In: Four Times of the Day. Acesso: https://en.wikipedia.org/wiki/Premier_Grand_Lodge_of_England#/media/File:Hogarth_05.jpg Acessado em: 15 de julho de 2017.
- HORNE, A. *O Templo do Rei Salomão na Tradição Maçônica*. São Paulo: Editora Pensamento, 1995.
- ISMAIL, K. *Desmistificando a Maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2012.
- KUMIN, B.; TLUSTY, B. A. *The World of the Tavern: Public Houses in Early Modern Europe*. Abingdon, UK: Routledge, 2002.

LEGG, L. G. W. *Matthew Prior: a study of his public career and correspondence*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1921.

LIBRARY AND MUSEUM OF FREEMASONRY. *The Hall in the Garden: Freemason's Hall and its place in London*. Londres: Lewis Masonic, 2006.

MACKEY, A. G. *An Encyclopedia of Freemasonry and its kindred sciences*. New York: The Masonic History Company, 1914.

S.G.C.M.R.A.B. *Ritual de Aprendiz do Rito de York: o Rito Inglês Antigo*. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Schroder*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Escocês Retificado*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Escocês Antigo e Aceito*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito de York*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Moderno*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Brasileiro*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

SILVA, M. J. *Ritual do 1o. Grau. Aprendiz-Maçom do Rito Adonhiramita*. São Paulo: Grande Oriente do Brasil, 2009.

STEVENSON, D. *As origens da Maçonaria: O século da Escócia (1590-1710)*. São Paulo: Madras, 2009.

**MOTIVAÇÃO E EVASÃO NO TRABALHO VOLUNTÁRIO:
Um estudo de caso na Grande Loja Maçônica do Distrito Federal**

(MOTIVATION AND EVASION IN VOLUNTARY WORK:

A case study in the Masonic Grand Lodge of the Federal District of Brazil)

Cassiano Teixeira de Morais ¹

Kennyo Ismail ²

Resumo

O trabalho voluntário é essencial para as organizações do terceiro setor, bem como para a Maçonaria. Nesse sentido, a evasão dos voluntários é uma ameaça para o bom funcionamento, e até mesmo para existência, dessas entidades. O objetivo desse trabalho é investigar as causas que levam à desmotivação e conseqüente evasão dos membros da Maçonaria. Para tanto, pesquisamos as causas que levam ao engajamento do voluntariado, bem como os fatores de desmotivação. Através da análise do banco de dados de uma entidade maçônica, a GLMDF, foi possível conhecer melhor o perfil dos maçons que deixaram a instituição no ano de 2016, que em sua maioria são mestres maçons, com menos de 5 anos de instituição, casados, católicos, com curso superior e renda entre 5 e 10 mil reais. Ao submeter esses mesmos maçons a um questionário, constatou-se que as duas principais causas de evasão alegadas por eles foram: os conflitos interpessoais e razões profissionais.

Palavras-chaves: Motivação; Voluntariado; Evasão; Maçonaria.

Abstract

Voluntary work is essential for third sector organizations as well as for Freemasonry. In this sense, the evasion of volunteers is a threat to the proper functioning, and even existence, of these entities. The objective of this work is to investigate the causes that lead to the demotivation and consequent evasion of the members of Freemasonry. To do so, we investigate the causes that lead to volunteer engagement, as well as the motivation factors. Through the analysis of the database of a masonic entity, the GLMDF, it was possible to know better the profile of the freemasons who left the institution in the year 2016, who are mostly, under 5 years of institution, married, Catholics, with higher education and income between 5 and 10 thousand reais a month. In submitting these same freemasons to a questionnaire, it was found that the two main causes of evasion alleged by them were: interpersonal conflicts and professional reasons..

Keywords: Motivation; Volunteering; Evasion; Masonry.

¹ Cassiano Teixeira de Morais é médico formado pela UFU — Universidade Federal de Uberlândia, com especialização em Psiquiatria pela UnB, em Dependência Química pela Unifesp, e MBA em Gestão Empresarial pela FGV. E-mail: *cassiano-morais@icloud.com*

² Kennyo Ismail é Bacharel em Administração pela UnB, com MBA em Gestão de Marketing pela ESAMC e Mestrado Acadêmico em Administração pela EBAPE-FGV. É professor de pós-graduação em História da Maçonaria na Unyleya e em Maçonologia na Uninter. E-mail: *kennyoismail@gmail.com*

1. Introdução

No contexto atual, as questões sociais do Brasil não são preocupação e responsabilidade exclusivas do Estado. As ditas organizações do terceiro setor têm ganhado cada vez mais destaque e importância nessa seara. Diante do destaque desse tipo de instituição, é salutar voltarmos nossas atenções para o seu funcionamento e para a relevância da mão-de-obra voluntária para a sua existência e manutenção.

Avaliamos ao longo do trabalho as razões e riscos da desmotivação. Além da evasão dos colaboradores voluntários, a desmotivação pode servir de obstáculo para o bom desempenho de pessoas ou organizações, a ponto de ser considerada por alguns como algo patológico.

O fenômeno da evasão dos voluntários também merece atenção, pois pode colocar em risco o bom funcionamento e até a existência de organizações que dependam desse tipo de colaboradores. Nesse sentido, destacamos a Maçonaria, instituição sem fins lucrativos, cujo funcionamento está intrinsecamente relacionado ao voluntariado.

Os números da Maçonaria são expostos e analisados, evidenciando a queda no número de maçons e Lojas Maçônicas em alguns países ao redor do Mundo. A realidade da instituição no Brasil é comparada aos demais países e averiguada estado por estado.

Especificando nosso foco de estudo, chegamos à Grande Loja Maçônica do Distrito Federal - GLMDF, uma célula representativa dessa organização centenária. É nesta unidade maçônica que aprofundamos nossas análises e questionamentos, com o intuito de descobrir quais as características da evasão de seus membros ao longo do ano de 2016, qual o perfil socioeconômico do maçom que abandona sua Loja e suas diferenças em relação aos membros que permanecem na instituição.

Os resultados são expostos, analisados e levam junto com eles alertas e sugestões para a tomada de ações, sejam preventivas ou corretivas, para enfrentar esse atual e desafiador problema: a evasão maçônica.

2. Referencial Teórico

2.1. Motivação

Possibilitar e manter pessoas com bom nível de motivação não é uma tarefa complexa e difícil apenas na prática. Do ponto de vista teórico, a motiva-

ção também se mostra complexa. Essa complexidade pode assim ser expressa:

Sob um olhar interpretativista, a motivação é tratada como algo complexo, individual e social, informal e subjetivo. Parte-se do princípio de que a conceituação de motivação é diversa e heterogênea. Não há consenso entre os autores sobre o conceito ou mesmo sobre os fatores que possibilitam a efetivação da motivação do homem. Entre os diversos conceitos propugnados, há somente certa tendência comum em indicar que a motivação trata do que mobiliza a pessoa a realizar algo, a partir da articulação de motivos e desejos (SALAZAR, 2015, p. 15).

A motivação pode ser entendida como a força ou energia intrínseca que nos move para a ação. Esse processo de motivação é contínuo e não acabado, molda-se à realidade e ao momento de cada indivíduo. Sendo a motivação algo eminentemente intrínseco, uma pessoa não pode, por si só, motivar a outra. Entretanto é possível facilitar o processo de motivação, ou mesmo estimular pessoas. O estímulo é compreendido como algo extrínseco, mas capaz de incentivar a motivação (VERGARA, 2016). Prêmios, medalhas, elogios e bonificações são bons exemplos de estímulos.

Além disso, a motivação para o trabalho tem um caráter bastante individual, como fica claro no trecho abaixo:

Dentro de uma perspectiva mais abrangente, os modelos de administração consideram os trabalhadores como indivíduos que se mostram motivados por um conjunto mais complexo de fatores, que, por sua vez, guardam correlações entre si. Além disso, começa-se a admitir, como ponto de partida, as restrições impostas pelas diferenças individuais em situação de trabalho. Diferentes pessoas buscam diferentes objetivos motivacionais ao se engajarem em determinado tipo de trabalho. Cada trabalhador possui diferentes habilidades e talentos pessoais que são inéditos, próprios a um único indivíduo. Portanto, cada um deles terá condições de contribuir de maneira diferente para a consecução dos objetivos organizacionais (TAVARES, 2004, p.5).

Outro fator importante que pode acionar o gatilho da motivação ocorre quando o indivíduo reconhece o seu trabalho como significativo. Essa significação vem quando estão presentes elementos como: aprendizagem, possibilidade de desenvolvimento pessoal, oportunidade de desempenhar papel relevante na sociedade, sensação de pertencimento e de estar contribuindo, ser apreciado, além de promoção da autoestima e de satisfação (VERGARA, 2016).

2.2. Desmotivação

Recorrendo ao dicionário da língua portuguesa Infopédia (2017) encontramos para a palavra desmotivação os seguintes significados:

1. Ato ou efeito de desmotivar ou desmotivar-se.
2. Conjunto de fatores que impedem a realização de um ato ou uma tomada de atitude.
3. Desinteresse, indiferença.
4. Estado de espírito em que não se vê motivo para agir ou tomar atitude; falta de espírito de iniciativa (INFOPÉDIA, 2017).

Esses significados permitem inferir que a desmotivação não é apenas o oposto da motivação ou a ausência dela, mas se constitui em uma barreira, um obstáculo que impede a realização de atos e a tomada de decisões. Sendo citada como um estado de espírito negativo, toma uma conotação quase patológica.

Por outro lado, Tavares (2004) defende que quando um esforço despendido na busca de satisfazer uma necessidade é bloqueado, o indivíduo encontra-se em um estado de insatisfação que, ao ser vivenciado por determinado período, pode culminar em um estado de frustração ou desmotivação.

Seguindo essa linha de raciocínio, o bloqueio, obstáculo ou impedimento dos fatores motivacionais pode transformar-se em frustração e desmotivação. Na pior das hipóteses, essa desmotivação pode se apresentar como algo patológico:

A desmotivação, expressada por um comportamento patológico, sempre se constitui em uma espécie de ênfase exagerada de ações habitualmente típica das pessoas. Esses comportamentos surgem após longos períodos de frustrações e não atendimento das próprias necessidades. Portanto, as empresas devem ter atenção especi-

al às condições de qualidade de vida no trabalho, evitando assim, o surgimento de comportamentos patológicos que comprometam a produtividade e a eficácia das mesmas, dentro de um mercado globalizado e altamente competitivo, no qual os recursos humanos são considerados diferenciais competitivos (TAVARES, 2004, p.7).

Bergamini (1997) elenca cinco síndromes patológicas observadas no cotidiano de empresas problemáticas:

1. Organização paranoide: a direção da empresa toma uma postura de desconfiança e controle excessivo dos funcionários. Tal ação cria um clima de tensão e inibe a espontaneidade e criatividade.
2. Organização compulsiva: os controles internos de empresas como essas também são rígidos, voltando a atenção para a programação, metas, eficácia da produção e regras. Não se leva em conta a individualidade e as mudanças não são permitidas. O funcionários tendem a ficar submissos e apáticos.
3. Organização teatral: esse tipo de empresa procura estar sempre em cena. A organização assume riscos exagerados, de forma impulsiva e impensada. Os funcionários se mostram tensos e inseguros e prevalece a sensação de estarem trabalhando para os dirigentes da empresa se destacarem.
4. Organização depressiva: bem fechada em si, esse tipo de empresa tende a ser passiva, relutando em tomar decisões e em resolver problemas. Rotinas são pré-estabelecidas e cumpridas a todo custo. Os colaboradores se sentem impotentes diante dos acontecimentos e com baixos níveis de satisfação.
5. Organização esquizoide: os executivos desse tipo de empresa procuram satisfazer apenas os seus próprios interesses, não se importam com o trabalho ou espírito de equipe. Os funcionários acabam ficando distantes uns dos outros, evidenciando o distanciamento emocional e, por vezes, sentimentos subjacentes de agressividade.

Somado a esses aspectos patológicos, "a desmotivação também está associada a uma crise de va-

lores, através da qual relaciona a desconsagração do trabalho” (TAVARES, 2004, p.8). Essa desconsagração acontece porque o trabalho tem um caráter de obrigação, de penoso, de sofrimento (TAVARES, 2004). Tal concepção é culturalmente arraigada. Exemplo disso são os adágios populares: “Se trabalhar fosse bom, a gente não cobrava.” ou “Trabalho bom é trabalho pouco”, colocando sempre a pecha negativa nas atividades laborativas.

Tavares (2004) argumenta que a maneira de se evitar a desmotivação e a concepção negativa atribuída ao trabalho é buscar o objetivo, o papel da finalidade do trabalho e assim atribuir valência a ele. A clareza do objeto e o valor do trabalho reaproximam o trabalhador da motivação.

2.3. Motivação e trabalho voluntário

2.3.1. Voluntariado

Atualmente, o terceiro setor emergiu no Brasil como uma importante alternativa aos problemas da sociedade. Isso se deu em larga escala pois o bem-estar social passou a ser responsabilidade de toda a sociedade e não exclusivamente do Estado (AZEVEDO, 2008).

Esse crescimento do terceiro setor, em grande medida, é alimentado pelo trabalho voluntário. Afinal “voluntários são os componentes fundamentais para o setor sem fins lucrativos” (OLIVEIRA, 2007, p.6).

Os números corroboram tais afirmações ao demonstrarem que no período de 1995 a 2002, a quantidade de entidades voltadas para o trabalho voluntário apresentou um crescimento expressivo de 71%, saltando de 190mil para 326 mil. Além disso, em 2009, segundo o IBGE, existiam 276 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos cadastradas e 77% delas contavam apenas com trabalhadores voluntários (CAVALCANTE, 2014).

E, ao que tudo indica, há muito potencial a ser explorado para o trabalho voluntário. Segundo uma pesquisa realizada em 2001, com 2.830 pessoas de todo o Brasil, 41% dos entrevistados se dizem muito dispostos a trabalhar como voluntários e 34% um pouco dispostos (DATA FOLHA, 2001).

Estando o trabalho voluntário atrelado ao terceiro setor e sendo o seu principal combustível, é importante termos clara a sua definição. Segundo a Lei 9.608/98, o trabalho voluntário é definido como:

a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

Sobre o conceito de voluntário temos que “é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos” (AZEVEDO, 2008, p.4).

Estas duas definições deixam claro que o trabalho voluntário é espontâneo, não remunerado e possui motivações diversas.

2.3.2. Motivações para o voluntariado

O trabalho voluntário é de vital importância para as organizações do terceiro setor, visto que esta mão-de-obra “compõem muito da infra-estrutura que mantém as portas das organizações sem fins lucrativos abertas e prontas para funcionar” (OLIVEIRA, 2007, p.5). Sendo assim, disponibilizar apoio e promover administração adequada de voluntários é um desafio a ser alcançado pelo setor (OLIVEIRA, 2007).

A adequada gestão de voluntários passa, necessariamente, pela compreensão dos fatores que motivam o indivíduo a se voluntariar. Embora esses fatores sejam bastante diversos e variem de pessoa para pessoa, alguns autores identificam características comuns na motivação para o voluntariado, como o traço de uma ética da solidariedade (AZEVEDO 2008).

“Os voluntários citam como razão preponderante para ser voluntário a vontade de ajudar o próximo” (OLIVEIRA, 2007 p.5). Tal pesquisador ainda amplia essa visão sobre a motivação do voluntariado:

O que move pessoas a serem voluntárias é a motivação de realizar algo significativo, que as satisfaça, que transcenda a sua existência, que firme ou transmita valores e crenças ou que transforme uma realidade que incomoda. A expectativa da pessoa que se dispõe ao voluntariado é proporcional ao valor que ela atribui à causa que será o seu objetivo a ser alcançado. Sua motivação definirá o seu desempenho

(OLIVEIRA, 2007, p.6).

Além dessa busca por realização e significado, muitos voluntários buscam um espaço de convívio social mais saudável e confortável, fugindo da competitividade, pressão e estresse que caracterizam o trabalho na área privada (AZEVEDO 2008).

A motivação é essencial e indispensável no trabalho com voluntários. Afinal, diferentemente da gestão do setor público e privado, a gestão de voluntários não dispõe da remuneração financeira como um fator de permanência e recompensa pelo trabalho prestado (OLIVEIRA, 2007).

Podemos então dizer que a motivação é a moeda de troca do trabalho voluntário. Dessa forma, "captar, assimilar e manter voluntários que desempenhem suas tarefas participando do desenvolvimento da organização com compromisso é o desafio da gestão de voluntários" (OLIVEIRA, 2007 p.6).

Devido a essas e outras diferenças, muitos autores acreditam que não é possível aprender sobre o trabalho voluntário a partir do conhecimento já existente de trabalhadores remunerados. Segundo eles, "o foco dos voluntários estaria no campo das recompensas simbólicas, associadas a critérios como o comprometimento e o desempenho" (SALAZAR, 2015, p.173).

Os trabalhos na área de motivação indicam que a filiação ao trabalho voluntário pode ser explicada por um conjunto diverso de valores, como o altruísmo, o interesse individual em contribuir, a sociabilidade, razões religiosas, noção de obrigação, responsabilidade e até mesmo sentimentos de culpa (CAVALCANTE, 2014).

Ainda na busca pelas motivações que levam ao trabalho voluntário, Oliveira (2007) defende o Inventário das Funções do Voluntário (VFI), que explicita as razões para o indivíduo ser voluntário, divididas em seis interesses motivacionais: social, valor, carreira, compreensão, proteção e estima.

Piccoli (2009) procura elucidar cada um desses seis motivos:

1. Social: ênfase em ampliar, incrementar ou criar relações com amigos, familiares ou pessoas da comunidade.
2. Valores: importância e preocupação em externar valores voltados para questões humanitárias e filantrópicas, como ajudar

o próximo.

3. Carreira: o trabalho voluntário poderá trazer vantagens pessoais para a carreira, melhorias no currículo e contatos comerciais.
4. Aprendizagem (compreensão): enfoque maior na oportunidade de aprendizado, explorar novas experiências, possibilidade de desempenhar e testar na prática as suas habilidades.
5. Proteção: busca por espaço e grupos seguros, acolhimento, preenchimento de tempo ocioso, esquivar para vazio emocional e solidão.
6. Estima: possibilidade de se sentir importante, valorização, sensação de estar de bem consigo próprio, utilidade.

Embora os estudos, especialmente os feitos em nosso país, foquem nos fatores que motivam o ingresso no trabalho voluntariado, pouco se fala sobre a permanência do voluntariado a longo prazo. E o bom desempenho e a sobrevivência das organizações estão justamente atrelados ao voluntariado contínuo, pois é ele que as nutre de mão-de-obra estável, qualificada e comprometida (PICCOLI, 2009).

Sendo assim, a evasão é um tema de importância crucial para as organizações do terceiro setor, pois ameaça a permanência do voluntariado em suas fileiras.

2.3.3. Desmotivação e evasão

Segundo Oliveira (2007), uma importante barreira a ser vencida pelas organizações é a gestão de um número crescente de voluntários, feita de forma adequada e contextualizada para que se evite a desmotivação e conseqüentemente a evasão do trabalho voluntário.

Azevedo (2008, p.7), nos alerta que "Uma questão central ao se falar em voluntariado é a evasão dos voluntários." E levanta a hipótese de que "uma das possíveis causas para a evasão é a falta de clareza quanto às motivações e expectativas que levam a pessoa a voluntariar-se."

Nesse sentido, deve-se agir preventivamente, evitando o surgimento dos principais fatores de evasão, que são a falta ou insuficiência de: apoio dos

gestores, estrutura física, recursos financeiros, compromisso, objetivos claros, resultados, reconhecimento, liderança, preparo, treinamento, participação e atribuições, além dos conflitos (OLIVEIRA, 2007).

Os trabalhos burocráticos também foram apontados como algo para o qual os voluntários não demonstram estar motivados, como apontado no trecho: "Há evidências de desinteresse das voluntárias na participação da parte burocrática" (SALAZAR, 2017, p.177).

Como dito anteriormente, os voluntários procuram um espaço de convivência saudável, fugindo do estresse do cotidiano. Caso encontrem as mesmas pressões e dissabores que encontram em seus locais de trabalho, fatalmente irão abandonar os projetos de voluntariado (OLIVEIRA 2007).

Através de sua pesquisa com voluntários, Oliveira (2007), propõe uma lista mais extensa dos fatores desmotivadores, ou seja, o que entristece o voluntário:

1. Falta de compreensão, integração e espiritualidade
2. Falta de material apropriado
3. Falta de recursos financeiros
4. Críticas destrutivas
5. Falta de disponibilidade
6. Falta de apoio por parte de alguém que podíamos confiar
7. Falta de voluntários para dividir melhor
8. Auter-ego – canalização errada da energia do servir
9. Falta de acompanhamento particular por parte da liderança
10. Falta de compromisso e iniciativa dos voluntários
11. Medo e vergonha de estar sendo visto ao ser servo do Senhor
12. Excesso/sobrecarga de trabalho na vida secular
13. Desinteresse
14. Cansaço físico e mental
15. Falta de incentivo
16. Cobrança exagerada
17. Deslocamentos cansativos

18. Desconhecimento da visão ministerial

19. Falta de espiritualidade

20. Não se sentir digno ou capacitado para realizar o trabalho

Por fim, Oliveira (2007) destaca em suas considerações a importância da estrutura administrativa e da gestão baseada em valores:

O trabalho voluntário aponta para uma nova visão administrativa, trazendo à tona a necessidade de uma gestão baseada em valores da racionalidade substantiva, mais flexível, simplificada, descentralizada, participativa sem, contudo abrir mão de estrutura necessária; porém, o índice de pessoas que deixaram o voluntariado demonstra que na prática, as organizações sem fins lucrativos ainda não têm conseguido se adequar, encontrar um modelo próprio da gestão que atenda às particularidades do trabalho voluntário. A transposição de ferramentas ou a ausência de estrutura administrativa podem causar a evasão de voluntários (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Possível profilaxia para a evasão é o reconhecimento do trabalho do voluntário. Tal postura é de vital importância e visa proporcionar um ambiente de crescimento e valorização do trabalho realizado. Nesse sentido, o retorno ou feedback de avaliação constante são ferramentas úteis, a medida que buscam comentar as observações e inserir um planejamento futuro, um norte de perspectivas para a realização do sonho individual e coletivo que levou o voluntário a abraçar o trabalho e a organização (AZEVEDO, 2008).

2.4. Evasão na Maçonaria

Neste trabalho, a Maçonaria será tratada apenas sobre seu enfoque institucional, como organização do terceiro setor, de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos e que, como tal, depende do trabalho voluntário para sua existência.

Esse enfoque é referendado pelo escritor e pesquisador maçônico, Kenny Ismail, ao definir a Maçonaria como "um sistema de moralidade e ética social, que tem, entre outros, a felicidade de seus membros e o auxílio ao próximo como objetivos institucionais, e, baseada no voluntariado" (ISMAIL, 2013, p.51), e ao lembrar que "o meio maçônico tem por

característica o voluntariado” (ISMAIL, 2013, p.33).

O trabalho que o maçom desempenha nas Lojas é voluntário, espontâneo e não remunerado. Em verdade, na quase totalidade das vezes, os membros da instituição são responsáveis pela manutenção da estrutura da Maçonaria, com o pagamento de mensalidades, taxas ou doações.

Tendo a Maçonaria essas características, é de se esperar que as motivações e razões que impulsionem as pessoas a ingressarem nesta instituição sejam similares a de outras organizações do terceiro setor. Essa suposição foi confirmada por uma pesquisa realizada com 1.571 maçons brasileiros das 27 unidades da federação:

Sobre os motivos que levaram os indivíduos a ingressarem na Maçonaria, as categorias e subcategorias definidas no estudo foram as seguintes:

Categoria 1. Vontade de ajudar o próximo: essa categoria se refere ao ingresso na Maçonaria com intenção de participar de projetos e trabalhos sociais, de cunho filantrópico e caritativo.

Categoria 2. Busca por conhecimento: as respostas estão relacionadas ao ingresso com o objetivo de acesso a conhecimento sobre história, filosofia, simbologia e afins.

Categoria 3. Valores morais: essa categoria remete a questões relacionadas a valores morais. Emergiram cinco subcategorias distintas: 3.1. Aperfeiçoamento moral e espiritual; 3.2. Admiração pela instituição ou membros; 3.3. Identificação com os valores morais; 3.4. Questões familiares; 3.5. Convite de amigos.

Categoria 4. Outras motivações: as respostas referem-se ao ingresso com interesses diversos, divididos em duas subcategorias: 4.1. Curiosidade; 4.2. Socialização (ISMAIL, 2013, p.45).

2.4.1. Preocupação com a evasão

Se a evasão é uma questão crucial para as organizações que utilizam o trabalho voluntário (AZEVEDO, 2008), também o é para a Maçonaria.

Os maiores centros mundiais da Maçonaria são os Estados Unidos e a Inglaterra. São de longe os países com o maior número de Lojas e consequente-

mente de maçons (ISMAIL, 2013). Mas, ao avaliarmos os números oficiais das Grandes Lojas desses dois países, podemos facilmente notar os efeitos da evasão, demonstrados no acentuado declínio numérico, apresentado (LIST..., 2008, 2012, 2016) na Tabela a seguir:

Tabela 1: Dados coletados do List of Lodges, anos de 2008, 2012 e 2016

País	2008		2012		2016	
	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons
EUA	11.610	1.534.821	11.504	1.339.051	11.319	1.232.832
Inglaterra	8.220	258.033	7.850	231.074	7.476	201.286

Fonte: Elaborada pelo autor.

Salta aos olhos a expressiva redução dos números da maior nação maçônica do Mundo. Em apenas 8 anos, foram fechadas 291 Lojas Maçônicas, representando uma queda de 2,5%. Já em relação ao número de maçons, houve um declínio de 301.989 membros, perfazendo queda de cerca de 19,7%.

Essa tendência de declínio se repete, com agravamento, no país que possui a mais antiga Grande Loja do Mundo, a Grande Loja Unida da Inglaterra (ISMAIL, 2013). A Inglaterra também é a segunda nação maçonicamente mais populosa, segundo dados do *List of Lodges*. No caso da Inglaterra, o déficit de Lojas, no período entre 2008 e 2016 foi de 744, significando uma perda relativa de 9%. Quanto a queda no número de membros da organização, chegamos a 56.747 maçons a menos, que totalizam 22% do déficit.

Esses números reforçam a percepção do autor maçônico norte-americano Hodapp (2005):

A Maçonaria vem diminuindo há um tempo, e Lojas se apavoraram com isso. Prédios enormes, construídos durante os anos de crescimento, agora se correm o risco de fechamento, e Lojas que já existem há 100 anos ou mais se fundem ou simplesmente fecham (HODAPP, 2005, p279).

Quando tratamos da realidade brasileira, notamos na próxima tabela um crescimento relevante durante o período avaliado:

Tabela 2: Dados coletados do ListofLodgesMassonic, anos 2008, 2012 e 2016.

País	2008		2012		2016	
	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons
Brasil	4.856	164.373	5.355	178.468	5.621	198.370

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em nosso país, houve um aumento absoluto e relativo do número de Lojas, 765 e 15%, respectivamente. Em relação à quantidade de maçons, o crescimento apresentado foi de 33.997 membros, que representa incremento de 20,7%.

À primeira vista, os números são animadores e induzem à conclusão de que a Maçonaria brasileira está em franca expansão, não devendo se preocupar com a questão da evasão. Entretanto, quando nos detemos sobre o levantamento numérico dos estados, notamos que alguns apresentam queda no número de membros ou Lojas, em determinados períodos, conforme dados numéricos da próxima tabela:

Tabela 3: Dados coletados do List Of Lodges, anos 2008, 2012 e 2016, referentes às Grandes Lojas Maçônicas do Brasil (confederadas à CMSB).

Estado	2008		2012		2016	
	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons
Acre	20	570	18	762	19	650
Tocantins	28	673	27	686	28	685
Alagoas	20	525	20	450	22	531
Pernambuco	51	1.150	42	965	52	1.300
Piauí	34	1.250	43	1.366	47	1.350
Rio de Janeiro	115	9.700	177	7.453	196	5.765
São Paulo	648	18.157	640	21.351	712	23.005

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 3 explicita que no estado do Acre, houve uma ligeira diminuição do número de Lojas de 2008 para 2012 e uma queda mais acentuada na quantidade de membros, déficit de 112 maçons, no intervalo entre 2012 e 2016.

Tocantins apresentou ínfima diminuição de 1 integrante, entre 2012 e 2016. Alagoas teve um déficit de 75 maçons de 2008 para 2012, recuperando-se no ano de 2016. Pernambuco foi um estado com declínio de 9 Lojas e de 185 maçons no período de 2008 a 2012, voltando a crescer em seguida. O estado do Piauí teve uma discreta redução 16 membros, entre 2012 e 2016, apesar do número de Lojas ter aumentado.

Já Rio de Janeiro, um dos berços da Maçonaria brasileira (ISMAIL, 2013) apresentou uma queda constante e significativa ao longo dos 8 anos avaliados, decrescendo quase 4.000 maçons, apesar de um desproporcional aumento no número de Lojas, 81 no período.

E São Paulo, a maior Grande Loja do Brasil, em número de Lojas e obreiros, registrou uma diminuição de 8 Lojas, de 2008 para 2012, retomando a ampliação de Lojas em seguida e mantendo bom ritmo de crescimento no que se refere à quantidade de maçons.

Todos esses dados nos servem de alerta e demonstram que a Maçonaria brasileira tem motivos para ficar alerta quanto à progressão do seu número de membros. Embora a maioria das Grandes Lojas esteja crescendo, oscilações são frequentes.

Finalmente, voltando às atenções para a GLMDF, notamos, pela análise da próxima tabela, uma certa estagnação no número de Lojas e maçons. Apesar do crescimento alcançado entre 2008 e 2012, desde então, nota-se uma clara dificuldade de acompanhar os índices médios de crescimento das demais Grandes Lojas maçônicas brasileiras.

Tabela 4: Dados coletados do List of Lodges, anos 2008, 2012 e 2016.

Estado	2008		2012		2016	
	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons	Lojas	Maçons
Distrito Federal	31	815	38	1.000	38	1.015

Fonte: Elaborada pelo autor.

Várias medidas podem ser implementadas no sentido de promover o crescimento do número de maçons. Certamente, uma medida eficiente seria diminuir a evasão dos membros, que trabalham voluntariamente para a instituição. Para tanto, é necessário que tenhamos conhecimento sobre as causas da evasão maçônica.

Na literatura pesquisada, não encontramos informações robustas quanto aos fatores de desmotivação ou evasão que se referem especificamente à Maçonaria. É justamente para suprir essa lacuna que propomos esta pesquisa.

3. Metodologia

3.1 Levantamento de hipóteses

No dia 01 de Março de 2017, os Veneráveis Mestres (presidentes) das Lojas Maçônicas jurisdicionadas à GLMDF realizaram uma reunião administrativa para tratar de assuntos diversos. Aproveitou-se a reunião para levantar a opinião dos representantes das Lojas sobre quais seriam as principais causas de evasão maçônica.

De forma livre e utilizando o método de brainstorming, os Veneráveis levantaram as seguintes hipóteses:

1. Dificuldades financeiras, em decorrência da atual crise econômica.
2. Questões religiosas, em virtude da discordância e restrições que alguns líderes religiosos ainda possuem em relação à Maçonaria.
3. Razões familiares, como cobrança por parte da esposa e filhos ou insatisfação quanto ao comparecimento às reuniões e atividades da ordem.
4. Motivos profissionais, a sobrecarga de trabalho, a jornada estendida ou a mudança de local de trabalho dificultariam a permanência na Loja.
5. Conflitos interpessoais (desavenças e desentendimentos com, ou entre, outros maçons), as chamadas "brigas" internas.
6. Reuniões cansativas e sem conteúdo. Segundo os defensores dessa hipótese, reuniões sem conteúdo filosófico e ritualístico, com excesso de assuntos administrativos levariam à desmotivação dos membros.
7. Desvalorização das suas ideias e opiniões. Membros que não podem expressar suas ideias, falar durante as reuniões e tem suas opiniões desvalorizadas serão fortes candidatos a deixar a instituição.
8. Sentiu-se desprestigiado na distribuição dos cargos em Loja. A vontade de trabalhar ou o desejo por cargos não satisfeitos seria um fator de evasão.
9. Suas expectativas iniciais não foram atendidas (frustração). Pessoas que ingressam na Maçonaria com alta expectativa ou que

não sabem com clareza o que irão encontrar, teriam maiores chances de sair.

10. Outros. Optou-se por deixar um espaço livre para outras possíveis causas não contempladas entre as anteriores.

Essas hipóteses então foram resumidas e organizadas em um questionário que, além dos motivos de evasão, questionou o participante da pesquisa sobre o seu interesse em voltar a se filiar na instituição, qual a sua visão geral sobre a Maçonaria e se a missão, valores e objetivos maçônicos estavam claros para eles. Para os motivos de evasão, aceitava-se múltiplas respostas, para as demais perguntas, apenas uma resposta.

O questionário foi enviado aos 71 maçons que solicitaram desligamento da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal no ano de 2016, inicialmente por e-mail. Caso não se obtivesse resposta no prazo de 7 dias, as mesmas perguntas seriam enviadas por mensagem através do aplicativo WhatsApp. Dos 71 maçons, 40 responderam o questionário. Todos de forma completa e não houve necessidade de descarte de nenhuma das participações.

Além disso, os Veneráveis Mestres presentes na reunião do dia 01/03/2017 opinaram sobre o perfil do maçom que se evade da instituição. Embora as opiniões fossem bastante diversas, a maioria afirmou acreditar que os casados deixam a instituição mais do que os solteiros. Por outro lado, acham que quanto maior a renda e o nível de instrução, menor será a tendência de evasão.

Quanto ao grau maçônico, dos três graus concedidos pelas Lojas da GLMDF, dos 27 Veneráveis Mestres presentes, 15 (55,5%) disseram acreditar que os Aprendizes são o grupo que mais abandona a Ordem, 9 (33,3%) acharam que são os Mestres e apenas 3 (11,1%) julgaram ser os Companheiros os que mais abandonam a instituição.

Outros questionamentos foram levantados, como por exemplo, se o tempo de iniciado teria influência sobre a evasão. Alguns manifestaram que "quanto mais tempo de ordem, maior a chance do membro abandonar a ordem", pois o maçom se sentiria cansado ao longo do tempo.

Com o intuito de confirmar ou refutar essas hipóteses e opiniões, foi realizado um levantamento dos dados sócio-demográficos dos maçons, constantes nos arquivos da Secretaria de Relações Interiores da Grande Loja Maçônica do Distrito Federal. Com-

parou-se os dados dos maçons que solicitaram desligamento no ano de 2016, com uma amostra aleatória de 70 maçons regulares e ativos, 2 de cada uma das 35 Lojas Maçônicas jurisdicionadas.

4. Análise dos resultados

4.1. Breve perfil de evasão

No ano de 2016, a evasão de membros da GLMDF totalizou 107 maçons. Destes, 71 (66,36% do total) se enquadram na categoria Quite-Placet e Certificado de Desligamento, ou seja, os próprios integrantes solicitaram a sua saída. Doravante, classificaremos estes como Grupo 1.

Os 36 restantes (representando 33,64% do total) tiveram os seus direitos maçônicos suspensos, por questões diversas como inadimplência, processo disciplinar, excesso de faltas às reuniões ou até mesmo expulsão. Este grupo será denominado Grupo 2.

Além desses dois grupos, vale a pena destacar que durante o período estudado, faleceram 9 maçons. Embora esses associados não sejam considerados como evasores, impactam negativamente o número total de membros, representando uma redução absoluta de 0,88%.

Ao analisarmos a taxa de retorno, constata-se que, do Grupo 1, 11 integrantes retornaram à Instituição, sendo que 9 o fizeram em 2016 e 2 no ano de 2017 (dados computados até 03/04/2017). Dando uma taxa de retorno de 15,5%. Já no Grupo 2, apenas um integrante retornou para a GLMDF, representando 2,77% de taxa de retorno.

Baseado nesses dados, podemos dizer que os maçons que deixam a organização voluntariamente (Grupo 1) têm aproximadamente 5 vezes mais chances de retornarem à instituição do que os membros que tiveram seus direitos suspensos (Grupo 2).

Ao analisarmos os dados cadastrais dos maçons que solicitaram o desligamento no ano de 2016 (Grupo 1), temos os seguintes achados:

O tempo médio de ingresso na Maçonaria encontrado foi de 5,8 anos. No entanto, a maioria, 69%, tinha menos de 5 anos de ordem, no momento do pedido de desligamento. Já na amostra comparativa, composta por maçons ativos, notamos uma distribuição mais proporcional em relação ao tempo de ordem, além de uma média de tempo maior: 9,1 anos de ingresso.

A religião predominante entre o grupo de ma-

çons que deixaram a instituição (evasores) foi a católica, com 29,6%, seguida pelo espiritismo, com 18,3%, enquanto 12,7% se declararam evangélicos ou cristãos. Por fim, 38% da amostra não possuem ou não declaram sua religião.

Um dado que chama a atenção é a presença de um agnóstico, o que, por regra maçônica básica, não deveria ocorrer, visto que a crença em um princípio criador é um pré-requisito para se ingressar na Maçonaria, especificamente na GLMDF.

Quando comparamos esses dados aos da amostra de maçons ativos, notamos algumas diferenças. Entre os ativos, a proporção dos que se declaram católicos é maior, 47%, seguida pelos evangélicos e espíritas, que apresentaram números bastante semelhantes, 12,9% e 11,4%, respectivamente.

Outra expressiva diferença se refere ao número de maçons que não declararam religião, entre os ativos esse número foi de 20%, somado aos que declararam não ter religião, 2,9%, temos 22,9% sem religião declarada. Esse número é praticamente a metade dos sem religião do grupo dos evasores: 39,4% (somando aos que não declaram religião aquele que se declarou agnóstico).

Embora a amostra avaliada seja estatisticamente pequena, os achados sugerem que a religião seja um fator que influencie positivamente a permanência do maçon nos quadros das Lojas. Estudos com um número amostral maior serão necessários para melhor análise dessa hipótese.

No que se refere à escolaridade, o resultado demonstra que a expressiva maioria dos maçons evasores do estudo tinham como escolaridade o Ensino Superior: 77,8%. Também não foi registrado ninguém com formação abaixo do Ensino Médio. Além disso, vale salientar que o cadastro da GLMDF não contempla instrução acima do Ensino Superior, como pós-graduação, MBA, mestrado, doutorado, etc. Entre os maçons ativos, a distribuição por nível de escolaridade mostrou-se bastante semelhante.

Quanto ao estado civil, entre os maçons que deixaram a instituição prevaleceram os maçons que são casados ou vivem em união estável, 80,6%. Na amostra dos membros ativos, os números também são semelhantes, variando minimamente em 5%.

No tocante aos rendimentos, apurou-se que a renda média dos maçons que saíram da instituição era de R\$8.152,52. Em relação ao patamar de renda, a maioria declarou apresentar ganhos mensais entre 5

e 10 mil reais. Também não foram encontradas diferenças substanciais quanto à renda. Sendo que a média dos ganhos mensais encontrada entre os maçons ativos foi de R\$8.381,15.

Os maçons de uma obediência maçônica regular se dividem em três graus: Aprendiz, Companheiro e Mestre. A passagem de um grau para o outro depende de frequência, estudo, apresentação de trabalho e aprovação do grupo. O tempo mínimo que se permanece no grau de Aprendiz é de um ano. E no grau de Companheiro, sete meses. No grau de Mestre, o associado passa a ter plenos direitos e a responsabilidade de indicar novos membros e participar de sua formação (HODAPP, 2005).

Se consideramos a evasão, tendo como referencial o grau maçônico, podemos chegar a interessantes resultados.

No início do ano maçônico, 01-01/02/2016, a GLMDF contava com 1019 maçons filiados, destes 105 aprendizes, 55 companheiros e 859 mestres.

No ano de 2016, a evasão absoluta entre o aprendizes foi de 10 membros, entre os companheiros de 12, e entre os mestres de 85. Essa evasão representa 9,52% entre os aprendizes; 21,8% entre os companheiros e 9,9% entre os mestres.

Chama a atenção a maior taxa de evasão dos companheiros, apesar de permanecerem menos tempo nessa condição (mínimo 7 meses); Já a taxa relativa de evasão entre aprendizes e mestres mostrou-se muito próxima.

De tudo que foi exposto, o perfil do maçom que deixa a instituição, em sua maioria, é de um Mestre Maçom, com menos de 5 anos de Maçonaria, casado, sem religião declarada, com ensino superior e renda mensal entre 5 e 10 mil reais.

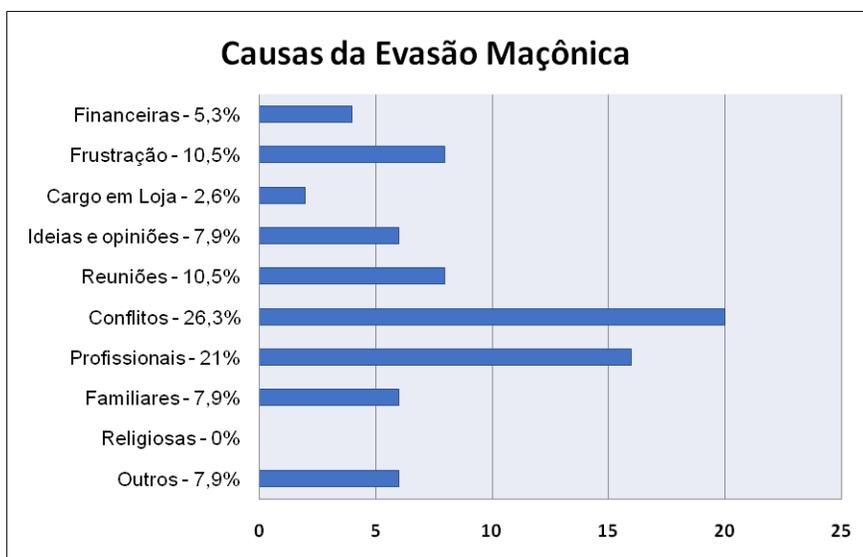
4.2. Possíveis causas de evasão

As hipóteses de causas para a evasão levantadas pelos Veneráveis Mestres da Lojas foram levadas, na forma de questionário, aos maçons evasores da GLMDF do ano de 2016. Dos 71 componentes que solicitaram seu desligamento, 40 responderam o questionário proposto.

Ao analisar as respostas, constata-se que os "conflitos interpessoais (desavenças e desentendi-

mentos com, ou entre, outros maçons)" foram apontados como a principal causa de evasão, representando 26,3% do total de respostas, conforme apontado pelo gráfico a seguir. Metade dos maçons entrevistados apontaram esses conflitos como pelo menos um dos motivos de sua saída, visto que múltiplas respostas foram aceitas.

Gráfico 1: Causas da Evasão Maçônica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para 21% dos respondedores, "Motivos Profissionais" foi causa de seu desligamento da Maçonaria. Sendo essa a segunda resposta mais comum. Em terceiro lugar, seguem empatados como motivos para evasão maçônica "Suas expectativas iniciais não foram atendidas (frustração)" e "Reuniões cansativas e sem conteúdo", ambos com 10,5% das respostas.

Na sequência temos, "Razões familiares" com 7,9%; "Desvalorização das suas ideias e opiniões", também com 7,9%; "Dificuldades financeiras" com 5,3% e finalmente "Sentiu-se desprestigiado na distribuição dos cargos em Loja" com 2,6% das respostas. O motivo "Questões religiosas", não foi apontado, por nenhum dos maçons evasores que responderam o questionário, como motivo para seu desligamento.

O item 10, "Outros", obteve 7,9% das respostas. Dentre essas, não foi possível agrupar respostas semelhantes. Alguns especificaram nesse item respostas como:

"Saí porque precisava de um tempo para refletir sobre mim mesmo."

"A existência de "donos de Loja" me levou a pedir para sair.",

"Não recebi o apoio que esperava em um momento difícil da minha vida",

"Mudei de país. Quis dar um futuro melhor para minha filha e vi que isso não era possível no Brasil.",

"Eu me sentia excluído, então cansei de mendigar a atenção dos irmãos."

4.3. Questionamentos adicionais

Além do levantamento sobre as causas de evasão, foram incluídas mais três perguntas no questionário, de modo a avaliar:

- a intenção do respondente em regressar à instituição, admitindo como resposta: sim ou não.
- sua opinião quanto à clareza da missão, valores e objetos da Maçonaria, podendo as respostas variarem gradativamente entre: muito claros, claros, pouco claros ou nada claros.
- e qual a visão geral sobre a Maçonaria, tendo como possíveis respostas: péssima, ruim, regular, boa e ótima.

No que se refere ao interesse expresso em voltar para a Maçonaria, 100% dos respondentes responderam que sim, que têm intenção de regressar.

Por fim, os maçons evasores que responderam ao questionário, em sua maioria, demonstraram possuir uma visão positiva Maçonaria. Constatamos que 38,9% tem uma ótima visão geral sobre a instituição, 44,4% uma boa visão e 16,7% uma visão regular. As opções ruim ou péssima não foram assinaladas por nenhum dos participantes do estudo.

5. Considerações finais

Constata-se da presente pesquisa que o trabalho voluntário é de importância crucial para a manutenção e sobrevivência das organizações do terceiro setor. A permanência dos voluntários é que nutre as referidas instituições de pessoal capacitado e experiente.

Nesse sentido, é natural a preocupação das organizações com a evasão de seus membros volun-

tários. Conhecer e analisar os fatores que influenciam a motivação do voluntariado é fundamental. Da mesma forma, a compreensão das causas da desmotivação e da consequente evasão é crucial para a sobrevivência de instituições como a Maçonaria.

A Maçonaria configura-se como uma organização do terceiro setor, sem fins lucrativos e que depende totalmente de membros voluntários e contribuintes para a sua existência. Essa existência mostra-se ameaçada pela evasão dos maçons, que toma proporções consideráveis e preocupantes ao redor do mundo, especialmente em países desenvolvidos e onde a Maçonaria existe há mais tempo, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, dentre outros.

O nível de alerta institucional chega ao Brasil, onde, apesar do crescimento geral, alguns estados mostram oscilações ou até mesmo retração contínua do número de membros, como é o caso do Rio de Janeiro, que registrou uma perda de cerca de 4.000 membros em 8 anos (LIST..., 2008, 2012, 2016).

Nesse contexto, destacamos a GLMDF, que foi o foco do nosso estudo e atualmente apresenta incremento do número de membros abaixo da média nacional. Ao analisarmos os dados dessa unidade maçônica e abordarmos, através de questionário, os membros que se desligaram no ano de 2016, foi possível traçar um breve perfil dos membros evasores e comparar com os maçons ativos, além de averiguar as principais causas declaradas de evasão.

Dessa forma, podemos dizer que os maçons que deixaram a GLMDF no ano de 2106 são, em sua maioria, Mestres Maçons, com menos de 5 anos de Maçonaria, casados, sem religião declarada, com ensino superior e renda mensal entre 5 e 10 mil reais.

Esse perfil não diferiu de forma substancial dos membros ativos no que se refere ao grau maçônico, estado civil, nível de escolaridade ou renda mensal. As diferenças foram notadas no que se refere ao tempo de ingresso Maçonaria e religião declarada.

A média de anos de Maçonaria entre os membros ativos foi 9,1 anos, enquanto a média entre os que deixaram a instituição foi de 5,8 anos. Além disso, expressivos 69% dos evasores possuíam menos de 5 anos de Maçonaria, enquanto essa proporção chega a apenas 37,7% entre os membros ativos. Esses dados nos levam a crer que a chance de evasão é maior entre os mais novatos e que o tempo de ordem parece influenciar positivamente a permanência.

A religião também parece influenciar positiva-

mente a permanência dos membros. Enquanto cerca de 40% dos evasores declararam-se sem religião, apenas 22,9% dos membros ativos fizeram o mesmo.

Em termos proporcionais, os maçons que se encontram no Grau de Companheiro foram os que mais se evadiram, 21,8%, enquanto que entre os Aprendizes e Mestres a taxa de evasão não chegou a 10%.

Ainda sobre o perfil dos evasores, destacamos um fato interessante: o retorno à instituição. Entre os que solicitaram voluntariamente as suas saídas, no ano de 2016, 15,5% já retornaram à instituição. Em contraponto, entre os que foram desligados por ato administrativo ou disciplinar, a taxa de retorno foi apenas de 2,77%. Ou seja, estima-se, a partir dessa breve análise, que quem sai voluntariamente da instituição tem 5 vezes mais chance de retornar.

As principais causas de evasão apontadas, por quem deixou espontaneamente a GLMDF no ano de 2016, foram os Conflitos Interpessoais (26,3%) e Motivos Profissionais (21%). Os conflitos interpessoais demonstram um problema interno da instituição a ser trabalhado no sentido de prevenir tais desavenças e gerenciar os conflitos de forma a evitar a saída de membros.

Também chamou a atenção o fato de que nenhum dos respondedores escolheu Questões Religiosas como razão para evasão, de modo que a religião não parece ser fator negativo para a permanência na Maçonaria.

Sobre os questionamentos adicionais, o fato de todos os evasores responderem que tem interesse em retornarem à instituição configura uma oportunidade para a organização reaver seus membros. Ações de incentivo direcionadas a este público podem ocasionar bons resultados. Corroborando essa ideia a visão geral positiva que os evasores declaram ter sobre a Maçonaria. Cerca de 83% deles têm visão ótima ou boa sobre a instituição.

No que se refere à missão, valores e objetivos da Maçonaria, quase 17% dos entrevistados consideram esses conceitos pouco claros. Talvez tais ideias devam ser mais clarificadas aos integrantes das Lojas.

Embora o resultado desta pesquisa seja relevante e abra espaço para reflexões e ações que visem minimizar o problema da evasão, novos estudos podem ser feitos, de forma mais abrangente e em outras unidades da federação, onde a realidade regional pode levar a resultados dispares dos expostos aqui.

Por fim, se o presente trabalho aumentar o interesse e os debates sobre a evasão maçônica e motivar a realização de novas pesquisas, seu objetivo terá sido alcançado.

6. Referências

- AZEVEDO, Debora. Voluntariado corporativo: motivações para o trabalho voluntário. *Revista Produção Online*, v. 7, n. 4, 2008.
- BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Motivação nas organizações*. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BRASIL/CASA CIVIL. *Lei 9608/98 de 10 de novembro de 1998*. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/sicron/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=227990>. Acesso em: 10 de julho de 2017.
- CAVALCANTE, Carlos Eduardo. Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. *Estudos do CEPE*, p. 161-182, 2014.
- COLLIN, Catherine. *O Livro da Psicologia*. São Paulo: Editora O Globo, 2012.
- DATA FOLHA. *Pesquisa Voluntariado*. Outubro de 2001.
- DE AGUIAR SALAZAR, Kássia; DA SILVA, Alfredo Rodrigues Leite; FANTINEL, Leticia Dias. As relações simbólicas e a motivação no trabalho voluntário. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 16, n. 3, p. 171, 2015.
- HODAPP, Christopher. *Freemasons for Dummies*. Hoboken, NJ: Wiley Publishing Inc., 2005.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Populacional de 2010*.
- INFOPÉDIA, desmotivação in: *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2017. [consult. 2017-04-11 02:06:53]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desmotivação>
- ISMAIL, Kenny Soares Oliveira. A influência da liderança na identidade e comportamento maçônico. 2013. 70f. *Dissertação* (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, FGV, Rio de Janeiro.
- LIST OF LODGES, Illinois, USA: Ed. Pantagraph, 2008.
- LIST OF LODGES, Illinois, USA: Ed. Pantagraph, 2012.
- LIST OF LODGES, Illinois, USA: Ed. Pantagraph, 2016.
- MACNUTLY, W. Kirk, *A Maçonaria: símbolos, segredos, significado*. São Paulo: Editora WMF, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Correia de; BEZERRA, Rosa Maria Munguba. Fatores que geram a evasão no trabalho voluntário. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, v. 1, 2007.

PICCOLI, P. *Motivação para o trabalho voluntário contínuo: um estudo etnográfico no Núcleo Espírita Nosso Lar*. UNIVALE, Biguaçu, SC, 2009.

TAVARES, Fernanda Pereira. *Motivação e desmotivação sob o enfoque organizacional*. Faculdade Santa Helena – FASH, Recife PE, 2004.

VERGARA, Sylvia. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro: FGV online, 2016.

**“... e suas oficinas se espalham por todos os recantos da Terra”:
Considerações sobre a Maçonaria no âmbito das Relações Internacionais**

("... and its lodges spread out in every corner of the earth":
Considerations about Freemasonry in International Relations)

Edgard da Costa Freitas Neto ¹

Resumo

O presente artigo busca apresentar de maneira geral alguns aspectos sobre as condições de estudo das possibilidades de atuação da Maçonaria no cenário das Relações Internacionais. A partir de uma revisão sintética das suas correntes mais relevantes, passando por uma discussão a respeito da natureza transnacional da Maçonaria, tanto entre seus diversos componentes como em relação às sociedades e estados em que estão inseridos e, por fim, uma discussão de alguns casos paradigmáticos de atuação maçônica internacional e das possibilidades que eles projetam.

Palavras-chaves: Maçonaria; Relações Internacionais; OnGs.

Abstract

This paper aims to present general aspects on the possibilities of academic research on Freemasonry within the fields of International Relations (IR). Starting from a review of the main currents in IR, through a discussion on the transnational nature of Freemasonry – between the various masonic bodies and between them and their states and civil societies – and finally a discussion on some paradigmatic examples of masonic international activities and the possibilities they foresee.

Keywords: Freemasonry; International Relations; NGOs.

¹ Edgard da Costa Freitas Neto é Mestrando em Relações Internacionais na UFBA — Universidade Federal da Bahia. Professor de Direito Civil e Processo Civil na Faculdade da Cidade do Salvador. Advogado. Juiz do Tribunal de Disciplina, Ética e Eleitoral da Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia. E-mail: edgardcfn@gmail.com

1. Introdução

Em uma noite de junho do ano de 1717, representantes de quatro Lojas de maçons ingleses se reuniram numa taverna chamada "O Ganso e a Grelha" com a intenção de formar um corpo com jurisdição sobre elas, que ficou sendo conhecida como Grande Loja Maçônica de Londres e Westminster, antepassada direta da atual Grande Loja Unida da Inglaterra e considerada genericamente a "Grande Loja Mãe" do mundo maçônico.

Ao longo de trezentos anos a Maçonaria se espalhou pelo mundo e sofreu transformações. Aquele movimento original de quatro Lojas deu origem a um movimento multifacetário e eminentemente cosmopolita que reúne milhões de homens e mulheres em todos os continentes em torno de um mito fundador comum.

Para os fins deste trabalho, portanto, iremos considerar igualmente parte da Maçonaria, ou movimento maçônico, tanto os grupos ligados ao que chamaremos de tradição conservadora (ou anglo-saxã) de Maçonaria como o que chamaremos de tradição liberal (ou continental). A primeira pode ser definida, grosso modo, como teísta, masculina e apolítica e a segunda (também de modo grosseiro) como agnóstica, inclusiva em questões de gênero e ativista em questões políticas.

Esta indistinção se justifica. Não existe um poder hegemônico sobre o movimento maçônico. Ninguém é proprietário dos símbolos, dos rituais e do ideário. A discussão sobre reconhecimento e regularidade possui um valor, mas este valor é limitado para uma análise externa do movimento. A Maçonaria se revela, no mundo real, como uma intrincada rede organizada em torno de polos de influência. A "regularidade" se revela, assim, uma questão de ponto de vista, absolutamente supérflua quando se observa que o irregular não se reconhece como tal, muito ao contrário.

A Maçonaria ganhou fama de participante ativa (e oculta), ou mesmo instigadora, de grandes acontecimentos mundiais. Esta fama, entretanto, se encontra alicerçada em muitas lendas e teorias da conspiração escritas tanto por apologistas incontinentes como por detratores que beiram a fobia, que, como extremos de uma ferradura, parecem distantes, mas em verdade estão muito próximos. Por esta razão, talvez por muitos anos, a Academia não se interessou pelo estudo deste fenômeno.

É possível, entretanto, observar um retorno do interesse acadêmico pela Maçonaria. Podemos destacar, por exemplo, os estudos da professora Jessica

Harland-Jacobs (2013) sobre o papel da Maçonaria no projeto imperial e colonial britânico; da professora Margaret Jacob (1991) sobre os impactos recíprocos do iluminismo, Maçonaria e política na Europa do século XVIII; o do professor Steven Bullock (1998) sobre o papel da Maçonaria na transformação da sociedade americana entre 1730 e 1840; os de Ric Berman (2013 e 2017) abordando diversos aspectos da Maçonaria na sociedade britânica e americana nos séculos XVIII e XIX; a interessante tese do prof. Patrick Mendis (2009) sobre o papel da Maçonaria na formação do que ele entende ser o ethos americano; e o do prof. David Hackett (2014) sobre a relação da Maçonaria com as principais correntes religiosas nos Estados Unidos, além, claro, da REHMLAC – *Revista de Estudos Históricos de La Masonería Latinoamericana y Caribeña*, vinculada à Universidade de Costa Rica.

O movimento acadêmico no Brasil, entretanto, ainda é tímido, destacando-se a obra pioneira (pelo rigor científico) de David Gueiros (1979) sobre o papel da Maçonaria durante a Questão Religiosa no 2º Reinado, além das de Marco Morel e Jean Françoise de Oliveira (2008), Alexandre Mansur Baratta (1999) e Kenyo Ismail (2016 e 2017) e da Revista *Ciência & Maçonaria*, editada pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com organizações maçônicas. Mas, fora estas exceções, o interesse acadêmico permanece baixo e a pesquisa sobre fontes primárias, quase inexistente.

Um ponto especificamente negligenciado, e cujas possibilidades de estudo pretendemos aqui demonstrar, é o de um papel da Maçonaria no âmbito das Relações Internacionais. A Maçonaria, afinal, é um movimento não governamental cosmopolita de pretensões ecumênicas, não sectária e apartidária, que se espalha por dezenas de países das mais variadas configurações econômicas, religiosas, étnicas, políticas e culturais e que possui, ao redor do mundo, milhões de membros.

Entretanto, apesar de ter alguns elementos básicos (os quais serão abordados na questão da regularidade e reconhecimento entre os maçons), o movimento maçônico não é ideologicamente monolítico. Decerto que os maçons, como parte da sociedade civil, interferem em suas sociedades, em maior ou menor grau. E, sendo o movimento essencialmente cosmopolita, é possível questionar em que medida é capaz de interferir na sociedade internacional.

Para tanto, mas sem pretensão de esgotar a matéria, vamos passar em revisão as principais correntes de pensamento no âmbito das Relações Internacionais; iremos também nos embrenhar nas questões conceituais da Maçonaria, com especial ênfase na espinhosa questão de regularidade e reconheci-

mento, para em seguida analisar alguns casos paradigmáticos de atuação internacional para ao fim propor, à guisa de uma conclusão, algumas possibilidades de atuação.

2. Quem são os atores na cena internacional?

A emergência das Relações Internacionais como uma área de pesquisa específica se dá com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o surgimento da Liga das Nações (CARR, 2001). Havia então uma crença utópica na possibilidade de se alcançar uma paz duradoura que justificasse a crença de que o moedor de carne das trincheiras na Frente Ocidental fosse "a guerra para acabar com todas as guerras", expectativa frustrada pelo colapso da Liga e o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O campo das Relações Internacionais é dominado por três grandes teorias, mas não se limita a elas, já que outras teorias (ou perspectivas) têm surgido nas últimas décadas para contestar a primazia das correntes majoritárias. Não é, todavia, nossa pretensão penetrar nos debates epistemológicos das Relações Internacionais nos limites mais modestos deste artigo.

A primeira e mais popular corrente de Relações Internacionais é a chamada de Realismo. O Realismo parte de uma visão essencialmente pessimista da natureza humana e toma como premissa que as relações entre as nações são basicamente conflituosas. O ator básico das relações internacionais, dentro das diversas escolas realistas, é o Estado.

A segunda corrente é a do Liberalismo ou pluralismo. O Liberalismo parte de concepções opostas às do Realismo, adotando uma visão otimista da natureza humana, tomando como premissa a possibilidade de cooperação entre as nações. Ao contrário dos realistas os liberais, nas suas diversas correntes, admitem que agentes subestatais, transestatais e não estatais sejam também considerados atores de relevo na seara internacional

A terceira corrente, minoritária em relação às duas primeiras, é a marxista/radical, que considera que as relações internacionais sejam basicamente um desdobramento das relações de luta e poder entre as classes. Nesta concepção, os atores internacionais agem em realidade como longa manus dos interesses de classes subjacentes à superestrutura econômica capitalista.

Os avanços no debate acadêmico nos anos 70 e 80 levaram a reformulações tanto nas concepções realistas quanto nas pluralistas, levando ao chamado Neorealismo, representado, dentre outros, por Ken-

neth Waltz e ao Neoliberalismo a ele contraposto, sustentados por autores como Robert Keohane e Joseph Nye, polarizando o campo no chamado "debate neo-neo" que se dá, entretanto, dentro do paradigma positivista.

Outras correntes, minoritárias, como as teorias pós-modernas, pós-coloniais e feministas contestam diretamente o paradigma (ontológico, metodológico e epistemológico) *mainstream*, mas o debate interparadigmático ainda é, em boa medida, um diálogo de surdos.

O construtivismo, entretanto, emerge como uma abordagem capaz de suprir lacunas tanto no paradigma positivista como no crítico, ao buscar compreender como os fatos construídos socialmente, contrapostos aos fatos naturais, interferem no relacionamento entre os agentes na arena internacional (WENDT 2014).

3. O enigma maçônico

O que é, exatamente, a Franco-Maçonaria? Sabe-se que é uma organização não governamental (ONG), fraternal, sem fins lucrativos, semisecreta (discreta), cujo acesso se dá por meio de uma cerimônia de iniciação, processo que fornece ao iniciando as chaves interpretativas dos símbolos, ritos e mitos. É parte da "sociedade civil", ou seja, aquilo que num sentido hegeliano não é parte nem da família nem do aparato estatal (HEGEL 1997).

Apesar de ter uma grande variedade de ritos e rituais, consideraremos aqui como "Maçonaria" aquela organização que possui no mínimo três graus básicos (aprendiz – companheiro – mestre), tem como mito fundador a construção do Templo do Rei Salomão e cuja linguagem simbólica é construída sobre uma leitura moral dos instrumentos de trabalho dos operários da construção civil.

A unidade básica da Maçonaria é o agrupamento local de maçons, normalmente chamado "Loja", composta por no mínimo sete maçons e governada por um deles, livremente escolhido, sob o título de Mestre. Acima das Lojas, e por elas constituídas como poder organizador e ordenador, erguem-se as ditas "Potências" ou "Obediências", chamadas tradicionalmente de Grandes Lojas ou Grandes Orientes (a depender da tradição a que se vinculem), invariavelmente governadas por um Grão-Mestre, cargo não vitalício, eletivo e com maior ou menor autoridade em face de uma Assembleia Geral.

Como dito anteriormente, entretanto, não limitaremos a análise do fenômeno apenas à tradição ortodoxa, conservadora, de tradição inglesa do fenô-

meno maçônico, mas sim que incluiremos a versão heterodoxa, dita liberal ou adogmática, de tradição francesa, que aceita a iniciação de mulheres e ateus.

Apesar de ser um fenômeno originalmente britânico, a Maçonaria se subdividiu em centenas de potências ao longo dos últimos trezentos anos. Dezenas de cismas locais, nacionais e internacionais fizeram surgir e desaparecer inúmeras potências.

Assim, diferentemente das religiões organizadas, que possuem (em regra) centros de autoridade (como, por exemplo, o Papa, Sínodos, Concílios, Assembleias), e das ONGs tradicionais (que mesmo atuando de modo transnacional possuem ao menos uma matriz) que lhes pode impor unidade doutrinal e comandos de ação de forma centrípeta, não existe algo como uma "autoridade central" maçônica em nível internacional.

Tradicionalmente as potências maçônicas exercem jurisdição de forma soberana sobre um determinado território, o qual muito raramente ultrapassa as fronteiras nacionais. De modo esporádico, entretanto, potências maçônicas se aventuram além das fronteiras, normalmente para estabelecer Lojas em locais que não tenham nenhuma atividade maçônica (como é o caso de muitos países na África e no Leste Europeu) ou nos quais não haja reciprocidade de reconhecimento com a potência preestabelecida (como no caso da *Droit Humain*, já citada, que por ser mista é considerada "irregular" pelas Lojas de tradição conservadora).

A expansão da Maçonaria acompanhou o ritmo da expansão colonial britânica. Poucos anos depois da fundação da Grande Loja de Londres e Westminster, maçons ingleses – comerciantes, militares e burocratas do império, principalmente – fundaram Lojas na França, Espanha, Portugal, Holanda, Itália, Alemanha, nas colônias na América, África e Ásia. A eles seguiram, no mesmo ritmo, maçons irlandeses e escoceses (HARLAND-JACOBS, 2013).

Rapidamente, a Maçonaria nestes locais ganhou vida própria. Na maior parte deles, aliás, pois em alguns – principalmente Portugal, Espanha e Itália – a interdição imposta pela bula papal *In Eminentis* (1738) trouxe vários períodos alternados de restrição ou perseguição ativa (BENIMELLI, 2007). Naqueles em que puderam florescer, entretanto, as Lojas locais se expandiam independentemente de licença ou autorização central inglesa, incorporando e reproduzindo aspectos culturais e ideológicos locais.

Sendo ao mesmo tempo receptáculo e difusor do ideário iluminista, a Maçonaria se viu no centro da formação da modernidade, oferecendo, nas mais diversas sociedades em que está presente, um espaço

de sociabilidade e liberdade que não se encontrava no ambiente externo, dito "profano".

Essa expansão e diversidade trouxe conflitos internos, como a cisão e rivalidade entre a Grande Loja original e a concorrente Grande Loja Antiga - rivalidade que durou de 1751 a 1813 - e externos, como o rompimento de laços entre a Grande Loja inglesa e o Grande Oriente Francês, em 1877, em face de o último ter retirado as menções ao "Grande Arquiteto do Universo" dos seus rituais e passado a admitir a entrada de ateus.

Parte destes conflitos e dissensões pode ser explicado – por paradoxal que seja – pela natureza fraternal da Maçonaria. Os símbolos e rituais maçônicos operam como uma verdadeira língua franca, permitindo a interação entre pessoas das mais diversas origens, tornando seus detentores credores e devedores de uma obrigação que vai além "dos laços comuns de humanidade (...) levando a bons ofícios ainda mais atenciosos", unindo "homens das mais opostas tendências, dos mais distantes países e das mais contraditórias opiniões em um laço indissolúvel de afeto, para que um maçom encontre um amigo em cada nação e uma casa em cada latitude" (WEBB, 2017 p. 12-13).

Este direito/dever de solidariedade extraordinária constitui em verdade um privilégio que, por sua vez, levanta o problema de quem é ou não merecedor dele, pois, novamente nas palavras de Webb, "Sejam os privilégios da Maçonaria indiscriminadamente distribuídos, os desígnios da instituição seriam logo subvertidos; tornando-se banal, como outras tantas questões importantes, logo perderia o seu valor, a-fundando em descrédito" (opcit, p. 16).

Com as frequentes publicações de inconfidências e a expansão descontrolada e geométrica de Lojas Maçônicas desde o século XVIII é de se imaginar que o sistema tradicional de reconhecimento por meio de palavras, apertos de mão e sinais secretos se tornou inútil, levando as obediências maçônicas a emitirem certificados e passaportes.

Já aí era a Maçonaria um fenômeno legitimamente transnacional. Não apenas um clube de ajuda mútua, mas um espaço em que homens (e mulheres, quando fosse o caso) de países, religiões e classes sociais diferentes poderiam discutir temas como iguais (ou, ao menos, com mais liberdade do que a que encontravam no mundo exterior), servindo, pois, como canal difusor de ideias e pessoas, já que um maçom podia invocar o seu status em qualquer Loja do mundo (conquanto que a mesma o reconhecesse como tal)..

Um exemplo da Maçonaria inglesa pode ser

bem ilustrativo. Com sua estrutura em rede, a Maçonaria, nas palavras de HARLAND-JACOBS (2007),

claramente facilitou os movimento de irmãos oprimidos e seus dependentes quando as circunstâncias os forçavam de uma parte do Império para outra. (...) O esforço envolvia todos os níveis da rede maçônica, de membros individuais a Grandes Lojas, analisando caso a caso.

Mais que isso, a Maçonaria oferecia às elites nativas ascendentes, a oportunidade de expor em privado opiniões que eram consideradas tabus ou mesmo projetos reformistas e revolucionários (MILLAR, 2015). Já do ponto de vista imperial, a iniciação de elites nativas era vista como uma forma de integração que seria, em última análise, benéfica ao Império (HARLAND-JACOBS 2007).

A atuação da Maçonaria se revela, assim, na criação de redes descentralizadas de relacionamentos sociais, de alcance global, permitindo intercâmbios culturais cimentados pelos discursos do amor fraterno, do auxílio mútuo e da liberdade.

4. As Maçonarias e as questões de reconhecimento e regularidade

"Regularidade" e "Reconhecimento" são expressões utilizadas no jargão maçônico como sinônimos mas, apesar de relacionadas, envolvem questões distintas (COOPER, 2015). Tanto regularidade quanto reconhecimento dizem respeito a questões relacionais, são práticas discursivas possuindo valor zero em si mesmas.

Uma obediência maçônica é "regular" quando segue um padrão ideológico ou litúrgico aceito como "regular" pelo outro. E ela é "reconhecida" quando, em virtude da regularidade (mas não apenas através dela), o "outro" estabelece relações mútuas, estendendo, assim, os privilégios que vimos acima a membros de uma e outra Obediência.

Um caso emblemático é o que opõe, desde 1877, a Grande Loja Unida da Inglaterra e o Grande Oriente de França (GOF). Tradicionalmente, a Maçonaria inglesa proíbe que se façam nas Lojas discussões político-partidárias e religioso-sectárias. Mais, as regras não escritas imemoriais – os chamados Landmarks – proíbem expressamente a admissão de ateus e mulheres, e ao mesmo tempo exigem que a Loja possua um "Volume da Lei Sagrada", ou seja, o livro sagrado (um, no mínimo) da fé compartilhada pelos membros da Loja. A sua posição privilegiada na soci-

idade inglesa – que reunia clérigos e leigos, nobres e plebeus, whigs e tories (depois conservadores e trabalhistas) – tornava-a partidária do *status quo*.

Já na França a situação não era tão simples. Apesar de sua Maçonaria pré-revolução possuir características similares à inglesa (inclusive com a participação de membros do clero católico a despeito da proibição formal), o período do Terror (1793-94) basicamente acabou por fechar todas as Lojas que não fossem essencialmente revolucionárias e jacobinas. O período napoleônico marcou uma nova fase, em que as Lojas foram instrumentalizadas pelo Corso como se fossem a quinta coluna do Império (cf. BENIMELLI, 2001 p. 69) As hostilidades católicas ao fenômeno maçônico, agravadas pelo trauma da Revolução (e pela tese do Abade Agustín Barruel de que a Maçonaria causou a Revolução) foram contrapostas por um crescente anticlericalismo no seio maçônico francês, situação que na prática serviu para alienar ainda conservadores e católicos das Lojas, agora cada vez mais radicais tanto em termos políticos (incisivamente republicana) quanto no discurso anticlerical.

Em 1877 o Grande Oriente Francês aboliu a exigência do Livro Sagrado como elemento indispensável da composição (furniture) da Loja e permitiu a iniciação de ateus. Ato contínuo, a Grande Loja Unida Inglesa declarou-o "irregular" e retirou o reconhecimento. Este fato marca o início da divisão da Maçonaria mundial em dois grandes blocos ideológicos.

O "Discurso R-R" – Regularidade e Reconhecimento – possui uma função administrativa bastante específica: permite distinguir quem é "o outro", aquele a quem não se reconhece a plenitude de direitos maçônicos. Esta discussão – que aparentemente diz mais respeito a questões metodológicas do que ontológicas – possui um sentido bastante limitado, essencialmente *interna corporis* de cada Obediência maçônica e autorreferente quanto às suas relações exteriores.

A importância desta divisão ideológica varia ao longo do tempo, sendo agravada ou relativizada de acordo com o momento histórico, mas gerou, para os franceses, uma necessidade de buscar ativamente o reconhecimento em outras Obediências no exterior, ao passo que os ingleses mergulharam na versão maçônica do "isolamento esplêndido" que marcou a diplomacia inglesa do fim do século XIX.

O olhar "profano", isto é, aquele que não é maçom, tende a encarar tais discussões como bizantinas. E, de fato, no discurso antimaçônico esta distinção é irrelevante: quando nazistas, fascistas e comunistas fecharam Lojas e prenderam maçons por toda a Europa, nunca fizeram pavilhões separados, nos

campos de concentração ou no Gulag, para maçons "regulares" e "irregulares".

Mas, se considerarmos que o Discurso R-R segue tendo força e valor cogente nas relações maçônicas, gerando nas Obediências periféricas certo temor de perderem o reconhecimento caso entabulem relacionamentos (ainda que de mera comunicação, em campos de interesse comum, como intercâmbio cultural e defesa de valores comuns) com potências "irregulares", de que maneira seria possível estabelecer um diálogo entre estas organizações e também com o resto da sociedade civil?

É irreal a crença na possibilidade de eliminação completa do discurso de regularidade e reconhecimento, ou a crença na possibilidade de reconciliação institucional entre as concepções divergentes da maçonaria, o que não impede, entretanto, o diálogo sobre temas de interesse comum, mas que abre, de todo modo, um campo de possibilidades no estudo da análise do discurso.

5. O internacionalismo maçônico e as possibilidades de diálogo interorganizacional

Do fato de que a Maçonaria é um movimento transnacional e que cada Obediência maçônica é soberana na sua jurisdição (entendida aí como na gestão das Lojas e maçons a ela vinculados) e entabulam relações bi e multilaterais umas com as outras, como se dá a projeção internacional maçônica?

Tentativas de criação de consensos transnacionais não são exatamente novos. Em 1782, o Duque de Brunswick convocou dignitários maçônicos de toda a Europa para um congresso na cidade de Wilhelmsbad, que se encerrou sem qualquer consenso, senão o da negativa das origens templárias reivindicadas por um rito maçônico então bastante popular, o da "Estrita Observância" (PARTNER 1987).

Afirma BERGER (2010) que

A intensificação das relações bilaterais entre as Grandes Lojas após 1850 corresponde aos modos gerais das redes intraeuropeias e transnacionais da segunda metade do século. Entretanto, não é possível visualizar um processo contínuo de crescimento pelo continente. De resto, as relações bilaterais das Grandes Lojas não criaram uma rede comum na qual seus oficiais pudessem interagir regularmente. Ao invés, cada Grande Loja estabeleceu sua própria rede, que apenas pontualmente interseccionavam com as redes de outras Grandes Lojas.

Quase cem anos depois, em 1875, representantes de vários Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceito se reuniram em um congresso na cidade suíça de Lausanne para definir vários aspectos relativos às condições de regularidade e reconhecimento mútuo entre eles. Mas as relações internacionais dentro deste Rito se estagnaram depois por mais de trinta anos, até que novas Convenções internacionais fossem realizadas em Bruxelas (1097) e em Washington (1912), quando então se estabeleceu uma regularidade para os encontros (BERGER, 2010)

No mesmo período, o Grande Oriente Francês convocou diversos Congressos Internacionais em 1889, 1894, 1896, 1900 e 1902, tendo sido criado, neste ano (que ano?), um *Bureau International de Relations Maçonniques*, mas este movimento atraiu apenas Obediências já alinhadas ideologicamente à vertente radical (BERGER, opcit).

Movimentos coletivos de maçons europeus – principalmente franceses e alemães - agindo em paralelo às políticas oficiais de suas Obediências também tiveram lugar no início do século XX. Seu objetivo não era exatamente o de aperfeiçoar o diálogo institucional, mas o de aproveitar os laços de fraternidade para defender uma política pacifista (BERGER, opcit).

A Primeira Guerra Mundial fez naturalmente com que a organização de congressos maçônicos internacionais, mormente pacifistas, fosse inviabilizada. Não obstante, o Grande Oriente de França organizou, em 1917, um Congresso Maçônico das Nações Aliadas e Neutras, que emitiu uma proclamação com bases ideológicas (pacifismo, desarmamento, império da lei, respeito à soberania) muito similares às que depois seriam adotadas pela Liga das Nações. (BENIMELLI 2001).

Após a Primeira Guerra, novas tentativas de organizar internacionalmente as Obediências maçônicas se seguiram. Existem atualmente diversas organizações internacionais maçônicas, com variados graus de representatividade. Destas, destacamos

- CLIPSAS (*Centre de Liaison et d'Information des Puissances maçonniques Signataires de l'Appel de Strasbourg*), organizada pelo GOF em 1961 e que reúne 90 Obediências maçônicas heterodoxas de todo mundo;
- CMI (*Confederación Masónica Interamericana*), fundada em 1947 e que reúne 75 Obediências ortodoxas das Américas.
- No campo da filantropia, destaca-se a organização SHRINERS INTERNATIONAL, uma organização paramaçônica norte-

americana que evoluiu de um grupo de diversões e hoje é responsável por uma rede de hospitais infantis nos Estados Unidos, Canadá e México e que se encontra em processo de expansão, em vias de iniciar a construção de um hospital no Brasil.

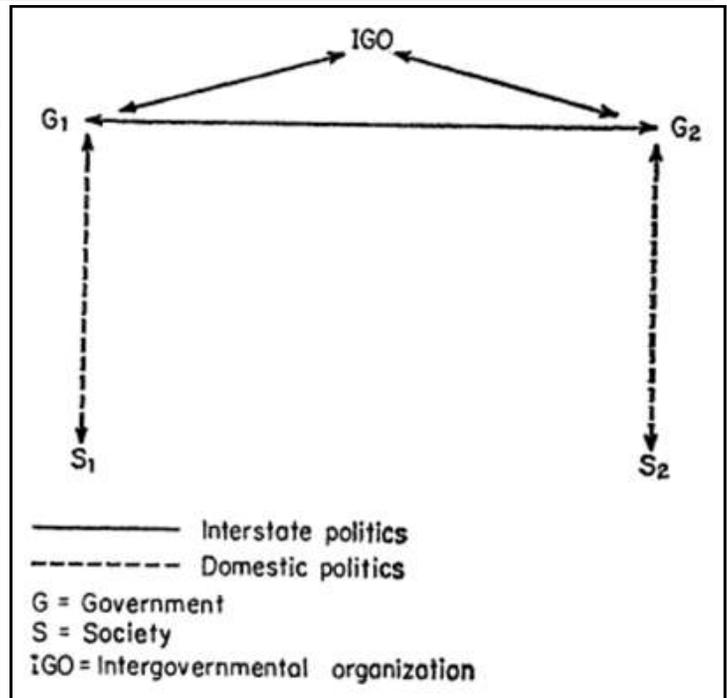
A Grande Loja Inglesa, até onde se sabe, permanece em um "isolamento esplêndido": apesar de reconhecer e ser reconhecida por centenas de Obediências ao redor do mundo não toma parte em nenhuma organização maçônica internacional apesar de alguma atuação filantrópica internacional.

Não se vislumbra nenhum impedimento para que Obediências que não se reconheçam possam, eventualmente, se engajar em troca de comunicações em assuntos de interesse mútuo. Mas, neste ponto, a atuação das organizações maçônicas internacionais, pode ser ainda mais decisivo.

6. Casos paradigmáticos

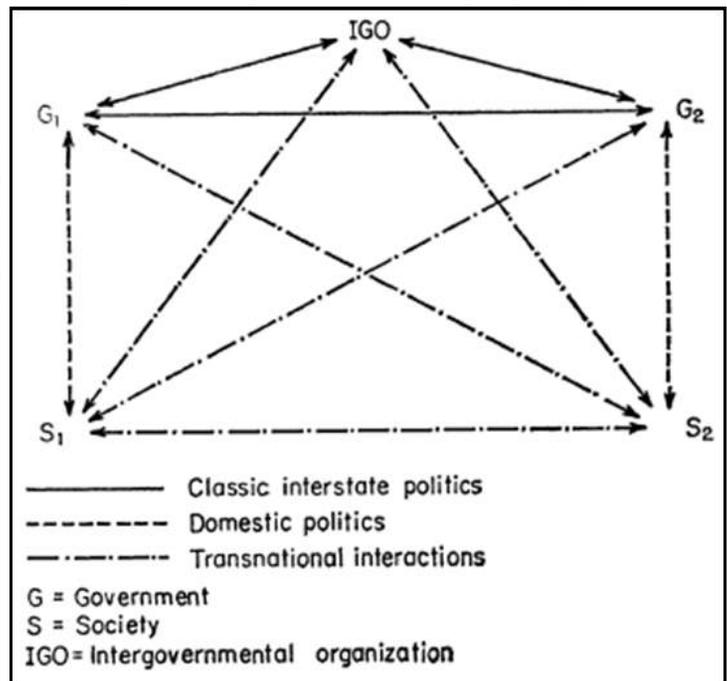
Pioneiros no estudo das relações transnacionais e sua influência na política mundial, KEOHANE e NYE(1971) definem as interações transnacionais como sendo "o movimento de itens tangíveis ou intangíveis através das fronteiras estatais em que ao menos um dos atores não é um ente governamental ou organização intergovernamental". As interações globais são, costumeiramente, de comunicação (o movimento de informações, incluindo a transmissão de crenças, ideias e doutrinas); transporte de objetos corpóreos; finanças, o movimento de dinheiro e crédito; viagens, o movimento de pessoas, podendo uma interação conter mais de um desses elementos simultaneamente.

Uma concepção estadocêntrica de relações internacionais, típica do paradigma realista, enxerga os governos como o ator por excelência, através de quem cada sociedade pode interagir com a outra. Nesta concepção, afirmam Keohane e Nye, a política entre os estados é distinta da política interna dos estados, e é por ela apenas indiretamente influenciada, como demonstra o diagrama abaixo:



Fonte: KEOHANE e NYE (1971)

Já a segunda concepção, na opinião de Keohane e Nye, leva em consideração a influência que indivíduos e organizações não governamentais podem desempenhar nas relações internacionais, tanto ao participar diretamente de coalizões e órgãos que podem controlar ou influenciar seus governos ou mesmo desempenhar papéis diretamente frente a governos e sociedades civis estrangeiros, às vezes mesmo passando por cima de seu próprio governo.



Fonte: Keohane e Nye (1971)

Organizações maçônicas estão presentes em quase todo o mundo. Poucos são os países que efetivamente proíbem atividades maçônicas: basicamente, nos dias de hoje, apenas países islâmicos (MILLAR 2015) e ditaduras socialistas, além do Vaticano.

Claro que o fato de haver em uma determinada sociedade uma organização maçônica não significa que ela possua um grau elevado de influência. Mas, como sua natureza é de espaço de sociabilidade, não é possível descartar que algum grau de influência exista, ao menos potencialmente, tanto sobre as sociedades como sobre os governos, de forma direta ou indireta.

Este grau de influência pode ser relacionado com o que WENDT distinguiu como sendo "três culturas de anarquia" no cenário internacional: Hobbesiana (o outro como inimigo), Lockeana (o outro como rival) e Kantiana (o outro como amigo) e o grau de internalização destas culturas nas sociedades, uma vez que as estruturas internacionais não são apenas compostas de elementos materiais, mas também ideacionais (WENDT 2014).

Van Der Pijl (1998) identifica na Maçonaria uma comunidade imaginada para a burguesia transnacional a partir do século XVIII que dispersou o imaginário lockeano para a burguesia ascendente ao redor do mundo, entendendo ainda que os canais de comunicação por ela abertos ainda fornecem espaço para a formação de classes transnacionais para além das redes de elites mais restritas criadas pelo capital internacional.

Alguns casos fornecem paradigmas de atuação que podem ilustrar bem as possibilidades de atuação maçônica no âmbito internacional.

O primeiro diz respeito às possibilidades de a Maçonaria participar da interlocução e do processo decisório no âmbito da Organização das Nações Unidas. Com efeito o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) admite ONGs como consultoras especiais, podendo nesta função submeter pronunciamentos escritos ou orais e, portanto, tentar influenciar diretamente os membros votantes do Conselho, nos termos do Art. 71 da Carta da ONU. Nesta condição foi a CLIPSAS admitida em 2011. O estatuto da ECOSOC formula seis exigências para que uma ONG seja considerada aceitável: que ela apoie os fins e o trabalho da ONU; que tenha representatividade; que não tenha o lucro por objeto; que não advogue ou empregue a violência; que não seja um partido político; que não tenha sido estabelecida por um acordo intergovernamental (WILLETS, 2014 p. 328).

A admissão da CLIPSAS neste órgão é, de fato, notável, por ser a única organização maçônica inter-

nacional a conseguir tal reconhecimento até a presente data e o fato de seus componentes seguirem uma linha ideológica maçônica essencialmente heterodoxa. Não foi possível obter, entretanto, qualquer informação no website da CLIPSAS a respeito das atividades desempenhadas.

Outro caso relevante tem a ver com a atuação da Maçonaria na África, onde se instalou na esteira do colonialismo europeu. Como demonstrou Harland-Jacobs (2007), a Maçonaria fez parte ativamente do projeto colonial, tanto ajudando colonos a se "sentirem em casa" quanto fornecendo às ascendentes elites nativas um espaço de sociabilidade com as elites coloniais.

Alguns casos são emblemáticos. Na Libéria, República na África Ocidental colonizada por negros emancipados da escravidão nos Estados Unidos uma Obediência Prince Hall ali se estabeleceu, e em torno dela gravitou a elite política do país por mais de cem anos, até que um golpe de Estado em 1980 levou ao fuzilamento do presidente William Tolbert Jr. (que também servia como Grão-Mestre da Maçonaria liberiana) e de treze membros do seu ministério, quase todos maçons, seguido de uma perseguição sistemática aos maçons pelo novo regime.

Outro caso interessante é o da República do Gabão, ex-colônia francesa, cujo presidente, Omar Bongo, era também Grão-Mestre, e, ao morrer em 2011, foi sucedido em ambos os postos pelo seu filho, Ali Bongo.

Alain Bauer, ex-Grão-Mestre do GOdF (2000-2003) e assessor em questões de terrorismo nas gestões do Presidente Nicolas Sarkozy (2007-2012) e do Primeiro-Ministro Manuel Valls (2014-2016), afirmou com franqueza (2004) que

Treze chefes de estado e de governo da África (...) são hoje franco-maçons. O GOF torna-se para eles um espaço natural de mediação coma República Francesa e vice-versa. O problema consiste em que, dentre esses chefes de governo, uns são liberais, democratas, em variados graus, e outros, não. Todavia, eles respeitam o fato de que as Lojas sejam o local onde seus opositores, os militantes dos direitos humanos e sindicalistas possam se reunir sem receio, já que é o único lugar onde têm o direito de reunião. Trata-se de uma particularidade do GOF: a Loja garante uma espécie de santuário mais ou menos tolerado, com a condição de que não trame complôs contra o poder constituído. Nesta condição o GOF pode representar um lugar de encontro, de debate e, eventualmente, mesmo

de administração de uma crise. Por exemplo, após a queda do presidente Pascal Lissouba, do Congo, e a chegada do presidente Denis Sassou Nguesso, franceses detidos no conflito congolês foram libertados devido à intervenção do Grão-Mestre da GODF, na época Philippe Guglielmi, em conjunto com o [Palácio do] Eliseu, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foram igualmente os franco-maçons chamados a intervir para permitir a libertação de militantes dos direitos do homem em Comores. Além disso, o diálogo sobre a paz na Costa do Marfim, no pior momento da crise, necessitou da reunião de sete representantes das diversas facções no próprio seio da GOF, com a presença também do Grão-Mestre da GLF, Michel Barat. Essas intervenções tinham um caráter internacional, notadamente devido ao fato da escolha de certo número de autoridades africanas de solicitar esta conexão. Mas elas se desenvolveram em claro, com comunicado da imprensa ou intervenção da Rádio France Internacional (RFI) ou TV5.

Diante desta situação é interessante que a crise que se agrava diariamente na República Bolivariana da Venezuela, com o risco iminente de uma crise humanitária, não tenha ainda (até onde se sabe) mobilizado as Maçonarias dos países vizinhos a tentarem não apenas atos de mediação entre as facções políticas, mas também de acolhimento de refugiados que começam, aos poucos, a chegar, isso a despeito de a Maçonaria Venezuelana estar representada na CMI.

7. Conclusão

Ao longo de 300 anos a Maçonaria se espalhou por uma parte considerável do planeta, servindo de espaço de sociabilidade capaz de permitir a interação de pessoas de estratos sociais absolutamente variados.

Por possuir uma natureza cosmopolita e tender à neutralidade política e religiosa, a Maçonaria pode exercer uma vocação de mediadora em questões sociais e políticas, permitindo a abertura de diálogo entre contendores e construindo pontes entre facções, podendo atuar ainda, diretamente, na construção discursiva dos Direitos Humanos e no auxílio filantrópico, não podendo ser descartada a atuação como elemento de *soft power* nas relações internacionais.

Esta possibilidade é contemplada pelas teorias pluralistas de relações internacionais, que levam em

conta o papel da sociedade civil organizada não apenas como construtora dos valores e interesses nacionais, mas como entidade ativa nas relações transnacionais.

Por paradoxal que seja, tal possibilidade pode ser atingida com maior grau de força na medida em que as facções e contendores no próprio mundo maçônico puderem dialogar entre si. A rivalidade, considerada dentro de uma cultura lockeana (no sentido trabalhado por Wendt), não dispensa a possibilidade de cooperação entre os agentes, muito ao contrário.

Apesar de o fim das questões de regularidade e reconhecimento ser uma pretensão irrealizável, se vislumbra a abertura de possibilidades de diálogo em temas comuns às Maçonarias, como a defesa do pluralismo político e os direitos humanos. Apesar de ser possível, teoricamente, que Obediências que não se reconheçam mutuamente possam entabular intercâmbios de ordem cultural, pensamos que esse processo poderia ser facilitado se liderado pelos organismos maçônicos internacionais.

8. Referências

- BAUER, Alain. "Relations internationales et franc-maçonnerie." *Revue Internationale et Stratégique* n.54, 2004: 21-32.
- BENIMELLI, José Ferrer. *La Masonería*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.
- . *Os arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria*. História de uma condenação pontifícia. São Paulo: Madras, 2007.
- BERGER, Joachim. "'Une œuvre internationale d'un caractère humanitaire": The appeal to humanity in International Masonic Relations." Em: *Humanity: a history of european concepts in practice, from the sixteenth century to the present*, por Fabian KLOSE e Mirjan THULIN, 231-248. Mainz: Vandenhoeck & Ruprecht, 2016.
- BERGER, Joachim. "Between Universal Values and National Ties: Eastern European Freemasonries face the challenge of "Europe" 1850-1930." *Journal for Research into Freemasonry and Fraternalism* v. 1 n.2, 2010: 205-226.
- . "European Freemasonries, 1850-1935: Networks and transnational movements." *European History Online* (EGO), published by the Institute of European History (IEG), 03 de 12 de 2010.
- BERGER, Joachim. "Local - national - transnational heroes? Hero-worship in Western European Freemasonries (1870-1914)." Em: *Hinter den Kulissen: Beiträge*

- zur *historischen Mythenforschung*, por Claus OBERHAUSER e Wolfgang KNAPP, 115-128. Innsbruck: Innsbruck University Press, 2012.
- BERGER, Joachim. "Regimes of territoriality: Overseas conflicts and inner-european relations (c. 1870-1930)." *Journal for Research into Freemasonry and Fraternalism* v. 5 n. 1, 2014: 101-115.
- BERMAN, Ric. *Espionage, Diplomacy & the Lodge: Charles Delafaye and The Secret Department of the Post Office*. Londres: The Old Stables Press, 2017.
- . Schism: *The Battle That Forged Freemasonry*. Eastbourne: Sussex Academic Press, 2013.
- BULLOCK, Steven C. *Revolutionary Brotherhood: Freemasonry and the Transformation of the American Social Order, 1730-1840*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.
- CALDERWOOD, Paul. *Freemasonry and the Press in the Twentieth Century*. A National Newspaper study of England and Wales. Nova Iorque: Routledge, 2016.
- COOPER, John L. "Into the Maelstrom: The Issue of Masonic Regularity, Past and Present." *Proceedings of the Policy Studies Organization*, nº 31, 2015: 2-15.
- DERMOTT, Laurence; ISMAIL, Kenny. *Ahiman Rezor: A Constituição dos Maçons Antigos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- GUEIROS, David. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil* 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1980.
- HACKETT, David G. *That Religion in Which All Men Agree: freemasonry in American culture*. Berkeley: University of California Press, 2014.
- HALLERAN, Michael Anthony. *The Better Angels of Our Nature: Freemasonry in the American Civil War*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. *Builders of Empire: Freemasons and British Imperialism, 1717-1927*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friederich. *Princípios de Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HIMMELFARB, Gertrude. *The roads to modernity: The british, french and american enlightenments*. Nova Iorque: Vintage Books, 2004.
- ISMAIL, Kenny. *Debatendo Tabus Maçônicos*. Londrina: A Trolha, 2016.
- . *História da Maçonaria Brasileira para adultos*. Londrina: A Trolha, 2017.
- . *O Líder Maçom*. Londrina: A Trolha, 2015.
- JACOB, Margaret. "Civil Society in an Uncivil Age: An Agenda for Freemasonry, Past and Present." *Proceedings of the Policy Studies Organization*, nº 30, 2015: 8-14.
- . *Living the enlightenment: freemasonry and politics in eighteenth-century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.
- . *The Radical Enlightenment - Pantheists, Freemasons and Republicans*. Nova Orleans: Cornerstone Book Publishers, 2006.
- KEOHANE, Robert O., e Joseph S, JR NYE. "Transnational relations and world politics: an introduction." *International Organization* v. 25 n. 3, 1971: 329-349.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogeneese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- MAGEE, Glenn Alexander. *Hegel and the Hermetic Tradition*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- MENDIS, Patrick. *Trade for peace: How the DNA of America, Freemasonry, and Providence Created a New World Order with Nobody in Charge*. Bloomington: iUniverse, 2009.
- MILLAR, Angel. *The Crescent and the Compass: Islam, Freemasonry, Esotericism and Revolution in the Modern Age*. Colac: Numen Books, 2015.
- NYE, Joseph S. *Soft Power: The means to success in world politics*. Nova Iorque: Perseus, 2004.
- PARTNER, Peter. *The Murdered Magicians: The Templars and their Myth*. Nova Iorque: Barnes & Noble, 1987.
- VAN DER PIJL, Kees. *Transnational classes and International Relations*. New York: Routledge, 1998.
- VAN WIN, Jean. *Le sang des francs-maçons. De Valmy à Waterloo*. Bruxelas: Racine, 2014.
- WEBB, Thomas Smith, e Edgard da Costa FREITAS NETO. *O Monitor dos Franco Maçons*. Salvador: Spoudaios, 2017.
- WENDT, Alexander. *Teoria social da política internacional*. Rio de Janeiro: PUC Rio - Apicuri, 2014.
- WILLETS, Peter. "Transnational Actors and International Organisations in Global Politics." Em *The globalization of world politics: an introduction to international relations* 6ed., por John BAYLIS, Steven M. SMITH e Patricia OWENS, 320-336. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Sobre a Revista

Foco e Escopo

A Revista "Ciência & Maçonaria" é a primeira revista acadêmica no Brasil dedicada a contribuições acadêmicas em um campo de pesquisa cada vez mais estudado: a Maçonaria. Seu formato é exclusivamente eletrônico e com publicações semestrais. Sua finalidade é publicar produção multidisciplinar relacionada à Maçonaria de especialistas, professores e alunos de diversas universidades. O objetivo é disponibilizar conhecimento sobre Maçonaria e democratizar a produção acadêmica sobre esse objeto de pesquisa: a Maçonaria.

A Revista "Ciência & Maçonaria" destina-se à publicação de textos inéditos na modalidade de artigos, ensaios e resenhas. Trata-se de um espaço aberto para professores, pesquisadores e estudantes que desejam publicar suas análises, reflexões e resultados de pesquisas realizadas. A revista também está aberta ao público maçônico em geral para suas contribuições. Considera-se ainda, como principal requisito para publicação na Revista "Ciência & Maçonaria", que a produção apresente conteúdo analítico-interpretativo, de maneira coerente com rigor científico na área de estudo das ciências humanas e sociais.

Os artigos podem ser das seguintes CATEGORIAS: teórico, empírico, ensaio ou resenha bibliográfica:

Artigo Teórico

O artigo teórico deverá basear-se em questões maçônicas ligadas a uma das ciências humanas e sociais e apresentar uma reflexão/interpretação crítica dos fenômenos observados, sustentado por referências bibliográficas relevantes.

Artigo Empírico

O artigo empírico deverá fundamentar-se em procedimentos metodológicos relevantes, na tentativa do desenvolvimento de análises e interpretações que produzam avanço ou conhecimento na área.

Ensaio

O ensaio trata-se de uma forma livre de análise e interpretação de fenômenos relacionados à Maçonaria, apresentando novas perspectivas e enfoques sobre temas relevantes; contribuindo assim para o avanço da produção científica.

Resenha

A resenha consiste em análise crítica de livros, teses, dissertações e monografias, publicadas no Brasil e no exterior sobre Maçonaria.

Processo de Avaliação pelos Pares

O processo de avaliação da Revista Ciência & Maçonaria consiste nas seguintes etapas: O artigo original será analisado pelo editor responsável da revista, de modo a se analisar se cumpre com os requisitos temáticos e metodológicos e definir a área de avaliação o qual será direcionado. Com a etapa de definição, o artigo será enviado a dois avaliadores externos, preservando o anonimato dos autores e entre os avaliadores (peer blind review), que por sua vez, procederão de acordo com os critérios:

1. Publicar sem alterações;
2. Publicar com pequenas alterações, efetuadas pelos avaliadores;
3. Retornar ao autor com orientações de correções a serem efetuadas, podendo ser publicado posteriormente;
4. Retornar ao autor com a reprovação do artigo, sem publicação posterior.

Periodicidade

A Revista "Ciência & Maçonaria" apresenta volumes anuais com periodicidade semestral; sendo dois números por ano. A RC&M apresenta-se em formato digital, onde o leitor pode facilmente efetuar buscas por temas, títulos, autores, além de possibilitar salvar os artigos em formato ".pdf" quando necessário, sem a necessidade de autorização prévia. Os volumes serão divididos em:

N.1: Jan/Fev/Mar/Abr/Mai/Jun/ - publicado em Julho

N.2: Jul/Ago/Set/Out/Nov/Dez - publicado em Janeiro

Política de Acesso Livre

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Seções

A Revista Ciência & Maçonaria é dividida nas seguintes seções, nas quais os artigos a serem submetidos devem ser enquadrados:

1. Linguística, Filosofia e Simbologia.
2. História.
3. Sociologia, Antropologia, Administração, Ciência Política, Pedagogia e Direito.
4. Teologia.
5. Psicologia e Pedagogia.

Diretrizes para Autores

A submissão de trabalhos deverá ser feita por meio do *website* da revista e seguindo estritamente o formato exigido pela mesma, respeitando ainda as condições para submissão e de acordo com os termos relativos a direitos autorais publicados no website: www.cienciaemaconaria.com.br

Atenciosamente,

Conselho Editorial

C&M



**Revista
Ciência &
Maçonaria**

NP3
CEAM | UnB

